

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Mestrado em Sociologia

A DESAFEIÇÃO PELO TRABALHO
Vivência e Produto da Exclusão Social

José António Pinto

2007

ÍNDICE.....	2
AGRADECIMENTOS.....	5
INTRODUÇÃO	7
1ª PARTE	11
PROBLEMATIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
CAPÍTULO I	12
A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO TRABALHO	12
1.1.O TRABALHO É ANTIGO E JÁ VEM DE LONGE	12
1.2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO AO LONGO DOS TEMPOS	14
1.3.TRABALHO: PILAR ESTRUTURANTE DOS MODOS DE VIDA.....	21
1.4. A CENTRALIDADE RELATIVA DO TRABALHO NOS DIAS DE HOJE ...	25
1.5. O TRABALHO NO CONTEXTO DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DE HOJE	29
CAPÍTULO II.....	43
POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL	43
2.1.O QUE SE ENTENDE POR POLÍTICAS SOCIAIS	43
2.2.PARA QUE SERVEM AS POLÍTICAS SOCIAIS E QUAL O PAPEL DO ESTADO	43
2.3.COMO SE ESTRUTURARAM AS POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL .	47
2.4.CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA	51
2.5.NÃO ACEITAR NADA DISTO COMO INEVITÁVEL	56
2.6.AS POLÍTICAS SOCIAIS DO NOSSO DESCONTENTAMENTO.....	63
2.7.EFEITOS PRATICOS DESTAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS MORADORES DO BAIRRO DO LAGARTEIRO	75
2ª PARTE	81
CAMINHO METODOLOGICO	81
CAPÍTULO III	82
METODOLOGIA	82
3.1.FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	82
3.2.QUAL É O OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO?.....	82
3.3.ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	82
3.4.AS LEITURAS.....	84
3.5.QUE TIPO DE ESTUDO – ESTUDO DE CASO	85
3.6.ABORDAGEM MÚLTIPLA – PLURALISMO METODOLÓGICO	86
3.7.A POPULAÇÃO E A AMOSTRA	87
3.8.IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	89
3.9.OBSERVAÇÃO, ENTREVISTAS E ANÁLISE DE CONTEÚDO	89
3.10.INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO (a todo o Bairro do Lagarteiro)	93

3.11.ENTREVISTA COLECTIVA.....	97
3.12.ENTREVISTAS INDIVIDUAIS FOCALIZADAS.....	99
3ª PARTE	102
APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	102
CAPÍTULO IV	103
LAGARTEIRO: TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO	103
4.1.A IMPORTANCIA DO ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DAS ATITUDES	103
4.2.LAGARTEIRO UMA IMAGEM ESTIGMATIZADA	121
4.3.PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO COMO FACTORES DE INTEGRAÇÃO	129
4.4.FORMAS DE ESTAR E DE VIVER NESTE ESPAÇO. APROPRIAÇÃO DIFERENCIADA.....	132
4.5. ESTILOS DE VIDA	133
CAPÍTULO V	149
COMO SE CONSTROI A DESAFEIÇÃO PELO TRABALHO	149
5.1.FACTORES E CAUSAS ESTRUTURANTES DA DESAFEIÇÃO	149
4ª PARTE	184
CAPÍTULO VI	185
CONCLUSÕES	185
BIBLIOGRAFIA.....	197
ÍNDICE DE QUADROS.....	208
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	209
VOLUME DE ANEXOS	
ANEXO I: HISTÓRIA DA FORMIGA E DA CIGARRA.....	210
ANEXO II: GUIÃO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS DIRECTIVAS.....	211
ANEXO III: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ AOS MORADORES DO BAIRRO DO LAGARTEIRO.....	212

NOTA DE ABERTURA

**Esta é a realidade.
Como explicá-la, eis a primeira tarefa.
Como mudá-la, eis a urgência.**

João Teixeira Lopes (2006:2000)

AGRADECIMENTOS

Não é por ser da praxe que registo nesta página os meus sinceros agradecimentos, a todos os que, de forma directa ou indirecta, me ajudaram a construir esta dissertação. Na canção eu aprendi, *“tu sozinho não és nada, juntos temos o mundo na mão.”* Eu estou de acordo. Se não fosse a colaboração e a solidariedade de todos os que faço questão de aqui mencionar, este trabalho não se realizaria. Esta tese é minha, de todos que me ajudaram e de todos que estão dentro dela, principalmente os moradores do Bairro do Lagarteiro.

Dito isto, é inteiramente justo agradecer ao professor João Teixeira Lopes pela atenção e exigência que dedicou à orientação deste trabalho. Sempre disponível para esclarecer dúvidas, para corrigir os meus textos provisórios. Agradeço as suas observações certas, o seu apoio intelectual. As suas críticas foram sempre de ânimo e incentivo e revelaram-se preciosas para o aperfeiçoamento do trabalho final. Com o apoio do meu orientador fiquei ainda mais consciente de que o conhecimento é uma poderosa arma de transformação social e isso ajudou-me a ter força, a não ficar pelo caminho.

Agradeço também à professora Cidália Queiroz meu farol de navegação. As lições de Sociologia que me deu durante a preparação deste trabalho também foram lições de vida, de rigor, de seriedade intelectual, de coerência. A sua exigência é tamanha, o seu discurso às vezes demolidor, porque ela não tolera que a emancipação dos pobres seja conduzida por corações bondosos mas sociologicamente descalços.

Agradeço também à Célia, companheira de todos os dias, guerrilheira comandante contra as adversidades. A mãe das minhas filhas também amamentou este trabalho, por isso ele cresceu e ganhou corpo.

Às minhas filhas a quem roubei tempo de mimo e atenção, passeios de bicicleta e histórias mais demoradas, mas que generosamente sempre me compensaram e me preencheram com os seus abraços e sorrisos espontâneos.

À Susana (tia Ná!) por ter sido incansável, 25 horas por dia.

À Carla Carvalho da Junta de Freguesia de Campanhã, a minha eterna gratidão pela paciência e compreensão. Ela foi secretária e amiga.

Ao Bruno Monteiro por me ter ensinado tanto, ao Zé Soeiro por me abrir as janelas de conceitos escondidos. Ao Zé Roseira pela amizade demonstrada. À Carina Novais pela sua solidariedade e pela sua competência.

À Alzira, estrela brilhante. À Gloria minha fornecedora de livros e de pacotes de coragem.

Ao Thomas Back pelo seu testemunho de actor militante.

À Ana Cristina Pereira por sempre ter acreditado em mim.

À Junta de Freguesia de Campanhã pelo apoio concedido, nomeadamente ao Sr. Presidente, Sr. Fernando Amaral, por ter acreditado que a pesquisa teórica é também condição de desenvolvimento. Obrigado por apostar na formação dos seus colaboradores directos.

INTRODUÇÃO

Quando decidimos desenvolver um estudo ou uma investigação mais aprofundada é importante colocar logo de início algumas questões como: esta pesquisa é interessante? É pertinente? Justifica-se? É útil? Pode ser utilizada para que fim? É possível concretizar este estudo? Há muita matéria produzida ou publicada sobre desafeição pelo trabalho? Que razões me motivaram para esta aventura intelectual? Será que quem produz conhecimento científico é quem o aplica? Ou será que uns produzem este conhecimento e outros o aplicam? Ou será mesmo que ele é produzido e depois ninguém o aplica. Será que os cientistas sociais têm cumprido de forma eficaz o seu papel de denúncia ao produzir conhecimento sobre as causas que geram e reproduzem exclusão social? Será que a comunidade científica tem ajudado a formar e a capacitar as pessoas para a participação? Será que os cientistas têm disponibilizado informação útil e essencial para fomentar o envolvimento e a consciencialização das populações? Como refere Pierre Bourdieu “toda a política que não tira plenamente partido das possibilidades, por reduzidas que sejam, que são oferecidas à acção, e que a ciência pode ajudar a descobrir, pode ser considerada como culpada de não assistência à pessoa em perigo” (BOURDIEU: 2003: 736).

No exercício das funções de assistente social ao serviço da Junta de Freguesia de Campanhã, concretamente no Bairro do Lagarteiro, ao trabalhar diariamente com pessoas de categorias sociais mais desfavorecidas, percebo que no combate à exclusão social o emprego é uma estratégia privilegiada de inclusão social.

O meu modesto objectivo neste estudo é conjugar a minha experiência profissional com algumas teorias e conceitos e assim demonstrar que certas atitudes como a desafeição pelo trabalho (ou não querer trabalhar), podem ser construídas resultando muitas vezes esta postura no Bairro do Lagarteiro, do contexto residencial, dos laços de pertença, da identidade gerada na privação, das decisões políticas, de factores estruturais e conjunturais, nomeadamente as actuais exigências que o mercado de trabalho impõe para a contratação laboral no âmbito da globalização e da economia competitiva.

O hábito de trabalhar, ou não, pode estar inteiramente relacionado com o contexto territorial. *Habitus* são as atitudes e práticas provenientes de determinado caldo cultural. As circunstâncias contribuem para a construção do habitat cultural. O *habitus* é

construído socialmente em função do nosso lugar na sociedade, pertença a um grupo social, família, grupo de pares. *Habitus* é todo um conjunto de circunstâncias objectivas que influenciam a nossa disposição para agir, pensar e sentir de determinada forma. Em a “*Dominação Masculina*”, a construção do *habitus* é explicada por Bourdieu da seguinte forma: o “...produto de um trabalho social de nominação e de inculcação ao término da qual uma identidade social instituída por uma dessas linhas de demarcação mística, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada” (BOURDIEU: 2003: 64).

É também meu objectivo tentar perceber se os efeitos das políticas sociais sobre estes grupos socialmente vulneráveis (desempregados, desempregados de longa duração, beneficiários de RSI - Rendimento Social de Inserção) causaram autonomia e emancipação, ou se pelo contrário ainda reforçaram mais a sua identidade negativa e desvalorizada, amarrando-os à condição da cultura da pobreza. É que a minha abordagem, à semelhança de Luís Capucha, traduz a convicção de que uma boa parte dos problemas da pobreza em Portugal está relacionada com o desenvolvimento social e económico e com a qualidade das políticas correntes, às quais compete oferecer oportunidade de inserção dos grupos desfavorecidos e prevenir a emergência da exclusão social (CAPUCHA: 2005: 332).

Abordarei a desafeição pelo trabalho sempre na perspectiva de que a promoção da inserção social e profissional dos grupos desfavorecidos implica uma abordagem que toque coerentemente todos os aspectos relevantes da sua vida, que vão da educação e qualificação para o acesso a um emprego, à formação no decurso da vida, à protecção social, ao acesso de equipamentos sociais e de saúde, à habitação, à cultura, ao sentimento de dignidade, ao lazer, à pertença a uma comunidade, aos consumos que praticam etc.

O que tenho verificado no Lagarteiro é que as medidas de apoio e protecção social aos desempregados são insuficientes e precárias. As políticas de emprego não se têm revelado adequadas e eficientes. Não têm originado autonomia, emancipação e mudança social dos desempregados residentes em contextos sociais mais desfavorecidos. Segundo dados fornecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, em Junho de 2006 existiam no distrito do Porto 114 019 (cento e catorze mil e dezanove) desempregados, correspondendo 13 971 (treze mil novecentos e setenta e um) ao conjunto dos desempregados existentes nas freguesias do concelho Porto.

Assistimos cada vez mais ao aumento de um número significativo de subsídios dependentes acomodados e conformados com a sua situação social que, sistematicamente, vão rejeitando propostas de emprego e de ocupação adequadas ao seu perfil e às suas características. Só com políticas de emprego ajustadas e consistentes se garante a coesão social, se respeitam direitos sociais, se afirma a cultura da cidadania e se vencem desafios como os da globalização e da competitividade.

Uma política de emprego consistente aponta para a qualificação das pessoas para assim estas poderem ter acesso a carreiras profissionais estáveis, prestigiadas e bem remuneradas. A má formação profissional e a baixa escolaridade é uma situação em si mesmo desencorajadora, de sentimentos de realização no e pelo trabalho. Se o trabalho não favorece nem o progresso do indivíduo nem a sua segurança material então é de crer que reside aí um dos factores mais explicativos e preponderantes da desafeição pelo trabalho. A qualificação profissional do indivíduo pode gerar ou não o arranque para a sua necessária mudança. O que se pretende é a qualificação das pessoas e emprego de qualidade.

O trabalho remunerado sempre constituiu ao longo dos tempos uma forma activa e privilegiada de participação na vida social. O trabalho permite-nos e devolve-nos reconhecimento da nossa utilidade na sociedade, proporciona a afirmação da dignidade de cada um, é uma oportunidade de reconhecimento, de criação de redes de sociabilidade e de rendimento. O trabalho, apesar das profundas transformações ocorridas na família, na sociedade e no mundo cada vez mais globalizado, deve continuar a ter muita importância como factor de produção e criação de riqueza, como factor de integração e socialização, como expressão de talentos e de qualificação, como forma de emancipação e autonomia pessoal, como condição para se ter acesso a bens e serviços e satisfazer equilibradamente padrões de consumo. Mais e melhores empregos numa economia dinâmica e competitiva reforçam a coesão social.

Este estudo vai desenvolver-se e estruturar-se em quatro grandes partes.

Na primeira parte vamos apresentar toda a problemática e enquadramento teórico de suporte e de orientação à pesquisa. Integramos na primeira parte dois capítulos. Um para abordar a importância social do trabalho, outro para falar de políticas sociais em Portugal.

Na segunda parte e, num único capítulo, daremos conta do percurso metodológico que orientou este estudo. Falaremos do objectivo da investigação, do estudo de caso, da abordagem múltipla e das vantagens do pluralismo metodológico, da

população e da amostra, das variáveis utilizadas e do interaccionismo simbólico como perspectiva teórico metodológica mais preponderante na abordagem do fenómeno da desafeição pelo trabalho no bairro. Procedemos à descrição do estudo empírico, à forma como colhemos os dados, bem como às técnicas e ferramentas utilizadas para recolher o máximo de informação.

Na terceira parte, o único capítulo será dedicado à análise de conteúdo e à apresentação e interpretação dos resultados. Também neste capítulo falaremos do Bairro do Lagarteiro como território de exclusão e da sua força para condicionar atitudes e comportamentos, nomeadamente, a desafeição pelo trabalho.

Na quarta parte o único capítulo será para proceder às reflexões e à apresentação de algumas conclusões gerais.

1ª PARTE

PROBLEMATIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO TRABALHO

1.1.O TRABALHO É ANTIGO E JÁ VEM DE LONGE

Os antigos Gregos e Romanos defendiam que os Homens livres deviam desprezar o trabalho, visto como uma imposição dos Deuses que aliviava a condição humana. Ao longo dos séculos, tal visão da nossa relação com o trabalho sofreu mutações profundas, sendo poucos aqueles que, nos dias de hoje, mantêm esse sentimento de desprezo pelo trabalho e, entre eles, é figura obrigatória Albert Cossery, em particular no seu clássico “Mandriões no Vale Fértil”.

De Hesídio a Pródico, de Sócrates a S. Paulo, muitas foram as vozes que, na antiguidade, se ergueram para sustentar a dignidade do trabalho, reprovando o ócio e a mendicidade. No período Renascentista, Campanella trouxe-nos uma visão moderna da sociedade de trabalho. Lutero e Calvino colocavam, entretanto, a tónica no trabalho como vocação e serviço divino. Rousseau, Montesquieu e Voltaire divergiam apaixonadamente sobre a relação entre o ser humano e o trabalho. Na Idade Moderna, o Idealismo começou a conceber o trabalho como elemento da organização política do Estado. Fichte afirmava que todos deviam viver com o próprio trabalho, sendo incumbência do Estado assegurar o trabalho a todos, organizar o trabalho para todos, sem o qual não se podia tutelar eficazmente a vida e disciplinar a propriedade. Hegel asseverava que era para satisfazer as necessidades que o Homem trabalhava e criava a riqueza. Marx e Engels afirmavam que a exploração económica do trabalho geraria a revolução e esta a criação de uma nova ordem económica e social. O Papa Leão VIII marcava o final do século XIX com o conteúdo da Encíclica Rerum Novarum, ao afirmar que “não é justo, nem humano, exigir do Homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso de fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo” (ANTUNES: 2003:12).

Desde sempre e ao longo da História que as questões do trabalho foram importantes para se avaliar o grau de integração ou vulnerabilidade dos cidadãos. Os vagabundos antes da Revolução Industrial, os miseráveis do século XIX e os inempregáveis de hoje, permitem-nos perceber que quem não tem emprego parece não ter lugar na sociedade. Ao longo dos tempos o trabalho sempre foi encarado como

suporte, como protector, como fonte de rendimento para acudir às principais necessidades de subsistência.

Mollat (cit. por CASTELL: 1999) indicava que desde o século XIII a obrigação de trabalhar estava associada a princípios Cristãos. Só estaria dispensado de trabalhar quem apresentasse deficiência física, velhice ou doença incurável. Já neste período histórico se procedia à distinção entre os pedintes que não podiam trabalhar e os preguiçosos.

Nesta época é a Igreja a principal instituição de gestão da assistência e sobre os vagabundos já os considerava membros inúteis para o Estado. Vagabundos são todos aqueles que tendo rompido com toda a pertença comunitária se colocam fora dos limites de uma intervenção de caridade (CASTELL: 1999: 77). Já em 1522 o trabalho era visto e encarado como forma de regeneração. Os mendigos eram fechados, isolados, retirados e reeducados para um ofício ou profissão. Um mendigo domiciliário é aquele que, morando à mais de seis meses num lugar, só pede esmola de vez em quando, tem alguns bens para subsistir, promete trabalhar, e pode, imediatamente, ser recomendado por pessoas dignas de fé, tal como sugere Paultre (cit. por CASTEL:1999).

O Cristianismo e o sua influência social sempre rotularam os bons e os maus pobres em função da atitude destes perante o trabalho. São maus pobres aqueles que estão viciados pela preguiça “mãe de todos os vícios” (CASTELL: 1999: 84). Por isso só deve ser ajudado com esmolas quem não puder trabalhar. Em Inglaterra, em 1349, o mendigo válido tem que ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto, por isso não se deve encorajar a esmola mas sim o trabalho, tal como referia Ribton (cit. por CASTEL: 1999). Segundo Gutton, em 1349 e 1350, na Península Ibérica, Afonso IV de Portugal e as Côrtes de Aragão, e de Castela, fixam o valor máximo dos salários, sendo que tais medidas são fortalecidas ao longo do século XIV, associando-se às proibições dos deslocamentos, em busca de emprego e à repressão à vagabundagem (cit. por CASTEL: 1999).

Também em Inglaterra entre 1531 e 1601 as paróquias assumiram o papel e a função de fazer trabalhar essa mão-de-obra sem qualificação, a fim de que esses “canalhas” (Rogues) não tivessem a desculpa de encontrar um trabalho ou serviço para executar (CASTEL: 1999:177).

Jourdan (cit. por CASTEL: 1999) refere que em França no ano de 1545 o Estado iniciou uma mobilização geral para a política do trabalho: “declaramos e ordenamos que os dito mendigos válidos tanto homens como mulheres, sejam empregados, pelos

prebostes dos comerciantes e magistrados municipais da nossa dita cidade de Paris, em Obras, as mais necessárias da dita cidade e que os seus salários devem ser pagos primeiro, afim de que os ditos pobres válidos façam boas e completas jornadas, trabalhando nas ditas obras públicas como se trabalhassem nas obras privadas”.

Ultimamente, o pensamento sociológico tem desenvolvido teses que constatarem e/ou anunciam o fim do trabalho (OFFE: 1992; GORZ: 1991; MEDA: 1999) ou nas palavras de Habermas: “O fim, historicamente previsível da sociedade de trabalho” (1990: 84). Outras defendem a sua actualidade e o seu estatuto de valor central na sociedade pós-industrial (SCHNAPPER: 1998; DE COSTER: 1994) ainda que reconheçam as profundas transformações e mesmo desconfigurações a que tem estado sujeita “(...) mesmo se o trabalho está em crise, o seu lugar na construção do indivíduo, da justiça e da vida social, mantém-se essencial” (DUBET: 1999: 19).

A concepção que hoje temos do trabalho e a importância que lhe atribuímos terá resultado, pois, de um longo e complexo processo, cujo acto fundador foi a submissão à racionalidade económica, vale dizer, a sua invenção, para depois ser concebido e profusamente teorizado e, até, fundamento da relação social (MEDA: 1999).

1.2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO AO LONGO DOS TEMPOS

Para Robert Castell em 1350 ainda não se podia falar de assalariados mas de uma multidão de situações assalariadas heterogêneas e ambíguas. Já neste período R Hilton (cit. por CASTEL: 1999) refere a revolta dos trabalhadores que fez tremer o trono de Ricardo II em Inglaterra no ano de 1381. As reivindicações dos revoltosos eram bem significativas. Reivindicavam que nenhum Homem trabalhasse para outro que não fosse escolhido por ele próprio e que o contrato de trabalho fosse escrito.

Quando as pessoas reagem, lutam, se organizam, correm riscos é por uma causa importante, central para as suas vidas. A centralidade do trabalho neste período já significava pão, a sobrevivência, a forma de resistir à miséria. É verdade que muitos que estruturavam a sua vida em função do trabalho continuavam na penúria mas lutar por melhores condições de trabalho, por mais direitos, era a forma adequada e socialmente aceite de melhorar a sua condição social.

A sociedade Medieval foi passando assim de uma civilização essencialmente agrária dominada pelas grandes propriedades eclesiásticas e por um poder senhorial

rural e guerreiro. Na cidade começa-se a desenvolver o artesanato, as trocas comerciais a economia monetária e as técnicas bancárias do capitalismo comercial. É neste período que são elaborados os primeiros códigos de trabalho na metade do século XIV para exigir a fixação dos trabalhadores no seu território no campo para manter e intensificar a produtividade da terra, na cidade para manter a produtividade do trabalho industrial no âmbito dos monopólios corporativos. Juam L. indica que nesta conjuntura, os salários são miseráveis e o trabalho é obrigatório até mesmo para indigentes e inválidos (cit. por CASTEL: 1999)

Há medida que as condições de trabalho e as formas de produzir se vão alterando também vão surgindo novas formas de assalariados. Caminha-se de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial e depois para uma sociedade salarial. É com a construção da sociedade salarial que os trabalhadores conquistam algumas garantias e direitos. Algumas reivindicações começam a ser concretizadas como: o salário é o preço da transacção pela qual o proprietário da sua força de trabalho a vende a um comprador e o salário é pago em dinheiro. Surgem as corporações de ofícios e as regulamentações das profissões.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial a centralidade do trabalho torna-se ainda mais visível. O aumento da produtividade com o auxílio das máquinas, a divisão de tarefas dentro da fábrica, a vigilância permanente dos operários no seu local de trabalho, o cumprimento de regras associadas à produção demonstram que a vida das pessoas se estruturava e esgotava na fábrica.

Do trabalho forçado passamos agora para o trabalho regulado, mas igualmente duro e injusto. Um pouco mais valorizado porque cria riqueza e se reveste de uma utilidade social fundamental.

O processo de concentração industrial foi lento. Até ao fim do século XIX inícios do século XX os operários da grande indústria continuam instalados em pequenas empresas não com mais de dez trabalhadores. Neste período, como refere Robert Castel, exageros à parte, centenas e milhares de homens, de mulheres e crianças seguramente passaram, nas primeiras concentrações industriais até 14 a 16 horas por dia, por salários de miséria, totalmente entregues à arbitrariedade patronal e reduzidos à condição de máquinas de produzir lucro rejeitados assim que deixavam de interessar (1999: 293). Eugéne Buret, afirma “a indústria moderna introduziu na condição das classes laboriosas uma mudança que tenha importância de uma terrível inovação: substituiu o trabalho em família pelo trabalho em fábrica; interrompeu bruscamente o

silêncio e a paz da vida doméstica para substituí-los pela agitação e pelo trabalho da vida em comum. Nenhuma transição foi considerada com cuidado, e as gerações educadas para a tranquila existência em família foram jogadas, sem preparação, nas oficinas, homens, mulheres e crianças são amontoados aos milhares nas vastas fábricas onde deverão trabalhar lado a lado misturados durante 14 ou 15 por dia” (cit. por CASTEL: 1999).

Habitados ao trabalho do campo, das oficinas domiciliárias, a transferência para a fábrica significa uma grande ruptura na organização do trabalho destas pessoas que apesar de trabalharem viviam na miséria. Para percebermos melhor a importância e a centralidade do trabalho nesta época (1897) segue-se o excerto de E. Cheysson: “atrás da mão-de-obra, esta abstracção económica, há um operário, um homem com a sua vida e as suas necessidades. Se alguém faz questão de considerar que o trabalho é uma mercadoria, é uma mercadoria, mas *sui generis*, não se parecendo com nenhuma outra e tendo leis absolutamente especiais. Com ela, é toda a personalidade humana que está em jogo” (cit. por CASTEL: 1999). Já neste período histórico o trabalho obedecia a uma estrutura contratual. Regia-se por regras bem definidas e por uma relação salarial muito particular. Existia nesta organização do trabalho, papéis e funções atribuídas, divisão de tarefas, hierarquização e antagonismo de interesses. Perante as duras condições de trabalho e de exploração esta diferença de interesses entre operários e patrões tornou-se mais clara e consciente na mente dos trabalhadores. Da experimentação objectiva deste tipo de relação salarial emergiu uma classe operária organizada cada vez mais consciente da sua precária situação laboral. A construção de uma consciência crítica nos operários também só foi possível porque o trabalho era para eles era central e estruturante. É nesta altura que a relação de força entre empregadores e empregados se vai agudizar. As aspirações e anseios dos trabalhadores não são conciliáveis com os interesses dos detentores dos meios de produção. A turbulência destes interesses de classe atinge o seu auge em 1848 com a Comuna de Paris.

A luta dos explorados contra os exploradores vai continuar e a denúncia da miséria vai criar uma consciência na sociedade de que é preciso através da intervenção do Estado dar mais atenção à questão social. Surgem então com a intervenção do Estado uma nova relação de trabalho. A relação salarial que confere direitos dá acesso a protecção na doença, nos acidentes de trabalho e na reforma. Isto não significa que a estratificação social deixe de existir. Como refere Robert Castel, os dominados participam no processo de subordinação, no consumo, mas no consumo de massas, na

instrução, mas na instrução primária, no lazer, mas popular, na habitação, mas social. No alargado conjunto dos assalariados existem muitas categorias profissionais, mas, é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade de cada um (1999: 416).

Foi a industrialização que deu origem à condição de assalariado e a grande empresa é o lugar por excelência da relação salarial. Da industrialização para a relação salarial Fordista, as regulamentações do trabalho tendem a aniquilar a resistência dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. J. Donzelot refere “adaptem-se ao modelo do bom operário, regular no trabalho e disciplinado nos seus costumes ou terão parte desses miseráveis excluídos da sociedade industrial” (cit. por CASTEL: 1999). Os efeitos técnicos das máquinas sobre os trabalhadores começam a fazer sentir-se de forma brutal. Com o Fordismo e o Taylorismo, o operário é destituído do poder de negociação que o ofício lhe proporcionava, começa a ser esmagado o seu saber fazer manual, as competências artesanais têm que ser reconvertidas ao funcionamento das máquinas e de uma nova racionalização da produção e do trabalho.

Como afirma Castell, foi sem dúvida a racionalização científica da produção que contribuiu de modo mais decisivo para a homogeneização da classe operária. Agora a pessoa antes de pensar que era ferreiro ou carpinteiro e nas diferenças que caracterizava os diferentes ofícios, pensava que era operário, que vivia a mesma condição de exploração. A homogeneização das condições de trabalho pode forjar uma consciência operária que desemboca numa consciência de classe aguçada pela penosidade da organização do trabalho.

A centralidade no trabalho nesta altura reflectia-se a dois níveis: primeiro, permitia a subsistência, mas também abria a possibilidade ao operário de ter acesso ao estatuto de consumidor dos produtos da sociedade industrial, tal como refere M. Aglietta (cit. por CASTEL :1999). Percebe-se assim uma nova relação entre o aumento do salário, o aumento da produção e o aumento do consumo. O autor considera que, o consumo comanda um sistema de relações entre as categorias sociais, segundo o qual os objectos possuídos são os marcadores das posições sociais, os indicadores de uma classificação. Através do consumo os sujeitos põem em jogo aí não só a sua aparência mas a sua identidade. A capacidade de consumir está intimamente relacionada com o lugar que o indivíduo ocupa na divisão social do trabalho.

Com a introdução das cadeias de montagem quase automáticas, e com o surgimento de uma consciência de classe fortemente penalizada pelas condições

precárias de trabalho, assiste-se também a uma transformação profunda das formas de contratação salarial. A contratação colectiva deu força aos trabalhadores, permitiu-lhes reivindicar melhores salários, redução do tempo de trabalho, um tempo livre para provar que o trabalhador também é um homem e não um eterno tarefeiro.

Mesmo conquistando estes direitos, os trabalhadores continuam a obedecer a uma lógica e a uma organização científica do trabalho caracterizada pela produção industrial, com tempos de tarefas cronometradas, com vigilância constante sobre os trabalhadores, com divisão clara de tarefas entre trabalhadores menos e mais especializados, com cadência de procedimentos uniformizados de produção, tudo isto exercido e desenvolvido numa relação de subordinação em relação aos proprietários dos meios de produção. Este modelo de organização do trabalho não permite aos trabalhadores participar na concepção e reflexão das tarefas e da produção. São meros executantes de tarefas simples ou complexas mas sempre manuais e desprestigiantes. Não participam no planeamento, na gestão e na concepção dos conteúdos funcionais. A falta de dignidade atribuída ao trabalho manual e a privação da posse também estão no princípio da consciencialização operária.

Assistimos à construção do processo de alienação pelo trabalho. O trabalho deixa de ser manifestação de vida para se converter em alienação de vida. Quer isto dizer que a relação que o Homem estabelece com a actividade que está a desenvolver é sentida por ele como imposta, vinda do exterior. É nestas circunstâncias uma actividade que lhe causa sofrimento, voltada contra si mesma. É uma actividade que reduz o Homem, que o inferioriza que lhe devolve apenas e só capacidade de trabalhar.

Esta alienação não permite o bem-estar nem a realização do trabalhador. As relações sociais desenvolvidas no contexto de trabalho não permitem desenvolver livremente as energias, nem as capacidades físicas e mentais do trabalhador, mas sim originar que os mesmos fiquem exaustos e mentalmente deprimidos.

O trabalho alienado pode desfigurar e descaracterizar o Homem divorciando-o de outras componentes e dimensões da vida impedindo-o de se desenvolver como ser social, global e integral. O trabalho gera alienação quando impõe as condições de vida e de exigência dos trabalhadores e quando sobre esse mesmo trabalho os assalariados não têm o mínimo de controlo. O trabalho alienado converte a vida-espécie do Homem, e também as faculdades espirituais da sua espécie num ente estranho e num meio para a sua existência individual. Ele aliena o homem do seu próprio corpo, da natureza que o cerca, da sua vida mental e da sua vida humana (MARX: 1971: 39). Desta forma, “o

trabalho alienado, produz o Homem como um ser mental e fisicamente desumanizado”. (idem: 51) “Para o Homem que não é mais do que trabalhador, e enquanto trabalhador, as suas qualidades humanas só existem na medida em que existe em proveito do capital que lhe é estranho” (idem:49-50).

Esta redução do Homem a mero indivíduo dotado da capacidade de trabalhador, abstraído de tudo que se encontre para lá das suas capacidades enquanto Homem trabalhador, é a desrealização do Homem enquanto ser imbuído de humanidade que decorre da sujeição do indivíduo a um trabalho alienado, logo alienante. Com o Homem alienado dissocia-se natureza e humanidade (CALVEZ: 1962: 367) e ele perde essa condição de “ser natural humano” (MARX: 1971: 139), é atentório à dignidade humana a transformação do Homem em instrumento, em meio, ou em mercadoria.

Diz Jean-Yves Calvez: “A humanidade do operário foi expulsa da ocupação nobre e propriamente nobre do trabalho. Enquanto trabalhador, o homem foi reduzido à animalidade quando não foi reduzido à condição de simples máquina” (1962: 364). O autor continua revelando que “em vez de se afirmar no seu trabalho, é aí que o funcionário se nega a si mesmo. Longe de ser feliz no seu trabalho, é lá que ele se sente desgraçado. Não desenvolve aí nenhuma energia livre, nem física nem moral, o que faz é mortificar o corpo e arruinar o espírito” (idem: 362-362).

Há medida que a sociedade vai evoluindo e procedendo aos seus normais processos de recomposição social, vão surgindo novas profissões, novos estatutos profissionais e a condição salarial é promovida porque muitos assalariados através do trabalho e por causa do seu capital escolar conseguem bons salários, posições de poder e prestígio, liderança e acesso a recursos culturais. Aqui se percebe bem a centralidade do trabalho, pois para estas pessoas a sua posição privilegiada na estrutura social depende exclusivamente do seu tipo de emprego.

Como observam Margaret Maruani e Emmanuelle Reynaud por trás de toda a situação de emprego, há um julgamento social. Os assalariados encontram o seu denominador comum no trabalho e existem socialmente a partir desse lugar (cit. por CASTEL: 1999). Uma sociedade salarial não é somente uma sociedade na qual a maioria da população activa é assalariada. É, sobretudo, uma sociedade na qual a imensa maioria da população acede à cidadania social a partir, antes de mais, da consolidação do estatuto do trabalho (CASTEL: 2003: 30-31).

Associado ao desenvolvimento da sociedade salarial cresceu a propriedade privada, o desenvolvimento económico, a conquista de direitos sociais, o mercado, e a

intervenção do Estado. O Estado intervém como produtor de bens, criando os serviços públicos, aumentando assim a propriedade social, isto é, um tipo de bens que não são apropriáveis individualmente nem comercializáveis, mas que servem o bem comum. A intervenção do Estado também é importante para o desenvolvimento da sociedade salarial, criando empregos com mais estabilidade e direitos mas, sobretudo, para arbitrar os interesses divergentes entre patrões e assalariados. É com a progressiva intervenção do Estado que se caminha para a concepção do direito ao trabalho e ao trabalho com garantias e protecção. Foi claramente neste período que o trabalho se tornou mais acessível e compensador para as pessoas. Trabalhar era central porque o trabalho era uma das principais componentes da construção da identidade. Trabalhar era como pertencer a uma família ou a uma comunidade concreta.

Atendendo à evolução do significado do trabalho e sem pretender expor de forma exaustiva os contributos dos vários autores pode-se construir a seguinte síntese de várias concepções do trabalho sugerida por Ana Paula Marques (2000). O trabalho encontra-se associado, nas antigas sociedades clássicas, à escravatura e às classes mais baixas.

- a) Trabalho enquanto meio para obter uma recompensa para além da recompensa divina (Calvinismo). Esta ideia subsiste como condição de maiores salários para os trabalhos mais pesados ou ainda, do pagamento de trabalho extraordinário e das recompensas pecuniárias pontuais;
- b) Trabalho como vocação ou como fonte de satisfação individual pressupondo uma relação interiorizada do ser humano e do trabalho a realizar. A fundação europeia para a melhoria das condições de vida e do trabalho tem como pressuposto uma interacção entre satisfação e resultados de trabalho;
- c) Trabalho como força impessoal associada ao processo de industrialização que em articulação às exigências das máquinas e da organização do trabalho, secundarizam o trabalhador e transformam a força do trabalho num valor de troca, podendo ser comprada e vendida no mercado de trabalho;
- d) Trabalho como emprego que resulta da crescente dependência contratual do trabalhador e da sua família. A evolução da intervenção social no mercado

de trabalho vai atribuindo ao emprego um valor em si mesmo, assumindo-se crescentemente como um objectivo e direito;

- e) Trabalho como determinante do tempo humano, tempo esse que condiciona igualmente o dia a dia de toda a vida do trabalhador e da sua família. A evolução recente da flexibilização do horário de trabalho, dos contractos a tempo parcial impõe cada vez mais uma nova organização económica e social;
- f) Trabalho como qualquer outra actividade humana que assume uma utilidade social, podendo ser uma alternativa, ao nível do sistema de valores, ao nível dos sem emprego, como enquadramento socialmente integrador (trabalhos de natureza voluntário e comunitário).

1.3. TRABALHO: PILAR ESTRUTURANTE DOS MODOS DE VIDA

Na interacção social, as relações de trabalho assumem uma grande importância e centralidade. O trabalho através do seu poder de integração permite e dá origem a configurações culturais, simbólicas e identitárias. Como refere Castell, “o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, facto que se comprova pelas relações daqueles que não o têm” (1999: 18).

Quando existe trabalho e ele é estável a relação social tende a ser mais sólida e o grau de integração social é maior. A ausência de participação em qualquer actividade produtiva ou de serviços pode criar isolamento relacional, exclusão, desafiliação. Quando se conjuga precariedade do trabalho com fragilidade dos laços de proximidade e pertença (família, amigos, vizinhos) iniciamos um processo de alto risco social. “Numa sociedade ordenada constitui ameaça todos aqueles que nela não encontram o seu lugar a partir da organização tradicional do trabalho” (idem: 31). Por isso, ter um emprego corresponde a ter um espaço na sociedade mesmo que esse lugar não seja muito reconhecido ou valorizado socialmente. Estar sem trabalhar corresponde na esmagadora maioria das vezes a estar sem suporte, sem protecção e viver num estado de dependência que tende vertiginosamente a agravar-se.

Como refere Elísio Estanque (2005) apesar do capital móvel e do poder da economia financeira operar cada vez mais separado da esfera política, tentando fragmentar o trabalho, permanece como principal via de subsistência, de preservação da auto-estima e de busca de reconhecimento social, num processo onde as novas submissões e formas de sujeição parecem ressuscitar problemas humanos que se julgavam ultrapassados. O Neoliberalismo reestruturou o trabalho e construiu um poder de classe de uma pequena elite de financeiros e directores executivos que tem assumido o controlo decisivo sobre todos os processos políticos e sobre todos os instrumentos de persuasão.

Richard Sennett, no seu livro *“A Corrosão do Carácter”* afirma “A experiência de trabalho ainda parece ser intensamente pessoal. Estas pessoas estão profundamente orientadas para interpretar o seu trabalho como reflectindo-se nela enquanto indivíduos. Há vinte e cinco anos perguntei aos padeiros gregos porque é que querem ser respeitados? A resposta foi simples: por ser um bom pai e depois por ser um bom trabalhador” (2001: 109).

A propósito do Congresso de Medicina Popular realizado em Vilar de Perdizes no dia três de Setembro de 2006, a estação de televisão SIC emitiu uma reportagem no Jornal da tarde onde um Astrólogo brasileiro referia: “Antigamente as pessoas procuravam-nos para satisfazer a sua curiosidade afectiva; agora, a principal preocupação é o emprego. As pessoas perguntam-nos se no futuro vão ter emprego e sobreviver”.

Como refere Sofia Alexandra Cruz, no seu livro *“Entre a Casa e a Caixa”*, ao basear-se na tradição da Grécia antiga, Hannah Arendt propôs a distinção entre três esferas fundamentais da vida humana: o trabalho, a obra e a acção. O primeiro – trabalho – relaciona-se com o processo biológico de sobrevivência do indivíduo e da espécie; a segunda – obra - enquadra-se numa artificialidade de objectos que confere um prolongamento à futilidade da vida mortal; por último - a acção - consubstancia-se como verdadeiro motor da participação política dos indivíduos na sociedade (cit. por CRUZ: 2003).

Geralmente, constata-se que, os baixos salários, a instabilidade no emprego, as ocupações provisórias e os longos períodos de desemprego, só têm provocado miséria social. Como afirmava Montesquieu, “um Homem não é pobre porque nada tem, mas é quando não trabalha” (cit. por CASTEL: 1999). Pela via do trabalho foi possível às pessoas interiorizar a ideia de que podiam ser promovidas, acumular riqueza, criar novo

estatuto social, gerir novas oportunidades de carreira, ampliar direitos e garantias, multiplicar a sua segurança e protecção, ter acesso a padrões de consumo que lhes permitissem satisfação e valorização pessoal. Cada vez mais o consumo é entendido como uma forma alargada de participação. “Diz-me o que consumes e dir-te-ei quem és”. O consumo é cada vez mais um indicador poderoso que marca uma posição social e uma identidade. Sendo assim, o trabalho continua a ocupar um lugar central como base de reconhecimento social e como alicerce onde se firma a segurança contra o infortúnio.

Como refere Yve Barel, “há integração familiar. Há integração escolar, há integração profissional, há integração social, política, cultural. Mas o trabalho é o indutor que atravessa esses campos. É um princípio, um paradigma, algo enfim que se encontra nas diversas integrações concernidas e que então torna possível a integração das integrações...” (cit. por CASTEL: 1999).

Para Serge Paugam (1991:16) a integração assenta em grande parte, sobre a actividade profissional que assegura paralelamente a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo quotidiano, dos espaços e da identidade. Assim, a degradação do mercado de trabalho é causa estruturante de desqualificação social.

Como afirma Miguel Chaves no seu livro “*Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*”, “distinguimos três estilos de vida fundamentais no interior do Casal Ventoso: “o estilo de vida estável”, “o estilo de vida instável” e o “estilo de vida ilegal”. Este autor considera que o trabalho é a dimensão que mais influência todas as outras e simultaneamente que mais diferencia os estilos entre si. Ser trabalhador é qualquer coisa que se pode contrapor ao facto de se viver no Casal Ventoso. Ser identificado como trabalhador no casal Ventoso é algo que adquire particular importância (1999: 134). Essa identificação permite ao habitante gerir com maior facilidade o seu estigma de delinquente virtual. Também para Erving Goffman, numa sociedade em que o trabalho continua a constituir uma condição de que dependem numerosos e importantes factores do equilíbrio pessoal e da própria aprendizagem da vida social, não será excessivo admitir que a falta de trunfos neste domínio é um forte obstáculo à conquista da reputação social em lugares tão cruciais como a família, a vizinhança, o próprio trabalho etc (cit. por QUEIRÓS; GRÖS: 2002).

Como numerosas pesquisas já o demonstraram, eis um campo do qual dependem, para além do rendimento e da parte apreciável das sociabilidades, a

consolidação, aquisição de conhecimentos, a estruturação da consciência temporal e a construção da imagem de si próprio.

Por todas estas características e funções, a que se pode acrescentar o seu importante papel na sociabilidade, o trabalho é, pois, apreendido como grande operador de socialização e, sobretudo, como instrumento principal de integração social, de tal maneira que “quer sejamos liberais ou socialistas, progressistas ou conservadores, partidários de Adam Smith ou de Marx, temos a mesma ideia de integração social. Não conhecemos outro tipo de integração, nas nossas democracias actuais que não seja a que passa pelo trabalho” (MONGIN: 1998: 74).

Para Alice Ramos, o trabalho desempenha um papel central nas nossas vidas e dele podemos retirar diferentes tipos de recompensas: materiais, na medida em que recebemos uma remuneração pelos serviços prestados, sociais, pelos contactos com outras pessoas que o trabalho permite, prestígio, pelo estatuto social associado às funções desempenhadas, valorização pessoal, enquanto fonte de auto-estima, identidade e meio de realização pessoal. Estes aspectos concorrem para a atribuição de significados pessoais e sociais ao trabalho. O conceito de centralidade do trabalho resulta das crenças que os indivíduos têm relativamente ao grau de importância que o trabalho desempenha nas suas vidas. A centralidade do trabalho é entendida como um produto da socialização, uma vez que os indivíduos aprendem a valorizar o trabalho a partir da sua religião, da sua cultura, dos seus familiares e dos seus amigos (2000: 47). Como refere Durkheim, o Homem social só tem existência por meio da sua inscrição nos colectivos que, para o autor extraem, em última análise, da sua consistência, do lugar que ocupam na divisão social do trabalho (cit. por CASTEL: 1999).

Hannah Arendt reclama uma hierarquia das diferentes formas do agir humano. “A condição humana do trabalho é a própria vida” (cit. por PERRET: 1993). Nas sociedades dominadas pelo económico, o emprego é quase uma condição de acesso à cidadania plena. O valor do trabalho pode ser avaliado em dois sentidos diferentes. O da economia política (a quantidade de trabalho como fundamento físico do valor de troca) e o da linguagem corrente, que vê no trabalho um valor ético no sentido amplo do termo.

Segundo André Gorz, o trabalho em sentido económico verifica-se quando estão presentes quatro características: criação de valores de uso; ter por finalidade a troca mercantil, realização na esfera pública e ter um tempo mensurável com um rendimento tão elevado quanto possível (1995: 168-212).

“A percepção da necessidade do trabalho, que ainda é, pelo menos simbolicamente, participação numa luta colectiva pela vida, continua a ser o princípio de realidade que estrutura as personalidades, que justifica as obrigações que temos perante o nosso futuro, a nossa família, a sociedade” (PERRET; ROUSTANG: 1993: 210).

Os princípios que têm orientado a sociedade do trabalho consideram-no como um dever moral, ou seja, quanto mais o indivíduo trabalhar, maiores benefícios daí resultam para todos os outros; o trabalho como obrigação social, pois aquele que não trabalha causa fortes prejuízos para a sociedade, e, por último, o trabalho como caminho para o êxito e mesmo para a felicidade, já que é através dele que o Homem se realiza.

1.4.A CENTRALIDADE RELATIVA DO TRABALHO NOS DIAS DE HOJE

É consensual que a sociedade muda, recompõe-se, altera-se, modifica-se permanentemente e de forma rápida, com o decorrer do tempo são observáveis alterações profundas ao nível moral, dos papéis sociais, da moda, da economia, etc...

A questão da centralidade do trabalho na nossa sociedade actual diz sobretudo respeito à tese de Inglehart segundo a qual, com a transição das sociedades actuais para as pós-industriais se assistiria a uma deslocação dos valores dos indivíduos, no sentido do enfraquecimento dos valores materialistas (satisfação das necessidades essenciais, crescimento económico etc.) e preferência pela afirmação de valores “pós-materialistas” (referente a preocupações culturais, de conhecimento e fruição, de participação etc.) Sendo assim, estaríamos perante uma perda do lugar relativo da centralidade do trabalho e do económico na vida das pessoas em detrimento de outros centros de interesse (cit. por FREIRE: 2001).

Com o desenvolvimento de fenómenos como a industrialização, a urbanização, o acesso generalizado ao ensino, as condições sócio-económicas alteraram radicalmente o pensamento e a forma de estar das pessoas. Para Inglehart, o período pós-materialista influenciou as pessoas a ver o mundo de outra forma, influenciou-as para a reflexão, ao nível político, do trabalho, da família, da sexualidade, tendo como pressuposto que a vida não é só trabalhar nem obedece só à lógica do trabalho. Mesmo assim, as teorias sobre a motivação e os valores do trabalho têm desenvolvido a hipótese segundo a qual o trabalho, enquanto actividade remunerada, tem uma função instrumental, mas

responde também a necessidades de interacção social, de realização e de desenvolvimento pessoal. Para Jorge Vala é no quadro desta hipótese que, a partir de Herzberg se tem distinguido, como forte suporte empírico, entre os chamados factores intrínsecos do trabalho (actividade interessante, autonomia, sentido de realização, utilidade percebida, etc.) e os factores extrínsecos (salário, segurança no emprego, possibilidade de promoção etc...) (2000: 71).

Para Gorz que fundamentalmente incentiva os indivíduos ao trabalho são razões e objectivos de natureza material e, particularmente, a procura de um salário, que permite não apenas a obtenção de bens e serviços, mas também evita a falta deles, evita situações de escassez e de pobreza. É o “agulhão da fome” que motiva os indivíduos a trabalhar (1991: 65).

Independente de todo o processo de recomposição social, a motivação para o trabalho depende muito da conjugação dos factores enunciados. Há contextos culturais onde se verifica uma orientação para valorizar mais factores intrínsecos do trabalho e outros contextos onde se verificam uma forte influência dos factores extrínsecos do trabalho.

Hoje, assistimos cada vez mais ao enfraquecimento das capacidades socializadoras do trabalho. Actualmente, os mecanismos de integração social pelo trabalho não se alicerçam só na actividade produtiva do indivíduo. Houve evolução dos modos de produção e de trabalhar. O desenvolvimento dos serviços veio provar que a capacidade produtiva de cada Homem já não pode significar por si só tudo para a esfera do mercado.

A dinâmica e complexidade das sociedades modernas implicam, e também se traduzem, na crescente diferenciação social, isto é, de universos diferenciados de actividades e de sentidos que permitem ao indivíduo encontrar reconhecimento, legitimação e utilidade social para além do trabalho assalariado e, mesmo, na ausência dele.

O grau de integração profissional, através da actividade económica, diminuiu porque não existe emprego para todos. O emprego disponível muitas vezes é a prazo, inseguro e precário. O grau da implicação do trabalhador neste tipo de tarefas é menor. Tende a ser maior o grau de implicação quando o trabalho nos confere estatuto social, nos permite melhorar substancialmente as nossas condições de vida. Há implicação quando o trabalho permite desenvolver potencialidade, quando exercemos uma actividade que nos dá prazer perfeitamente adequada às nossas qualificações e aptidões.

O facto de se ter um emprego não basta para se garantir a integração profissional se se entender por integração um processo gerador de identidade de estatuto e de implicação. O emprego pode ser percebido como cada vez mais necessário à existência social, há aquisição de um estatuto, e, ao mesmo tempo, podemos sentir-nos cada vez menos comprometidos como o nosso trabalho.

O trabalho deixa de ser central à mediada que o seu efeito socializador não é tão eficaz. Com o aparecimento e desenvolvimento da sociedade de serviços diluiu-se muito a massificação do trabalho favorável à construção da classe operária como actor colectivo, possuidor de uma consciência de classe, organizado politicamente activo. Nos serviços tudo é negociado individualmente, as regras as relações de trabalho. O desenvolvimento dos serviços é um dos factos mais importantes da evolução económica dos últimos decénios. Em muitos aspectos, trata-se de uma transformação tão profunda como a passagem de uma economia dominada pela agricultura a uma economia dominada pela indústria.

Ao nível do emprego e das relações de trabalho, é na actividade dos serviços que se produz conhecimento, tecnologia, e novas informações. São os serviços que hoje são mais vendáveis, lucrativos e rentáveis no mercado. É na área dos serviços onde mais se desenvolvem actividades especializadas e diferenciadas. As relações de trabalho neste sector são pautadas pela qualificação dos seus prestadores, pela flexibilidade do tempo de trabalho, pela polivalência de tarefas, pelo lugar a prazo na estrutura do emprego, pela permanente adaptação aos pedidos do mercado. Exige-se, contrariamente ao que acontece com os trabalhadores da indústria, criatividade, disponibilidade total qualidades relacionais. As relações de trabalho nos serviços são mais personalizadas, mas também mais atípicas. Trabalhar numa grande empresa e fazer parte desse grande colectivo de trabalho ainda pode ser sinónimo e garantia de ser melhor defendido pelos sindicatos e de beneficiar de vantagens em matéria de condições e de direitos de trabalho, de protecção social, e de formação permanente. Nos serviços o trabalhador negocia sozinho e isoladamente as suas condições de contratação laboral. O indivíduo deixa de fazer parte do regime geral, das convenções colectivas, das regalias públicas do direito de trabalho, das normas gerais da protecção social. A centralidade do trabalho aqui é cada vez menor porque o trabalhador está sozinho, desinstitucionalizado, com individualização de tarefas, em regime precário, isolado, vendo diminuída a sua força de reivindicação e negociação. Surgem os contratos individuais de trabalho, os acordos individuais, a negociação caso a caso.

O trabalho sempre assumiu um papel central na vida das pessoas por isso, a ocupação ou profissão é um dos principais indicadores do estatuto social ou da construção da identidade. Construo a minha identidade com o trabalho que exerço, com o local e a casa onde moro, com os locais que frequento, com os amigos que tenho, com os hábitos e padrões de consumo, com a família a que pertenço.

Com o fim do quase pleno emprego esta centralidade é posta em causa e a característica mais perturbadora desta situação é sem dúvida o reaparecimento de um perfil “de trabalhadores sem trabalho” que Hannah Arendt evoca como os que na sociedade ocupam um lugar de supranumerários de, “inúteis para o mundo” (cit. por CASTEL: 1999).

Não ter emprego ou estar desempregado significa na esmagadora maioria dos casos perder vínculos, relações sociais, deixar de estar inscrito numa estrutura que proporciona rendimento e sentido de vida. A centralidade do trabalho assume uma importância cada vez mais acrescida nestes sujeitos onde é possível verificar que quando se perde o emprego se assiste imediatamente a uma profunda desestabilização do modo de vida dessas pessoas. Há medida que aumenta o desemprego e o emprego precário aumenta também o sentimento de medo, preocupação, incerteza, insegurança e sensação de ameaça nas pessoas. Sendo assim, o desemprego é seguramente hoje o risco social mais grave e o que tem efeitos destabilizadores e dessocializadores mais desastrosos para os que o sofrem.

O desempregado perde o rendimento que obtinha do trabalho. Mas a principal perda do desempregado é um espaço importante e até insubstituível de socialização e de sociabilidade. O seu risco maior é a perda, não apenas do seu estatuto, mas também, e fundamentalmente, da sua identidade social e até pessoal. O desempregado é representado e definido quase como um morto vivo (GRELL; WERY: 1993). “Privado das suas referências espaciais e temporais, o desempregado tem o sentimento de ter perdido a sua dignidade. Ele vive uma crise de identidade pessoal, que corre o risco de se traduzir por colocar em causa os seus papéis familiares e a ruptura das relações com os outros. O isolamento e a dessocialização estão no horizonte daquilo a que podemos chamar *a prova do desemprego*” (SHNNAPPER: 1994: 127).

1.5. O TRABALHO NO CONTEXTO DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DE HOJE

As profundas transformações ocorridas no mundo reflectem-se de forma directa no modo de trabalhar e produzir nos dias de hoje.

De uma sociedade industrial com produção em cadeia e grande força manual evoluiu-se para sistemas de produção mais mecanizados e automáticos. O declínio da classe operária, a terciarização da economia, o desaparecimento gradual dos contractos colectivos de trabalho e o consumo de massas, são alguns exemplos do que tem mudado ao nível das estruturas de emprego. A diluição de alguns grupos profissionais homogéneos e a globalização aumentam este quadro de motivos de mudança.

Hoje, é cada vez mais pertinente a produção adaptar-se ao mercado para ser facilmente escoada. O mercado está permanentemente a ir ao encontro dos gostos, desejos e aspirações dos consumidores. A cultura consumista influencia práticas, estilos e modos de vida, condiciona atitudes e comportamentos. A principal motivação das pessoas é consumir para se sentirem satisfeitas e com a sensação que estão a ser integradas e a participar. Consumir dá posse, prazer, poder, e cria uma identidade social positiva recheada de reconhecimento e satisfação. O indivíduo na sociedade de consumo submete os seus gostos, as suas preferências à tendência da moda, ao padrão corrente. Aproxima-se do gosto geral como forma de valorização e de integração social. A identidade das pessoas não é estável, varia em função da corrente das modas. A renúncia do eu, de que fala Arno Gruen, consiste no facto das pessoas abraçarem sentimentos fingidos que a sociedade valoriza (cit. por PAIS: 2006). A sensação de estar fora de moda pode gerar medo, angústia e sofrimento. O espírito da sociedade moderna de consumo é feito de fantasias, sonhos e ilusões. O que o capitalismo propõe é que só através da posse e do consumo se realizam esses sonhos. A particularidade de gerar novas necessidades cria uma multidão solitária de pessoas socialmente sensíveis, por se adaptarem, mas muitas vezes sem saberem como. Transcrevemos o testemunho da Dr.^a Maria da Cruz Moreira dos Santos, Psicoterapeuta, que ao Jornal Expresso em 12 de Janeiro de 2002 referiu o seguinte: “é claro que o *ter* nos dá segurança e estabilidade, e nisso estamos todos de acordo, mas se a necessidade de *ter* for excessiva não poderá ser também o oposto da liberdade? Por vezes, na nossa ânsia de possuímos as coisas, não estaremos a permitir que elas nos possuam a nós, nos escravizem, endividem e gerem angústia? (...) os artigos tornam-se desinteressantes ao fim de pouco tempo e a avidez e

a insatisfação leva as pessoas a adquirirem coisas que rapidamente se aborrecem (...) e isto porque ter o último modelo ou estar na moda é, também, um símbolo de “status”, logo, de poder. Se eu *sou* o que *tenho*, e se o que tenho se perde ou desvaloriza é, então, a minha própria identidade que está em causa” (PAIS: 2006: 99).

O consumo de massas é hoje uma realidade que exige uma enorme variedade de produtos. Todos os dias têm que ser postos no mercado produtos novos. Os produtos têm uma validade de moda muito curta. Só com novas tecnologias se podem fabricar de forma rápida e eficiente novos produtos, novos clientes, novos mercados.

Segundo Ilona Kovács, “As tecnologias avançadas caracterizam-se pela flexibilidade técnica, isto é, a possibilidade de diversificar os produtos, modificar frequentemente os modelos, lançar rapidamente novos produtos e reduzir os prazos de entrega, sem custos adicionais”. (1998: 9). A flexibilidade técnica possibilita a flexibilidade económica, isto é, a capacidade rápida de resposta às mudanças quantitativas e qualitativas da procura e às novas exigências. Nesta óptica, a inovação tecnológica tende a ser encarada como principal factor da sobrevivência e da competitividade. Para garantir o acompanhamento das rápidas transformações do mercado é necessário reforço de aptidões, qualificações e competências dos trabalhadores. Só assim se garante a qualidade dos produtos e a competitividade das empresas.

A propósito de competitividade, o Padre Inácio Neutzing, teólogo brasileiro que actua no CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores), afirma ao *Jornal dos Sem Terra* em Setembro de 1998 o seguinte: “competitividade é o mais capaz, o mais forte, o mais apto a vencer e esmagar o mais fraco. As pessoas são transformadas em coisas, em mercadoria. Parece que tudo pode ser comprado e vendido. A Sociedade é reduzida ao económico. A pessoa só tem um lugar se der lucro e tiver capacidade para consumir. O que vale não é a ética mas a estética. Não importa o que você é mas o que você tem ou aparenta ter. (...) os meios de comunicação de massa criam o simbólico do desejo, do volátil, do efémero... as necessidades das pessoas são determinadas por esse imaginário simbólico” (1998: 4-5).

A economia dos serviços, outra grande alteração, tenta conhecer, captar e seduzir os possíveis consumidores. A criação de novas necessidades é quase da inteira responsabilidade dos serviços, onde a actividade se caracteriza pela dispersão das actividades e dos locais de trabalho, pelo anonimato dos accionistas, por tempos de

trabalho dessincronizados da vida familiar, onde a flexibilidade e o vínculo contratual é na maioria dos casos precário.

O aumento dos quadros técnicos, a feminização do emprego e a elevação das qualificações escolares permitirão aos serviços o seu reforço e enquadramento executivo. Os novos empregos são aqueles que são criados pelos computadores, pela Internet, pelos telemóveis. Passou-se, na verdade, da sociedade do trabalho à sociedade do conhecimento.

Outro factor relevante, que alterou e mudou fortemente a relação salarial, foi sem dúvida o processo de globalização. A internacionalização das relações económicas com o objectivo de aumentar os lucros das empresas provoca a deslocalização dos investimentos para países onde os impostos sobre a riqueza são mais baixos e onde os rendimentos directos e indirectos do trabalho são francamente penalizadores para os trabalhadores. Esta opção de gestão estratégica das empresas corresponde a uma maior abertura dos mercados e exige uma nova forma de organização empresarial. Esta competição com riscos não concentra no mesmo local ou país a sua produção. O segmento produtivo tem diversas localizações, não há muita concentração de trabalhadores e a possibilidade de enraizamento à empresa e ao local de trabalho para proporcionar a construção de uma identidade social e profissional é muito reduzida, pois a qualquer momento a empresa é deslocalizada para outro sítio. A propósito da sucursal portuguesa da General Motors – Opel - anunciar o seu encerramento na Azambuja, José Manuel Fernandes, director do Jornal Público, escreveu assim em 15 de Junho de 2006 no seu editorial. “O desinvestimento na Europa (e não apenas em Portugal) e o investimento na Rússia, concretamente em São Petersburgo, só surpreende quem não conhece os factos. Na Rússia os trabalhadores são melhor formados, mais disciplinados, os salários são mais baixos e a procura de automóveis cresce exponencialmente. Por cá passa-se exactamente o contrário”.

Esta globalização não é benéfica para os trabalhadores. Segundo Manuel Castells (1999) a globalização é muito humana e criativa para os fortes e muito desumana para os fracos. De facto, se, por um lado um terço da população mundial aumentou de forma significativa o seu nível de vida e os seus suportes culturais e tecnológicos, por outro, informações provenientes do último relatório sobre o desenvolvimento humano do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento demonstram um extraordinário aumento quer das desigualdades associadas à pobreza e à exclusão social, quer da marginalização generalizada no contexto mundial.

Por causa da concorrência internacional e o custo da mão-de-obra muitas fábricas francesas, afirma Abbé Pierre (padre e professor)¹, estão a deslocar-se para reabrir na Coreia ou na China. Se é possível fabricar lá fora por muito baixo custo é porque, nesses países, não existe segurança social, férias pagas, abonos de família, praticamente nenhum encargo e salários muito baixos. Mas para Pierre isso não durará eternamente. Daqui a quinze ou vinte anos, também lá fora se farão greves, se reclamarão férias pagas, se exigirá Segurança Social, uma reforma, um nível de vida comparável ao dos países ocidentais. Associado à globalização económica existe a globalização da informação que também irá favorecer a longo prazo, uma espécie de homogeneização dos modos de vida, dos rendimentos, da protecção social (2000: 25).

Para a empresa se adaptar às novas exigências do mercado não chega só globalizar a produção. Os trabalhadores têm que ser flexíveis nos seus horários de trabalho, nas suas férias, nos seus turnos para assim conciliar a sua disponibilidade às exigências de produção e de encomendas das empresas.

Para Maria João Rodrigues, a adopção da estratégia de flexibilidade quantitativa pelas empresas resulta, em geral, na diminuição dos custos de produção pela redução do volume de emprego combinado com a liberalização do uso de mão-de-obra através da alteração jurídica das relações de emprego. A flexibilização qualitativa, por sua vez, pressupõe um outro tipo de solução na adaptação às flutuações de mercado que passa pela utilização flexível das novas tecnologias de informação e diversificação da actividade económica, centrado na optimização do potencial do factor humano (cit. por MARQUES: 2000).

Elísio Estanque sugere que a flexibilidade significa na prática concreta das empresas, um reforço das condições de exercício do poder sobre o trabalhador, que o obriga a aceitar tudo, a aceitar sem protesto as ordens da hierarquia mesmo quando é remetido para tarefas para as quais não se sente preparado ou que agridem a suas qualificações e estatuto (2005: 128).

Richard Sennett reflecte este assunto na sua obra a *“Corrosão do Carácter”*, “a palavra flexibilidade entrou na língua inglesa no século XV o seu significado derivou originalmente da simples observação de que embora uma árvore possa inclinar-se ao vento, os seus ramos voltam à posição original. Flexibilidade designa a capacidade da árvore de ceder e recuperar de alterar e restabelecer a sua forma. Idealmente, o

¹ Abbé Pierre faleceu em 22 de Janeiro de 2007.

comportamento humano flexível deveria ter a mesma resistência tênsil: ser adaptável à mudança de circunstâncias mas sem ser quebrado por ela. Hoje em dia a sociedade procura maneiras de destruir os males da rotina através da criação de instituições mais flexíveis. As práticas da flexibilidade, porém, concentram-se principalmente nas forças que vergam as pessoas” (2001: 73).

Para as empresas, flexibilidade significa a possibilidade de diversificar e mudar frequentemente modelos, inovar produtos e serviços sem perdas de produtividade (KOVÁCS: 1998: 8). Para os trabalhadores, a flexibilidade tem se refletido em proliferação de formas de trabalho temporário e parcial, desemprego em massa, alterações permanentes do lugar, do emprego, das funções. Mudança de empresa, incerteza, maior precariedade e desemprego. Flexibilidade tem significado para os trabalhadores alargamento das jornadas de trabalho, trabalho suplementar não remunerado, exigência de disponibilidade total por parte dos trabalhadores.

Como refere Serge Paugam (2001), falamos obviamente da flexibilização e da precarização dos contratos de trabalho, da progressiva abolição da separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer, da subutilização das formas de hierarquia e de autoridade, como da alienação da concentração e controlo oligopolista, da acentuação do “fetichismo mercantil”, da generalização da divisão capitalista do trabalho com a proletarianização crescente de novas camadas, das práticas de subcontratação e de deslocalização, da gestão pelo stress, ou seja, da degradação salarial e da dupla precarização do emprego e do trabalho.

Segundo a conceptualização deste autor, a precariedade tem duas dimensões: por um lado, a precariedade no trabalho que insiste na realização de tarefas mal retribuídas, desinteressantes, pouco valorizadas e valorizantes esvaziando o trabalho de toda a significação libertadora que poderia comportar e convertendo a autonomia atribuída ao trabalhador em angústia, por outro lado, a precariedade no emprego, respeitante à incerteza e à impressibilidade dos futuros profissionais, tal como se patenteia na situação daqueles trabalhadores com contrato a termo com risco de despedimento permanente e com uma forte vulnerabilidade económica e uma restrição no plano dos direitos sociais (PAUGAM: 2001).

Também Robert Castel considera que este processo de precarização é cada vez mais transversal, atingindo zonas que antes eram marcadas pela estabilidade. Refere mesmo que: “do mesmo modo que pobreza do século XIX se inscrevia no cerne da dinâmica da primeira industrialização, assim a precarização do trabalho é um processo

central comandado pelas novas exigências tecnológicas económicas da evolução do capitalismo moderno” (1999: 661-662). Para Elísio Estanque (2005), o aumento da precarização e flexibilização das relações laborais tais como os contratos a prazo, a subcontratação, o trabalho no domicílio, a expansão das redes clandestinas de mobilidade internacional da força de trabalho e todo um conjunto de formas atípicas ou ilegais de trabalho, está a contribuir para acentuar novas formas de poder discricionário, novos despotismos, exclusões e formas de opressão no emprego. Como refere Teresa Ramos de 51 anos à Revista Pública “está tudo em estilhaços e uma pessoa vai saltando de caco em caco” (2005: 44).

Em relação há quantidade de cidadãos europeus em situações laborais precárias, em que o trabalho temporário é uma realidade, o Eurostat indica que, em 2005, um em cada sete europeus teve um trabalho temporário, ou seja, 14,5%. Uma situação que é também evidente em Portugal, com 19,5% dos trabalhadores com empregos temporários. Mesmo na Função Pública em Portugal, 25% dos trabalhadores têm emprego precário (Diário de Notícias, 20 de Setembro de 2006).

A emergência de novos sistemas produtivos resultados da recomposição do mercado de trabalho permitem-nos questionar se hoje o trabalho continua a ser uma forma eficaz de integração, de socialização forte ou se a sua centralidade é hoje mais fraca.

Se o vínculo profissional é precário, inseguro e temporário, é mais difícil o local de trabalho ser recordado como uma boa lembrança. Sítio de fortes emoções e espaço de aprendizagem e crescimento. Quando se perdem direitos e regalias sociais, quando se perde a segurança e a estabilidade também se perde a auto-estima, a esperança colectiva, a capacidade de lutar, de acreditar, de vencer a força do medo. Para José Luís Casanova a precarização do emprego é uma das principais causas da diminuição de angariação de novos sócios para os sindicatos “quanto aos factores externos actualmente em acção, o maior destaque deverá ser atribuído à precarização do emprego, a contar pela grande maioria dos sindicalistas entrevistados como razão quase exclusiva das saídas e da ausência de entradas de sócios, a importância destes factor é em parte confirmada pelos dados” (CASANOVA: 1994: 171).

A degradação das relações de trabalho acabaram com os contratos colectivos de trabalho, fez desaparecer o espírito da união de grupo, as formas de resistência colectiva foram fracassando. Hoje o trabalho é caracterizado por ritmos de produção acelerados, por cronometragem de tempo de execução de tarefas, por horários prolongados ao

Sábado e ao Domingo, por turnos de trabalho descontínuos, por falta de tolerância e compreensão para os trabalhadores que faltam justificadamente.

Como refere Pais, “ele há o mercado negro (dos trabalhadores clandestinos), o mercado azul (dos operários de macacão de ganga), o mercado branco (dos colarinhos brancos), o mercado rosa (das empregadas domésticas, secretárias, recepcionistas, telefonistas...), o mercado vermelho (das linhas eróticas dos telefones vermelhos e encontros afins), o mercado cinzento (dos burocratas e yuppies de mentalidade e trajas cinzento) etc. ou seja, o mercado de trabalho é um arco-íris de segmentações” (2001: 17).

A segmentação do trabalho verifica-se também, e cada vez mais, no interior da própria e de qualquer empresa, seja ela de grande ou de pequena dimensão, pertença ela a este ou aquele sector de actividade económica, pois, como refere Dubet, “o indivíduo passa de um lado para o outro e talvez no seio da mesma empresa encontram-se trabalhadores tendo exactamente o mesmo tipo de actividade e estatutos totalmente diferentes” (1999: 13).

As novas tecnologias podem ter contribuído para aumentar o volume de negócios das empresas, mas não tem gerado na mesma proporção a felicidade dos trabalhadores. Uma das características básicas dos novos empregos criados pelos computadores, pela net e pelos telemóveis é que desaparece a fronteira entre a vida profissional e a vida privada, o trabalho invade a noite, os fins-de-semana e as férias. Segundo Kovács, a realidade é feita de “uma multidão de pessoas acantonadas em trabalhos mal pagos e inseguros, de jovens mesmo licenciados, que saltam de trabalho precário em trabalho precário, gente sem qualquer perspectiva de melhorar as suas qualificações e que continuarão, por isso, com salários baixos e vínculos instáveis.” (2005: 32).

A desumanização do trabalho reflecte-se no sentido em que os processos de racionalização técnica e organizacional cada vez dispensam mais a manifestação das características e qualidades, incluindo as de natureza moral da pessoa que as executa (GORZ: 1991: 73). Desde que o trabalho foi submetido à racionalidade económica, a sociedade contemporânea não permite ao indivíduo que o executa decidir e controlar o seu processo de realização, o seu ritmo, o seu desenvolvimento, a sua finalidade. Isto leva Dominique Meda a formular a seguinte pergunta: quem exerce hoje em dia um trabalho que permita exprimir a sua personalidade? (1999: 144). As empresas apostam nos trabalhadores que lhes trazem mais valor acrescentado. A riqueza foi transferida

para o conhecimento, para a informação e para a capacidade de gerar e gerir ideias. Os trabalhadores passaram a distinguir-se pelos seus conhecimentos e pela capacidade de os renovar ao longo da vida.

O perfil do Homem moderno é caracterizado pela capacidade permanente de se adaptar, sempre aberto e disponível para coisas novas, com experiências de trabalho a curto prazo, por isso, com acumulação variada de experiências. O Homem moderno é aquele que sabe lidar com o risco, que não deprime com o fracasso, que sabe que é importante porque dá lucro e que o começar de novo, para ele, é já considerado um ritual. Os laços de pertença ou enraizamento são fracos, pois sabe que a cada momento pode mudar ou partir. Cuida de si e não se preocupa com os outros. Como refere Ulrich Beck, “na modernidade avançada, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente da produção social de riscos” também para Anthony Giddens, “é característica das nossas vidas actuais aquilo que podemos designar por incerteza fabricada (cit. por FERNANDES: 2006). As incertezas geradas pela ciência e pela técnica.” Estes riscos surgem na continuidade de processos de modernização automatizada, que são cegos e surdos em relação aos seus próprios efeitos e ameaças. Que importa o desenvolvimento científico se com ele também se assiste ao aumento dos riscos? Risco de ficar doente, risco de perder o emprego, risco de perder rendimento, risco de perder direitos, risco de perder protecção social adequada. Existe então um conflito e uma contradição, pois, segundo Ulrich Beck, a racionalidade científica não diminuiu nem interrompeu os riscos sociais (idem:121). Este autor afirma que actualmente vivemos sobre uma espécie de ditadura do progresso. Mas a quem serve este progresso científico e tecnológico? Aos mais desfavorecidos? Ou aos interesses do capitalismo contemporâneo? A sociedade moderna promove o progresso até à eminência das catástrofes. E estes perigos, não podem ser apenas imputados ao desenvolvimento científico e tecnológico (idem:139).

Com o aparecimento das novas tecnologias, o risco no emprego é encarado como normal e vulgar. Estar em risco é deprimente e causador de muito sofrimento.

Existe uma cultura económica que apela aos cortes. Fazer um corte. Partir para outra. Recomeçar. Isto é valorizado porque é sintoma de força, de capacidade, de dinâmica vencedora. Existe a falsa ideia de que quando se muda se muda sempre para melhor, que é bom agarrar as oportunidades. Só os vencedores têm fascínio e atracção pelo desconhecido. Não mudar é ficar de fora. Numa sociedade dinâmica as pessoas que não mudam ficam de fora. O risco é interpretado como força de carácter. O

desenvolvimento das novas tecnologias não evitou nem inverteu a lógica de submissão dos trabalhadores à entidade patronal. As relações sociais de produção passaram a caracterizar-se por uma severa diminuição dos direitos de quem trabalha, e constituiu-se a formação de uma classe de colarinho branco que possuindo grande capacidade de execução técnica não deixa por isso de ser espezinhada, explorada e oprimida. Parece que com o desenvolvimento das novas tecnologias de produção se assiste à desumanização do indivíduo em contexto de trabalho. Esta forma de organizar o trabalho, destrói o *self* do trabalhador, corrói-lhe os valores, obstaculiza-lhe as emoções, delapida-lhe os laços sociais, devora-lhe os sentimentos, os sentimentos de amizade e de solidariedade.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de produção ganha sentido a frase de Ritzer: “As pessoas não se expressam a si próprias no seu trabalho, antes se negam” (1993: 26).

Este domínio da impessoalidade formalista, Weber nota-o quando escreve sobre o trabalho realizado. Esvaem-se os motivos pessoais e as influências próprias dos trabalhadores enquanto indivíduos dotados de sensibilidade e tão pouco se codifica esta situação se os trabalhadores se servem da sua expressividade tantas vezes esta manipulada e submetida aos ditames organizacionais (cit. por CRUZ: 2002).

Por tudo que anteriormente foi referido parece-nos que as novas tecnologias e que a sua repercussão na organização do trabalho não trouxeram mais felicidade e bem-estar aos trabalhadores.

Os impactos e problemas relacionados com a inovação tecnológica e a chamada sociedade do conhecimento não podem, portanto, deixar de ser vistos no quadro dos processos globais e das novas desigualdades sociais que tem vindo a ser geradas. O esgotamento da velha relação salarial Fordista, a crise do Estado Providência, o aumento da competitividade a nível global sobretudo desde meados dos anos oitenta, desenharam sob a emergência de uma nova onda liberal, largamente apoiada na inovação tecnológica e na revolução informática. Estas tendências estão a gerar profundas transformações e novas contradições e desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas.

Estes processos de transformação que vem ocorrendo no mundo laboral não têm contribuído para estancar a subida da taxa de desemprego.

Em Junho de 2006, o número de licenciados em Portugal segundo dados do IEFP, era de 43 mil, correspondendo a 11% do total da população desempregada

existente no país. O número de trabalhadores desempregado há doze meses ou mais cresceu 12,6% relativamente ao mesmo período do ano anterior. O desemprego de longa duração correspondia já a 52% dos trabalhadores desempregados. Os jovens estão desanimados, desapontados, frustrados, revoltados. Os seus diplomas quase que não servem para nada, o investimento de tempo, de dinheiro e de formação não lhes garantem a satisfação de nenhuma expectativa. O sonho de construir carreira e vínculo profissional está completamente estilhaçado. Os advogados estão a trabalhar em lojas de telemóveis, os professores estão a exercer funções de recepcionistas de hotel, os tradutores estão a vender imóveis. Chegamos ao cúmulo de considerar um luxo arranjar emprego na área da nossa formação académica. Os jovens só têm horizonte para se preocuparem com o seu dia a dia. Não para sonhar com o futuro. Parece que a luta pela utopia foi substituída pela simples luta pela sobrevivência.

Por isso Castel, num artigo intitulado *“De l’indigence la exclusion, la désaffiliation, precarité du travail et vulnérabilité relationnelle”* (1991), afirma que a falta de trabalho pode criar uma fragilidade relacional na trajetória dos indivíduos, e conduzi-los a um conjunto de rupturas, de perdas e de vazio social. A integração pelo trabalho e a inserção pelo emprego é indispensável pelo rendimento que proporciona mas sobretudo pelas redes sólidas de sociabilidade que pode criar no combate ao isolamento. O desemprego involuntário e as reformas antecipadas têm provocado o desnorte, a falta de orientação, o vazio e um grande sofrimento nos desempregados. Os conflitos familiares e conjugais, os divórcios, o alcoolismo e o suicídio são sintomas deste desespero. Com o desemprego chega o fim dos sonhos, termina a vontade de lutar, acabam as ilusões todas. Para além de ter se enfrentar a privação, gera-se uma consciência social e política de descrédito, de alheamento, de indiferença de falta de esperança no presente e no futuro. Os desempregados constroem uma imagem de si próprios desvalorizada à luz de quem trabalha. Esta imagem é caracterizada por um sentimento de inutilidade, de desqualificação no plano cívico e político, de rejeição pela sociedade, de fracasso de integração.

Mesmo assim, existem teóricos que abordam o problema do desemprego considerando que muitas vezes este problema está na pessoa que não luta, que não procura, que não desenvolve contactos, que fica eternamente à espera de uma oportunidade. Para combater este preconceito, refere João Teixeira Lopes, num artigo de opinião editado pelo jornal Público em 14 de Setembro de 2006, “A ideia que por todo o lado perpassou foi a de que os desempregados inscritos nos Centros de Emprego,

esses ‘grandes malandros’, não aceitam metade das ofertas de emprego! Ora, uma leitura um pouco mais atenta do relatório permite-nos facilmente concluir que a) tal volume de ofertas resume-se a pouco mais de nove mil (quando os inscritos ultrapassam os 430mil); b) as razões assentam, principalmente no desajustamento entre as qualificações dos trabalhadores e as ofertas empresariais (que tal contratar por tuta e meia um operário qualificado ou um quadro superior?; c) na mobilidade geográfica (morar no Porto e ir trabalhar para Castelo Branco...) e nas baixas remunerações, em geral inferiores ao próprio subsídio de desemprego!!!”

Ignoram estes teóricos que o desemprego é um problema estrutural que depende muito do modelo de desenvolvimento económico seguido por cada país. Mais grave do que isto é afirmarem que, mais tarde ou mais cedo, todos temos que nos adaptar às circunstâncias, de forma a sabermos transformar os fracassos do desemprego em oportunidades de sucesso e de crescimento. O trabalho precário pode ser um azar mas também pode ser uma sorte. A precariedade às vezes é uma oportunidade para se vencer uma vida cheia de liberdade de escolhas, afirmam os senhores liberais.

Descaradamente estes autores costumam afirmar que o desemprego pode ser encarado como um ponto de partida para o arranque de uma nova fase da vida. Um beco sem saída para muitos, pode ser uma rampa de lançamento para outros. A solução para o desemprego está dentro de cada um. É preciso começar a encarar o desemprego como realidade natural do nosso tempo. O aumento da protecção e da segurança no emprego às vezes não é o melhor, deve prevalecer a liberdade do indivíduo para gerir a sua própria vida. Dizem os liberais que é possível encontrar a estabilidade dentro da instabilidade e da insegurança. Não vale a pena persistir ou tentar mudar o sistema. Tu próprio é que tens que te adaptar ao sistema.

Associado a estes pressupostos também circulam por aí outro tipo de ideias falsas. Sobre as questões do trabalho tem-se referido muito a ideia de que com as novas formas de organizar a empresa desapareceram as relações de poder, os interesses dos trabalhadores não são divergentes do patrão e que as decisões mais severas e penalizadoras são tomadas por todos, porque todos são responsáveis pela crise. Desapareceu a cultura de classe para dar lugar à cultura de empresa. Com a interiorização destas ideias é mais fácil deslocalizar a empresa, despedir ou encerrar postos de trabalho.

O argumento ideológico mais severo tenta convencer os desempregados que o aumento da produtividade e da competitividade, resultante do investimento em

tecnologia e em automação, permite o crescimento da riqueza que deve ser distribuída sobre forma de cidadania. Estaríamos assim a dar prioridade da cidadania sobre o trabalho e a aceitar pacificamente a sociedade pós-laboral. Estamos a trocar o direito ao trabalho pelo direito ao rendimento, e trocar o direito ao salário pelo falso direito à cidadania.

Os despedimentos e a polivalência laboral são inevitáveis. Não é possível assegurar emprego para todos. É importante convencer as pessoas que o mercado tem que funcionar, tem que ser livre, aberto, não se pode governar. Não nos devemos imiscuir no mercado. A lógica do mercado é o motor do crescimento, do progresso. O Estado não deve intervir nem regular o mercado. Mas para Elísio Estanque, apesar da dificuldade em conciliar a defesa da coesão social com os direitos laborais e a competitividade das empresas, é possível construir um equilíbrio e uma articulação que pode passar por: Programas de inovação tecnológica e objectivos sociais das empresas, competitividade e aposta na formação das pessoas, quer no âmbito do ensino profissionalizante, quer na formação contínua dos trabalhadores e quadros, inovação tecnológica e inovação organizacional com modelos de gestão flexíveis e participativos, eficácia empresarial e motivação dos trabalhadores com base na delegação das responsabilidades, no reconhecimento do mérito e no trabalho em equipa, actividade de investigação científica das Universidades, laboratórios ou das instituições com base em programas de inovação tecnológica e modernização industrial desenvolvidos nas empresas ou coordenados por associações empresariais, busca da excelência e respeito pelos direitos e liberdades sindicais dos trabalhadores, criando verdadeiras culturas de negociação do conflito ao nível das empresas, planeamento estratégico e flexibilização que garanta a defesa da cidadania laboral, através dos incentivos fiscais às boas práticas de gestão e inovação (2005: 135).

Não se deve ignorar que há que enfrentar o problema da competitividade mas confrontando esta se possível, “associando-a” à cooperação. E a cooperação situa-se mais do que a competitividade na perspectiva do desenvolvimento sustentável ambientalmente, mas também sustentável socialmente. A sustentabilidade social implica: a coesão social, a preservação do tecido social, a solidariedade nas suas várias dimensões. É oportuno recordar o sentido do que fundamenta quer a concepção da empresa como bem social, quer a responsabilidade social das empresas, nas palavras do autor Henri Bartoli: “o princípio da economicidade, chave da racionalidade económica, recebe assim um conteúdo preciso: a procura plena da cobertura das necessidades do

estatuto humano da vida tais como se exprimem e crescem na comunidade histórica segundo a civilização e a cultura para todos e prioritariamente para os mais pobres, com os menores custos humanos, ecológicos, e instrumentais englobando nestes últimos os custos materiais e financeiros. A disciplina económica volta a ser assim o que ela nunca deveria ter deixado de ser, uma ciência da vida, ordenada para o desenvolvimento humano” (1996: 154).

Seguindo estes princípios, o trabalho comporta direitos. Nos dias de hoje temos que continuar a lutar e a acreditar que o trabalho pode e deve incorporar as dimensões da justiça, da dignidade. A Justiça é um valor importante, no contexto do trabalho justiça quer dizer para a maioria dos trabalhadores: “salário justo”. Salário justo significa, em primeiro lugar, que o rendimento obtido como contrapartida do trabalho deve ser calculado de maneira a permitir uma vida digna para o trabalhador e para a sua família. O esforço inerente a esse trabalho, os riscos que comporta para a saúde, o tempo necessário para a sua execução e a exigência técnica das tarefas a executar, são elementos que devem entrar e ser considerados no cálculo da remuneração. Mas a justiça no trabalho também diz respeito às relações entre trabalhadores e empregadores. Esta relação tem que ser de equilíbrio e respeitar direito e deveres de ambas as partes. No que diz respeito ao trabalho digno, esta dignidade refere-se principalmente às condições de trabalho. Um trabalho digno implica poder trabalhar sem ser discriminado em função do sexo, da raça, da etnia ou de pertença a qualquer minoria. O trabalho deve ser prestado de modo a que o trabalhador se sinta realizado naquilo que faz no seu local de trabalho. Todos aqueles que trabalham devem poder estar organizados em associações sindicais ou comissões de trabalhadores sem que isso lhes cause prejuízos.

Trabalho digno supõe igualmente medidas adequadas para a protecção da saúde dos trabalhadores, respeitando as normas da Higiene e segurança no trabalho, utilizando os meios de produção necessários, sobretudo quando são executados trabalhos perigosos. Trabalho digno implica que a quantidade de trabalho a realizar seja organizado de tal modo que o trabalhador ou a trabalhadora possa executá-lo no tempo, com as suas forças, com as suas capacidade e os meios postos à sua disposição, sem necessidade de recorrer ao aumento dos horários de trabalho através de horas extraordinárias.

Só associando estas dimensões ao trabalho podemos nos dias de hoje construir uma sociedade onde a liberdade do indivíduo se desenvolva e ganhe sentido. A economia só pode na verdade trazer desenvolvimento se os seus dividendos forem

suportados por políticas distributivas que se norteiem pela procura do bem-estar geral e pela redução das desigualdades e injustiças sociais. Apesar das relações de trabalho se terem alterado profundamente, o confronto de interesses entre capital e trabalho mantém-se. Existem portanto razões de sobra para se continuar a lutar pela transformação social. Os empregos precários, a exposição permanente ao desemprego, a desvalorização dos títulos académicos, as escassas oportunidades de se construir carreira profissional, tudo isto pode gerar e motivar formas de organização colectiva para inverter e minorar a desqualificação e a frustração destes trabalhadores.

Mantém-se a exploração e a dominação dos trabalhadores. Muitas pessoas continuam a ser privadas do essencial, os mecanismos de dominação cada vez mais subtis, complexos, e eficazes. Neste contexto laboral, é mais difícil a revindicação. Trabalhar em regime precário é uma condição contratual que não permite aos trabalhadores lutar sem medo pelos seus direitos. O receio de serem despedidos a qualquer momento torna-os trabalhadores constrangidos e submissos.

Como refere Sennett, no contexto de uma nova ordem económica e laboral, o capitalismo dita flexibilidades que atingem os indivíduos, em particular os mais desfavorecidos e situados junto da base da pirâmide social (2001:148).

CAPÍTULO II

POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL

2.1.O QUE SE ENTENDE POR POLÍTICAS SOCIAIS

“No seu sentido mais amplo, a política social inclui todas as políticas estatais e não estatais de bem-estar, desde a segurança social à saúde, educação e habitação, desde redes de segurança aos direitos económicos, desde redistribuição social à assistência social, desde campanha de lutas contra a pobreza à cidadania social” (BOAVENTURA et al: 2001:117). Entendemos como políticas sociais as acções prosseguidas com vista à realização do bem-estar social, como refere a Constituição de 1976 no artigo n.º 91, nº2. No sistema capitalista, as políticas sociais são ferramentas e instrumentos de regulação social. Servem para gerir a desigualdade e a exclusão social provocada pelo desenvolvimento do próprio capitalismo. Esta regulação faz-se através do chamado “contrato social”.

2.2.PARA QUE SERVEM AS POLÍTICAS SOCIAIS E QUAL O PAPEL DO ESTADO

As políticas sociais não se esgotam no papel do Estado, mas são extremamente importantes e necessárias para através delas o Estado assumir o seu papel protector, criar segurança e estabilidade na vida dos cidadãos. As políticas sociais também tem como função combater o risco e a incerteza, libertar as pessoas do medo e das principais necessidades que compõem o padrão básico e civilizacional estabelecido. Permanentemente temos de abdicar das nossas referências tradicionais, dos nossos modos de vida, da nossa identidade construída, dos nossos princípios e formas de socialização. Se não conseguimos esta permanente adaptação à realidade corremos o risco de ficarmos descontextualizados, marginalizados, excluídos, fora do jogo sem qualquer lugar social, as políticas sociais também são importantes para acautelar isto.

As políticas sociais visam prevenir e responder a situações de desigualdade social na sua maioria associadas a formas de pobreza e exclusão social. As políticas sociais têm-se estruturado em dois eixos fundamentais: por um lado através de instituições ou serviços que visam essencialmente a previdência, por outro um conjunto

de acções de carácter mais social ou assistencial para responder a situações de carência ou de precariedade.

A protecção social deve ser entendida ainda como um compromisso social geral para que as necessidades colectivas de uma sociedade sejam garantidas (RODRIGUES: 1995).

A importância das políticas sociais é cada vez maior para evitar que uma grande parte da população não seja excluída de exercer os seus direitos. Esses direitos têm de ser defendidos, reinterpretados por causa das permanentes mudanças e recomposições sociais e alargados para garantir bem-estar e qualidade de vida aos cidadãos. Só o conhecimento e a interiorização dos direitos permitem consciencialização e participação dos cidadãos. A política social de direitos não estimula nem reproduz a dependência, não agarra as pessoas à precariedade. A nossa política social tem sido essencialmente assistencialista e caritativa, por isso encontramos utentes sem objectivos, sem confiança em si próprios, sem vontade de participar em nada, sem perceber as causas dos seus principais constrangimentos desconhecendo as regras, as leis e os mecanismos do esquema de protecção e com uma atitude cada vez mais subsidiodependente.

As políticas sociais são estruturadas em direitos e rompem com as obrigações morais do Estado ou das instituições de apoio social. Protecção social tem que significar mais intervenção e a responsabilidade do Estado com cobertura universal de direitos e benefícios generosos.

Para atenuar focos de tensão provenientes do crescimento das desigualdades sociais dos novos processos de exclusão social, são necessárias políticas sociais activas que actuem de forma global e integrada ao nível da saúde, da educação, do emprego, Habitação, etc...

Perante o crescimento das desigualdades e das exclusões sociais em contexto de globalização económica, cultural e política, urge rever e redimensionar o papel do Estado bem como dos modos de regulação às diversas escalas espaço temporais. Não pode ser entregue ao mercado a tarefa da redistribuição.

Política social a sério só quando houver equidade e justiça na distribuição dos ganhos de produtividade, e essa tarefa cabe ao Estado. Está errada a ideia de “ganhai a guerra do económico e tudo virá por acréscimo”, tal como refere Manuel Carvalho. A luta contra a exclusão social é uma condição para o sucesso económico. Não devemos gastar tanto no sistema prisional como em educação. Assim, acontece na Califórnia. (Jornal Público 13 de Novembro de 2005).

Como refere António Manuel Hespanha, não se defende um Estado que planifique mal, que execute pior, que seja arrogante e abusivo no exercício do poder (Jornal Público, 19 de Setembro de 2004). Defende-se um Estado impulsionador, que abra escolas e caminhos-de-ferro, que fomente a economia, a generalização do ensino, da saúde e da previdência, a protecção dos mais fracos. Segundo este autor, compete ao Estado criar condições aos cidadãos para que eles possam decidir livremente e isto só se consegue quando o Estado fomenta a igualdade de oportunidades, desenvolve a cultura, garante a pluralidade, fomenta o pensamento crítico.

É importante a intervenção do Estado não só para assumir a responsabilidade de regulação dos mercados como para executar políticas sociais que defendam direitos universais. Pode existir intervenção do Estado e ao mesmo tempo responsabilização e iniciativa individual. Pode existir intervenção do Estado e equidade e eficiência, pode existir intervenção do Estado para promover justiça e coesão social sem ferir o crescimento e a competitividade.

Quando se aborda a importância e o papel do Estado nas políticas sociais não se pode interpretar isto como um sinal de comando ou protecção na economia. O mercado deve funcionar para gerar e criar riqueza, mas com regras. Sem riqueza não há nada para distribuir, mas se o mercado é eficiente a gerar riqueza o Estado também tem de o ser a produzir políticas de justa redistribuição. O livre funcionamento do mercado gera pobreza e exclusão e, no melhor dos casos, o paliativo da caridade. Como afirma Capucha a primeira das funções do Estado é neutralizar e reparar tais efeitos através da regulação. Não há combate à pobreza eficaz se o Estado for fraco e permeável à influência dos grupos com mais poder. O Estado tem que ser fiscalizador e normativo para que todos os cidadãos cumpram os seus deveres e tenham acesso aos seus direitos. Mas o primado das políticas públicas vai muito para além do papel fiscalizador e regulador do Estado. Associado à função de regulação o Estado deve fornecer bens e serviços em condições que o mercado ou oferece de forma selectiva ou não oferece. Falamos obviamente de serviços como os de saúde, transportes, vias de comunicação e informação, educação, higiene e ambiente, equipamentos sociais, segurança social, serviços em condições de acesso universal. Só com a intervenção do Estado certos grupos da população podem ter acesso a estes serviços (CAPUCHA: 2005).

Um Estado que garanta a supremacia do interesse colectivo sobre os interesses particulares não significa que seja um Estado colectivista, com uma administração pública monopolista que gasta muito e mal com mais de setecentos mil funcionários.

Muitos analistas afirmam que em Portugal existe um dispêndio exagerado do sistema social. Afirmam que o Estado já gasta metade do que a sociedade civil produz, que não continuará a ter receitas suficientes para manter os apoios sociais mínimos e garantidos. Este dispêndio alargado de que falam, infelizmente não se reflecte na aplicação de políticas sociais que combatam as desigualdades e a exclusão social. Importante será lembrar que a despesa do Estado não é só em saúde, educação e acção social. São encargos que resultam também do funcionamento das Forças Armadas, do pagamento aos políticos, dos serviços policiais, do funcionamento dos Tribunais e prisões.

A evolução dos direitos humanos a nível internacional, bem como a carta dos direitos fundamentais da União Europeia e a sua integração no tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, permitiu que os cidadãos, cada vez mais conscientes dos seus direitos fundamentais passassem a ser mais exigentes face aos poderes públicos.

Em Portugal, existe um consenso relativamente à imperfeição do Estado, dado que os padrões de qualidade dos serviços públicos de Educação, Saúde, e da Justiça, e de um modo geral das demais áreas de actividade do Estado, longe de revelarem desejáveis melhorias, parecem regredir, provocando efeitos particularmente negativos nas pessoas de menores rendimentos ou de baixo estatuto social.

No passado dia 25 de Novembro de 2005 o ex-Presidente da República, Jorge Sampaio, alertou durante o seminário “*Pensar a Democracia*” que decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa para os perigos de uma “erosão generalizada” dos direitos sociais, que atingiria “o coração dos direitos cívicos e políticos”. Jorge Sampaio salientou que a “equidade social” é uma das questões a que a Democracia deve dar “atenção redobrada”. O exercício de um núcleo básico de direitos sociais é, hoje consubstancial à Democracia.

2.3.COMO SE ESTRUTURARAM AS POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL

Não é possível falar em políticas sociais em Portugal sem fazer referência ao aparecimento do Estado Providência. Segundo Mozzicafredo, a acção e desenvolvimento do Estado Providência em Portugal manifesta-se na implementação e concretização das “políticas sociais gerais e compensatórias de protecção de determinados segmentos da população”, na “implementação de políticas macroeconómicas e de regulação da esfera económica privada, intervindo nas disfuncionalidades das regras do mercado”, bem como no estabelecimento de “formas de consciencialização, isto é, institucionalizando a concertação entre parceiros sociais e económicos em torno dos grandes objectivos, como o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais” (1997: 32).

Para Ana Paula Santos Quelhas (2001) o aparecimento do Estado Previdência em Portugal é tardio e condicionado por um conjunto de circunstâncias particulares da nossa história recente. Em primeiro lugar, poderemos apontar a débil industrialização e o consequente parco papel do operariado. Em segundo lugar, a situação política Salazarista não se coadunava com a existência de uma política social activa. Ainda em terceiro lugar, a existência de uma longa tradição em termos de assistência social, que se desenvolveu, em larga medida sob a capa protectora da igreja ou através do movimento mutualista que permitiu colmatar, remediar, ou remendar durante muito tempo as necessidades causadas por situações sociais mais gritantes.

Medina Carreira (1996) refere que o Estado Social em Portugal, surgiu no momento em que se instalou a crise económica mundial, nomeadamente o desemprego maciço e as preocupações com o desenvolvimento demográfico. As políticas sociais surgem em época de crise e, por isso estão, também, também elas próprias em crise.

Para Eduardo Victor Rodrigues (1999) o sistema de Segurança Social surge, em Portugal, no momento em que outros sistemas, designadamente os dos países e centro da Europa, começam a sentir problemas no que respeita à sua sustentabilidade financeira.

Tudo começou em Portugal na década de 30 quando são instituídos os seguros sociais obrigatórios integrados no sistema da Previdência Social. “Em 1930 a economia portuguesa estava entre as mais atrasadas da Europa. Portugal era uma sociedade paternalista e polarizada em termos de classe, com uma poderosa burguesia terratenete, um pequeno mas crescente grupo de grandes industriais, uma classe média tradicional

fraca, uma massa imensa de camponeses e trabalhadores rurais ignorantes e miseráveis e um número considerável de operários urbanos” (MÓNICA: 1978: 79-81).

Esta situação de atraso económico e social irá marcar, até aos anos 60 a natureza e o ritmo da evolução das políticas sociais em Portugal.

Entre 1958 e 1974 ocorre o êxodo rural. A industrialização chama as pessoas para a cidade e começam a surgir problemas associados à urbanização, como o aparecimento de barracas, bairros de lata, o desemprego, o crescimento da população, a intensificação dos movimentos migratórios e emigratórios. Todos estes factores de recomposição social são importantes e decisivos na estruturação das políticas sociais. Quer isto dizer que as políticas sociais estão fortemente dependentes do tipo de desenvolvimento económico, da urbanização, da demografia, da composição da família.

Com o surgimento de novos problemas sociais cada vez mais complexos e dinâmicos, é importante o Estado intervir de forma mais organizada para aliviar as situações de pobreza. Um primeiro passo institucional de lançamento da assistência pública em Portugal ocorre em 1835 cumpria o Estado subministrar socorros de caridade, dar “conveniente trabalho a uns” e “educação aos que dela carecem” (MEDINA: 1996).

Uma fraca assistência pública e um mutualismo de reduzida projecção face à gravidade dos problemas sociais caracterizavam a política social da época deixando de cobrir importantes riscos sociais como a maternidade, a viuvez, o desemprego, os acidentes de trabalho, as doenças profissionais e os trabalhadores do sector agrícola.

Apesar de Portugal nesta época ser um país economicamente atrasado, pobre, agrícola, com forte peso da igreja, analfabeto e politicamente fechado, as influências do mundo exterior, mesmo antes de aderir à Comunidade Europeia, foram tendo alguma permeabilidade.

Em 1890, Bismark foi obreiro do “Estado Social” Alemão através da criação dos sistemas de Seguros sociais obrigatórios. William Henry Beveridge, economista britânico, em 1919 e 1937 preconizou alguns dos princípios fundamentais sobre os quais se ergueram os sistemas de segurança social. Já em 1911 Ferdinand Lassale, considerado um dos fundadores do Socialismo Alemão, publicou uma série de brochuras em que defendeu o estabelecimento de um sistema de associações operárias com o auxílio do Estado.

Sendo assim, vamos percebendo que os sistemas de protecção social vão surgindo e ganhando forma ao tentar dar resposta e encontrar soluções para problemas

sociais que surgem na reconstrução dos países no período pós-guerra para resolver problemas associados ao fordismo e ao capitalismo organizado.

O Estado Providência formou-se a partir da forte relação entre a produção e a sociedade, ou seja, entre o trabalho industrial e a vida social. Existia na altura uma correspondência entre os imperativos do crescimento económico e a exigência de uma maior equidade social. Keynes pretendia conciliar a eficácia económica com a justiça social. O crescimento da produção também permitia ao Estado mais investimento e consumo. O Estado aumentava o seu papel de intervenção na sociedade através do investimento directo, de políticas de regulação económica, de políticas sociais, de incentivo ao consumo e de estímulos à actividade produtiva.

Para Boaventura de Sousa Santos, o aparecimento do Estado Providência em Portugal estrutura-se para permitir ao Estado conciliar os interesses do capital e do trabalho, permitir a acumulação capitalista, reservar dessa acumulação uma migalha para a esfera social e poder considerar isto um direito mínimo, mas um direito (2001:185). Segundo este autor, inerente à construção do Estado Providência surge a construção do pacto social. Em Portugal o pacto social não foi possível logo a seguir à revolução do 25 de Abril, não só porque o capital foi devastado pelas nacionalizações de 1975 mas também porque após de 50 anos de tutela autoritária, nem o capital nem o trabalho tinham qualquer experiência de trabalho e negociação autónomas. Não foi fácil criar condições para a existência de um pacto social. Quatro factores foram fundamentais, para o seu aparecimento: a Constituição política de 1976, a criação do conselho permanente de concertação social, a revisão constitucional de 1982 e a integração de Portugal na CEE em 1986.

A Constituição da República de 1976 reconhece novos direitos tais como os direitos à Segurança Social e à Protecção social, artigo n.º 63 e n.º 64 respectivamente, conferindo ainda ao Estado a organização, co-organização e financiamento de um sistema de segurança social unificado e a descentralização e a promoção de um serviço de saúde universal, livre e nacional. A Constituição reconhece ainda o direito de participação das associações sindicais e outras organizações representativas das classes trabalhadores na implementação das medidas de segurança social e destaca o papel das Instituições Sociais de Solidariedade Social (IPSS), regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado.

Por outro lado, consagram-se, como objectivos da Segurança social, a protecção na doença, no desemprego, na velhice, na invalidez, na viuvez, na orfandade e noutras

situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. Como refere Medina Carreira (1996) podemos afirmar que só a partir de 1974 é que o verdadeiro regime de Segurança Social começou a ser efectivamente implementado em Portugal, porque até então vigorava uma estrutura corporativa de previdência baseada nos seguros sociais obrigatórios. Para Mozzicafredo (1997) o Estado Providência quando surge cumpre três funções tradicionais, regulador da interdependência entre o crescimento e da economia e a justiça social, garantia dos mecanismos da redistribuição social e mobilizador dos recursos capazes de legitimar o modelo de dominação política existente na sociedade.

O que designamos como Estado Social está longe de ser um modelo único. Pelo contrário, tem diversas variantes, tantas como as suas diferentes origens. De comum sobressai a ideia de que incumbe assegurar um mínimo de protecção social a todos e velar pela coesão social. Para Vital Moreira (Jornal Público 15 de Novembro de 2005) são quatro as vertentes tradicionais do conceito.

A primeira é a protecção contra situações de carência ou infortúnio (doença, desemprego, invalidez, velhice) as suas principais expressões são os sistemas públicos de saúde e de Segurança Social. A segunda vertente é assegurar a prestação de serviços considerados essenciais para todos, desde a educação aos serviços básicos, como a água e o saneamento, a energia, os transportes públicos entre outros. A terceira componente tem a ver com a protecção dos direitos laborais, desde a limitação da jornada de trabalho, às férias pagas desde a segurança no trabalho à proibição de despedimentos arbitrários. O quarto elemento do Estado Social diz respeito ao financiamento das despesas públicas por meio de um sistema tributário progressivo, em que os mais ricos pagam proporcionalmente mais impostos do que os mais pobres ou remediados.

Quando surgiu o 25 de Abril estava já em curso a junção da previdência com a Assistência Social e caminhava-se num sentido de se criar um sistema nacional de saúde independente quer da previdência quer da assistência. A legislação do trabalho obedecia à preocupação de garantir a estabilidade de emprego embora se aceitasse a liberdade de despedimento por parte das entidades empregadores. As relações colectivas de trabalho estavam sujeitas a um pesado controlo administrativo, a fixação do salário mínimo e a criação do subsídio de desemprego começavam a institucionalizar-se. A revolução do 25 de Abril trouxe consigo várias promessas no campo das políticas sociais. A erradicação do analfabetismo, o desenvolvimento da reforma educativa e a ampliação dos esquemas da acção social escolar foram inseridos na rubrica do programa do

Governo. Das medidas implementadas destacam-se a criação do salário mínimo nacional, o aumento do abono de família, o aumento da pensão mínima e a criação da pensão social.

2.4. CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA

Apesar da evolução verificada nos sistemas de protecção social ao longo dos tempos (mais responsabilização do Estado, mais investimento, mais riscos cobertos, melhores apoios, ajudas mais prolongadas, nova orgânica dos serviços, legislação mais consistente), o Estado Providência que nunca foi ou existiu em Portugal por falta de capacidade económica e vontade política está em crise como em toda a Europa.

Contrariamente ao que afirma Maria de Fátima Bonifácio (Jornal Público 2 de Novembro de 2005) ao referir que o nosso modelo social durante três décadas foi justo e bondoso, em Portugal efectivamente nunca existiu um verdadeiro Estado Providência. O que ainda hoje se verifica é um baixo investimento financeiro do Estado na cobertura de riscos, um peso significativo de instituições ligadas à Igreja, a importância da solidariedade familiar, a ambiguidade e a pouca clareza entre sector público e privado na protecção social e a existência de grandes desigualdades sociais onde a diferença entre os ricos e os pobres é cada vez maior. Mesmo assim este sistema de protecção público está em crise.

A capacidade de financiamento do sistema é cada vez menor, o aumento do número de beneficiários (reformados, desempregados, doentes, titulares de RSI) e a diminuição de receitas, desequilibra os regimes de protecção. O envelhecimento da população, o aumento do desemprego estrutural, as sucessivas crises económicas, a globalização e as modificações tecnológicas, provocam grande desequilíbrio nas contas públicas e nas receitas do Estado para apoiar quem mais precisa. A tendência para o desequilíbrio orçamental é cada vez maior, sem crescimento económico, o Estado Providência parece ficar sem “pernas para andar”.

Muitas mudanças ocorreram para gerar esta crise. Deixou de existir conciliação entre eficácia económica e justiça social. O Estado vai se retirando gradualmente das suas principais funções e competências de protecção social, a globalização e a abertura das fronteiras fez com que as economias nacionais deixassem de poder sozinhas sustentar o compromisso de igualdade e bem-estar de todos os cidadãos. Quando o

Estado Providência entra em crise, deixa de ter força e consistência para proceder à regulação social. O mercado passa a funcionar como o principal mecanismo de regulação, o sistema económico, regulado pelo mercado, acaba, nas sociedades capitalistas avançadas, por se converter no grande regulador de toda a vida social (FERNANDES: 2006).

Dadas as profundas transformações sociais, o Estado Providência e o seu modelo de apoio parece estar desajustado, não está a ser eficaz e sem reformas urgentes não tem futuro nem viabilidade. Como referimos anteriormente, a existência de uma estrutura demográfica fortemente envelhecida e a grande incerteza relativamente à evolução do nível de emprego constituem apenas alguns desses desafios. Só com empresas competitivas pode haver crescimento económico para sustentar as despesas sociais do Estado. As empresas afirmam que para serem competitivas não podem ter muitos encargos com os seus trabalhadores. É que, de facto, o sistema de cálculo das contribuições para a Segurança Social que continua a vigorar foi criado num período em que dominavam as empresas de trabalho intensivo, as quais eram a fonte da maior parte da riqueza criada no País, mas devido ao rápido desenvolvimento tecnológico e à crescente globalização económica e financeira as empresas de trabalho intensivo têm perdido a sua importância na criação da riqueza nacional, e são fundamentalmente as empresas de capital de conhecimento intensivo que ocupam cada vez mais esse lugar. Assim, o sistema de cálculo das contribuições com base na massa salarial, criado há cerca de cinquenta anos, revela-se cada vez mais desajustado e injusto, na medida em que penaliza fortemente as empresas de trabalho intensivo agravando os seus custos não salariais e favorece as empresas de capital e conhecimento intensivo que, apesar de serem hoje as principais fontes de riqueza e dos lucros gerados no país, contribuem para a Segurança Social com uma percentagem mais baixa da riqueza criada, já que as remunerações têm cada vez um peso mais reduzido relativamente à riqueza que criam todos os anos.

O desemprego estrutural, a ineficácia existente na arrecadação de impostos, (“Fisco perdoa multas a Bancos e Seguradoras”, Jornal Público, 16 de Novembro de 2006; “Fisco deixou prescrever mais de 230 milhões de euros”, Jornal Público, 5 de Janeiro de 2007) os novos fluxos migratórios e o apetite de interesses corporativos e privados na gestão do sistema público de pensões, também são factores que vieram desequilibrar o sistema. Inerente às razões expostas é muito importante referir na crise

do estado Providência a falta de força política do Estado para regular e disciplinar o mercado com regras e leis para as empresas.

Com o desenvolvimento do processo de globalização, cada vez mais factores externos e globais, causam desigualdade, pobreza e exclusão social, o desemprego, a deslocalização de empresas contribuem decisivamente para o enfraquecimento e diminuição das receitas da Segurança Social. Por causa desta crise, o sistema está a sofrer medidas de ajustamento muito prejudiciais para os beneficiários. Para conter custos, reduzir despesas estamos a assistir ao desmantelamento do Estado Providência. Essas medidas de ajustamento traduzem-se em alterações que tornam mais difícil o acesso dos contribuintes a determinado tipo de direitos e benefícios. (Actualmente, os três primeiros dias de baixa não são em regra subsidiados. Os trabalhadores que têm mais do que 365 dias de baixa tem direito a 70% do salário. Todos os outros têm 65%. Os doentes com tuberculose têm direito entre 80 a 100% da remuneração. O que actualmente se pretende é reduzir para 50% do salário as baixas até 30 dias e para 60% as baixas entre os 30 e os 90 dias. Esta medida representa grandes cortes no subsídio de doença na maioria dos trabalhadores com baixa médica, (tendo em conta que a grande maioria das baixas 81% não ultrapassam os 90 dias). As prestações são mais baixas e os apoios por menos tempo. Começam-se a perder direitos adquiridos, suspendem-se os progressos automáticos nas carreiras profissionais, congelam-se os aumentos salariais, extinguem-se subsistemas de protecção (saúde), aumenta-se a idade da reforma. Os sacrifícios, a perda de direitos e de benefícios são explicados aos portugueses no âmbito de uma urgente e necessária gestão de rigor, caracterizada pela contenção e pelo corte de despesas que o Estado Social pela falta de recursos económicos não pode continuar a suportar. Dentro da lógica avassaladora que vê o Estado como uma empresa, destinado portanto, a dar lucro, nega-se aquilo que deveria ser o centro da acção do Estado, as pessoas e o seu bem estar. As autarquias são sufocadas com cortes orçamentais provenientes do orçamento geral do Estado. Quando anteriormente referimos que a estruturação das políticas sociais também está associada uma forte componente ideológica, apresentamos este exemplo para explicar que não há dinheiro para aumentar o montante mensal das pensões sociais mas por opção política este governo em 2005 na preparação do orçamento de Estado para 2006, em ano apregoado como de austeridade, prevê que se gastem 58 milhões de euros com as missões militares no estrangeiro, e aponta para certa de 300 milhões de euros as despesas de Portugal com o rearmamento

militar necessário ao bom desempenho das missões NATO e similares. O aparecimento de novas necessidades sociais também tem desequilibrado as contas do Estado Providência. O aumento da esperança de vida, a persistência do desemprego, o aumento do número de toxicodependentes, prostitutas e seropositivos, o aumento do número de imigrantes, o reforço das verbas em policiamento e o investimento público em despesas resultantes da criminalidade e insegurança, são razões e motivos que também têm de ser consideradas na caracterização desta crise.

Com o decorrer dos tempos surgem mudanças e transformações sociais. O Estado Providência surge no nosso país sempre ao lado de grandes transformações sociais. A crescente industrialização, a diminuição do sector e do peso agrícola o desenvolvimento do sector de serviços, o aumento das migrações interior/litoral, o desenvolvimento da urbanização, a transição política para uma Democracia e para um sistema económico de mercado aberto, a inserção profissional de mulheres no mercado de trabalho, o aumento dos níveis de escolarização, o aparecimento das indústrias e dos consumos culturais, todos estes acontecimentos foram influenciando e moldando a intervenção do Estado a nível social.

Para novos tempos, novas políticas sociais. Mas modernidade, desenvolvimento, progresso, mudança social, não pode significar retrocesso, perda de direitos e de protecção social. O mundo mudou muito e é verdade que o Estado Providência tem necessariamente que se adaptar e de sofrer alterações. Diminuiu a taxa de fecundidade e de natalidade. A redução destes dois indicadores determina o duplo envelhecimento das populações. O aumento da esperança de vida para os idosos significa mais despesa com reformas e pensões. Os fluxos migratórios aumentam todos os dias e representam encargos para a Segurança Social muito elevados, geralmente os imigrantes quando trabalham o seu emprego é clandestino sem proceder a descontos para a Segurança Social. Os que não exercem actividade profissional só aumentam o número dos que precisam do apoio do Estado em RSI, saúde e outras despesas do bolo da acção social.

O surgimento as famílias monoparentais, associado ao aumento de divórcios também faz corresponder mais despesa e encargos ao Estado. Estas famílias são geralmente desprotegidas, mais frágeis e necessitadas. Com a feminização do emprego, necessidades e cuidados de protecção que eram assegurados pelas mulheres domésticas desapareceram. O parentesco, as relações de vizinhança, a ajuda da paróquia e do quintal já não existe como antigamente. Hoje, estes suportes ou desapareceram ou já revelam alguma fragilidade para resolver ou ser solução para o bem-estar de muitas

famílias. O Estado passou a ter que subsidiar instituições de solidariedade social para acolher crianças, jovens e idosos em equipamentos de creche, infantário, centro de dia, serviço de apoio domiciliário. Este aumento das despesas sociais do Estado exigia mais transferências em contribuições para o Estado, o que não se tem verificado. O desemprego persistente e estrutural como atrás referimos resulta essencialmente de novos modos de trabalhar e produzir. A valorização das novas tecnologias provoca necessariamente mais despedimentos e desemprego, menos contribuições para a Segurança Social e mais despesas para o Estado em protecção para estes desempregados.

Mas para Pierre Rosanvallon (1984) a crise do Estado Providência não deve ser analisada só na perspectiva da falta de receitas ou recursos para distribuir. É preciso entender a crise do Estado Providência num contexto sociológico mais abrangente. Será então necessário referir que a estrutura social permanentemente sofre alterações e os processos de recomposição social alteram muito a relação que os indivíduos têm com o Estado e o Estado com estes. Todas as transformações daqui resultantes podem configurar novos conceitos de protecção, novas abordagens de concepções de direitos, novas teorias sobre o papel protector do Estado, novos paradigmas sobre que necessidade é preciso acudir.

Nos dias de hoje, a protecção do Estado perante as situações de desemprego é importante mas é mais valorizada a intervenção do Estado para agir na segurança física dos cidadãos nas grandes cidades, na prevenção de acidentes nucleares e nas ameaças de terrorismo internacional.

A crise do Estado Providência também resulta de um profundo ataque ideológico. Os teóricos neoliberais continuam a divulgar a ideia de que o Estado era considerado um instrumentos para resolver problemas, hoje parece que o problema é o próprio Estado. Para os liberais o Estado deve existir apenas para corrigir insuficiências do mercado e para atenuar os efeitos perversos desse mercado. Para estes pensadores a redistribuição do Estado Providência é ineficaz e injusta.

Para Adam Smith, a missão do Estado deve limitar-se ao funcionamento da justiça e dos Tribunais, à protecção dos cidadãos e à manutenção da ordem. A cobrança de impostos para suportar os encargos da sua missão e a defesa do território também devem ser tarefas importantes do Estado. É preciso, por fim que o Estado desenvolva e crie infraestruturas necessárias ao crescimento da actividade económica (cit. por ROSANVALLON: 1984). Bentham dizia que em cada Homem devia existir ambição de

enriquecer individualmente. O grupo e a comunidade assim também enriqueceriam. O Estado deve criar as condições mínimas para que cada um se possa desenvolver individualmente (idem). Para Burke o Estado pode fazer muito pouco pelos cidadãos. A excessiva intervenção do Estado só cria perturbações no mercado. O autor refere que as pessoas habituem-se ao apoio do Estado e quando este falha revoltam-se contra o próprio Estado (idem). Isto é perigoso e contraproducente. Nem sempre existem ciclos de abundância, por isso, compete ao Estado assegurar a ordem social nem que seja pela força. O Estado deve fazer tudo para que os ricos durmam tranquilamente nas suas camas. Para Humboldt gerar felicidade impedir que o mal apareça e se desenvolva não são tarefas ou competências do Estado. O que deve ser valorizado, segundo este autor, é a iniciativa pessoal, o desenvolvimento das capacidades de cada um, sem tutela ou subjugação da burocracia do Estado. O Estado é importante para garantir a segurança e o cumprimento da lei, não deve interferir na educação pública, na religião, na cultura e nos costumes. Se assim fosse o Estado estaria sempre presente em tudo e em cada lugar (idem).

2.5.NÃO ACEITAR NADA DISTO COMO INEVITÁVEL

Com a crise que se instalou nas economias ocidentais no início da década de 70 o modelo de protecção Keynesiano dos Estados de “bem-estar” começou a ser questionado. Como afirma Bernard Perret e Guy Roustang parece que sem comunismo, sem ditadura do proletariado, sem Marxismo, sem luta de classes e sem organização do trabalho na produção em massa a questão social ficou órfã (PERRET; ROUSTANG: 1993). Este momento de fragilidade constitui uma excelente oportunidade para os defensores da esfera privada iniciarem com falsas funções de protecção social, um grande mercado e um belo negócio lucrativo. Em 1986 Portugal introduziu no ordenamento jurídico português a figura das sociedades gestoras dos fundos de pensões (Decreto-Lei 396/86 de 25 de Novembro). A quem servem estes planos? Quem tem dinheiro para subscrever títulos e tem capacidade de aforro, quem quer ter benefícios fiscais e quem tem avultados rendimentos. A poupança ou descontos dos trabalhadores nestes fundos de pensões não são para o Estado. Se as contribuições não forem obrigatórias a segurança pública ficará descapitalizada, muitos trabalhadores não prepararão o seu futuro e a solidariedade entre gerações desaparece.

Dito isto, podemos concluir que a crise do Estado Providência é um bom argumento para os defensores da ideologia neo-liberal, mas como afirma Boaventura de Sousa Santos “...o capitalismo está longe de proporcionar situações generalizadas de bem estar...” (1994: 25-33). Agostinho Marques Neto, Psicanalista e professor universitário, brasileiro referiu recentemente numa Conferência na Universidade de Coimbra “o Neoliberalismo implica necessariamente exclusão mesmo na cidade mais rica que possamos imaginar.” Sustentou o académico brasileiro para quem este sistema implica também “o deslocamento da soberania do Estado para o mercado e a migração em geral, de todos os conceitos políticos para a esfera do económico.” Sendo assim, a solução para a crise do Estado Providência não é a privatização dos serviços lucrativos da acção social. Privatizar significa recuar. O que é necessário e urgente é tornar o sistema menos burocrático, reduzir os seus custos de funcionamento, combatendo o desperdício e a má gestão, promover mais fiscalização para combater as fraudes. A recuperação das dívidas à Segurança Social por parte das empresas e do próprio Estado. (Segundo dados do próprio Governo as dívidas do Estado à Segurança Social atingem já cerca de 2,5 mil milhões de Euros). De acordo com informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, em Abril de 2005 as dívidas das empresas à Segurança Social situavam-se entre 3,2 e 3,3 milhões de euros (Jornal Público, 23 de Abril de 2005). O cruzamento de dados entre os contribuintes fiscais e a Segurança Social, o combate à economia paralela e subterrânea, a alteração de algumas taxas contributivas (uniformizar o mosaico das taxas sociais e terminar com certas categorias profissionais que pagam menos contribuições para a Segurança Social do que o comum dos trabalhadores), a criação de novas formas de financiamento (estabelecimento de uma taxa a incidir sobre as transacções financeiras realizadas nas bolsas de valores), o levantamento do sigilo bancário, a criação de um departamento especialmente vocacionado para a recuperação de dívidas, podem ser medidas importantes para atenuar e inverter a crise económica do sistema de protecção.

A crise do Estado de Providência também é gerada no seio de um amplo processo de globalização. É preciso que os países se organizem para defenderem um modelo de protecção social eficaz e adequado. Combater e impedir a deslocalização das empresas, taxar as altas fortunas, combater os paraísos e as fugas fiscais, aplicar a taxa Tobin, influenciar o Banco Central europeu para aplicar políticas de pleno emprego e impedir que os Estados fiquem condicionados com limites de despesa pública, são

algumas medidas que podem ser tomadas pelo poder político para “salvar” o Estado Providência”.

Quando o poder político tem força suficiente e demonstra vontade e determinação, as políticas sociais podem assumir outra filosofia e configuração. Com o 25 de Abril em Portugal foi possível uma maior participação do Estado no financiamento das políticas sociais, uma elevada abrangência em termos de riscos e encarar a protecção social como um direito e um princípio básico de cidadania. Quando há vontade política é possível avançar e progredir nos sistemas de Segurança Social e protecção. Entre 1995 e 2000 foi possível introduzir o regime não contributivo subsidiado pelo Estado através dos impostos, foi aplicado o RMG (Rendimento Mínimo Garantido) como um direito e não como um acto de caridade ou favor, o aumento do valor das pensões e o lançamento do mercado social de emprego. São exemplos de algum salto civilizacional. A criação de novos serviços públicos na área da educação, saúde e Segurança Social, o apoio à maternidade, ao desemprego involuntário, a protecção dos trabalhadores rurais, às doenças profissionais, aos trabalhadores do serviço doméstico, passaram a ser riscos protegidos.

Infelizmente é cada vez mais utilizado o argumento de que o Estado não pode gastar o que não tem, não pode distribuir nem redistribuir a riqueza que não é criada, e que o desemprego estrutural não permite melhoramentos na protecção social. Medina Carreira afirma mesmo, “no contexto em que vivemos é mais fácil ser “socialmente” coeso e justo, por palavras, do que enfrentar com seriedade e reformas a dura realidade. O refluxo financeiro do “social” já começou em quase todos os países da União Europeia dos 15, mais ricos do que Portugal. Com a economia “possível” queremos manter um Estado “impossível”. O aumento previsível da riqueza, na próxima década, não suportará o ritmo do agravamento actual das despesas públicas. Continuando “tudo”, como no período de 95 a 2004, precisaríamos de atingir, em 2015, um “nível de fiscalidade” de 50%. Ou de crescer economicamente durante uma década completa, à taxa real e anual média de 4,5%. Nem os mais optimistas esperam tanto” (Jornal Público 4 de Maio de 2005).

Mesmo assim, até à segunda metade da década de 90, a principal abordagem sistemática ao problema da pobreza em Portugal, assentou assim em projectos de desenvolvimento comunitário de base local, mantendo-se a protecção social limitada às prestações assistenciais de recurso, casuais e dependentes da disponibilidade orçamental, sempre irrisória (CAPUCHA: 2005: 149).

Certos teóricos consideram que garantir o mínimo já é um avanço importante, mas como refere Sposati debater “os mínimos é optar pelo reducionismo, queremos sim máximos sociais” (1997: 9-37). A política social de mínimos (Rendimento Mínimo Garantido, salário mínimo, pensão mínima) não tem diminuído nem contribuído para combater a exclusão social. Convencer os utentes que só o mínimo é possível, que este mínimo já garante dignidade, que ao reivindicar o mínimo o cidadão já está a ter consciência social, são argumentos injustos e totalmente desonestos.

Política social de mínimos perpetua os beneficiários na situação de pobreza, não garante autonomia nem emancipação, não satisfaz de forma eficaz necessidades básicas de subsistência dos seus clientes. O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), já aumentou em quase 6 mil pessoas desde o início de 2006. No final do ano de 2005, estavam registados junto da segurança social, 265 000 beneficiários, quer do RSI, quer do sistema antecessor (Rendimento Mínimo Garantido: RMG). Em Março de 2006 o número tinha subido para 268 mil pessoas inscritas nesta medida de apoio, segundo dados revelados pelo Presidente do Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, Manuel Pires em declarações ao Jornal de Notícias em 30 de Agosto de 2006. “Beneficiários do Rendimento Mínimo não aprendem a pescar em rio frio.” (Jornal Público, 20 de Dezembro de 2004). “Metade das famílias do Rendimento de Inserção repete a prestação” (Jornal Público, 14 de Abril de 2005)

Mesmo assim, e segundo a lógica neo-liberal dominante o crescimento económico não permite criar Estados de bem-estar que concedam benefícios mínimos já estabelecidos. Por causa do desperdício, da ineficiência e dos limites dos recursos financeiros, o Estado não pode ter políticas sociais generosas. Todo o processo de crescimento acaba por alcançar um certo grau de saturação e por atingir um limite estrutural.

Segundo a perspectiva Neoliberal, as despesas públicas constituem um obstáculo à competitividade. A ideia básica é que os problemas sociais se resolvem de forma “natural” através do livre funcionamento do mercado, obrigando todos os agentes, individuais e colectivos a adoptar uma atitude competitiva poupando-se assim nas despesas sociais que conduzem à dependência dos assistidos.

Só com uma economia forte e um sistema fiscal eficaz e justo se poderia evitar o corte ou restrições de direitos e benefícios já adquiridos. No que diz respeito à colheita fiscal é também oportuno citar Saldanha Sanches e José Casalta Novais. Estes fiscalistas afirmam que o Estado permite a fuga aos impostos, concede benefícios fiscais, não tem

máquina administrativa e técnica para cobrar as dívidas, e sobre a lei dos sinais externos de riqueza só se legislou para apanhar o “peixe miúdo”. As grandes fortunas ainda não conseguem ser fiscalizadas nem tributadas (Jornal Público 16 de Março de 2005). Como refere João Teixeira Lopes “Um Estado que não cobra devidamente os impostos, isenta boa parte das suas mais valias e favorece as fugas para os paraísos fiscais. Um Estado que assiste impávido, sem sequer se questionar, a uma mais valia potencial de 680 milhões de euros na Galp por parte do grupo Amorim, em apenas 8 meses e a um lucro superlativo de 85 milhões de euros da Sonae, no primeiro semestre deste ano” (Jornal Público 14 de Setembro de 2006). No que diz respeito ao combate e à fraude fiscal, podemos ainda referir que num universo empresarial de 300 mil empresas, em 2006, não pagaram impostos 67 mil firmas. Segundo o director geral das contribuições e impostos os números indicam que as empresas que não pagaram impostos em 2006 representam entre 17 e 20% do total (Correio da Manhã, 8 de Outubro de 2006).

Para rebater o argumento da falta de recursos financeiros é bom lembrar Manuela Silva que num seminário promovido pela comissão parlamentar do trabalho e assuntos sociais da Assembleia da República, em Abril de 2004 referiu “Confia-se de mais nas previsões de crescimento económico a prazo, para fazer face à exclusão social, quando nas últimas décadas esse crescimento existiu sem que as desigualdades sociais tenham sido reduzidas (Jornal Público 28 Abril de 2004).

É verdade que a contenção sustentada da pobreza não se pode atingir sem uma economia saudável, isto é, sem uma economia que produza riqueza em bens e serviços. Mas os números que nos dão a medida do crescimento da economia (em regra taxas de crescimento do PNE ou do PIE) são valores médios: nada nos dizem, pois, sobre as desigualdades que neles se escondem e que não devem ser toleradas, nem tão pouco sobre a qualidade desse crescimento (tanto conta para o cálculo do PIE o pão que se produz como as armas que se fabricam e vão para as mãos dos criminosos). O crescimento da economia, em si mesmo, não só não corrige as desigualdades, económicas e sociais e, por maioria de razão, a pobreza e a exclusão social, como, em muitas situações, funciona até como causa do seu agravamento. É o que sucede, por exemplo, quando, por efeito de certos empreendimentos, as economias de subsistência local ficam desestruturadas e as famílias desprovidas de recursos suficientes para se abastecerem no mercado. Ou, ainda, quando o crescimento económico assenta no consumo e no marketing, apostando na criação exponencial de novas necessidades a que

só alguns (poucos) podem dar satisfação, gerando-se, deste modo, maior nível de insatisfação e correspondente perda de coesão social.

Por outro lado, o crescimento económico entregue apenas às forças do mercado e, ainda mais, numa economia globalizada e desregulada, não respeita as prioridades de um desenvolvimento social sustentável, antes tende a seguir lógicas de aproveitamento de recursos locais, designadamente mão-de-obra de baixo custo, e de satisfação de procura potenciais dos compradores de maior poder aquisitivo. Assim sendo, por estas duas vias, concorre para acentuar as desigualdades e reproduzir a pobreza e a exclusão de pessoas, grupos sociais e regiões. Pode dizer-se que o mercado é generoso na recompensa dos que têm êxito nos negócios, mas não tem contemplações para os que não podem - ou não querem - integrar-se na sua esfera.

Quando se fixa a taxa de crescimento económico como objectivo da economia ou quando se avalia o seu desempenho apenas pela comparação de taxas de crescimento, está-se a ignorar ou subestimar a sua forte inter-relação com a distribuição, entendida esta em sentido amplo, ou seja, abrangendo não só a repartição de rendimentos, como o acesso, em condições equitativas, aos bens e serviços essenciais a uma vida digna. Convém alertar para o facto de que, a médio prazo, nenhuma política económica resistirá a esta opção radical, pois ficará paralisada por tensões, conflitos crescentes e, no limite, terá de enfrentar a revolta social. Em suma, quando analisamos ou discutimos as taxas de crescimento económico convirá não perder de vista outras apreciações: crescimento económico para quê, para quem e como?

O Estado Providência não tem recursos económicos mas em Abril de 2005 o Banco Suíço UBS fez as contas e chegou à conclusão que o peso dos lucros nas empresas dos sete países mais ricos do mundo atingiu no ano de 2004 o rácio mais alto de sempre em relação ao Produto Interno Bruto. Os lucros depois de pagos os impostos das empresas norte americanas atingiram em 2004 os valores mais elevados dos últimos 75 anos. Em relação a 2003, os lucros operacionais de 350 empresas europeias listadas pela (Standard and Poor's) registaram um aumento médio de 78%. A revista Forbs, notou que, no ano de 2004 o número dos afortunados com mais de mil milhões de dólares aumentou de 587 para 691 (Jornal Público 13 de Março de 2005). De acordo com o boletim informativo da União de Sindicatos do Porto de Abril de 2005, os lucros das 20 maiores empresas cotadas na Bolsa (PSI) cresceram 47% em 2004, os salários dos gestores de topo em Portugal subiram 4% em 2005, cresceram mais 16% os lucros dos maiores grupos financeiros em 2004, e pagaram menos de 30% de impostos do que

em 2003, ou seja, menos cerca de 85 milhões de Euros. A Portugal Telecom teve em 2004 lucros de 500 milhões de euros, mais do dobro que em 2003. A Petrolgal teve 333 milhões de euros de lucros em 2004, mais 47% que em 2003, na UNICER, os lucros em 2004 foram de 39,4 milhões de Euros. De acordo com o suplemento de economia do Jornal de notícias de 28 de Julho de 2006, os quatro maiores bancos privados a operar em Portugal, chegaram ao fim do primeiro semestre com um lucro total de 956,8 milhões de euros, mais 31,6 do lucro do que em igual período do ano passado. O Banco que mais lucrou continuou a ser o Milénium BCP enquanto o BPI se destacou por ter tido o maior crescimento nos resultados líquidos.

Os argumentos construídos e utilizados para justificar a crise do sistema de protecção, e a ideia de que hoje o Estado Providência não tem sustentabilidade, vão a pouco e pouco permitindo o desmantelamento de serviços públicos (água, electricidade, telecomunicações) e a introdução de direitos fundamentais na lógica do mercado e do lucro, (como o direito à educação ou aos cuidados de saúde). As políticas sociais em Portugal começam de forma perigosa e acelerada a submeter-se à lógica da racionalidade económica. Os direitos de protecção e apoio diluem-se nos interesses de negócios. Nunca a utopia liberal atingiu um carácter tão regressivo como assinalou o sociólogo José Madureira Pinto na XIX edição das noites de Sociologia promovidas pelos alunos de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Diz também Teixeira Fernandes (2000) por um lado, o Estado se retira de funções protectoras deixando campo aberto a um novo individualismo corrosivo da acção colectiva e produtor de sofrimento por parte de sectores significativos da população, ao mesmo tempo que a economia globalizada deixa de oferecer a todos possibilidades de participação, aparecendo a globalização como um mito justificador de estruturas resultantes da influência de agentes com poder para produzir quer o recuo do Estado quer a exclusão profissional e o aumento das desigualdades.

Duas razões contribuíram fortemente para por em causa este modelo tradicional dos serviços públicos na Europa. Primeiro o movimento neoliberal de desintervenção do Estado iniciado nos anos 80 nos EUA, baseado na liberalização e privatização do sector público. Segundo, a criação de um mercado interno no âmbito da Comunidade Europeia a partir do acto único europeu de 1987, o que implicava a abertura ao mercado e à concorrência dos sectores até então submetidos ao regime de serviço público. Estes dois movimentos confluíram num conjunto de reformas protagonizadas pela Comissão Europeia a nível da UE e pelos Governos nacionais, no sentido da empresarialização da

liberalização e da privatização e/ou concepção de serviços públicos. Começando pelos transportes aéreos e pelas telecomunicações, passando pela electricidade e pelo gás terminando nos serviços postais e ferroviários, praticamente todos os antigos serviços públicos estão a passar por esta transformação.

A sociedade de hoje, segundo Bernard Perret e Guy Roustang (1993) tende a estruturar-se em dois pilares fundamentais: o mercado e o individualismo sem afecto. Todas as energias, capacidades, vontades se direccionam para o perigo da competitividade. A mobilização geral é para se obedecer às leis da modernização e da globalização. Existe para estes dois autores, uma tentativa série e constante para separar e autonomizar o económico do político, do moral, e do ético. Parece que o que tem valor hoje e tudo aquilo que é pago, que custa dinheiro. A tendência para que bens essenciais à vida e à felicidade humana comecem a ser comercializadas e a entrar na esfera do mercado. O ar que respiramos, a água que bebemos, o silencio onde repousamos ou o espaço verde que desfrutamos.

2.6.AS POLÍTICAS SOCIAIS DO NOSSO DESCONTENTAMENTO

No que diz respeito às políticas sociais do Portugal de hoje, o que se verifica é a atribuição de prestações sociais baixas que geram indignação, uma máquina fiscal que permite fugas e não tem capacidade de arrecadação de impostos, e medidas avulsas que não cobrem necessidades essenciais de subsistência.

Dados disponibilizados pela Segurança Social demonstram que o próprio RMG não está a conseguir inserir, autonomizar e emancipar de forma satisfatória os seus requerentes. É assustador o número de beneficiários que entram nesta medida de apoio e nela permanecem. Em Novembro de 2005 147.332 pessoas recebem Rendimento Social de Inserção (IESS, IP Unidade de Estatística). Mais de metade dos requerimentos RSI aprovados desde Junho de 2003 dizem respeito a agregados familiares que pediram a renovação desta prestação destinada a atenuar situações de grave carência económica, ou seja, apesar do apoio pouco terá mudado na vida destas pessoas, levando-as a entrar no sistema novamente. O mais recente relatório do RSI feito pelo Instituto da Solidariedade e Segurança Social (Março 2006) demonstra que mais de metade das famílias que auferem RSI repetem a prestação. Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, o Estado gastou em 2005, 285,8

milhões de euros com o RSI em todo o território nacional. O distrito do Porto era, em Fevereiro de 2006, o principal responsável pelo avolumar da despesa com 32.996 beneficiários. O Sociólogo Eduardo Victor Rodrigues, na sua tese de doutoramento (2006) demonstra que o RSI não vence o imobilismo social dos seus beneficiários. Para este professor de sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, os beneficiários de RSI que trabalham experimentam “acentuadas condições de precariedade. Nunca lhes sobra dinheiro. E as políticas de inserção reduzem-se muitas vezes a uma mera prestação pecuniária”. Não se verificam efectivos esforços de capacitação escolar ou profissional, ora por desmotivação dos próprios titulares (desafeição ao trabalho ou à escola), ora por impossibilidade objectiva resultante de estruturas familiares com dependentes, ou ainda por efeito de inércias institucionais, como sejam as rotinas estabelecidas que contrariam as expectativas dos sujeitos. A dependência prolongada dos subsídios reforça a cultura da pobreza, assim o demonstra o inquérito que Eduardo Victor Rodrigues aplicou a titulares e a beneficiários do RSI Sem os recursos técnicos e humanos necessários à implementação desta medida algumas deficiências foram-se acumulando, prejudicando os utentes e descredibilizando este instrumento de protecção.

Como refere Luís Capucha “o perigo maior agora resulta não dos erros na aplicação do RSI como aconteceu até há pouco, mas do respectivo descrédito por se manter formalmente em vigor sem porém ser dotado dos recursos mínimos indispensáveis à efectivação da filosofia que lhe subjaz” (2005: 270). As dificuldades de preenchimento do requerimento, a espera demorada para convocação de entrevista social (mais de um ano), o extravio de processos, a demora no serviço de fiscalização e de alteração dos dados dos requerimentos com prejuízo directo para os utentes e a falta de técnicos para acompanhar utentes e elaborar os seus projectos de inserção social, são problemas que ainda hoje subsistem associados ao RSI.

As políticas sociais em Portugal têm sido construídas de forma burocrática exercendo o controlo sobre os cidadãos, com critérios muito ambíguos para definir necessidades básicas, para estabelecer prioridades. Não tem conseguido promover o envolvimento e a participação dos destinatários que continuam a ver a sua vida privada exposta e invadida. A persistência e a extensão da pobreza são uma realidade.

Por causa deste funcionamento fechado, burocrático e autoritário muitos utentes, desconhecem as leis e os seus direitos. Na sua experiência com os serviços relatam que

são estigmatizados e tratados com desconfiança (HESPANHA; CARAPINHEIRO: 2001).

O sistema público de Segurança Social é pouco produtivo, não estabelece relação de proximidade com os utentes, demora muito nos processamentos das prestações e decisões, e ainda não interiorizou que a razão de ser das políticas sociais são os utentes. A frieza e a impessoalidade continuam a caracterizar, em muitos departamentos, a relação que os serviços estabelecem com os utentes. Obedecendo à lógica da racionalidade económica muitos serviços vem-se privados de recursos fundamentais capazes de impedir a deterioração do atendimento com grave penalização para os utentes. É notória a desarticulação entre serviços. É patente a insuficiência de meios humanos e a imposição de uma política de drástica contenção financeira nos serviços regionais e centrais da Segurança Social. Persiste o insucesso na informatização. Há descontrolo dos pagamentos de contribuições e das dívidas à Segurança Social.

De acordo com dados fornecidos pela Comissão Europeia, Portugal é um dos países que menos gasta com protecção social por habitante, qualquer coisa como 3.644 euros. A média da União Europeia (UE) do 15, é de 6.405 euros. Em termos de percentagem do PIB o bolo de despesas em Portugal com protecção social é de 23.9% para uma média na UE, dos 15 de 27,5. Ainda não existem elementos sobre esta matéria do que se passa na maioria dos novos membros da UE. Não obstante ter crescido significativamente durante os anos 90, o peso da despesa com protecção social no PIB, o país continua a apresentar o nível mais baixo de benefícios sociais per capita da UE dos 15. Por isso, estudos sobre a dinâmica da pobreza permitem aprofundar que a percentagem de pessoas que sendo muito pobres, o são persistentemente o que contribui para situações de pobreza cumulativa noutras esferas da vida (José Madureira Pinto e Leonor Vasconcelos Ferreira, jornal Público, 21.03.2005).

O preço deste atraso é o desemprego: segundo estatísticas do INE referentes ao terceiro trimestre de 2005, a taxa de desemprego em Portugal subiu 0,5 pontos para 7,7% da população activa. Dos 429,9 mil desempregados, 59,6 mil têm formação superior, quando antes não chegavam aos 30 mil (Jornal Público economia, 17, Novembro 2005).

Face aos dados disponíveis, há que concluir que, se não houver uma opção clara, por parte dos poderes públicos e da sociedade em geral, por uma distribuição mais equitativa da riqueza e dos rendimentos, arriscamo-nos a continuar a assistir ao

agravamento das desigualdades, com repercussões particularmente gravosas para os grupos mais vulneráveis da sociedade e com efeitos dramáticos sobre a coesão social. A ultrapassagem desta situação exige porém que se lute contra uma certa inércia, ao nível das representações culturais, avançando-se para uma outra partilha dos poderes, das responsabilidades, dos direitos e dos deveres. Particularmente negativas são as posições daqueles que, sob o argumento da eficiência económica, relegam para segundo plano as consequências sociais do funcionamento dos sistemas económicos, colocando dificuldades acrescidas à condução das políticas sociais.

Merece também destaque o facto de que, segundo a nossa Constituição, o sistema fiscal português "visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza". A ideia de que o imposto deve ser também um instrumento de realização da justiça social, corrigindo as desigualdades na distribuição dos rendimentos e da riqueza aparece mesmo referida por diversas vezes na Constituição, quer quando afirma que "o imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar", quer quando enuncia que "a tributação do património deve contribuir para a igualdade entre os cidadãos", ou ainda quando proclama que "a tributação do consumo visa adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento económico e da justiça social, devendo onerar os consumos de luxo".

Apesar destas afirmações, verifica-se que, pondo de parte as contribuições para a Segurança Social, a principal componente das receitas fiscais em Portugal é constituída pelos impostos indirectos ou sobre o consumo, situação esta que se tem vindo a agravar de 2000 para cá. Sendo assim, concluiu-se que os objectivos constitucionais associados ao sistema fiscal estão longe de poderem ser atingidos, colocando dificuldades à prossecução de uma distribuição dos rendimentos e da riqueza mais equitativa.

Segundo o Economista Eugénio Rosa, contrariamente ao que muitos pensam ou pretendem fazer crer, a fraude, a evasão fiscal e os privilégios fiscais não têm diminuído no nosso País; muito pelo contrário, eles até têm aumentado com a crise financeira e social pois o combate a eles ou a sua redução é praticamente inexistente como reconheceu o próprio 1º ministro ("Durão Barroso preocupado com o falhanço no combate à fraude fiscal" noticiava o jornal Público on-line em 19.1.2004). Para provar isso procurou-se quantificar neste pequeno estudo de investigação, utilizando dados e estudos oficiais, o valor da receita fiscal potencial não cobrada em Portugal (engloba a

evasão, a fraude, os benefícios e privilégios fiscais, os efeitos do chamado “planeamento fiscal”, etc.) que, em 2002, atingiu cerca de 13.800 milhões de euros, um valor indicativo mas que dá bem uma ideia da dimensão e da gravidade do problema, para o qual se pretende chamar a atenção; associado e também como consequência, 10% da população portuguesa (os 10% mais ricos) recebem mais rendimento do que 50% da população portuguesa (os 50% com mais baixos rendimentos).

Em termos globais, pode-se afirmar que existe uma correlação positiva entre nível de desenvolvimento económico e volume de receitas fiscais que se podem arrecadar; ou dito de outra forma: - quanto mais desenvolvido for um país maior poderá ser a receita fiscal que o Estado poderá arrecadar; e, inversamente, quanto menos desenvolvido for um país, mais baixo será o volume de receitas fiscais que poderão ser obtidas.

O quadro I, construído com dados publicados por entidades oficiais (OCDE, INE e Ministério das Finanças), que se apresenta seguidamente, por um lado, confirma essa correlação positiva entre desenvolvimento económico e volume de receitas fiscais e, por outro lado, permite calcular, de uma forma fundamentada, qual o nível de receitas fiscais adequadas ao nível de desenvolvimento económico atingido por Portugal.

Quadro 1 – Receita Fiscal Potencial Anual não arrecadada em Portugal

ANOS	RECEITA FISCAL POR HABITANTE Portugal em % da UE15	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PIB / Habitante Portugal em % da UE15	RECEITA FISCAL POTENCIAL POR COBRAR Milhões Euros
1999	37,3%	49,6%	12.942
2000	37,2%	49,5%	12.039
2001	37,7%	50,9%	12.818
2002	37,7%	51,0%	13.831
MÉDIA	37,4%	50,3%	13.260

FONTE: Statistiques des recettes publiques - 1965 - 2002 - OCDE - 2003 ;
Anuário Estatístico de Portugal - 1999 - 2002 - INE ; OE 2002 e 2003

Como mostram os dados do quadro anterior, estimou-se que a receita fiscal arrecadada por habitante em Portugal no período 1999-2002 representou, em média, cerca de 37,4% da receita fiscal arrecadada em média por habitante nos 15 países da União Europeia. No entanto, e de acordo com dados publicados pelo INE, o nível de desenvolvimento económico alcançado por Portugal no mesmo período, medido em valor do PIB por habitante a preços correntes, rondava os 50,3% da média da UE15,

como mostram os dados constantes do quadro I. (segundo a “L’OCDE en Chiffres”, 2003, seria 68% em 2002)).

Admitindo que a receita fiscal arrecadada em Portugal por habitante correspondesse ao nível de desenvolvimento económico atingido pelo nosso País - cerca de 50,3% dos países da UE15 (e não utilizamos o valor da OCDE) - então ela devia corresponder, como é evidente, a cerca de 50,3% da média da UE15 e não apenas aos 37% como acontece actualmente. Fazendo os cálculos necessários com base nos 50,3%, obtém-se a receita fiscal que devia ser cobrada em ineficácia do combate à fraude e à evasão fiscal e agravamento da injustiça social Portugal tendo em conta o nosso nível de desenvolvimento (50,3% da média da UE15), aquela que é efectivamente cobrada determina os valores de “Receita Fiscal Potencial por Cobrar” constantes da última coluna do quadro I.

Resumindo, só no período 1999-2002, se no lugar de ter cobrado o correspondente a 37,4% da média da EU 15 o Estado Português tivesse cobrado o corresponde a 50,3% da média da União Europeia, teria arrecadado mais 51.630 milhões de euros (13.260 milhões de contos), ou seja, em média mais 12.907,5 milhões de euros por ano (2.587 milhões de contos), daquilo que efectivamente cobrou. O valor não cobrado em 2002 – 13.831 milhões de euros – representa cerca de 49% das receitas fiscais totais arrecadadas pelo Estado nesse ano, que atingiram 28.038 milhões de euros.

Sendo assim, para Eugénio Rosa, a construção de um modelo fiscal mais justo torna-se por isso num imperativo ético, já não falando da maior racionalidade económica que lhe está associada, constituindo, uma prioridade das políticas que visam uma repartição mais equitativa dos rendimentos e da riqueza.

Verificam-se ainda grandes lacunas de protecção para aqueles que se encontram fora dos sectores centrais da força de trabalho (o subsídio de desemprego não é eterno, o RSI tem baixa prestação, a acção social não tem recursos para situações de precariedade e quando tem o apoio é pontual e de baixo montante).

As políticas sociais de hoje continuam a configurar um esquema de protecção que não encontra respostas integradas para os problemas dos cidadãos ao nível do emprego, habitação, saúde e educação. O exercício pleno dos direitos sociais não existe e o acesso a equipamentos para infância, juventude e terceira idade não corresponde minimamente às necessidades de integração diagnosticadas.

A política social de Portugal em 2006 caracteriza-se por medida avulsas sem estratégia global, sem consolidação de direitos, sem medidas que garantam a igualdade

de oportunidades, sem uma justa redistribuição da riqueza para atenuar desigualdades sociais. É por causa desta política social e das suas reais consequências que existem bairros iguais aos do casal de Santa Filomena no Concelho da Amadora onde a polícia nem se atreve a entrar. É por causa desta política social que um em cada 5 portugueses é pobre e cerca de 30% dos pobres são idosos e pensionistas (Jornal Público 17, Novembro 2003). Com esta política social os riscos de pobreza e exclusão social aumentam em Portugal. Para o Sociólogo, Miguel Cabrita “o aumento da possibilidade de contratos a prazo, os despedimentos mais fáceis e as menores regalias sociais, são alguns dos alicerces que, a seu ver dificultam a situação das pessoas mais frágeis” (Jornal Público 30 Abril de 2004).

Um dos grandes desafios que se impõem ao país é precisamente a luta contra a pobreza. Portugal está entre os países da UE com maior número de pobres. A pobreza afecta 1 em cada 5 portugueses. Portugal tem a mais elevada taxa de pobreza: 22% face aos 17% da média da UE com 15 membros. Mas Portugal tem também a distribuição de riqueza mais injusta da EU: segundo o Instituto Nacional de Estatística, os 20% da população mais pobre recebem 5% do rendimento líquido nacional e os 20% da população mais rica recebem 44,9%. Os 10% da população mais rica recebem 29% por rendimento enquanto que os 10% mais pobres recebem somente 2,2% ou seja, aqueles recebem 13 vezes mais do que estes. A desigualdade entre ricos e pobres é duas vezes mais intensa do que a que ocorre nos restantes países da UE antes do alargamento.

Segundo o suplemento da economia do Diário de Notícias de 27 de Abril de 2006 Portugal, é o país da União Europeia (UE) menos eficaz no combate à pobreza. Neste documento pode ler-se que “a percentagem de portugueses com rendimento inferior a 60% da média é de 27%, antes da intervenção do Estado, diminuindo para apenas 21% depois das transferências sociais. O reduzido contributo do Estado para a diminuição das desigualdades na distribuição do rendimento é característica do sul da Europa. Na Suécia as transferências atenuam o risco de pobreza de 30 para 12%.”

Portugal foi o terceiro país da União Europeia onde os gastos per capita com protecção social mais aumentaram entre 1998 e 2002. Mesmo assim, o peso da despesa com a protecção social em percentagem do PIB está abaixo da média Europeia.

Segundo um estudo da Eurostat de 2005, a despesa em Portugal com pensões e outros benefícios correspondia em 2002 a 25,4% do PIB, enquanto que a média europeia atinge os 27,7% com as pensões a representarem metade da despesa total. O peso das despesas sociais varia consideravelmente entre os países da UE. Enquanto que

na Suécia atinge 32,5% do PIB, na França 30,6% e na Alemanha 30,5%, na Irlanda baixa para 16% e na Estónia e Letónia, a despesa com protecção social não vai além dos 14,3%. Quanto à expressão específica das pensões no PIB em Portugal é 11,9% quando a média na UE ascende a 12,5%. A Itália é o país onde os gastos com pensões mais afecta a despesa total da Segurança Social representando quase 15% do total. Sendo assim, Portugal também é o país da UE que apresenta a maior desigualdade na distribuição do rendimento. A parcela auferida pela faixa dos 20% da população com rendimentos mais elevados é de 7 vezes superior à auferida pelos 20% da população com rendimentos mais baixos. A média comunitária é de 4,6% na Europa, só a Turquia apresenta um índice superior 9,9%. Portugal é também um dos países europeus que apresenta consistentemente taxas mais elevadas de risco de pobreza, medido através da percentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. Essa taxa situa-se em 20% (média 2003/2004) já após transferências sociais, enquanto que a média comunitária (UE 25 é de 15,5%). A taxa de risco de pobreza é de 15%, a taxa de risco de pobreza entre os idosos é de 30% e a taxa de taxa de risco de pobreza entre os idosos isolados é de 46% (dados de 2001: EUROSTAT: *“Material Deprivation in UE, Population and social conditions, Statistics in Focus: 2005*).

As questões com a erradicação da pobreza em Portugal revestem-se ainda com maior gravidade pelo facto do fenómeno não ser reconhecido como um problema social grave. Apesar de existirem, alguns estudos compreensivos sobre esta questão, não existe, uma estratégia nacional integrada com vista ao seu combate. O facto, na verdade, tem levado, muita gente a ignorar ou a ocultar o problema, alegando que o fenómeno, no fundo não passa de uma questão do foro individual, resultante da má sorte ou dos azares da vida. 26,3% dos reformados em Portugal recebe menos de 200 euros mensais de reforma (INE) as 100 maiores Fortunas portuguesas representam 17% do produto nacional interno bruto (22,4 mil milhões de euros) (revista especial Exame 2005). 300 mil famílias (8% da população) viviam em 2001 em habitações sem condições mínimas (relatório de avaliação PNAI-2005/06). Segundo o relatório de actualização do PNAI – 2005/06, em 2001 20,1% da população portuguesa vivia ainda abaixo do limiar do risco de pobreza monetária. No mesmo ano (2001) 27,5% das crianças e 29,7% dos idosos em Portugal viviam abaixo do limiar da pobreza monetária. O mesmo documento revela que cerca de 18,7% da população tem fragilidades de acesso a níveis mínimos em várias dimensões de bem estar como sejam o acesso à habitação digna, à saúde, à educação, ao

trabalho etc... Sem o efeito das transferências sociais (excluindo as pensões) a percentagem da população em risco de pobreza aumentou para 24% em 2001. O grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos continua a apresentar-se como o mais elevado da UE. Em 2001, a proporção do rendimento recebida pelos 20% mais ricos da população era 6,5 vezes superior à recebida pelos 25% mais pobres. No que refere ao desemprego de longa duração o seu peso no desemprego total rondava em 2003, 34,6%. Ainda socorrendo-nos deste documento podemos constatar que em 2001, perto de 300 mil famílias viviam em habitações sem o mínimo de condições de habitabilidade. Em 2001 Portugal apresentava a maior taxa de incidência de Sida da UE com 106 casos por milhão de habitantes, e o consumo de drogas foi responsável por 280 mortes no mesmo ano. O investimento de Portugal na Educação fica abaixo da média Europeia. Segundo a OCDE na Europa os Estados gastam por ano em média 3921 euros por cada estudante do ensino básico, 5445 euros por alunos do secundário e 10 mil euros por cada jovem do ensino superior. Portugal em 2001 investia no ensino superior menos de metade da média europeia, despendendo apenas 4231 euros por cada aluno. (Jornal Público, 15 de Setembro de 2004). De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Educação, em 3 de Maio de 2005, 9% é o valor da taxa de analfabetismo em Portugal, 39,4% é a percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos que apenas tem o ensino básico e não frequentam acções de formação. A média na UE é de 15,9%. Segundo fonte do mesmo Ministério 24,6% da população entre os 18 e os 24 anos de idade abandonaram os estudos sem concluírem a escolaridade obrigatória. Apenas 1,6% dos indivíduos entre os 25 e os 64 anos sem o ensino secundário frequentam acções de formação (Jornal Público, 3 de Maio de 2005).

No conjunto dos 30 países da OCDE, a população portuguesa entre os 25 e os 34 anos é a que menos anos passam em média na escola 8,2 anos. Ou seja, inferior à de países como o México, a Turquia ou a Grécia (Jornal Público, 14 de Setembro de 2005). Os níveis educativos da população portuguesa permanecem muito Baixos segundo os padrões Europeus. A comparação entre os níveis máximos de instrução da população entre os 25 e os 59 anos em Portugal e na UE, revela por exemplo que no ano 2000 enquanto o nosso país o nível secundário inferior abrangia 78%, o nível secundário superior 12% e o nível superior 10%, os mesmos valores na média europeia eram de 34,4%, 43,5% e 22,1% respectivamente (EUROSTAT: 2000: *Labour force survey*)

A política social que tem sido aplicada também é responsável por um quarto (68) dos concelhos de Portugal, sobretudo nas regiões de Trás-os-montes, Dão, Lafões e

Baixo Alentejo estarem deprimidos, desqualificados e em risco de morrerem socialmente (Jornal Público, 21 de Janeiro de 2005). A redução do investimento público nas regiões portuguesas mais pobres não contribui para a convergência do território e não contrariará a actual tendência de alargamento do desequilíbrio entre as regiões mais prósperas e as mais deprimidas. Esta é a conclusão de um trabalho do Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa que alerta para a necessidade de esbater as disparidades territoriais com investimento público reprodutivo que se articule com as necessidades locais, assegurando efeitos duradouros (Jornal Público, 24 de Janeiro de 2005).

Os dados do INE relativos a 2003, revelam que o norte foi a região que mais sofreu com a conjuntura económica do país. As suas indústrias tradicionais, sobretudo o vestuário e o calçado, alvos privilegiados do encerramento ou da deslocalização de empresas foram particularmente sacrificadas neste quadro de crise marcado por uma longa recessão económica mundial e por uma concorrência cada vez mais apertada para os produtos portugueses. Mas o facto da região norte ostentar o mais baixo nível do país, de ter sido a única região do país que não cresceu em nenhum dos três sectores de actividade, de possuir um maior número de trabalhadores e a menor produtividade, ou de o investimento ter crescido abaixo da média nacional, deverá levar os poderes central e local a reflectir sobre a pertinência do modelo de desenvolvimento dos últimos anos (Jornal Público, 17 de Setembro de 2005). Duas décadas de fundos estruturais da União europeia deixaram o país com menos assimetrias económicas e sociais mas, em contrapartida, foram ineficazes sobre a competitividade que caiu. A conclusão é Retirada de um estudo exaustivo realizado por uma equipa de economistas liderada por Augusto Mateus, que avança com recomendações para a aplicação do próximo quadro comunitário de apoio: as prioridades são: travar a divergência do Norte e aumentar a competitividade (Jornal Público 29 de Novembro de 2005).

Esta política social deixou de canalizar recursos financeiros e humanos para combater a pobreza. Segundo Bruto da Costa, a pobreza de longa duração está associada a três problemas, “sistema educativo, rendimentos e segurança social” (Jornal Público, 14 de Março de 2004). Segundo um estudo publicado em 2004 pelo INE, nos últimos 10 anos o Norte, o Alentejo e sobretudo o Algarve assistiram a um aumento do número de pessoas que vivem nos chamados “alojamentos não clássicos”, barracas, casas de madeira, caravanas, garagens etc... (Jornal Público, 26 de Dezembro de 2004). Os sem abrigo no Porto em 2004, segundo a organização Médicos do Mundo já ultrapassa as

400 pessoas, mais 75 que em 2003 (Jornal Público, 27 de Janeiro de 2005). Os hospitais, segundo dados do Ministério da Saúde, continuam com 193 mil doentes em lista de espera para cirurgia (Jornal Público, 20 de Maio de 2005). Mas o observatório português dos sistemas de saúde calculava que no final do mês de Junho de 2005, 224 mil portugueses estivessem à espera de uma operação nos hospitais com demora média de 11 meses (Jornal Público, 20 de Junho de 2005). Actualmente, o nosso país mantém das mais baixas taxas de comparticipação pública nos gastos da saúde por habitante da UE, situando-se no 105º lugar a nível mundial, muito abaixo da média da OCDE (Banco de Portugal, Relatório do Orçamento de Estado 2006). Neste contexto, transformar a saúde no mercado só vai penalizar e vulnerabilizar ainda mais os pobres. O investimento público com grande rigor financeiro e transparência deve ser a base de um serviço universal, dando resposta às prioridades, à educação para a saúde, ao desenvolvimento das redes de cuidados primários e de cuidados continuados, nomeadamente em doenças crónicas, para proteger os doentes que constituem a maioria dos utentes, do Serviço Nacional de Saúde. São também os Hospitais que recebem cada vez mais crianças em risco social. De acordo com o inquérito da comissão nacional da saúde da criança e do adolescente, o número de crianças em situação de risco social que inclui maus-tratos, rejeição familiar, negligência, carência económica e encaminhamento para a adopção aumentou 10 a 20% em 3 anos (Jornal Público, 30 de Janeiro de 2005). Segundo dados fornecidos pela Segurança Social e pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, em 2002 mais de 6 mil menores viviam em famílias de acolhimento (Jornal Público, 19 de Março de 2005). O número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego atingiu no final de Fevereiro de 2005, 487. 623 pessoas, o que segundo fonte do IEFP representa um crescimento de 4,3% face ao mesmo período de 2004. No Porto dos 11,9 mil desempregados que a cidade tinha em 2002, passamos para os 16,5 mil em Janeiro de 2005. Segundo informações prestadas pelo IEFP no distrito 52% deste universo são em 2005 desempregados de longa duração. Estes números estão agora confirmados pelo instituto nacional de Estatística que divulgou a taxa de desemprego para o primeiro trimestre de 2005 de 7,5%. Este número representa uma subida de 0,4% face ao último trimestre de 2004, e confirma uma tendência de subida quase ininterrupta desde final de 2001, altura em que a taxa se fixava nos 4%. Segundo as estatísticas do mesmo instituto, a maior subida do número de desempregados ocorreu entre pessoas com o Ensino Superior. O

número de licenciados no desemprego quase duplicou, de 30,1 mil, no segundo trimestre de 2005 passou para 59 mil no terceiro.

Segundo dados fornecidos pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) em 9 de Março de 2006, mais do que a própria evolução da taxa de desemprego que passou de uma taxa anual de 6,7% em 2004 para 7,6% em 2005, situando-se em 7,7% no primeiro trimestre de 2006, é de notar que o peso do desemprego de longa duração no total da população desempregada passou de 46,2% em 2004 para 49,9% em 2005, atingindo 53,6% no primeiro trimestre de 2006. Segundo os dados fornecidos por este organismo também se verifica uma sobrerrepresentação dos baixos níveis de qualificação no desemprego total e no de longa duração, o que representa um aumento do risco de estruturalidade do desemprego. A taxa de desemprego de jovens passou de 8,8% em 2000 para 16,1% em 2005, aproximando-se rapidamente da média europeia dos 25 que passou de 17,4% em 2000 para 18,5% em 2005.

É por causa desta política social que a pobreza é um fenómeno social persistente. Segundo dados do Eurostat, existem 2 milhões de pessoas pobres em Portugal o que corresponde a 20% da sua população. Segundo Isabel Jonet, Presidente da Federação dos Bancos Alimentares Contra a Fome, que trabalha com 1048 Instituições garante “todos nos dizem que aumentou a fome e a pobreza no país. Em 2004 a Federação distribuiu mais de 202 mil refeições por mês” (Jornal Público 20 de Março de 2005). Esta pobreza persistente também se reflecte na taxa de incidência da tuberculose no distrito do Porto. O distrito é recordista ao nível da tuberculose em Portugal. Com 52 doentes por cada 100 mil habitantes, regista quase o dobro da média nacional. Segundo a opinião de especialistas o aumento do número de toxicodependentes, sem abrigo e seropositivos explicam estes números assustadores. O dramático diagnóstico de um flagelo que já julgávamos desaparecido resulta também da falta de serviços, técnicos e equipamentos para combater a doença (Jornal Público, 2 de Maio de 2005).

Infelizmente, o pensamento político ainda não compreendeu que a verdadeira riqueza de uma sociedade reside nas suas pessoas. Só com uma melhoria significativa das condições de vida dos portugueses mais pobres será possível evoluir globalmente nos campos do saber e do desenvolvimento económico.

2.7.EFEITOS PRATICOS DESTAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS MORADORES DO BAIRRO DO LAGARTEIRO

Prosseguindo agora a nossa análise sobre os efeitos práticos destas políticas sociais nos moradores do Bairro do Lagarteiro, podemos constatar, através da observação, das visitas domiciliárias no bairro, da realização de reuniões com instituições sedeadas no Lagarteiro, do trabalho técnico desenvolvido no “posto de atendimento à população” e do recurso à informação produzida em relatórios de estágio académicos e de outros estudos realizados sobre o bairro, que a política educativa que tem vindo a ser adoptada não permite cumprir o seu objectivo de democratização social. Quer isto dizer que as crianças oriundas de famílias menos escolarizadas, com menos recursos escolares e de instrução não tem tido ascensão social através da escola. São estas crianças que mais reprovam e como dizem os professores “que ficam pelo caminho”. A linguagem da escola, o conhecimento que a escola transmite, os hábitos, a disciplina e os valores da escola não são compatíveis com a experiência, a aprendizagem, os modos de viver dos alunos e das suas classes populares de origem. Esta política educacional só tem um modelo cultural predominante, não aceita a diversidade nem valoriza a diferença. Esta política educacional vai continuar a perpetuar os privilégios escolares, a distinção entre grupos sociais escolarizados e não escolarizados, a negação dos títulos escolares para os mais desfavorecidos e a acentuar ainda mais a desigualdade em matéria de acesso à aquisição de recursos culturais. É preciso portanto outra política de educação que valoriza a escola mas que adapte os seus conteúdos às características do público-alvo, significa isto dizer que é preciso adaptar os programas escolares, as actividades e a dinâmica da escola ao tipo de socialização das crianças, às suas práticas sociais, às suas motivações e necessidades.

O baixo nível de escolaridade da população portuguesa não pode deixar de merecer uma atenção prioritária por parte do Estado, tanto no que se refere às novas gerações como à população adulta.

Para além de constituir um direito de todos os cidadãos o acesso à educação em igualdade de oportunidades; exige-o também o desenvolvimento da própria economia. Assistimos, porém, a situações graves de abandono escolar precoce e níveis de insucesso escolar preocupantes no Lagarteiro: 11.2% dos residentes não sabem ler, só 46.9% tem o ensino básico primário, a frequentar o ensino secundário unificado 8.7%, a frequentar o ensino secundário complementar 4.7%, com curso médio 0.2% (Porto

Oriente, Câmara Municipal do Porto, Novembro de 2000). É que não basta tornar o ensino obrigatório; há que criar condições junto das famílias, dos jovens e dos educadores, que proporcionem um ensino de qualidade, definir programas adaptados à realidade socio-cultural, cuidar de instalações e equipamentos à altura das necessidades, dignificar a profissão dos professores.

Há que dar relevo, na agenda política, à prioridade na criação de creches e infantários tornados indispensáveis para acomodar as exigências do trabalho profissional de ambos os pais e permitir assegurar um bom desenvolvimento físico, psíquico e mental das crianças, independentemente do seu meio familiar de origem.

Ao Estado competirá igualmente garantir, que no seu conjunto o sistema de ensino, público e privado, permitirá cobrir as necessidades de qualificação profissional nas diferentes áreas e níveis e estabelecer com o sector empresarial e suas organizações as adequadas parcerias e concertação de objectivos.

Não menos fundamental deverá ser a preocupação com a educação para a cidadania e o desenvolvimento de hábitos e capacidades para uma participação activa e responsável da comunidade.

No que diz respeito ao emprego continuamos a assistir no Bairro do Lagarteiro a uma política que penaliza os que tem baixos níveis de instrução e de formação. Não há combate à economia subterrânea e persistem as dificuldades de inserção dos jovens na vida activa. Prolifera o trabalho precário, mal remunerado e desqualificado. O trabalho “decente” definido pela Organização Internacional do Trabalho na sua agenda para o emprego global significa: Trabalho “decente” tem a ver com as perspectivas futuras dos empregos, as condições de trabalho, conciliação entre a vida profissional e familiar e a igualdade de género. Reporta-se, também, às capacidades pessoais para competir no mercado, desenvolver as qualificações, manter a saúde, receber uma parte justa da riqueza que se ajudou a criar e ter voz no local de trabalho. Em síntese, o trabalho “decente” tem a ver com a defesa da dignidade humana, ou seja, um trabalho com direitos e com qualidade de vida, o que não se verifica na grande maioria daqueles que ainda trabalham no Bairro do Lagarteiro. Quanto à formação profissional parece-nos desadequada, pouco exigente (mais ocupação do que formação) sem gerar mais aptidões e capacidades nos jovens que a frequentam. Pela experiência de encaminhamento do trabalho técnico do Posto de atendimento no Bairro do Lagarteiro, apercebemo-nos que os níveis escolares de exigência para frequentar os cursos de formação não correspondem às habilitações literárias dos seus principais interessados. Muitos jovens

ficam excluídos por falta de habilitações escolares mas também por ausência de perfil, o que quer dizer que têm um comportamento desajustado dentro da sala de formação, falta de postura, atitudes pouco aceitáveis em contexto de aula. Os cursos de formação funcionam de uma forma geral com regras muito rígidas semelhantes às da escola, ambiente que estes jovens já rejeitaram por falta de adaptação e incentivo. Quando os formandos conseguem ultrapassar estes constrangimentos também referem que mesmo assim a formação que adquiriram raramente se revela um trunfo para arranjar mais facilmente um emprego. Quando as bolsas de formação são baixas muitos consideram que o tempo de formação foi um tempo quase perdido.

No que diz respeito à política de alojamento, o Lagarteiro continua a ser um bairro periférico, construído com materiais de péssima qualidade e com espaços habitacionais exíguos. Sem condições mínimas de conforto, comodidade e segurança, este aglomerado habitacional em nada contribui para valorizar as pessoas que lá residem e para elevar as expectativas dos moradores acerca de si próprios e da sociedade em que vivem.

O Lagarteiro é exemplo vivo de uma política de habitação social que continua a insistir nos erros de concentração espacial de populações socialmente homogéneas, na pobreza dos espaços residenciais que em nada ajudam a construir uma identidade positiva dos seus moradores, e na estigmatização dos seus residentes.

A política adoptada pela CMP nos últimos 20 anos para a cidade e para o Lagarteiro, encara o alojamento social como uma solução isolada e desarticulada das outras dimensões da vida social. Faltam nestes bairros e concretamente no Lagarteiro, equipamentos para a infância, juventude e terceira idade, dinâmica cultural e participação dos moradores. A forma como os blocos foram concebidos e a própria habitação projectada, não favorece a sociabilidade, a participação, o convívio a organização colectiva.

No Lagarteiro o espaço público existente não é tratado, os equipamentos sociais são pobres e não satisfazem as necessidades da população. A falta de espaços colectivos de participação também contribui para o isolamento e para a diluição dos laços de ajuda. Os moradores não são ouvidos, não participaram na concepção do edificado, todo o bairro foi pensado e construído de costas voltadas para quem lá ia morar.

A actual política de alojamento teme e não incentiva a participação dos moradores. No Lagarteiro só em Fevereiro de 2006 surgiu a iniciativa governamental “Bairros Críticos”, resultante da Resolução do Conselho de Ministros, nº143/2005, para

reabilitar o bairro e revalorizar o estatuto dos seus moradores. É preciso neste bairro uma política de intervenção global e integrada ao nível do emprego, do ensino, da habitação, da saúde, da cultura. Independentemente da necessidade urgente de tratar da fachada dos edifícios e das obras de pintura, canalizações, rachas ou fendas, infiltrações e degradação das paredes das casas, é preciso criar equipamentos e dinamizar acções que valorizem as pessoas, ressocializando-as para lhes criar novas oportunidades e estilos de vida.

O Centro de Saúde funciona em instalações precárias e dispõe de dois médicos para cada 7500 doentes.

Por tudo o referido, e considerando alguns aspectos das condições objectivas de existência dos moradores do Lagarteiro, as políticas sociais não têm produzido neste bairro e nesta população desfavorecida autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento e equidade. David Held afirma que “...a igualdade, liberdade e a justiça reconhecidos como grandes ideais universais, não podem ser alcançados no mundo dominado pela propriedade privada e pela economia capitalista” (cit. por NUNES: 2004). Para Baudot “A pobreza está inseparavelmente ligada à falta de controlo sobre os recursos, incluindo terra, qualificações, conhecimento, capital e relações sociais” (cit. por CAPUCHA: 2005). Também Teixeira Fernandes refere que “na situação actual de neoliberalismo dominante, o poder político posiciona-se ao lado do capital e da sua defesa, fazendo com que o crescimento económico sem desenvolvimento social, seja sempre acompanhado do alastramento das manchas de pobreza e de exclusão social” (2006:190).

Mesmo com a integração de Portugal no contexto económico europeu, as nossas políticas sociais ainda apresentam grandes lacunas de protecção, os níveis de pobreza em Portugal são elevados e não param de crescer as desigualdades sociais. O modelo social Europeu influenciou-nos para dar mais atenção à higiene e segurança no trabalho, alertou-nos para a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, incentivou-nos à formação profissional, patrocinou-nos os Programas de Luta Contra a Pobreza e ajudou-nos a comparar os padrões mínimos de assistência e protecção entre os Estados membros. São aspectos positivos mas que não podem ser considerados como medidas de harmonização ou de convergência. A Europa em 1993 já tinha no conjunto dos seus membros 52 milhões de indivíduos atingidos por situações de pobreza e 17 milhões de desempregados (HESPANHA; CARAPINHEIRO: 2001).

Em 2006, com 25 Estados membros, dezanove milhões de desempregados, e com a força imparável da globalização, a Europa vê-se cada vez mais confrontada com a concorrência científica e tecnológica dos Estados Unidos e do Japão e com a exportação de bens e serviços sofisticados provenientes da China e da Índia. Neste contexto como ser competitivo? Sacrificando o modelo de protecção social? Será esse o único caminho possível?

Como refere Maria João Rodrigues, conselheira especial da Comissão Europeia, “o problema é que mesmo sacrificando totalmente esse modelo social nas suas componentes de protecção social, cuidados de saúde, e negociação colectiva, não será possível à Europa competir com as economias emergentes, tal é a disparidade de salários. Torna-se, pois, necessária uma terceira posição, uma terceira Europa competindo com base no conhecimento, na inovação e no trabalho de homens e mulheres mais qualificados, móveis e activos e com acesso a bons sistemas de protecção social e apoio familiar” (Jornal Público de 27 Outubro 2005).

Sendo assim, podemos concluir que apesar das ameaças e desafios com que a Europa se confronta actualmente, não é sacrificando o seu modelo social que se torna mais competitiva no contexto da globalização económica mundial. Um país ou uma região só é rica e competitiva se apostar na educação, formação, qualificação e protecção das pessoas. Hoje em dia como afirma o cientista Carlos Fiolhães, a riqueza provem do conhecimento. A competitividade é necessária para reforçar o modelo social e o modelo social é indispensável para melhorar a competitividade.

Em Portugal, no ano de 2006, as políticas sociais ainda não conseguiram resposta integradas ao nível da saúde, da habitação, do emprego, da cultura. O exercício pleno dos direitos não é garantido nem há resposta adequada às principais carências e problemas dos utentes. Existe muita regulamentação, muitas leis mas pouca intervenção. Há uma grande disparidade entre os objectivos do que está escrito e os resultados obtidos. As despesas sociais crescem mais que as receitas públicas. Apesar das questões da pobreza e da exclusão muitas vezes preencher a agenda pública, a assistência e a protecção social ainda não são encaradas como um direito. No que diz respeito aos padrões de protecção social de outros países europeus ainda estamos muito longe de atingir esse nível de segurança e assistência.

A crescente desresponsabilização na área da assistência e da protecção social, a cedência a interesses corporativos e privados em áreas sociais lucrativas (saúde, pensões, seguros) são sintomas preocupantes que caracterizam um recuo civilizacional

em termos de direitos e regalias sociais. Os princípios consagrados na Lei de Bases da Segurança Social começam a ficar ameaçados. O princípio da universalidade: acesso de todos os cidadãos à protecção Social, o princípio da igualdade: a não discriminação por qualquer motivo, designadamente em razão do sexo e da nacionalidade, princípio da equidade social: tratamento igual de situações iguais e tratamento diferenciado de situações desiguais, e por fim o princípio da solidariedade: responsabilização colectiva dos cidadãos entre si, no plano nacional, laboral e intergeracional, na realização das finalidades do sistema, e envolvendo o concurso do Estado no seu financiamento. Quando o Estado recua, quando se torna menos interventor, o prejuízo e a penalização é sempre para as camadas socialmente mais vulneráveis e com menos recursos.

A igualdade, a liberdade e a cidadania constituem princípios emancipatórios da vida social. As políticas sociais devem ir ao encontro destes princípios e afirmá-los. A Modernidade com o desenvolvimento do capitalismo tenta regular a desigualdade e a exclusão. Não são políticas sociais reguladoras que se pretendem, mas sim políticas sociais emancipatórias. As políticas sociais têm de garantir qualidade de vida, igualdade de oportunidades e direitos, e realização individual. A possibilidade de participação a defesa dos direitos humanos e a justiça social são ingredientes fundamentais para analisar a qualidade da protecção e da própria democracia. A política social é avançada e moderna quando os direitos de protecção são alargados e as condições de acesso deixam de ser restritivas, quando as prestações de apoio não geram indignação, quando a máquina fiscal tem capacidade para arrecadar impostos e quando o crescimento económico é posto ao serviço dos que mais precisam. É preciso erguer e construir com a influência da UE (União Europeia) uma política social que valorize a Democracia, a liberdade pessoal, o diálogo, a igualdade de oportunidades, a segurança e a protecção dos mais desfavorecidos, a solidariedade, a participação do Estado na política social como um direito e um princípio básico de cidadania.

2ª PARTE

CAMINHO METODOLOGICO

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3.1.FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

Iniciar uma recolha de informações sobre pessoas que vivenciam e demonstram uma desafeição social profunda pelo trabalho é um acto que exige alguma disciplina intelectual e o cumprimento de algumas regras metodológicas.

Pretendo perceber de que forma, certas dinâmicas sociais dão lugar à produção de uma cultura da pobreza reforçando a privação e vulnerabilidades sociais. Trata-se de uma investigação aprofundada que inicialmente escolheu e formulou um problema de investigação. Neste estudo o problema de investigação é o seguinte: ***a reprodução da cultura da pobreza como resultado de uma articulação múltipla de processos e dinâmicas sociais geradoras de privação e de vulnerabilidade social.***

3.2.QUAL É O OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO?

Como gerar, neste conjunto de agentes, que vivenciam uma desafeição social profunda pelo trabalho, mudança do seu auto-conceito e a construção de um novo projecto de vida?

Como refere António Teixeira Fernandes, “não é possível – jamais será possível – erradicar a pobreza e a exclusão social, o mesmo que é dizer promover a cidadania e criar condições de plena realização humana, sem que aqueles que por elas são afectados se transformem nos seus verdadeiros actores” (2005: 1).

3.3.ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Os desafeiçoados pelo trabalho, residentes no Lagarteiro, são pessoas geralmente compreendidas e interpretadas como “ malandros, vadios, moinas, mangueias”. Esta análise deriva de uma pré-noção típica do conhecimento corrente que nos vem da nossa experiência vulgar, simplista, redutora. Às vezes, a ideia que temos das coisas inspira-se em aparências imediatas, não passa de uma abordagem parcial, pouco completa, ilusória

e frequentemente falsa. A realidade social aparece envolta em diversas camadas de encobrimento que só a ciência é capaz de escamar (FERNANDES: 2005: 2).

No caso concreto, destes desempregados de longa duração, que vivem no Bairro do Lagarteiro, na Freguesia de Campanhã, esta leitura de “malandros” e de que não gostam de trabalhar, é com frequência uma acusação injusta.

Sobre qualquer facto, acontecimento ou atitude temos sempre uma pré-noção construída. Há sempre uma ideia sobre o assunto que resulta da nossa experiência, do nosso padrão cultural, do nosso contexto social que acaba sempre por moldar e influenciar a nossa leitura e a nossa interpretação.

No Bairro do Lagarteiro é frequente ouvir dizer-se: “Dr. Pinto, esse fulano é inimigo do trabalho por natureza”. Como quem quer afirmar que são os factores biológicos ou físicos que produzem e geram esta postura de indiferença perante o trabalho. Também é muito frequente dizerem que a “culpa”, a responsabilidade da situação de desemprego, está nas próprias pessoas. A “culpa” é tua, o “defeito” é teu, não trabalhas porque não queres. É o individualismo a tentar explicar a causa. Faz-me lembrar as velhas explicação do insucesso escolar que afirmam que o menino não aprende porque não é inteligente, e a inteligência é um dom natural.

Ao desejar estudar estes desafeiçoados pelo trabalho do Bairro do Lagarteiro, as suas acções, atitudes, comportamentos, as suas relações com a família, vizinhos e comunidade, as suas ideias, interesses, sentimentos, aspirações, motivações e decisões, também tenho que romper com algum etnocentrismo.

Analisar, explicar e interpretar segundo o nosso padrão, o nosso modelo, a nossa cultura, a nossa etnia, os nossos valores a nossa religião, é extremamente perigoso e desajustado. Há sempre a tendência para afirmar que nós é que estamos certos, nós é que somos bons, a nossa prática é que deve ser aceite, o nosso comportamento é que deve ser valorizado. Tudo o que for diferente corre assim o risco de não ser bom, de não prestar. Por esta perspectiva de análise os ciganos serão sempre vadios e pouco amigos do trabalho. É deste etnocentrismo que resultam e são fabricados os preconceitos.

Tentarei analisar a desafeição pelo trabalho em 2006, no Bairro do Lagarteiro para assim a poder relativizar. Ou seja, procurarei abordá-la num processo resultante de uma produção social envolvendo uma pluralidade de actores e de relações sociais, assim como os contextos de interacção específicos, entre eles é de destacar: a história de família, o percurso escolar, a influência e apropriação das políticas sociais por parte dos desafeiçoados. Procurarei estudar o fenómeno da desafeição pelo trabalho não de forma

reduzora. Terei sempre em conta que há factores que condicionam determinadas práticas mas que não tem força suficiente para determinar regularidades sociais. Há circunstâncias e contextos que favorecem determinadas práticas sociais mas para explicar certos comportamentos existem sempre causas múltiplas interligadas.

Permanentemente irei adoptar uma postura de questionamento sobre todas as conclusões. Não aceitarei nada como adquirido e pacífico ao nível dos resultados da investigação. Este procedimento é importante e fundamental para dar consistência e credibilidade ao estudo.

3.4.AS LEITURAS

Depois de ter definido a pergunta de partida que determina o que é que eu me proponho saber em profundidade, o que pretendo investigar, o que pretendo confirmar e que se traduz no fio condutor da minha investigação, depois de ter procedido à ruptura, pelos motivos já enunciados, é preciso iniciar a etapa das leituras.

Nesta fase, é importante escolher as leituras mais adequadas para o tema, ler obras e alguns textos essenciais com profundidade. Também é importante ter o cuidado de recolher textos que apresentem abordagens diversificadas sobre o fenómeno que estou a estudar para ficar munido e apetrechado de diferentes análises e perspectivas. Vou tentar também ter tempo para a reflexão pessoal e para a troca de pontos de vista com outros colegas investigadores desta área de estudo. É através das leituras que nós identificamos conceitos e teorias, levantando as hipóteses que queremos verificar e testar e traduzimos essas hipóteses em indicadores. É a chamada construção do modelo de análise que nos vai permitir recolher e tratar os dados, através de uma linguagem rigorosa, científica e objectiva, utilizando procedimentos que permitem sistematizar o conhecimento. Assim, temos definido a problemática teórica que é a janela por onde vamos ver e abordar o problema. Tudo com o contributo das leituras, das entrevistas, da observação, da análise de conteúdo e de outras técnicas da recolha de informação.

Quadro teórico de referência adoptado

- a) Síntese teórica sobre o funcionamento do mercado de trabalho e suas repercussões na criação de vulnerabilidades sociais, nomeadamente na desafeição pelo trabalho, desqualificação do trabalho na precarização das

- condições de vida e na impossibilidade de viver o trabalho como uma oportunidade de desenvolvimento individual e social.
- b) Síntese teórica sobre os efeitos e impactos da política segregacionista de alojamento, sobre os processos de empobrecimento das sociabilidades de estigmatização e da impossibilidade de gerar identidades sociais positivas.
 - c) Síntese teórica dos mecanismos sociais de exclusão no sistema de ensino e na formação profissional.
 - d) Síntese teórica sobre as principais rupturas que atravessam o sistema familiar e que inviabilizam ou dificultam a sua acção socializadora.
 - e) Síntese teórica sobre o papel das políticas sociais e das instituições de protecção e acção social na reprodução dos sistemas de dependência.

3.5. QUE TIPO DE ESTUDO – ESTUDO DE CASO

O tipo de estudo depende de muitos factores, essencialmente tenta ajustar-se ao seguinte: o que é que eu quero saber; que quadro teórico e conceptual eu escolhi; qual o meu objectivo de estudo; quais as características do meu desenho de investigação; que métodos vou utilizar; que análise eu quero que o estudo me vá proporcionar.

Normalmente o estudo de caso é utilizado numa investigação aprofundada sobre um grupo, neste caso os desempregados de longa duração, moradores no Bairro do Lagarteiro, Freguesia de Campanhã, que já revelaram desafeição acentuada pelo trabalho. Também é frequente ser utilizado quando existe pouco conhecimento ou informação sobre o fenómeno (o que neste caso também é verdade e se confirma).

O estudo de caso é um método que se caracteriza pela intensidade em amplitude e profundidade. No que diz respeito à profundidade esta aconselha a acompanhar o processo de constituição do fenómeno (a sua história) o que nos levará a procurar reconstituir as histórias de vida dos agentes sociais que são protagonistas da referida desafeição. Interessa, então, reter o máximo de indicadores que permitam dar conta das possíveis rupturas ocorridas na socialização familiar, nas dificuldades de adaptação à escola e na impossibilidade de aceder aos diplomas escolares e na interdição das sociabilidades interclassistas num universo de iguais até à entrada no mercado de trabalho. A intensidade em amplitude leva a multiplicar os indicadores e as dimensões de análise de forma a abordar o fenómeno na dupla perspectiva que apreende os

constrangimentos objectivos que se impõem à consciência dos indivíduos, assim como a vivência subjectiva relacionada com os sentimentos, as emoções e reacções induzidas por esses constrangimentos. Tratando-se de um objecto de estudo complexo, cuja sua compreensão obriga a cruzar problemáticas teóricas do domínio do psicológico, psicossociológico e sociológico, a desafeição pelo trabalho deve ser observada de forma multidimensional, por isso faz sentido e revela-se pertinente utilizar o estudo de caso porque permite apreender comportamento dos actores no seu meio natural.

O estudo de caso permite verificar ou invalidar uma ou várias teorias relacionadas com o fenómeno em estudo, permite-nos este tipo de estudo também perceber se existe alguma relação de causalidade entre uma intervenção exterior sobre o fenómeno e a sua alteração, permite-nos aumentar o conhecimento sobre este fenómeno e também subdividir as unidades de análise (desempregados, desempregados de curta duração, de longa duração, com RSI, sem RSI).

Através do estudo de casos obtém-se informação muito detalhada sobre o fenómeno que se está a estudar, o investigador pode estudar o sistema de informação no seu estado natural, aprende sobre o estado da arte e permite-lhe gerar teorias com base nas hipóteses verificadas. Trata-se de um estudo que nos permite explicar e descrever um fenómeno, neste caso concreto, a desafeição pelo trabalho.

3.6.ABORDAGEM MÚLTIPLA – PLURALISMO METODOLÓGICO

O meu objectivo é mais compreender e não tanto quantificar. A desafeição pelo trabalho não é uma regularidade objectiva, não constitui nenhum padrão, não é lei geral, não existe ligada a nenhuma tendência linear de causa-efeito. São múltiplos os factores e as variáveis que interferem e constroem esta atitude, que nem sempre se revela da mesma forma e com a mesma intensidade. Por isso mesmo é importante perceber a componente objectiva e subjectiva do fenómeno em estudo. As abordagens têm portanto de ser múltiplas e variadas, de ordem qualitativa, quantitativa, descritiva, relacional.

Estarei certamente a privilegiar uma abordagem qualitativa quando estiver a recolher experiências pessoais de desempregados, explorar aspectos mais subjectivos, as suas reacções, os seus comportamentos. A abordagem descritiva surgirá quando eu pretender descrever o fenómeno e verificar se existe alguma relação entre as diferentes variáveis que nele interferem, ou seja se a desafeição pelo trabalho está relacionada com

empregos precários, e se estes resultam ou variam em função da escolaridade. Farei certamente uma abordagem quantitativa quando quiser avaliar se o fenómeno é grande ou pequeno no bairro e se a sua dimensão é preocupante e que reflexos ou consequências sociais daqui podem resultar. A abordagem explicativa surgirá quando eu tentar explicar que existem vários factores que contribuem para a desafeição, nomeadamente causas que provoquem e que condicionem essa atitude de desapego ao trabalho e que relação existe entre essas causas como, por exemplo, relacionar a estigmatização de viver no bairro com a dificuldade de selecção e recrutamento para a inserção profissional.

Mesmo assim, como refere Boaventura de Sousa Santos, “todo o conhecimento tem a marca daquele que conhece, é contextualizado e local” (1987: 46). Também Celina Manita defende que “os dados obtidos através dos diferentes tipos de metodologias não são descrições de uma dada realidade, ou “verdade” objectiva, mas antes construções significativas resultantes da interacção entre o investigador as suas opções teóricas, epistemológicas, metodológica (e mesmo sócio-culturais, políticas, ideológicas) e todos os actores envolvidos directa ou indirectamente nesse processo” (1998: 341).

3.7.A POPULAÇÃO E A AMOSTRA

Os dados são geralmente recolhidos junto da amostra de uma população-alvo. A amostra, o método de colheita de dados e o método de análise dos dados são os três elementos fundamentais do desenho da nossa investigação.

Antes de falar das características da amostra e dos métodos da amostragem que vou utilizar é importante referir, o meio e o local de onde vai ser retirada a amostra. É cada vez mais necessária uma intervenção integrada e eficaz ao nível do apoio social comunitário às pessoas que habitam no Bairro do Lagarteiro. Esta população caracteriza-se essencialmente por baixos níveis de escolaridade, abandono precoce da escola, profissões pouco qualificadas, precárias condições de trabalho, desemprego de curta e longa duração, más condições de habitabilidade, com problemas de saúde agravados pelas carências económicas e pela alimentação deficitária.

Neste espaço, a desenvolver a actividade de assistente social desde 1997, sou muito bem aceite. Não sou considerado intruso nem estorvo institucional. Na sequência

da relação profissional que estabeleço com esta população socialmente desfavorecida, sinto abertura e sinal das pessoas para participarem e colaborarem neste estudo. No entanto, percebo que o utente para esperar alguma coisa ou contrapartida do técnico pode modificar o seu comportamento. Estarei atento.

Quando se fala em amostra pensamos imediatamente no seu tamanho e na garantia que a sua dimensão é representativa.

Nas abordagens qualitativas, o conceito de amostra possui uma conotação e significado diferente do que é habitualmente atribuído à abordagem quantitativa. Se nesta abordagem, o critério de amostragem é definido pela representatividade externa relativamente a um universo, na abordagem qualitativa, o critério é o da significatividade interna por relação à dimensão da realidade que é objecto de estudo. Quer isto dizer, como refere Ruquoy que “nesta óptica, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar” (1995: 103). Assim, a escolha das pessoas que irão fazer parte do estudo não é feita de maneira aleatória, mas dirigida e intencional, de forma a encontrar os sujeitos que melhor informação podem fornecer sobre o fenómeno que se pretende estudar (Desafeição pelo trabalho).

Satisfazem os meus critérios de selecção, 12 pessoas, seis homens e seis mulheres cuidadosamente seleccionados para garantir o equilíbrio entre as variáveis de sexo e idade. Trata-se de um grupo de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 55 anos de idade, com as seguintes características comuns:

- Todos residem no Bairro do Lagarteiro;
- Estão desempregados há mais de dois anos;
- São beneficiários de RSI;
- Não escondem de ninguém que estão desempregados;
- Deixaram de procurar activamente emprego;
- Rejeitam com frequência proposta de emprego sugeridas por organismos oficiais (Junta de Freguesia de Campanhã e Centro de Emprego do Porto);
- Têm já um longo registo de apoio nos serviços de acção social da Segurança Social (mais de três anos);
- Nenhum possui incapacidade física ou mental para o trabalho;
- Nenhum está associado à prática de actividades ilícitas ou irregulares para obtenção de rendimentos, nomeadamente tráfico de drogas e prostituição.

3.8.IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Depois de apresentar a população e a amostra é necessário proceder à definição das variáveis de acordo com os conceitos:

Quadro 2 – Conceitos e variáveis

CONCEITOS	VARIÁVEIS
Mercado de trabalho	Tipos de contrato, contratos a prazo, idades, vínculos contratuais, sectores de actividade, trabalho clandestino, tempo parcial, duração indeterminada, tipo de empresa, funções, qualificações, desemprego, duração do desemprego, níveis de instrução, consumos, salários.
Capital familiar	Tipo de família, monoparental, alargada, recomposta, nuclear, extensa, idades do agregado, interacções no grupo domestico, nível de instrução do agregado, posição no mercado de trabalho, rendimentos, rupturas e conflitos familiares, preocupação com a educação e escolarização dos filhos e praticas culturais.
Políticas de habitação social	Localização, degradação, densidade populacional, número de divisões, caracterização social da população residente, representação simbólica da comunidade envolvente acerca do bairro, participação da população na gestão do parque habitacional, existência de equipamentos colectivos.
Exclusão escolar	Níveis de escolaridade, frequência no sistema, numero de reprovações, conteúdos escolares, numero de anos de frequência.
Reprodução social: situações de dependência pelas instituições	Acolhimento e atendimento social, subsídios muito baixos, subsídios mensais, subsídios de precariedade, Rendimento Social de Inserção

3.9.OBSERVAÇÃO, ENTREVISTAS E ANÁLISE DE CONTEÚDO

O método adoptado para proceder à colheita de dados tem de ser ajustado ao objectivo de estudo, apropriado ao nível de conhecimentos que possuímos sobre este fenómeno e às variáveis que vamos trabalhar. No caso concreto, se o nosso objecto de estudo vai incidir sobre pessoas pouco escolarizadas, sem grande qualificação

académica, sem hábitos de leitura e de escrita, então, não é aconselhável utilizar um questionário para elas preencherem. Não pudemos enviar por e-mail as perguntas se as pessoas não têm computador em casa, se ouvem mal, não vamos utilizar o telefone para fazer entrevistas. Não vamos utilizar uma entrevista face a face, olhos nos olhos, se a pessoa não se sente à vontade e se quer salvaguardar a sua intimidade ou anonimato.

Para recolher informação sobre o fenómeno em estudo utilizamos a observação participante. A observação é uma técnica utilizada para estudar o comportamento das pessoas, para descrever lugares, acontecimentos relacionados com a sua vida. Através da observação dá para extrair tipologias de atitudes praticadas pelas pessoas em determinados contextos sociais. Neste caso do Bairro do Lagarteiro socorremo-nos da observação porque, às vezes, esta permite recolher informação que de outra forma era muito difícil de apurar. Que espaços frequentam estes desempregados? Gastam muito tempo no café? Na tasca? Nas colectividades? Com quem convivem? Como se relacionam? Como ocupam o seu tempo durante o dia? Como se vestem? Cuidam da sua imagem? Que meio de transporte utilizam para se deslocarem? Tudo isto pode ser observado e registado. A observação é um método complementar utilizado frequentemente como auxílio de outros métodos de recolha de dados. Foi uma técnica privilegiada para recolher informação. Também utilizamos a entrevista semi-directiva que é uma das técnicas mais usadas para identificar e assimilar as perspectivas, opiniões e representações das populações acerca de determinados contextos, fenómenos, situações etc. é um processo de interacção social entre duas pessoas, mediante o qual o entrevistador tem como objectivo a obtenção de informação por parte do entrevistado. Através deste processo o entrevistador procura obter dados através de factos, valores, atitudes e opiniões dos entrevistados. No caso concreto do nosso estudo, tentamos identificar representações sobre o facto de viver no bairro condicionou o seu percurso profissional, ou se o desemprego é vivenciado de forma angustiante ou não. Que significado e como interpretam os desafeiçoados o facto de não trabalharem.

As entrevistas focalizadas também podem ser um instrumento de recolha de informação importante para aprofundar determinada temática de interesse (más condições de alojamento no bairro, dimensão assustadora da toxicodependência, falta de médicos no Centro de Saúde, aumento do desemprego). Esta técnica serve frequentemente de complemento à entrevista semi-directiva e às entrevistas narrativas. Trata-se de uma técnica cujo objectivo é de estimular os participantes (entre seis e oito)

a discutir acerca de um assunto de interesse comum para o bairro. É um debate aberto sobre um tema.

Para analisar a legislação laboral, interpretar melhor a flexibilidade e a polivalência utilizamos o método de análise de conteúdo. Ainda sobre o método colheita de dados, às vezes os fenómenos em estudo são complexos, por isso mesmo devem ser abordados numa perspectiva múltipla, variada, alargada para integrar em análises quantitativas e qualitativas. Deve-se então proceder à triangulação de métodos, de teorias, e até de técnicos. Aumentamos a nossa amplitude de análise sobre a desafeição pelo trabalho se tivermos capacidade de combinar no nosso estudo métodos e teorias. Quanto mais global e aprofundada for a nossa análise, mais facilmente serão ultrapassadas as fraquezas e os constrangimentos de cada método, porque cada método tem as suas forças e as suas fraquezas.

Na persecução do trabalho de recolha de informações existe um limite que não deve ser ultrapassado. Esse limite refere-se ao respeito pela pessoa e à protecção do seu direito de viver livre e dignamente enquanto ser humano. Um estudo, pelos seus métodos de experimentação ou colheita de dados, não deve violar nem causar qualquer tipo de prejuízo tanto para os sujeitos como para os próprios investigadores.

No desenvolvimento do nosso estudo negociámos sempre com os nossos interlocutores para o trabalho ser participado e sobretudo consentido, tentamos explicar sempre muito bem o que está em causa, tentamos respeitar ao máximo o direito à intimidade e ao anonimato dos entrevistados. Já mais permitimos que as acções de pesquisa possam causar prejuízo desconforto para as pessoas que estão a ser estudadas e observadas. Manter sempre uma boa relação foi fundamental e muito importante neste tipo de estudo, também é crucial à medida que a pesquisa se vai desenvolvendo, apontar erros, falhas, registar o que corre bem e o que corre mal e sobretudo reflectir permanentemente sobre o nosso papel e a nossa intervenção de investigadores. Será que estamos bem preparados para fazer este tipo de trabalho? Estamos a fazer isto da forma mais correcta? Estamos a atingir os nossos objectivos. Também é importante interpretar muito bem os códigos, a linguagem e os símbolos dos nossos entrevistados. A abordagem deve ser humilde e deve utilizar sempre uma linguagem simples, acessível, clara e lisa como um espelho.

Ficamos satisfeitos, se com este trabalho, conseguirmos uma ilustração o mais próxima possível das circunstâncias de vida existentes no Lagarteiro e se com este

estudo localizado, compreendermos a lógica global e as causas estruturantes dos problemas vivenciados por esta população.

Fizemos tudo para que o nosso estudo, ao abordar as questões da desafeição pelo trabalho, apresente nas suas conclusões finais o máximo de exactidão, fiabilidade e validade científica. Procuramos com a realização desta pesquisa rigor e relevância. Rigor na pesquisa bibliográfica relacionada com esta temática, no tratamento da informação recolhida e na metodologia adoptada ao longo de todo o trabalho. Relevância no sentido do estudo ser útil para melhor percebermos este fenómeno e mais eficazmente podermos intervir nele, no sentido de evitar e contrariar o engrossamento assustador deste exercito de desafeiçoados pelo trabalho. O nosso modesto objectivo é combinar experiência pessoal e profissional com teorias e dados para assim compreender e lidar melhor com esta realidade.

3.10. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO (a todo o Bairro do Lagarteiro)

Já referimos anteriormente que o método e as técnicas para colher os dados da investigação devem adequar-se ao objectivo do estudo. Não existem métodos perfeitos, todos têm vantagens e limitações. A fase empírica desafia-nos a recolher o máximo de informação com as estratégias e os instrumentos metodológicos possíveis. É nossa convicção que existe no processo de investigação várias formas de produzir conhecimento. Mesmo que se trate de uma análise pouco vulgar ela pode ser útil e muito proveitosa. O importante é salvaguardar que todas as técnicas sejam aplicadas dentro de um quadro teórico bem fundamentado.

O grau de penetração na rede de causas que podem gerar desafeição pelo trabalho num contexto territorial semelhante ao do Bairro do Lagarteiro é fundamental, porque o comportamento dos sujeitos está muito condicionado pelas características e particularidades do território em que estão inseridos. Nenhuma investigação deve ser feita desligada da realidade. Conciliar metodologias de carácter intensivo e carácter extensivo permite-nos uma maior amplitude de informação dando maior riqueza analítica à pesquisa. “Para cada investigação, os métodos devem ser escolhidos e utilizados com flexibilidade, em função dos seus objectivos próprios, do seu modelo de análise e das suas hipóteses” (QUIVY; CAMPENHOUDT: 1992: 231). No nosso estudo, como método de análise extensiva, utilizamos o inquérito por questionário (anexo nº3). A decisão de aplicar um inquérito por questionário a todos os moradores do Bairro do Lagarteiro resultou de um compromisso que a Junta de Freguesia de Campanhã assumiu no grupo de parceiros locais, no âmbito da iniciativa interministerial: “Bairros Críticos”.² Este instrumento, apesar de se tratar de uma fonte secundária de informação, permitiu-nos obter e tratar uma multiplicidade de dados tais como: o número de residentes, sexo, idades, profissão, situação face ao emprego, rendimentos, gosto pela casa, gosto pelo bairro, tempo de residência. A conjugação de instrumentos de análise extensiva (inquérito por questionário) com instrumentos de análise intensiva (entrevistas) como refere Peretz “fornecem as características sócio-demográficas das pessoas; indicam-nos as situações genéricas das pessoas relativamente a este ou aquele tratamento, ou avaliam a frequência deste ou daquele acto (2000: 24).

² Como Técnico de Serviço Social a desenvolver trabalho no Bairro do Lagarteiro, fui responsabilizado pelo executivo da Junta de Freguesia de Campanhã para construir e aplicar o inquérito por questionário a todos os moradores. “Bairros Críticos”, resultante da Resolução do Conselho de Ministros, nº143/2005.

O Interaccionismo Simbólico, foi a perspectiva teórico-metodológica mais preponderante na nossa abordagem do fenómeno da desafeição pelo trabalho no bairro. Segundo Herbert Blumer, assenta em três premissas básicas que configuram a natureza da interacção simbólica. “A primeira é que o ser Humano orienta os seus actos face às coisas em função do que estas significam para ele (...) a segunda premissa é que o significado dessa coisa deriva de, ou surge, como consequência da interacção social que cada um mantém com o próximo. A terceira é que os significados se manipulam e modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao confrontar-se com as coisas que vai encontrando no seu caminho”(Cit. por FROTA: 2005).

Sendo assim, o comportamento dos desafeiçoados organiza-se em função das suas significações. Se o trabalho significa para eles honra, respeito, credibilidade, prestígio, a sua atitude não é concerteza de desafeição. Se o seu convívio e a sua interacção, a sua relação com outras pessoas valorizar o trabalho a sua postura também se ajusta e adequa a essa significação. A qualquer momento, o significado que orienta, que influencia, que condiciona, que empurra para determinado tipo de comportamento pode ser alterado ou manipulado. Uma má experiência profissional, a precariedade laboral, o desemprego prolongado pode alterar radicalmente o significado que o trabalho tinha para determinada pessoa.

O interaccionismo simbólico concebe a sociedade como uma entidade composta por indivíduos e grupos em interacção (consigo mesmo e com os outros), tendo como base o partilhar de sentidos sob a forma de compreensões e expectativas comuns. O processo interactivo é dinâmico, variando de acordo com as diferentes situações que os indivíduos e grupos enfrentam. A sociedade humana é formada por pessoas em acção. Toda a actividade humana empiricamente observável surge de alguma unidade de acção. Da mesma forma, é através do processo interactivo, no processo social de vida em grupo, que as regras são criadas, mantidas e modificadas. Esta posição é oposta à defendida pelo estrutural-funcionalismo, de Parsons que defendia a submissão dos indivíduos e dos grupos às normas e valores da sociedade. Não são as regras que criam e sustentam a vida em grupo, mas ao contrário é o grupo que as cria. Na compreensão do comportamento humano, o interaccionismo simbólico valoriza os factos da vida quotidiana e refere que para a interacção ser adequada e compreendida é preciso saber qual é a intenção dos sujeitos. Para se captar essa intenção é preciso saber interpretar

gestos que simbolizam algo. O processo de interpretação destes gestos tem muita influência na estruturação das atitudes e dos comportamentos dos sujeitos em sociedade.

Para o interaccionismo simbólico, a vida em grupo representa um processo de formação, sustentação e transformação de objectos cujos sentidos se modificam através da interacção, modificando, conseqüentemente o mundo das pessoas. O ser humano age em relação às coisas na base dos sentidos que elas têm para ele. Os sentidos são manipulados mediante um processo interpretativo onde os indivíduos interagem com sigos próprios usando símbolos significantes. O ser humano tem essa capacidade cultural que é atribuir significado às acções. O sentido dos objectos para uma pessoa surge fundamentalmente da maneira como eles lhe são definidos por outras pessoas que com ela interagem, consistindo o meio circundante de qualquer pessoa, unicamente dos objectos que esta pessoa reconhece. Assim, para que se compreenda a acção das pessoas é necessário que se identifique o seu mundo de objectos. No interaccionismo simbólico, nós vemo-nos a nós mesmo através da forma como os outros nos vêm ou nos definem.

Outros dois contributos são fundamentais para a nossa pesquisa. A dramaturgia de Goffman aponta para o facto de se ter criado um modelo de dramatização através do qual se descreve e interpreta a acção social dos indivíduos na sociedade. No seu livro “A apresentação do eu na vida de todos os dias”, escrito em 1959, o autor tenta demonstrar a importância que as aparências exercem no comportamento dos indivíduos e dos grupos levando-os a agir no sentido de transmitir certas impressões aos outros e, ao mesmo tempo, de controlar o seu comportamento a partir das reacções que os outros lhe transmitam a fim de fazer passar uma imagem que difere do que eles realmente são. Para isto, ele utiliza conceitos como palco, desempenho, audiência, observadores, peça, papel, acto etc. que caracterizam a forma como os indivíduos interagem ou melhor, como eles desempenham os seus papéis no palco da vida. Goffman está menos preocupado com a forma como os homens tentam modificar as estruturas nefastas da sociedade do que com a maneira como se adaptam a elas.

A etnometodologia, criada por Harold Garfinkel, preocupa-se com a importância dos significados implícitos na acção quotidiana dos sujeitos. A etnometodologia estuda e analisa as actividades quotidianas dos membros de uma comunidade ou organização procurando descobrir a forma como elas as tornam visíveis, racionais e reportáveis, ou seja como elas as consideram válidas. Por outras palavras, a etnometodologia procura descobrir os métodos que as pessoas usam na sua vida diária e em sociedade a fim de construir a realidade social. O conhecimento que os indivíduos adquirem sobre este

mundo e sobre si próprios é um conhecimento do dia a dia, é um conhecimento ordinário que os leva a estabelecer o que é a realidade para eles. Para Garfinkel a sociedade é constituída por uma estrutura de regras e conhecimentos compartilhados que torna a interacção possível e estável.

Neste trabalho de investigação, a nossa principal intenção é captar a percepção dos sujeitos da amostra sobre o trabalho. Que interpretação dão eles ao facto de não trabalharem, que significado atribuem eles à sua situação de desemprego prolongado e à atitude de desencorajamento que os impede de trabalhar novamente.

Perceber o que simboliza o trabalho para estes desfeioados é muito importante. Como refere J.D. Wacquant citando Pierre Bourdieu, os sistemas simbólicos devem ser encarados como “produtos sociais que produzem o mundo”(cit. por LOPES: 2000). De facto, através do discurso percebemos o modo como os sujeitos vêm o mundo, o classificam e se posicionam dentro desse mundo. A construção social da realidade, as representações sociais acerca de fenómenos como o emprego, a vivência no bairro, o quotidiano – que analisamos nesta investigação têm consequências reais e objectivas. Por exemplo, quando se refere que é uma representação social negativa associado ao bairro uma das razões da dificuldade em arranjar emprego percebemos claramente como os valores e as ideias sobre o mundo social produzem um efeito de realidade. Sendo produtos sociais, elas “produzem o mundo”.

Como menciona Frank Parkin, “ao contrário das moléculas e dos Planetas, as pessoas têm motivos para as suas acções. O seu comportamento é orientado por significados subjectivos. Mais ainda, os actores sociais têm as suas próprias ideias e explicações acerca da razão pela qual se comportam de determinado modo e essas ideias, e essas explicações são uma parte indispensável de uma análise compreensiva das condutas” (1996: 2). Para este autor os significados subjectivos da acção são por si mesmos ingredientes indispensáveis para a sua própria explicação. A significação deve ser tida em linha de conta na estruturação dos processos sociais.

Privilegia-se, assim, os aspectos encobertos e subjectivos do comportamento humano, acreditando que este comportamento é estruturado em função do que as situações simbolizam para as pessoas. O interaccionismo simbólico dá uma importância muito grande ao sentido que as coisas têm para o comportamento humano. Esta corrente teórica tenta ver o mundo através dos olhos dos actores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objectos e às acções sociais que desenvolvem.

3.11. ENTREVISTA COLECTIVA

Sendo assim, consideramos que no caso concreto do nosso estudo, seria vantajoso e adequado produzir uma entrevista colectiva para recolher o máximo de informação e significações junto dos sujeitos da amostra. Essa entrevista foi precedida da apresentação de um conto, a “Cigarra e a Formiga”. Esta história sofreu alterações. Foram introduzidas a nosso pedido, as variáveis: percurso escolar da formiga e da cigarra, laços sociais, precariedade laboral, desvalorização simbólica associada ao território habitacional e valorização atribuída ao trabalho.

A formiga desta história trabalhava o ano inteiro e ganhava uma migalha. Era uma formiga muito explorada por um rei que se chamava Lagarto. A formiga só tinha o quarto ano de escolaridade, mas, mesmo assim, conseguiu arranjar emprego. Era uma formiga muito mal vista por viver num formigueiro chamado Lagarteiro. A formiga odiava a preguiça, os roubos e as esmolas.

A cigarra desta história não gostava de trabalhar. Gostava de farra e de cantar. Aparentava viver contente e tinha consciência que quem trabalha pode ser muito explorado. Mesmo em situações de grande necessidade nunca aceitava a humilhação. A Cigarra tinha um pai alcoólico. A cigarra não gostava da escola. A cigarra preferia jogar à bola. A cigarra tinha sonhos mas não tinha paciência para aturar patrões. Um dia explicou à formiga que todos tinham que mudar de rumo para acabar com o reinado de exploração do lagarto. (O texto integral da história encontra-se no anexo nº1).

Quando decidimos recontar esta história sobre o trabalho, fizemo-lo na convicção de que esta opção metodológica se revelaria muito vantajosa para a nossa investigação nomeadamente aos seguintes níveis:

- A história permite que o desafeitado se coloque na posição e no papel de outra personagem e assim fugir da má imagem e da má fama que os outros têm acerca dele. Permite fugir ao mau rótulo e escolher um papel socialmente mais valorizado. Através dos comentários à história os sujeitos da amostra podem alterar a sua identidade real;
- A história permite também que os sujeitos da amostra ao pronunciar-se sobre esta história tragam à sua consciência algo que não estava presente

na sua mente e que diz respeito à sua situação social. A história vai de encontro à realidade da sua vida quotidiana;

- Goffman faz notar que a vida social pode ser comparada a um espectáculo. Todos nós temos papéis sociais. O autor entendia que a interacção comprometia os indivíduos não como indivíduos singulares mas sim na representação de um papel. A cigarra e a formiga têm, metaforicamente, papéis sociais tipificados que podem produzir um efeito de identificação ou desidentificação. Não sendo seres humanos, o facto de se lhes atribuir papéis sociais personifica-as, torna-as personagens susceptíveis de despoletar o debate. Cada circunstância diferenciada pode ser ocasião para uma nova personagem;
- A história permite que com os comentários ao conto se apure que representação e que significado atribuem os desafeiçoados ao trabalho;
- A história cria, através dos comentários dos desafeiçoados, uma oportunidade para os sujeitos da amostra apresentarem desculpas e argumentos sobre a sua situação crítica de desafeição perante o trabalho;
- A história permite que os desafeiçoados escolham a personagem, não lhes é imposto nenhum papel;
- A história parte do pressuposto que é possível estudar a interacção social como representação;
- A história, ao ser filmada e gravada com o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos da amostra, permite captar gestos, expressão corporal, linguagem verbal e não verbal. Há gestos que têm um sentido, que podem ser interpretados, que querem simbolizar algo;
- A história permite que os desafeiçoados se pronunciem sobre este conto com uma linguagem livre, espontânea, autêntica. No bairro a cultura oral prevalece à cultura escrita. Considerando que a etnometodologia se baseia no facto relatado, a linguagem ou a fala desempenham um papel fundamental no processo de análise social. A linguagem, como refere Giddens, é muito importante “conhecer uma linguagem significa certamente conhecer regras sintácticas mas, igualmente importante, conhecer uma linguagem significa adquirir uma variedade de instrumentos metodológicos envolvidos tanto na produção das próprias

expressões como na constituição e reconstituição da vida social nos contextos quotidianos da actividade social” (cit. por LOPES: 2000).

Por tudo o que foi exposto pretendíamos que a história fosse uma oportunidade de representação da vida quotidiana. A interacção compromete os indivíduos não como indivíduos singulares mas na sua representação de um papel.

São esses papéis, as performances associadas, mas também as representações sociais acerca dos fenómenos que os papéis implicam, que quisemos analisar com a entrevista colectiva despoletada pela história da cigarra e da formiga.

3.12.ENTREVISTAS INDIVIDUAIS FOCALIZADAS

Porque razão tivemos de recorrer à utilização de entrevistas individuais directivas?

Afirmamos no capítulo dos procedimentos metodológicos que todos os métodos e técnicas de investigação têm vantagens mas também limitações e fraquezas. A entrevista colectiva a partir do conto da Cigarra e da Formiga foi uma opção metodológica acertada que deu os seus frutos. Esta técnica revelou-se muito produtiva tendo-nos fornecido bastante informação crucial ao nosso objecto de estudo. Mesmo assim, foi possível detectar ao longo do tratamento e análise da informação da entrevista colectiva algumas deficiências e lacunas que este instrumento não conseguiu superar.

1º Por se tratar de uma entrevista colectiva alguns sujeitos da amostra sentiram-se inibidos e por isso mesmo não revelaram aspectos marcantes da sua vida particular. Um elemento no fim da gravação referiu que pelo facto de ter estado detida tem tido muita dificuldade de inserção profissional mas não quis revelar isso ao grupo por vergonha.

2º Também outros presentes gostavam de ter dito a sua opinião de forma “menos vigiada”. A câmara de filmar e a presença do grupo não facilitaram os comentários que poderiam vir a causar polémica ou ir contra a ideia expressa da maioria presente. “Apetecia-me dizer isto (...) mas calei-me para não gerar confusão”.

3º A postura dos elementos na entrevista colectiva não foi toda igual. Há sujeitos da amostra inibidos, outros mais participantes. Uns com um discurso bem elaborado e fluente, outros com ideias e palavras menos organizadas. O risco de alguém assumir protagonismo e influenciar a opinião dos restantes elementos também se verificou. Na análise da entrevista ouvimos repetidamente a expressão: “Eu praticamente estou de acordo com o que fulana disse!”

4º Durante a análise da entrevista percebemos também que os comentários dos sujeitos da amostra suscitaram a colocação de novas perguntas do tipo: “Fazia falta aqui no bairro uma associação de moradores?” - convém agora perguntar porque razão não existe e se alguém se disponibiliza para integrar esta estrutura associativa.

5º Por fim justifica-se e torna-se necessário utilizar as entrevistas individuais focalizadas para decodificar algumas contradições que foram surgindo nos comentários dos sujeitos da amostra, assim como, para explorar aspectos omissos muito importantes para o nosso estudo, como por exemplo, perceber se toda a revolta e descontentamento direccionados às políticas e à actividade dos políticos se pode traduzir em contestação organizada. Este aspecto é muito importante pois pode residir aqui nesta revolta aparente um capital de esperança, que ao ser estimulado, acompanhado e organizado se pode traduzir numa efectiva mudança de atitude destes sujeitos. A consciencialização e a aquisição de novas competências são dois passos fundamentais indispensáveis à estruturação de novos projectos de vida tão necessários e urgentes para esta população desfavorecida e acomodada.

Porquê a entrevista individual directiva

Utilizamos a entrevista para saber qual é a ideia do sujeito entrevistado acerca do assunto em estudo, para perceber melhor determinados comportamentos, para entender melhor determinadas preferências e sentimentos, para enquadrar melhor expectativas e atitudes assim como para explorar algumas percepções.

A entrevista individual é um instrumento de recolha de informação importante que permite aprofundar determinada temática de interesse e pode servir de complemento a outras técnicas de colheita de dados.

A quem aplicar as entrevistas individuais directivas?

Do universo de 12 participantes consideramos que seria representativo e suficiente ouvir nesta segunda fase 4 pessoas. Para garantir o equilíbrio das variáveis sexo e idade ouvimos 2 homens e duas mulheres, dois jovens e dois adultos.

Escolhemos em primeiro lugar ouvir individualmente a Aurora porque ao longo da entrevista colectiva foi a que menos se pronunciou. A sua atitude não foi desinibida e o que disse parece ter sido condicionado pela circunstância de estar em grupo.

A Désiré Matos por ser uma jovem que muitas vezes ao longo da entrevista colectiva referiu a importância da escolaridade para se obter melhores oportunidades de inserção profissional.

O Alexandre por ser jovem e apesar de ter “uma arte” (oficial de construção civil) revelar que gostava muito de trabalhar com idosos.

Por fim, o Carlos com 53 anos de idade desempregado há mais de 10 anos, pela revolta e descontentamento que demonstrou com a classe política (o guião das entrevistas individuais encontra-se no anexo 2).

3ª PARTE

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

CAPÍTULO IV

LAGARTEIRO: TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO

4.1.A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DAS ATITUDES

Será que o território habitacional interfere nos modos de vida e nas carreiras laborais? As teorias do espaço formam actualmente um paradigma influente nas ciências sociais com áreas sub-disciplinares, constituídas dentro da sociologia e da antropologia. Ligado na origem aos problemas urbanos e do ordenamento do território, este movimento teórico tornou-se um referencial largamente empregado na investigação sociológica. Às vezes o objecto não é o espaço em si, mas fenómenos sociais que se desenvolvem em determinado tipo de territórios.

Como refere George Simmel, o espaço só tem sentido mediante processos complexos de produções e de apropriações sociais, isto é, “...acção recíproca converte o espaço, antes vazio, em algo, (...) já que torna possível a dita relação”(1986: 644).

Os actores sociais têm sempre uma configuração sócio-temporal. As relações sociais manifestam-se sempre num espaço e num tempo.

Como diz Henri Lefebvre, o espaço “vivido” e o espaço dos habitantes que tem símbolos e imagens que o acompanham. O espaço percebido é aquele que corresponde às práticas espaciais (1981: 42).

Se Raymond Ledrut considerava o espaço como um local de um sistema de interacções sociais, Henri Lefebvre considera o espaço social como uma construção que resulta da reestruturação as relações sociais (LEDROUT: 1980:6).

É no espaço territorial do Bairro do Lagarteiro que surgem quadros de interacção e praticas sociais ligadas aos modos de vida deste território.

Também A. Firmino da Costa considera que o espaço pode condicionar práticas, lógicas, racionalidades, códigos e rituais dos seus actores nesse mesmo espaço. Há quadros de interacção que são estruturados e estruturantes através do espaço que os condiciona. Na sua obra “Alfama”: entreposto de mobilidade social, percebemos a dimensão contextualizada das práticas sociais, a lógica específica dos processos de interacção, a formação dos sistemas de relações sociais (1984: 24).

Jean Rémy também considerou que o espaço é um elemento material em torno do qual se organizam combinações de sentido (1974: 38).

Pierre Bourdieu concebe a relação entre o espaço físico e as produções sociais da seguinte forma: o espaço social depende da capacidade de apropriação de bens e serviços mais ou menos importantes. A capacidade de apropriação depende do capital que os indivíduos dispõem. Capital económico, cultural ou social. O contexto físico pode condicionar ou favorecer a obtenção destes capitais. A posição de determinada gente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos sociais. A posição resulta dos poderes que emergem do capital económico, cultural, social ou simbólico. O capital simbólico está relacionado com o prestígio, a reputação, a fama. Daí haver territórios mais estigmatizantes e desvalorizados que outros, depende do seu capital simbólico (2003:161).

Esta concepção é muito importante para percebermos certos comportamentos e hábitos de famílias residentes no Lagarteiro.

Como afirma Luís Capucha alguns destes espaços, tal como o Bairro do Lagarteiro, produzem impactos sobre o comportamento dos indivíduos, que muitas vezes se caracteriza por sentimentos de dependência, de acomodação, que se traduzem em práticas de fechamento sócio-espacial. Em vez de facilitar autonomia e emancipação, acentuam ainda mais processos cumulativos de marginalização (CAPUCHA: 2000).

As estratégias de sobrevivência dos indivíduos depende muito do espaço vivido, sentido, que condiciona, constrange ou favorece determinado tipo de comportamento social.

Para Giddens, a estrutura urbana nos seus diferentes elementos deve ser entendida simultaneamente como condição e resultado da acção social, ou como possibilitadora ou constrangedora da acção dos actores sociais (GIDDENS: 1989). O que estrutura o local não é apenas o que está presente no cenário, “a forma visível do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza” (idem: 4).

É muito importante perceber as interacções e sobretudo onde elas têm lugar. Para B. Karsenti, o social é o nome “dado às interacções onde elas efectivamente têm lugar e que elas descrevem enquanto podem, na ordem da sua posição” (KARSENTI: 1995).

Por isso mesmo, várias teorias defendem que ao espaço de residência estão associados determinados tipos de comportamentos e atitudes do “nós” e dos “outros”. A residência no bairro, enquanto factor de distinção social, pode-nos ajudar a perceber dinâmicas e comportamentos desta população.

Também Cidália Queirós e Marielle Christine Gros, no seu livro “*Ser jovem num bairro de habitação social*”, consideram que a dimensão espacial é uma importante condicionante de desvalorização simbólica de certos grupos expostos a múltiplas engrenagens de vulnerabilização social. Mais, acrescentam estas autoras que as características do lugar de residência concorrem para prolongar, se não mesmo reforçar, as condições globalmente desfavorecidas das famílias (QUEIRÓS; GROSS: 2002).

Numa perspectiva weberiana, os indivíduos posicionam-se diferentemente no que respeita aos estilos e oportunidades de vida, constituindo assim, diferentes grupos de status. A habitação é um elemento de consumo, decorrente de um certo nível de vida. A habitação é, em termos de senso comum considerada o sinal exterior do estatuto económico e de pertença a um determinado estilo de vida.

Partindo do pressuposto teórico de que o contexto urbano e habitacional dá lugar e condiciona a formação de relações sociais específicas, é importante tentar aferir se o facto de ter nascido e crescido no Bairro do Lagarteiro, morar ou viver neste aglomerado habitacional influencia, ou não, certo tipo de atitudes e comportamentos, nomeadamente, desencorajamento e desafeição pelo trabalho. Isto porque o bairro em causa, onde habitam actualmente aproximadamente 2.000 pessoas, é um espaço de interacção, um local de pertença, um espaço influenciador de representações, um território colectivo de segregação social, onde habitam esmagadoramente pessoas pouco escolarizadas, com baixa qualificação profissional, com contratos de trabalho precários, baixas remunerações, desempregados de curta e longa duração, com um estatuto social desvalorizado, sem poder.

Localização

Este bairro periférico e sem qualquer tipo de enquadramento na malha urbana da cidade, fechado sobre si mesmo, foi construindo ao longo dos seus anos de existência uma identidade muito pouco positiva, marcada pelo estigma do tráfico e consumo de drogas. O bairro e os seus moradores carregam uma carga simbólica pouco favorável em termos de aceitação social. O Lagarteiro é visto por muitas pessoas como um lugar de ameaça e insegurança, como um espaço de desenvolvimento de laços sociais associados a atitudes desviantes.

No plano geográfico, é o bairro mais periférico da cidade, onde a maior parte dos portuenses jamais passou, mas do qual já toda a gente ouviu falar e tem dele uma

representação normalmente pouco positiva. O Bairro do Lagarteiro foi edificado em duas fases, (1972 e 1977) e é constituído por 446 fogos onde residem aproximadamente 2.000 pessoas. O Bairro do Lagarteiro situa-se na zona oriental da cidade do Porto, no Vale de Campanhã, para lá da Estrada da Circunvalação e na proximidade do Concelho de Gondomar.

O Bairro do Lagarteiro enferma de uma série de problemas congénitos que se têm agravado nos últimos anos com a progressiva degradação do edificado e dos espaços colectivos, perante a ausência de perspectivas de reabilitação e de estruturação urbanística e ambiental. Aliás, é sintomática a impossibilidade de concretização, por vários motivos, do projecto de reabilitação de fachadas³ e do projecto de reabilitação do espaço público⁴. Importa salientar que, enquanto as políticas habitacionais do Estado Novo professavam os modelos de moradias unifamiliares (bairros de casas económicas, (...) a C.M.P., desde o bloco de Duque de Saldanha (1940), adoptava os modelos de blocos habitacionais plurifamiliares⁵, entre outros processos e programas. De qualquer forma, urge intervir na componente física de um bairro que tem já mais de trinta anos e, além da intervenção estrita no bairro onde, por exemplo, as infraestruturas das redes prediais, que não foram conservadas ou mantidas, [se encontram] no limite técnico de vida, importa ponderar problemas e acções de forma mais abrangente. Um dos factores que tem dificultado a actuação urbanística e que a torna normalmente pouco profunda, prende-se com a persistente ausência de uma estratégia e uma boa ideia central, de conjunto, para todo o sector urbano do Lagarteiro/Azevedo/Parque Oriental, já que para além dos factos em presença, parte importante dos problemas e, nestes termos, das soluções correspondentes, situa-se ao nível da ausência de relações entre tais factos e a envolvente directa ao bairro, marcada por espaços residuais e espaços abertos expectantes. De facto, o Bairro do Lagarteiro resultou, em termos gerais, da atitude abstracta de mera ocupação de uma bolsa de terrenos disponíveis, ocupação essa marcada ainda pela desventura do modelo funcionalista que informou o respectivo desenho e que não se capacitou, nem a “fazer cidade” com conotados claramente urbanos, nem a “abrir”-se e articular-se à malha de matriz linear, e de organicismo elementar, de Azevedo. Assim, o Bairro do Lagarteiro constituiu-se, à partida, como

³ Arqto. Manuel Botelho, 2001.

⁴ Projecto de Reabilitação do Espaço Público, URB- 3

⁵ Atelier/Arqto. João Campos, 2004.

forma segregada e como fragmento, com a agravante de não possuir qualquer coerência morfológica, ser estilhaçado e desarticulado internamente.⁶

Em 2006, a Junta de Freguesia de Campanhã aplicou um questionário aos agregados domésticos residentes. Responderam ao questionário 387 agregados, correspondendo a 95% do total da população existente, abordando 1460 pessoas residentes. Este questionário foi fundamental para a elaboração do Diagnóstico e Plano de Acção no âmbito da iniciativa “Bairros Críticos” e vai ser objecto de análise neste capítulo dedicado ao Lagarteiro, como fonte secundária de dados para este estudo.

Em termos globais, e procurando fazer um breve retrato, a população residente no Bairro do Lagarteiro apresenta algumas especificidades que importa sublinhar, designadamente: a pirâmide etária da população residente é claramente jovem; as estruturas familiares de grande dimensão associam-se a níveis de sobrelotação habitacional; as famílias compostas exclusivamente por indivíduos idosos e a maternidade na adolescência fragilizam as estruturas familiares; os níveis de desemprego e de desocupação são elevados; as taxas de escolaridade são baixos e o abandono escolar é muito alto, logo no 5º e 6º Anos. Em termos de estruturas físicas podemos acrescentar que os espaços públicos estão degradados e descaracterizados, as habitações estão deterioradas e a acessibilidade ao bairro é fraca.

Uma grande parte das famílias é de modesto estatuto sócio-económico, sem rendimentos suficientes para aceder ao mercado de alojamentos. O nível de rendimento das famílias é efectivamente baixo. O Lagarteiro é um dos bairros sociais da cidade com maior percentagem de famílias cuja principal fonte de receita é o rendimento mínimo garantido: 8,4% - 6,6% na zona mais antiga do bairro, 9,9% no núcleo mais recente, contra 3,2% no conjunto dos bairros sociais do Porto.⁷

O Lagarteiro fica situado numa zona urbanisticamente demarcada e afastada do centro urbano. Há uma exagerada concentração de famílias socialmente homogéneas e extensas a habitar neste local.

O Lagarteiro é um exemplo de falta de integração harmoniosa da habitação no restante tecido social urbano. Quer isto dizer que ter um tecto não significa ter uma habitat socialmente integrado, muitos destes moradores vieram da Sé, de ilhas, de casas que foram demolidas por causa de obras na cidade (Via de Cintura Interna) e perderam

⁶ Diagnóstico e Plano de Acção no âmbito dos Bairros Críticos – Lagarteiro, uma intervenção alicerçada na participação, 2006, pp.8-9.

⁷ Dados fornecidos pela Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, projecto Porto-Oriente – Novembro/2000.

muitos laços de vizinhança, contacto com a família, foram misturados com outras etnias, ficaram sem acesso a serviços e a equipamentos. Como refere uma moradora que aparece no filme “*Fronteira*”⁸, **“fomos escorraçados para o Lagarteiro”**.

Os laços de entreaajuda e as solidariedades familiares e locais desempenham um papel importante no processo de integração e de socialização dos indivíduos ao meio. É frequente através deste processo informal de interacção, que se obtém muitos dos apoios materiais sociais e afectivos estabelecidos no quotidiano das práticas dos indivíduos. O processo de deslocação das populações do campo para a cidade, ou mesmo no interior da cidade para outros espaços de realojamento, cria uma ruptura, ou um enfraquecimento, dos laços sociais entre os indivíduos, conduzindo a um processo de vulnerabilidade ou mesmo de exclusão social. Com frequência, no posto de atendimento da Junta de Freguesia de Campanhã, nos dizem: **“No sítio onde eu vivia, a vizinha ia buscar o meu neto à escola, deitava os olhinhos à minha sogra, apanhava-me a roupa quando chovia, tinha a chave da minha casa para muma aflição, durante a noite, me ajudar, pagava ao padeiro se eu não estivesse em casa!”** (sic)

Quando o processo de deslocação não é acompanhado e negociado com os moradores corre-se o risco do relacionamento social saudável equilibrado entre estes desaparecer. As experiências partilhadas dentro do bairro deixam de ser uma referência e de corresponder a uma identidade colectiva. As práticas de sociabilidade, como afirma Fernando Luís Machado, são o motor da história do bairro. Da sua maior intensidade depende a existência do bairro enquanto meio social com a vida própria ou tão só um conjunto de ruas e edifícios organizadas num espaço (MACHADO: 1985:99).

No caso do Lagarteiro só recentemente foi inaugurado o posto dos correios, não existem caixas multibanco. Este bairro tem uma imagem triste e suja. Neste processo de realojamento que criou o Bairro do Lagarteiro, não se respeitou as vivências e a história de vida dos moradores, não se cuidou das relações de vizinhança, não se teve em conta os desejos e aspirações dos moradores. Mais uma vez aqui se verifica e constata que a política de alojamento está sectorizada, fechada sobre si mesma, não articula, não estabelece parceria nem age em conjunto com o todo do tecido urbano. Um problema tem mil causalidades, por isso, só com políticas integradas se pode combater eficazmente as suas causas e efeitos.

⁸ **“Fronteira”**: Filme sobre os modos de vida no Lagarteiro patrocinado pela Junta de Freguesia de Campanhã sob a direcção, realização e produção do Grupo Zebra, com a participação de um grupo de crianças do Bairro do Lagarteiro, em 2004.

Como refere Serge Paugam, quando estudou as relações nos bairros degradados, “Notei que as pessoas que acabavam de sofrer um falhanço e que tinham sido alojadas nesses bairros, às vezes contra a sua vontade, tinham tendência a recusar qualquer contacto com os outros, com aqueles que estavam talvez ainda mais desclassificados e que frequentavam os serviços há muito tempo. As pessoas adoptam uma atitude de distanciamento em relação aos trabalhadores sociais (PAUGAM: 2003).

Também Pierre Bourdieu ao referir-se aos “bairros” e “espaços desclassificados” afirma que a explicação dessa situação deve ser procurada nas dinâmicas sociais e económicas mais globais que ultrapassam as fronteiras dos bairros (cit. por GUERRA: 2002). Sendo assim, as políticas de habitação são muitas vezes geradores e reprodutoras de práticas e processos de segregação sócio-espacial, estas influenciam e condicionam directamente a repartição e disposição das populações sobre o território. Michel Pinçon, afirma que a segregação é sinónimo de exclusão e relegação (idem). A Segregação sócio-espacial, está associada às diferentes localizações de grupos sociais em função da sua posição social, da sua origem geográfica, da sua religião. Um espaço é tanto mais valorizado quanto mais fácil permitir o acesso a recursos materiais, lúdicos e simbólicos da cidade.

Este bairro resulta e é produto da lógica do alojamento social barato, a custos muito reduzidos porque para alojar “pobres” qualquer coisa serve, e mesmo que os materiais sejam de fraca qualidade sempre é melhor este tecto que o barraco ou a casa de ilha que não tinha casa de banho nem esgotos. Estes moradores geralmente pertencentes a classes e grupos sociais desfavorecidos estão privados de recursos económicos e de qualquer tipo de poder, exercem pouca influência sobre o poder político e sentem-se socialmente inferiores, sem capacidade e consciência reivindicativa. A lógica do alojamento social do Lagarteiro reproduz e reforça a exclusão social, como poderemos analisar mais à frente, trata-se de uma resposta habitacional que pretendia ser solução mas que actualmente faz parte do problema. Alojamento não é só dar um tecto. Este bairro deveria ser uma peça de um plano integrado de desenvolvimento para se tornar num espaço de investimento social onde as pessoas pudessem viver com qualidade de vida e bem-estar social, e assim de forma espontânea e natural desenvolver expectativas mais positivas acerca de si próprias e do local onde habitam.

População residente por grupos etários percentagem em 2006

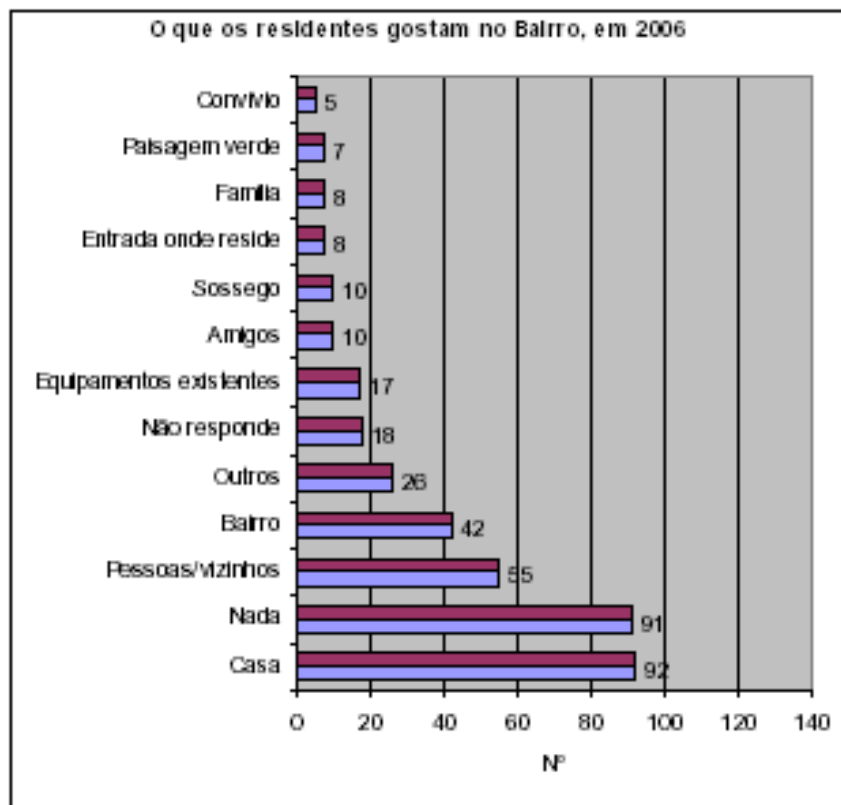
Apesar de a população do Bairro do Lagarteiro apresentar uma composição etária jovem, 14,3% da sua população já tem 60 e mais anos. Mais concretamente, 9,8 % das famílias do bairro são compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos. Embora ainda se encontre distante dos valores apresentados para o Concelho do Porto e para Portugal, com 19,4% e 17,4% respectivamente, tal percentagem não deixa de ser relevante se atentarmos que as famílias compostas exclusivamente por idosos no bairro estão mais sujeitas a situações de pobreza, isolamento social, dependência e doença. As características sócio-familiares destas famílias indiciam um quadro social de uma velhice fragilizada onde as despesas com a sobrevivência diária e a medicação ocupam uma parcela significativa dos seus rendimentos.

Convém lembrar que estas famílias se referem a famílias só de idosos, o que ilustra a ocorrência no bairro, da tendência, observada igualmente a nível nacional, para a contracção dos contextos familiares ao nível da prestação de cuidados aos seus membros mais velhos. Esta contracção está relacionada quer com os processos de reconfiguração das formas familiares e das redes de solidariedade intergeracionais, quer com os processos de urbanização/metropolitização associados às dinâmicas migratórias.

No bairro é igualmente relevante a monoparentalidade materna, sobretudo entre mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. Aqui a monoparentalidade é uma situação essencialmente vivida no feminino, tendência semelhante à que ocorre a nível nacional, em que as famílias maternas continuam a ser a maioria deste tipo de núcleo (86,4%). No bairro, tais núcleos têm uma expressão na ordem dos 11,1%. Tratam-se de famílias de mães sós, com forte dependência económica, social e residencial dos familiares mais próximos, sendo por isso mais marcada a co-residência com outros núcleos (família alargada e múltipla).

Por se tratar sobretudo de mães sós e muito jovens, são geralmente famílias mais vulneráveis quer economicamente, quer do ponto de vista dos cuidados prestados às crianças.⁹

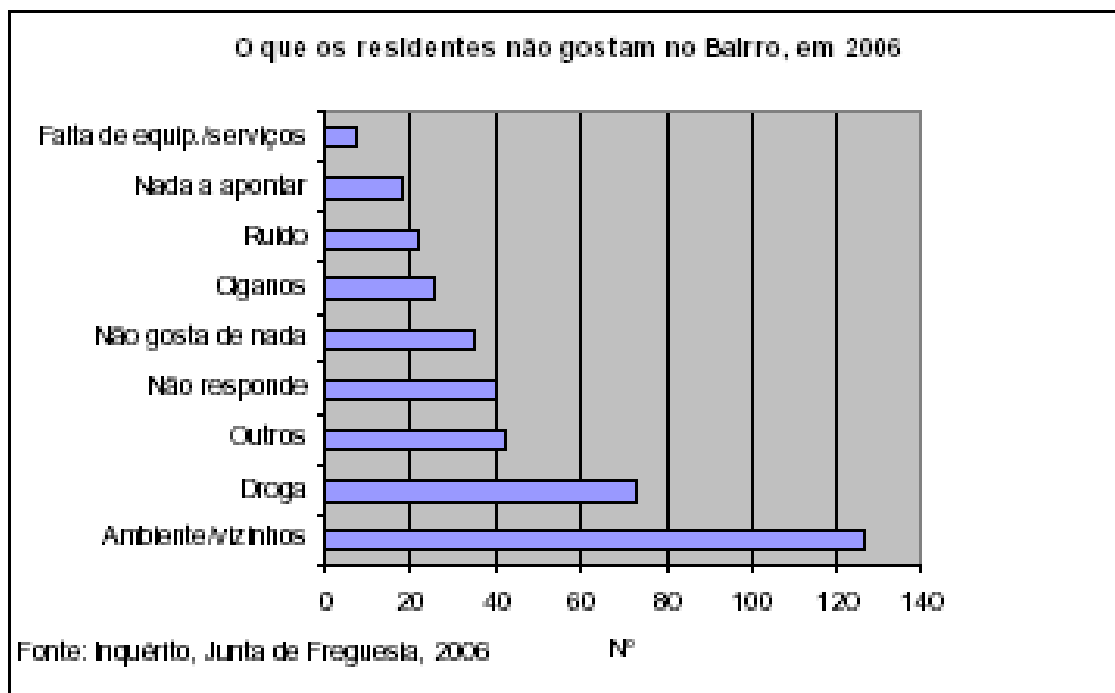
⁹ Inquérito, Junta de Freguesia, 2006.

Gráfico nº1- O gosto e o desgosto de viver no bairro

Fonte: Inquérito Junta de Freguesia de Campanhã 2006

No tocante à estruturação das identidades face ao espaço residencial, verificou-se que a identificação com o bairro enquanto local de residência é uma referência importante. Uma percentagem significativa de agentes sociais em presença gosta de viver no bairro, e esse gosto reflecte-se num comportamento de habituação ou num gosto específico desenvolvido face à casa e ao bloco. Este gosto pelo bairro é algo que se intensifica à medida que o indivíduo progride no seu ciclo de vida, e vai criando relacionamentos preferenciais com vizinhos/amigos. **“O bairro até é bonito!”** (Moradora, 77 anos, 4ª classe).

O desgosto face ao bairro aparece associado à sobrevalorização das características sociais negativas do bairro, ou seja, e por outras palavras, ao «mau ambiente generalizado» que se instalou no bairro. Não deixa de ser importante assinalar, com efeito, que o bairro emerge como um espaço inevitável, um espaço que se foi aprendendo a gostar «quase à força».

Gráfico nº2- O que os residentes não gostam no bairro

O gosto pelo bairro conjuga-se com sentimentos de pertença face ao mesmo. Os que gostam sentem-se como parte integrante do bairro e isso é assumido como um facto importante ou fundamental. Os sentimentos de pertença com frequência aliam-se a atitudes de resignação e à assunção do estigma, mas paralelamente não se deixa de fazer invocação às ligações afectivas estabelecidas com o bairro e aos processos de identificação. Os sentimentos de não pertença ao bairro, traduzem-se na assunção de um sentimento de identidade negativa face ao local de residência, manifesta na negação e recusa em aprofundar as suas vivências no local e nas relações de oposição face aos moradores do bairro, na sua generalidade.

Factos que consubstanciam o desgosto.

O bairro novo (1977): com o bairro novo veio mais gente, de fora, e quem estava no bairro velho não gostou do aumento da população. O alojamento dos moradores do Bairro da Mitra: quase todos foram para o Bairro do Lagarteiro e, segundo a população: **“deram cabo de tudo por causa da droga”**. Actor institucional **“Com os de S. João de Deus, veio o inferno”** (Morador, 49 anos, 2 filhos, 4ª classe)

Tendo em conta a análise dos dados apurados do inquérito aos agregados familiares do Bairro do Lagarteiro, no âmbito do estudo pioneiro sobre piores formas do

trabalho infantil¹⁰, em relação à imagem dos moradores face ao bairro, de acordo com 75% das famílias residentes, o consumo de tráfico de droga constitui o principal problema do bairro. No entanto, o lixo 31,8%, e o barulho 31%, são também referidos com frequência como problemas existentes no bairro. Ainda com valores significativos, a degradação da habitação foi referida por 19,2% das famílias.

A questão da toxicodependência, não obstante a importância e visibilidade que tem adquirido no senso comum e nas representações mediáticas, não tem sido objecto de estudos rigorosos e detalhados no nosso país, se exceptuarmos as abordagens que lhe têm sido feitas pela via terapêutica. Assim, temos consciência que os toxicodependentes não se podem assumir como uma categoria social hegemónica, mas por um conjunto de modos de vida diferenciados. Assim, também no Bairro do Lagarteiro os toxicodependentes se estruturam por modos de vida, consumos e trajectórias sociais diferenciadas: “Não se poderia assim falar dos toxicodependentes como um conjunto uniforme, mas antes como uma realidade complexa onde se entrecruzam contextos, sujeitos, substâncias e as histórias de vida que a partir daí se vão construindo”.

Não obstante a importância analítica da diferenciação dos caminhos e vivências da toxicodependência, temos que nos reportar aos dados obtidos localmente junto dos utentes do CAT Oriental do Porto e referentes aos indivíduos que declaram residir no Bairro do Lagarteiro.

Em termos de análise de dados, uma primeira nota se impõe. Os utentes do CAT provenientes do Lagarteiro apresentam perfis sociais e profissionais similares aos de outras zonas e bairros da cidade. A maioria dos utentes são do sexo masculino e situam-se com maior frequência no grupo etário que vai dos 39 aos 45 anos, demonstrando um perfil de consumo de drogas algo enraizado no tempo e na estruturação das suas práticas quotidianas. O ensino básico e a frequência incompleta do ensino preparatório caracterizam as trajectórias escolares de um grande número de indivíduos, evidenciando um perfil marcado por baixas competências escolares. Concomitantemente, as profissões que desempenham ou desempenharam situam-se nos trabalhadores não qualificados ou nos operários, artífices e similares. Também se trata de uma população maioritariamente desempregada e dependente de subsídios (nomeadamente, o RSI e prestações de acção social) ou de rendimentos não identificados. A maioria dos utentes

¹⁰ Estudo encomendado pelo Ministério da Segurança Social sobre as piores formas de trabalho infantil no Bairro do Lagarteiro, produzido pela empresa Vértice mais em 2002, com o apoio da Junta de Freguesia de Campanhã.

assume vivenciar um contexto marcado por problemas sociais, sendo esses de natureza económica ou jurídica. Cumulativamente, quase metade dos utentes têm vários problemas de saúde: HIV, tuberculose, perturbações de personalidade, hepatite b e c, entre outros.¹¹

De acordo com o Relatório da equipa de rua do Projecto ARRIMO, do Bairro de S. João e Deus, no mês de Agosto, de 2006, foram trocadas no Bairro do Lagarteiro 864 seringas, sendo este valor também um indicador médio mensal.

O desemprego e a pobreza, factores tidos como estruturais e que influenciam o acesso a um conjunto de bens e serviços que possibilitam o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos, apresentam valores significativos de referência que são elucidativos destes problemas. Por causa do desemprego, o senhor F utente do posto de atendimento, começou a beber. O alcoolismo empurrou-o para fora de casa. Passou a viver na rua. Um dia conseguimos com a colaboração da Segurança Social apoio para comparticipação num quarto de uma pensão. O Sr. F plastificava documentos na Praça D: João I, no Porto, numa certa manhã um indivíduo dirigiu-se à sua banca de trabalho para plastificar um cartão. O Senhor F apercebeu-se que ele trazia vestido o seu blusão de bombazine. Rapidamente lhe perguntou onde arranjou tal casaco. O jovem respondeu-lhe: ***“Fui a uma pensão com uma rapariga da rua e agasalhei este casaco que era da pessoa que lá dorme”***. A partir daí o Senhor F nunca mais aceitou o nosso apoio. Continua a dormir na rua.

Quadro nº 3 – Frequência dos principais problemas do Bairro do Lagarteiro(%)

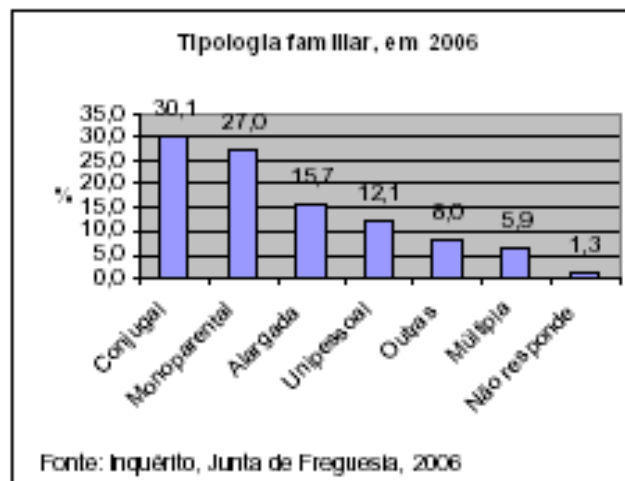
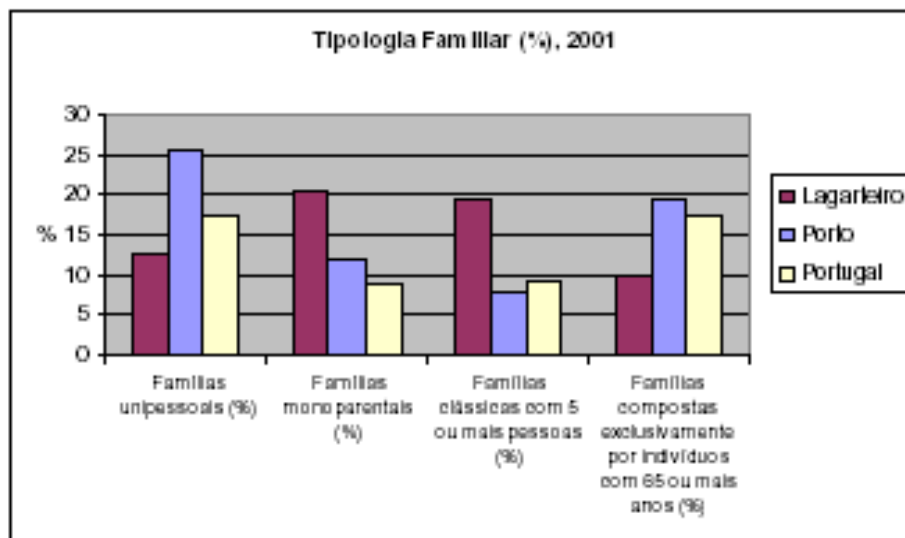
PRINCIPAIS PROBLEMAS DO BAIRRO	FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS
Desemprego	19,2%
Pobreza	16,6%
Droga (consumo e tráfico)	75,5%
Alcoolismo	14,9%
Prostituição	2,5%
Habitação	19,2%
Infra-estruturas	11,3%
Lixo	31,8%
Barulho	31,0%
Criminalidade	7,00%

¹¹ CAT Oriental, Contributos para a Construção do diagnóstico – Bairro do Lagarteiro, Porto, Junho de 2006.

Falta de União	9,3%
Racismo	2,8%
Outros	31,1%
O bairro não tem problemas	13,2%

Fonte: Estudo encomendado pelo Ministério da Segurança Social sobre as piores formas de trabalho infantil no Bairro do Lagarteiro, produzido pela Empresa Vértice mais em 2002, com o apoio da Junta de Freguesia de Campanhã

Gráfico nº3e 4- Tipologia das famílias



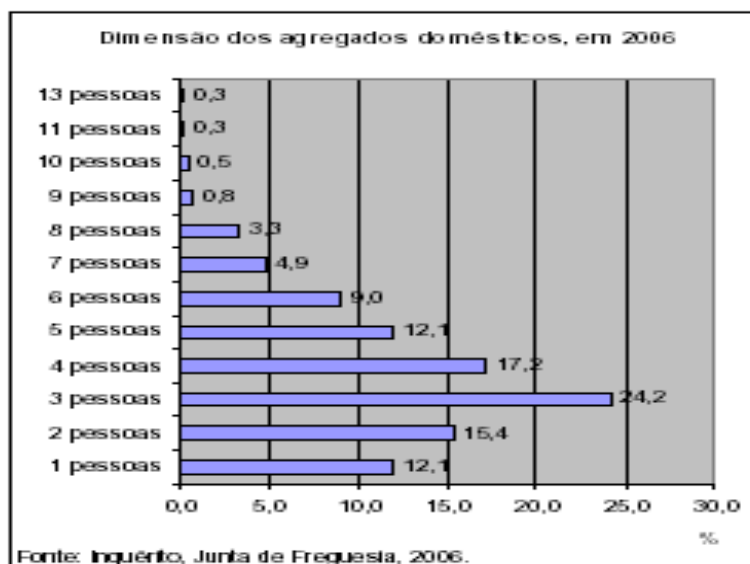
Os gráficos são reveladores dos tipos familiares mais relevantes no Bairro do Lagarteiro. Os dados de 2006, vêm corroborar as tendências já conhecidas em 2001. No bairro predominam a família conjugal (30,1%) e monoparental (27,0%). Seguem-se a família alargada (15,7%), unipessoal (12,1%) e múltipla (5,9%). No primeiro tipo, situam-se as famílias simples (casais com filhos; casais sem filhos). A

monoparentalidade, sobretudo materna, abrange 27% dos núcleos familiares. A sua prevalência tem um impacto significativo quer ao nível da formação de agregados domésticos de famílias alargadas (isto é, de famílias simples a viver com outros parentes); quer ao nível dos agregados domésticos de famílias múltiplas (compostas por duas ou três famílias simples).

No bairro a família não perdeu complexidade. Pelo contrário, as famílias alargadas e múltiplas surgem como meio de fazer face à privação e à monoparentalidade. Estas famílias prestam assistência a jovens que ainda não têm casa e a mães adolescentes e solteiras que não têm condições de viver sozinhas. Recorde-se que no bairro existem 237 Famílias que são apoiadas pela Segurança Social no âmbito do Atendimento/Acompanhamento Social.

Apesar da tendência para uma certa nuclearização da família, não podemos deixar de ressaltar a dimensão dos agregados com mais de cinco pessoas, em 2006. Tal, como já foi anteriormente mencionado, aqui o alargamento surge como um elemento subsidiário da dinâmica familiar e uma forma de gestão da ausência de meios de vida que garantam uma existência autónoma da rede de parentesco.

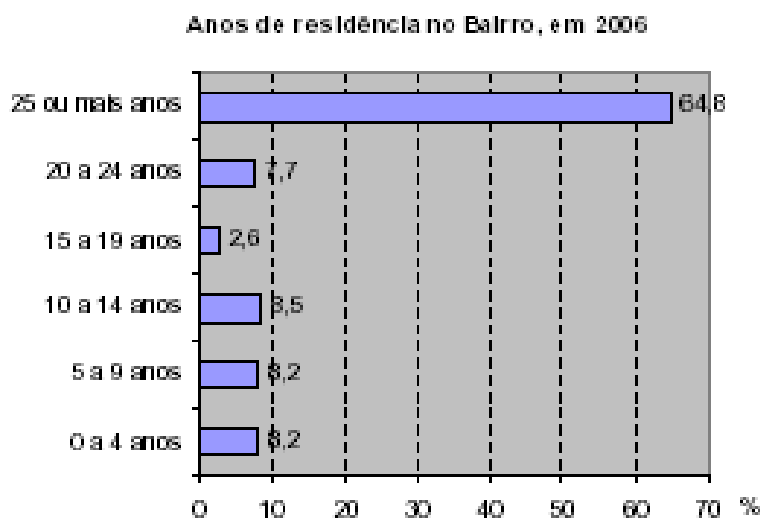
Gráfico nº5- Dimensão dos agregados



Do ponto de vista sócio-familiar, o Bairro do Lagarteiro apresenta certas características específicas: uma representação significativa de famílias alargadas, múltiplas e monoparentais; problemas de emprego e desemprego e precariedade financeira no seio familiar; ruptura e separação conjugal, criminalidade e violência doméstica, entre outros traços. A acumulação deste tipo de indicadores conduz-nos a

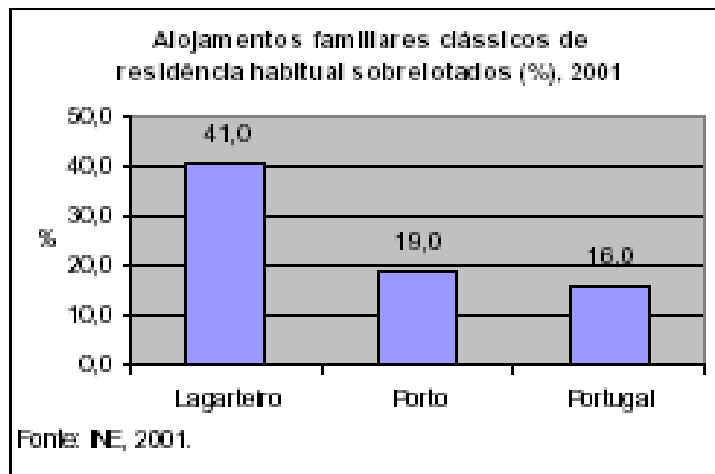
pensar que existe uma certa pulverização da realidade familiar nos bairros pobres. Mas há que não confundir os indicadores sócio-demográficos com o funcionamento interno das famílias. A realidade mostra-nos que as redes de solidariedade nestes bairros fundem-se com as redes de parentesco. O desemprego não destrói necessariamente o núcleo familiar, tal como demonstra a existência de relações regulares entre os ascendentes e parentes colaterais. As redes de apoio no seio do parentesco têm tido um papel amortizador das consequências do desemprego e da exclusão social em bairros e espaços urbanos críticos. As solidariedades de proximidade e o suporte comunitário são também fundamentais para o estabelecimento de uma identidade e uma solidariedade de bairro. Aliás, 40% das famílias do bairro têm famílias aparentadas a viver nesse espaço, o que evidencia uma forte interligação de parentesco e uma certa endogamia familiar.

Gráfico nº6 - Anos de residência no Bairro do Laqarteiro

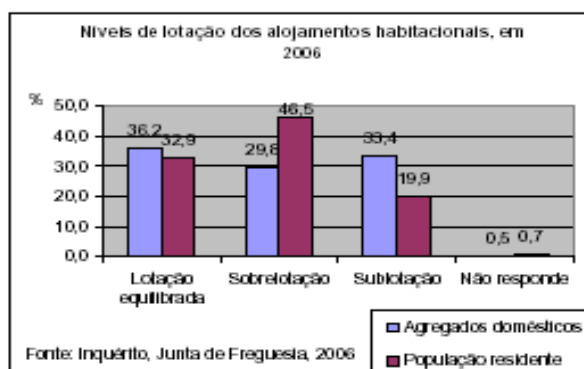


Fonte: Inquérito, Junta de Freguesia, 2006

A grande maioria dos agregados domésticos reside no bairro há mais de 25 anos, o que se reflecte também negativamente nos níveis de uso e degradação dos imóveis.

Gráfico nº7- Sobrelotação dos alojamentos

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2001), os níveis de sobrelotação no Bairro do Lagarteiro são altíssimos (mais que o dobro) comparativamente com os valores registados no Porto e no País. O inquérito que a Junta de Freguesia implementou aos agregados domésticos, em 2006, dirigia-se claramente à avaliação desta questão. Para a avaliação dos níveis de lotação dos fogos do bairro foram utilizados os critérios do Instituto Nacional de Estatística. A Câmara Municipal do Porto, durante o mês de Junho de 2006, desenvolveu também um levantamento da situação, tendo neste momento cerca de 80% dos fogos levantados. Isto significa que, muito brevemente, haverá condições para desenvolver um programa de acção bem fundamentado.

Gráfico nº8- Sobrelotação dos alojamentos em 2006

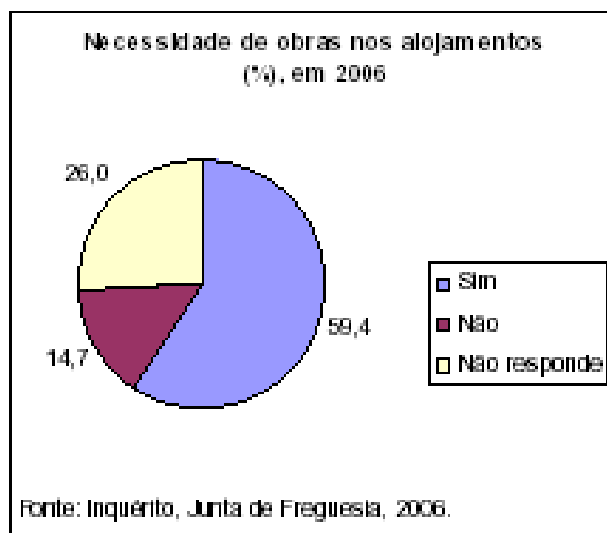
Sinteticamente, o inquérito implementado pela Junta de Freguesia de Campanhã confirma o diagnóstico do Instituto Nacional de Estatística (2001) e a gravidade da questão. Em 2006, 30% dos agregados domésticos residentes no Lagarteiro estão a

residir em fogos sobrelotados, o que corresponde a 46,5% dos residentes; 33% dos fogos estão sublotados, o que significa que 20% da população ocupa fogos com uma dimensão superior ao necessário. Assim, a questão tipológica afigura-se de grande complexidade e com diversos problemas envolvidos, os quais requerem acções específicas devidamente concertadas. A sobrelotação leva a considerar a necessidade de redistribuições e de desdobramentos, devendo ser avaliadas eventuais exigências de reestruturação tipológica, por coalescência ou sub-divisão, por exemplo. A sublotação leva a considerar a necessidade de transferência de residentes para fogos de menores dimensões. Isto significa que:

1. O grande problema prende-se com a dimensão alargada das famílias que implica níveis de sobrelotação muito altos e necessidades de alojamentos sobretudo com uma dimensão igual ou superior ao T5 ou a alguns desdobramentos.

2. Por outro lado, há carências de alojamentos de fraca dimensão (T1 e T2), sobretudo para idosos a residirem sozinhos. Este tipo de alojamento deve localizar-se nos pisos mais baixos de forma a facilitar a mobilidade dos mais idosos.

Gráfico nº 9- Necessidade de obras nos alojamentos



Quadro nº 4**Necessidade de intervenções de reabilitação, segundo os residentes, 2006.**

Tipo de obras	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
infiltrações	185	47,6	204	52,4
humidade	242	62,2	147	37,8
fendas	129	33,2	260	66,8
electricidade	92	23,7	297	76,3
canalizações	145	37,3	244	62,7
pintura	224	57,6	165	42,4
persianas	229	58,9	160	41,1
janelas	239	61,4	150	38,6
portas	229	58,9	160	41,1
campainhas	99	25,4	290	74,6
cabos correio	67	17,2	322	82,8
escadas	11	2,8	378	97,2

Fonte: Inquérito, Junta de Freguesia

A degradação do parque edificado e a necessária reabilitação. As obras no interior e no exterior do edificado são manifestamente necessárias, dado o generalizado estado de degradação dos imóveis. Repare-se que a idade média dos edifícios é de 30 anos encontrando-se, portanto, as infra-estruturas das redes prediais, que não foram conservadas ou mantidas, no limite técnico de vida. As necessidades de reparação afectam a grande maioria dos alojamentos e comparativamente à cidade do Porto e ao País estamos numa situação claramente desfavorável.

Segundo os residentes do Lagarteiro, 59% dos fogos necessitam de obras, destacando-se, designadamente, o seguinte: os níveis de humidade, infiltrações e fendas demonstram a necessidade de uma reabilitação das coberturas, fachadas e empenas; os problemas nas canalizações e na rede de electricidade simbolizam a degradação das infra-estruturas prediais; a deterioração das pinturas, persianas, janelas e portas exemplificam a ausência de atitudes de conservação por parte dos residentes.

Quadro nº5 - Níveis de justiça das rendas praticadas

Inquérito aos residentes:

Renda em classes (€) e avaliação dos níveis de justiça das rendas praticadas.

		Valor da renda justo		Total
		Sim	Não	
Renda em classes (€)	Menos de 10 euros	3	2	5
	11 a 25 euros	170	32	202
	26 a 50 euros	81	55	136
	51 a 100 euros	0	24	24
	101 a 150 euros	0	2	2
	Não responde	1	0	1
Total		255	115	370

Fonte: Inquérito, Junta de Freguesia, 2006.

As rendas praticadas no Bairro do Lagarteiro são naturalmente muito baixas. Relativamente ao total de respostas, cerca de 93% dos residentes contribui com uma renda mensal inferior ou igual a 50 euros (37% de 26 a 50 euros; 55% de 11 a 25 euros; 1% menos de 11 euros), e cerca de 70% considera a renda justa. Estes valores demonstram uma fraca disponibilidade dos agregados domésticos para suportarem valores de rendas mais razoáveis, mas também uma situação de dependência que se conjuga com uma assistência reivindicativa.

Investir na reabilitação do edificado terá naturalmente implicações num ajustamento de rendas, que deve ser previamente estudado e programado.

4.2.LAGARTEIRO UMA IMAGEM ESTIGMATIZADA

O Lagarteiro é visto por muitas pessoas como um lugar de ameaça e insegurança, como um espaço de desenvolvimento de laços sociais associados a atitudes desviantes. Por isso mesmo, neste bairro, a Electricidade de Portugal (EDP) contabiliza um grande número de suspensões de fornecimento de electricidade aos domicílios por falta de cumprimento de pagamento. Segundo os pedidos de auxílio económico que são dirigidos ao Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de Campanhã, mais de uma centena de habitações tiveram “corte” e procederam posteriormente à ligação clandestina da electricidade.

Os Correios de Portugal (CTT) suspenderam a distribuição postal no bairro por agressões sistemáticas aos carteiros. Neste momento este problema já está solucionado

mas, corre nos Tribunais a apresentação de várias queixas pelo crime de agressão a estes profissionais.

A Sociedade dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP) não suspendeu carreiras para o Lagarteiro, mas a sua Directora de Marketing e Imagem informou-nos de que nesta zona o número de conflitos, entre passageiros e motoristas, tem aumentado porque os primeiros recusam-se sistematicamente a validar o seu título de viagem. As ameaças de passageiros com cães perigosos têm sido permanentes e intimidado o próprio serviço de fiscalização da empresa.

Numa perspectiva de um maior aprofundamento relativamente às imagens exógenas sobre o bairro, tentamos aferir as dimensões constituintes da construção de um imaginário de «medo» publicamente partilhado. É oportuno fazer aqui uma referência ao papel dos media na cristalização de uma imagem desvalorizada do bairro na cidade por parte dos seus próprios moradores. Aliás, um dos principais problemas de insegurança vem das representações negativas que são trazidas do exterior e também de processos de exclusão vivenciados e que criam nos próprios indivíduos sentimentos de exclusão.

Neste sentido, podemos considerar que os media muito têm contribuído para a emergência de sentimentos de insegurança face a estes espaços na medida em que os relatos mediáticos acabam por cristalizar um imaginário social acerca dos bairros, pautado por uma representação negativa, toldada por sentimentos de medo e de insegurança. Este imaginário assume-se como elemento determinante no estabelecimento das relações dos espaços estigmatizados com a cidade no seu todo, provocando relativamente aos bairros uma ruptura com a cidade. Enfim, estamos perante a (re)construção de lugares marginais, fora dos limites da normalidade e cujo respeitável cidadão comum deverá evitar contactar seja sob que pretexto.

“As casas estão degradadas e sobrelotadas, pelo bairro domina a toxicodependência e o desemprego é um grave problema. O número de pessoas a precisar de rendimento mínimo é elevado. Gente que, com o tempo, ganhou desafeição ao trabalho. Todos estes são motivos suficientes para que o Bairro do Lagarteiro, no Porto, seja um "barril de pólvora" e onde a criminalidade e a delinquência fazem parte do dia-a-dia”. “Bairro do Lagarteiro vai ter um programa para sair da degradação” (Diário de Notícias, 11 de Janeiro de 2006).

“PJ do Porto baleou no Lagarteiro suspeitos de assaltos com arma” (Jornal Público, 13 de Outubro de 2006).

Gruel, constatou que contra a estigmatização de pessoas que se encontram numa situação de grande vulnerabilidade económica, relacional e cultural, estes habitantes socorrem-se do imaginário para inverter e diminuir o estigma que os atinge fortemente. Envolvem-se de reinterpretação das suas próprias histórias de vida numa verdadeira fuga da realidade. O autor acha que isto é uma forma de defesa individual (GRUEL: 1985).

Noutras circunstâncias também desfavoráveis, em territórios socialmente desfavorecidos e desclassificados, sem valorização social, os moradores negam que o seu habitat seja mau. Esta negação o que passa por dizer que o bairro é igual ao outro. **“No Lagarteiro não há mais problemas do que nos outros”**. Esta estratégia é uma tentativa também de protecção e evitar o mínimo possível os danos que a estigmatização provoca.

Este efeito é sempre doloroso, pois o descrédito que recai sobre esta comunidade de residentes é muito grande. Esta discriminação provocada pela falta de oportunidades, pela escassez de recursos e pela ausência de apoio institucional a estes moradores, considera-os menores, inferiores. As pessoas do Lagarteiro sentem-se assim fracassadas, inseguras e percebem facilmente que não são muito bem aceites socialmente, nem o seu espaço de residência é valorizado. O A, utente do posto de atendimento da Junta de Freguesia de Campanhã, foi a uma entrevista de emprego **“Fui lá, só que a menina que me atendeu perguntou-me, onde é que fica a rua Diogo Macedo? E eu respondi que era no Lagarteiro, ela disse, que depois telefonava, mas eu ainda não tinha dado o meu número, perguntei-lhe: como é que me vai ligar se eu ainda não lhe dei o número? Ao que me respondeu: não se preocupe, procuro na lista telefónica. Fiquei xunga por perceber que ela não queria ninguém do Lagarteiro”**.

Este rótulo é muito penalizador e às vezes acompanha-as ao longo da vida, castigando-as sempre nos momentos de arranjar emprego, namorado, etc... muitas vezes o estigma é injusto desadequado e falso. A imagem que se tem das pessoas do Lagarteiro não corresponde à verdade, mas o que é certo é que muitos moradores sentem-se rejeitados pouco aceites e então fecham-se, não se abrem à participação, não se envolvem na vida da comunidade.

Para as pessoas se protegerem desta má imagem, utilizam algumas estratégias, como por exemplo, a manipulação de alguma informação, quer isto dizer que para evitar

a sua interiorização, o seu desgaste social, escondem aspectos do seu passado e do seu presente para não acentuarem a sua fragilidade social. Como diz Goffman, as pessoas que lidam connosco avaliam-nos em função de tudo o que conhecem a nosso respeito (o que os outros pensam de mim preocupa-me influencia-me, condiciona-me) (GOFFMAN: 1988). Este autor fala sobre a importância da categoria social. É em função dela que as pessoas nos atribuem valor. Depende da categoria social as formas como as pessoas se relacionam socialmente. Todo o processo comunicativo se desenvolve através da interacção, a interacção existe porque cada ser tem uma identidade. Os elementos da identidade são o que eu penso de mim, o que os outros pensam de mim, o que eu quero que os outros pensem de mim. Para as pessoas terem uma determinada imagem a meu respeito, diz o autor, eu preciso de conquistar na estrutura social um estatuto, um modelo de vida, um sistema de valores, um ideal, um guia de acção e orientação. Muitas vezes a interacção é condicionada pelo estigma, somos catalogados, rotulados e as pessoas interagem connosco em função deste rótulo. As pessoas estigmatizadas lutam e reagem para vencer esse estigma de desvalorização e diminuição social principalmente quando vivem num bairro com as características do Lagarteiro. Por isso o **J** vive no Lagarteiro, é administrativo do Instituto da Solidariedade e da Segurança Social e a primeira vez que conversamos sobre processos de RSI que careciam de despacho superior, o mesmo revelou conhecer muito bem este espaço residencial e estas famílias. Só após alguns contactos e consequente empatia referiu que ele próprio residia no Bairro do Lagarteiro. ***“Saio de manhã e entro à noite, apenas durmo no bairro. Os meus colegas de escola estão todos “agarrados” à droga! Aqui no serviço ninguém sabe onde moro e não queria que soubessem...”***

Estes residentes estão cansados da sua má reputação herdada do local onde vivem. Raramente dizem que moram no Bairro do Lagarteiro e à noite já não insistem com os taxistas para os transportar até casa. **D** disse-me um dia ***“Gosto de me vestir bem, passear no novo Centro Comercial Dolce Vita e tirar fotos às gajas com o telemóvel. Ir até lá ajuda a passar o tempo. O pior é quando chega a hora de vir embora. O regresso a casa é que é o pior, voltar para o meio da porcária custa sempre. Geralmente vamos sempre dois ou três e assim ninguém percebe se temos carro ou não.”***

Sendo assim, o bairro apresenta uma forte visibilidade de problemas sociais tais como concentração de problemas desviantes ligados ao tráfico e consumo de drogas, desemprego, sobre ocupação dos alojamentos, degradação arquitectónica e ambiental.

Habitar neste bairro é por isso ter uma imagem publicamente desvalorizada, ser marginal desviante, e indesejado (MENDES: 1997: 196). Como afirma Paula Guerra na sua tese “*A Cidade na Encruzilhada do Urbano*”, a residência num determinado bairro, por si só e muitas vezes, estigmatiza os indivíduos que lá residem. A residência num bairro pode ser vista como um factor de distinção social de acordo com a imagem que esse bairro tem para o exterior e a percepção que os próprios residentes têm desse bairro. Só em função destas percepções se podem sentir auto ou heteroexcluídos. Muitas das entidades, ou seja, as imagens dos próprios moradores face ao bairro enquanto espaço de residência, transmitem um sentimento de vergonha e de auto negação do meio envolvente. No caso concreto do Lagarteiro, estes sentimentos conduzem na maioria das vezes, à produção de um efeito de diminuição da auto-estima dos seus moradores, que se por sua vez se reflecte numa falta de interesse e de desmotivação total por práticas de valorização e de conservação do espaço do bairro ou mesmo da habitação. A perda de auto-estima pelo território de residência, tende a ser um processo que não se cinge ao efeito individual, mas que se alastra a toda uma comunidade de bairro levando a uma perda da auto-estima efectiva que conduziria das vezes à ruptura com os próprios mecanismos de solidariedade existente no bairro entre os seus moradores. O processo a que estão sujeitas as comunidades dos bairros sociais, conotados com uma desvalorização social do espaço de residência apresenta-se, como um processo muito similar ao da interiorização da própria cultura da pobreza. Sendo assim, os elementos simbólicos negam qualquer tentativa de valorização do espaço do habitat o que impossibilita a criação de uma identidade positiva e de práticas comunitárias que conduzem ao melhoramento da imagem e das condições de vida dos seus moradores. De acordo com a informação apurada no Estudo Pioneiro sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil¹², o Bairro do Lagarteiro é tido muitas vezes como um local de desprezo, de vergonha pelos próprios moradores onde se reflectem situações de grande precariedade social e económica. A escassez de uma rede de equipamentos e serviços de apoio ao bairro e suas populações exclui igualmente a oportunidade dos seus residentes terem acesso a serviços que lhes possibilitem uma melhoria das suas condições de vida. A propósito da escassez de equipamentos no bairro, julgamos importante transcrever excertos de uma entrevista que realizamos à directora do Centro Social da Obra

¹² Estudo encomendado pelo Ministério da Segurança Social sobre as piores formas de trabalho infantil no Bairro do Lagarteiro, produzido pela empresa Vértice mais em 2002, com o apoio da Junta de Freguesia de Campanhã.

Diocesana do Bairro do Lagarteiro. Este equipamento existe no bairro desde 1994 com as valências de creche (35 crianças), jardim de infância (60 crianças), ATL- Actividades de Tempos Livres (60 crianças) e apoio domiciliário (40 famílias). Os principais constrangimentos da instituição, segundo esta técnica, são o espaço, dado que o equipamento funciona numa cave com dimensões exíguas, sem luz directa, sem recreio exterior para as crianças brincarem. Questionada sobre a enorme lista de espera nas diversas valências referiu que o que a mais a preocupa é os pais das crianças não trabalharem. Só 7% dos pais das crianças inscritas têm emprego e esse emprego não é estável. Para a Dr.^a Luísa Preto esta situação é má porque com frequência deixam de pagar a mensalidade, omitem rendimentos e muitas vezes utilizam estratégias de sobrevivência ilegais. Quando quisemos saber se o desemprego era o principal problema das famílias, desabafou que o que mais a preocupa é a falta de responsabilidade dos pais para com as crianças. Não sabem cuidar delas quando estão doentes, tratar de uma simples diarreia. A alimentação é deficitária, à base de guloseimas do café. Estes meninos não cumprem horários, não cumprem as regras mínimas de higiene e asseio, tem uma linguagem e um comportamento muito agressivo. “Os pais destes meninos só sabem exigir”, refere esta técnica. “Existe uma grande diferença entre as crianças provenientes das famílias do bairro e as provenientes de outras áreas envolventes ao equipamento. A agressividade dos meninos do Lagarteiro parece ser intergeracional. Transmitida de pais para filhos. Há crianças que são muito instáveis, permanecem numa intranquilidade muito grande, não conseguem dormir porque estão sobressaltadas. A agressividade dos pais é a forma privilegiada de interacção. Noutro dia, um pai de uma criança referiu-me que não corta as unhas ao seu filho para este poder agredir de forma mais eficaz os seus companheiros de sala”. Porquê tanta agressividade perguntamos nós? “A privação constante destas famílias leva-os à revolta”. Na quarta-feira, referiu ela, “Esteve cá uma senhora muito nervosa a insultar-nos porque o seu filho tinha sido preso no Sábado anterior pelas 18 horas. A família dirigiu-se à prisão no Domingo seguinte com um saco de roupa para o ver e conversar com ele disse-me: ‘O meu filho nunca tinha entrado numa cadeia o guarda prisional não nos deixou entrar nem nos deu qualquer informação sobre o seu estado. Disseram-nos ainda que a visita era ao sábado de manhã e para desaparecermos dali para fora’. O neto desta senhora frequenta o nosso equipamento e não sabia que o pai tinha sido preso.” Também a propósito da falta de equipamentos e serviços, no Lagarteiro, é de sublinhar a luta dos utentes do Centro de

Saúde pela colocação de mais médicos na extensão de Azevedo de Campanhã. Para dar visibilidade a este protesto assim se pode ler nos títulos dos jornais:

“Dois médicos para 7500 utentes” (Jornal Notícias, 30 de Maio de 2006);

“População pede mais condições contra a falta de médicos no Centro de Saúde de Campanhã” (Primeiro de Janeiro, 13 de Junho de 2006);

“Azevedo de Campanhã na Rua a exigir mais médicos” (Jornal de Notícias, 6 de Junho de 2006).

A falta de equipamentos e serviços e a consciência da existência de uma imagem de marginalidade de exclusão do território do habitat funciona em muitos casos como um elemento subjectivo que induz no espaço do bairro um conjunto de comportamentos desviantes, com vista à constituição de estratégias de sobrevivência dos seus moradores, nomeadamente em actividades relacionadas com o tráfico de droga e a prostituição. Os territórios marginalizados como o Lagarteiro são territórios onde os mecanismos de transmissão de valores de normas e de regras sociais não cumprem o seu papel de integração e onde na maioria das vezes os próprios agentes de socialização, nomeadamente a família e a escola não são detentores de uma capacidade suficientemente forte para impor regras sociais e atitudes inclusivas.

De modo objectivo, a influência do meio social, as próprias condições dos meios de vida, a estigmatização do espaço residencial, condiciona invariavelmente os percursos dos seus moradores na projecção de uma trajectória de mobilidade e de aspirações ascendentes. A interiorização de uma imagem negativa, de uma identidade de marginalização são elementos subjectivos mas que fortemente apresentam uma tendência para induzir no indivíduo um comportamento desviante.

A visão do acto desviante ou ilegal por parte de quem comete o desvio é tida na maioria das vezes como forma de resposta e de reacção a um conjunto de impedimentos e contradições económicas da sociedade a única possibilidade de adquirir bens e de ter um nível de vida dentro dos padrões de consumo valorizados socialmente.

Outra explicação para a atitude desviante desta população pode ser a incapacidade que a sociedade ou a estrutura social teve de incluir, inserir e enquadrar estes indivíduos, através de regras, normas, valores, princípios e leis. O fracasso da escola, o descrédito da igreja e da política, a destruturação da família, a falta de inserção profissional, a quebra das solidariedades tradicionais, a competitividade, o individualismo, podem ser factores muito válidos para explicar esta desvinculação social.

Durkheim refere que quanto maior for a capacidade da sociedade incorporar regras, normas e valores aos cidadãos maior é o seu laço social e a sua densidade moral. Quando esta incorporação se verifica cria-se a chamada consciência colectiva e combate-se a anomia (DURKHEIM: 1978). O lugar que estas pessoas, “desintegradas” socialmente, ocupam na estrutura social não lhes permite ter acesso a bens e serviços fundamentais. A privação muitas vezes é superada só através do desvio. Max Weber desenvolveu a teoria da estratificação social. O autor considera que os indivíduos ocupam lugares diferenciados na estrutura social. A posição do indivíduo na sociedade depende de três eixos fundamentais: propriedade e controlo dos meios de produção, qualificações educacionais e participação nas instancias do poder. Destes três eixos depende a nossa posição na sociedade. O nosso lugar valorizado ou não, o nosso estilo, os nossos modos de vida e o sentido que atribuímos à acção e à interacção (cit. por CRUZ: 2002).

Sendo assim, o desvio é muitas vezes uma reacção à situação em que as pessoas se encontram. Robert Merton considerava que o desvio surgia quando não era possível conciliar o interesse e a valorização pessoal do indivíduo com o interesse geral da sociedade. A sociedade deve então proporcionar e garantir todas as condições e oportunidades para que o indivíduo se realize e concretize os seus desejos (MERTON: 1970).

Nesta sequência um dia a C dirigiu-se ao posto de atendimento do Lagarteiro para nos dizer o seguinte: ***“Senhor doutor, como sabe eu sou ressacada, ando na vida mas acabei por ter um filho lindo na maternidade, apesar de eu ter a doença que tenho, o meu filho é saudável. Graças a Deus! A sua colega Assistente não me deixou trazer o filho para casa mas pediu-me para ir lá dar a mama. O leite da mãe parece que é o melhor que há. O que lhe queria pedir era se me dava o selo do passe para amamentar o bebé”***. No dia seguinte, disponibilizamos os selos dos STCP que foram vendidos, no mesmo minuto, para comprar uma dose de cocaína. Mais tarde a colega da maternidade informou-nos que não tinha nascido bebé nenhum naquele dia, com aquela mãe e àquela hora.

Outro depoimento poderá ser importante para ilustrar o comportamento desviante, que nunca acontece por acaso. A M, era auxiliar de acção educativa na Ludoteca do bairro, a certa altura procurou-me para me informar que não iria continuar a trabalhar: ***“65 contos não resolve a minha vida. Eu quero ter umas calças da ‘Salsa’, um caso de couro, um telemóvel moderno e alugar uma casa longe desta Chularia”***.

Perguntei então qual era a alternativa. Confessou-me que neste momento tinha conhecido um industrial “velhote” de S. Tirso que lhe oferecia 150 euros por cada encontro. *“Inicialmente custou-me por causa da minha família, mas agora a minha mãe já entende. Eu pago as contas todas de casa, nomeadamente, as multas do meu irmão por conduzir sem carta. Se não fosse eu ele hoje estaria preso”*.

4.3. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO COMO FACTORES DE INTEGRAÇÃO

Esta população nunca foi considerada como parceiro fundamental e agente do seu próprio desenvolvimento.

Os moradores não estão organizados em nenhuma estrutura participativa (associação de moradores, associação cultural e recreativa do bairro, grupo desportivo, etc.), nem revelam entusiasmo e auto-estima para se envolverem na construção de um novo projecto de vida. A participação nestes contextos sociais desvalorizados é fundamental. É através da participação que nós, técnicos, conseguimos envolver as pessoas na resolução dos seus próprios problemas. Só através da participação se desenvolve o potencial de cada um destes moradores. É através da participação se encontram soluções para os problemas diagnosticados. É com participação que as populações constroem autonomia, emancipação e abrem caminho para a mudança.

Os técnicos têm aqui um papel muito importante quando se conseguem aproximar destas populações socialmente fragilizadas. Depois desta aproximação é seu dever informar, esclarecer, capacitar, tornar mais apto, consciencializar. O grande desafio técnico de intervenção num bairro social com as características do Lagarteiro é conseguir motivar as pessoas socialmente excluídas com insuficiência de recursos económicos culturais e simbólicos, para a participação. Estimular para a participação é criar interesse e entusiasmo para a responsabilização directa.

Ao adoptar esta postura técnica estamos a favorecer o desenvolvimento pessoal destes utentes, a estimular os processos de autonomia, a melhorar a relação dos cidadãos com as instituições, a criar condições para que estes favorecidos assumam um papel de protagonismo distanciados do assistencialismo ou de paternalismo protector. Ao estruturar novos projectos de vida com esta população estamos a acreditar que outra vida é possível nestes bairros sociais, estamos a contribuir para que os desfavorecidos mudem de atitude e de forma organizada exijam a aplicação de outras políticas sociais.

José António Caride Gomez, Professor na Universidade de Santiago de Compostela, considera que a situação de pobreza, privação e precariedade desta população é extremamente injusta, imoral e que se trata de uma atitude de agressão aos direitos humanos fundamentais. Viver na miséria é uma agressão à dignidade humana, e todos somos responsáveis por esta situação. É urgente acabar com a ignorância, com a falta de preparação e de formação no seio destes indigentes. É preciso apostar na educação e na formação das pessoas para assim as conseguir motivar para a participação, para uma responsabilização directa. Os pobres geralmente não têm grande capacidade para se organizarem, não têm força reivindicativa, protestam essencialmente de forma marginal e esporádica, muitas vezes, estão envolvidos em estratégias de sobrevivência desviantes. É preciso criar oportunidades de participação, desenvolver uma actividade permanente de educação. Educar as pessoas para terem consciência crítica, para serem responsáveis, educar para a exigência dos direitos e dos deveres. Só desta forma se pode caminhar para a cidadania (GOMEZ: 1999).

O conceito de cidadania, em termos genéricos, é a qualidade do cidadão, ou seja, do indivíduo pertencente a um Estado livre, no gozo dos seus direitos civis e políticos e sujeito a todas as obrigações inerentes a essa condição. A cidadania é portanto um vínculo jurídico-político que, traduzindo a relação entre um indivíduo e o Estado, o constitui perante esse Estado num conjunto de direitos e obrigações. Os direitos civis correspondem à primeira fase do desenvolvimento da cidadania a que se seguiram os direitos políticos, de universalização mais difícil e que se traduziram nos sistemas eleitorais e políticos. Só numa fase mais tardia surgiram os direitos sociais já no nosso século, consequência, resultado e conquista das classes trabalhadoras. Se os direitos económicos assentam sobretudo na garantia do acesso ao mercado de trabalho e os direitos sociais são entendidos como a integração social, já os direitos políticos significam que todos os indivíduos são iguais perante a lei. Nos Estados modernos a cidadania aparece definida nas constituições. No caso de Portugal, a Constituição da República Portuguesa no seu preâmbulo refere “libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo que representa uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica na sociedade portuguesa. A revolução restitui aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma constituição que corresponda às aspirações do país”.

O conceito de cidadania, pelo menos desde a revolução francesa e da declaração dos direitos do homem, está profundamente ligado aos conceitos de liberdade e igualdade e fraternidade, embora, em muitos casos fosse necessário passar quase 200 anos para que todos os indivíduos de um Estado fossem considerados cidadãos de pleno direito independentemente do sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução situação económica ou social (art. n.º 13 da Constituição da República Portuguesa revisão de 1997). Sendo assim, o conceito de cidadania implica o aprofundamento da democracia participativa. Adquirir cidadania é abrir caminho à participação directa para exigir o cumprimento desses direitos desde o local de residência passando pelo emprego escola e as mais diversas formas de associativismo social político profissional ou outro.

Muitos destes residentes acham que já atingiram o patamar mais alto, que é ter uma casa. Agora já não é preciso lutar por mais nada. Mas muitas vezes para estes moradores do Lagarteiro ter uma casa nova significa perder o controle e o domínio sobre o novo espaço e não ter capacidade para respeitar regras e normas de convivência. Quando isto se verifica ou se traduz em conflito ou em isolamento. Com a nova casa o modo de habitar tem de ser diferente, muitas destas pessoas já não podem plantar pomar, jardins e hortas, criar animais em capoeiras, estender da mesma forma a roupa, fazer anexos ou arrecadações, construir baloiços e parques para as crianças brincarem.

Este aglomerado habitacional dispõe infelizmente de todas as características para se tornar num pólo estigmatizante e de exclusão social. Construído numa zona periférica e desvalorizada da cidade, fechada sobre si mesma, só com a função residencial, sem a existência de espaços públicos de convívio, com uma escassez acentuada de equipamentos para a infância, juventude e terceira idade, sem envolvimento e participação dos seus moradores, pouco iluminado, com casas num estado de deterioração muito elevado (tectos apodrecidos pela humidade, canalizações rebentadas, caixas de correio destruídas, portas internas danificadas, vidros partidos).

Neste bairro são raras as pessoas que investem ou melhoram a sua casa com obras de beneficiação por conta própria, melhorando a aparência e investindo na casa como factor de promoção social. Ter uma casa no Lagarteiro melhora as condições de habitabilidade mas não tem sido suficiente para estimular uma alteração dos comportamentos e estilos de vida para muitas pessoas. O que verificamos é que muitas continuam a não ter hábitos de higiene, a não ter educação cívica e a adoptar comportamentos muito violentos e agressivos. Estes moradores nunca foram

submetidos a acções de informação e sensibilização sobre o uso e manutenção das casas. O espaço exterior do bairro, da forma como foi desenhado, não favorece o convívio, a comunicação e o contacto entre os moradores, não há jardins nem bancos. O espaço não é paisagisticamente bonito, atraente e minimamente arranjado.

Quando os moradores não têm liberdade de escolher o seu próprio bairro, quando não são ouvidos, não são chamados a participar no processo de alojamento, não é fácil construir nesses territórios estranhos laços de pertença. Não há espírito de pertença porque as pessoas não estão envolvidas nem a participar em nada. Nesse território não desenvolvem qualquer tipo de laço afectivo. O sucesso da integração social passa muito pela importância que as políticas de alojamento atribuem à vida comunitária. A vida comunitária traduz-se nos laços familiares, nas relações de vizinhança, no enraizamento local, na participação activa, no acesso a bens e serviços de proximidade, na entreaajuda.

4.4.FORMAS DE ESTAR E DE VIVER NESTE ESPAÇO. APROPRIAÇÃO DIFERENCIADA

Sempre que a vida comunitária se alicerça noutros suportes de sociabilidade, há a tendência neste tipo de bairros para se iniciar dinâmicas de diferenciação e distanciamento social por parte de alguns moradores que deixam de se relacionar com os vizinhos, para assim elevar o seu estatuto social. Afirmam que os seus amigos não são do bairro, são de fora. Estes moradores não querem ver o seu nome associado ao bairro e aos que lá moram, por causa dos piores motivos. Por isso fecham-se na vida familiar e doméstica, têm pouco ou nenhum envolvimento social e consideram que quanta mais confiança e convívio maior é a probabilidade de aumentar os conflitos e as agressões entre moradores.

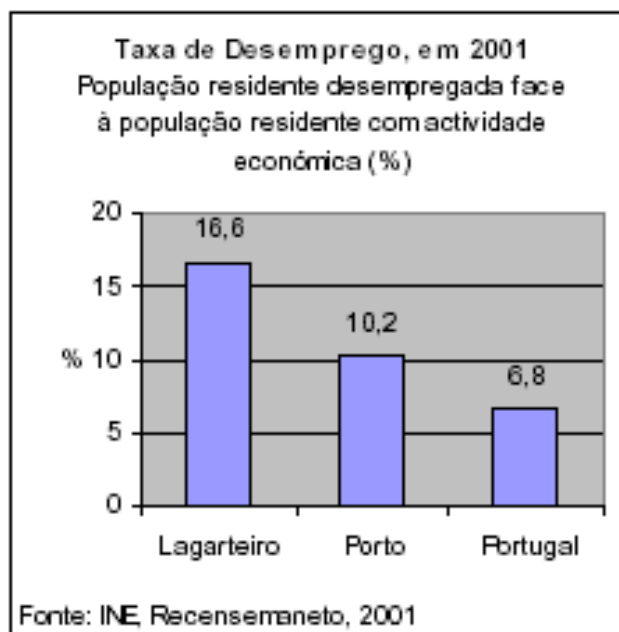
O distanciamento face ao meio ao qual não se quer ser assimilado é a lógica que obedece a esta atitude. A vivência quotidiana com os estigmatizados pode atingi-los (GOFFMAN: 1988). Podem ser confundidos e perder crédito e prestígio. O objectivo é reduzir ao máximo contactos com estes indesejáveis, através do retraimento na esfera doméstica. Esta atitude é frequente nos indivíduos socialmente vulneráveis mas que ainda acreditam que é possível o seu estatuto social. Tendo em conta as precárias condições em que se encontram os sujeitos, tentam a todo o custo manter a respeitabilidade da sua identidade ficando distantes dos seus semelhantes. Na mesma

lógica para explicar esta postura do evitamento e da retracção social, fala-nos Gaulejac e Léonetti. Estes autores dizem que quando as pessoas tomam consciência da sua situação social e percebem que ela não é valorizada (desempregado, morador de um bairro) tentam manter as aparências da inserção, disfarçando a situação tanto aos seus olhos como aos dos outros. É nesta altura que o indivíduo esconde e nega a sua situação. Muitas vezes inventa uma realidade para si próprio (GAULEJAC E LÉONETTI:1994: 210).

4.5. ESTILOS DE VIDA

Muito destes comportamentos sociais vivenciados no Bairro do Lagarteiro, correspondem a estilos de vida. O estilo de vida predominante entre agregados familiares deste bairro de Campanhã é o estilo de vida instável.

Gráfico n.º10



Os dados revelam um elevado número de desempregados (16,6%) que acumulados com outras formas de inactividade por relação ao mercado de trabalho (domésticas, incapacitados) ou horários semanais de trabalho muito limitados (a grande maioria da população empregada trabalha menos de 30 horas semanais) indicam um grupo muito significativo de residentes para os quais a questão do exercício de uma actividade profissional se coloca de forma premente. Existem, apesar de tudo, formas de rendimento alternativas que asseguram mecanismos de sobrevivência como é o caso das

pensões dos mais idosos, das prestações sociais para um dos membros da família, das actividades informais e ilícitas. A existência de alternativas profissionais (mais ou menos precárias) não garante só por si uma saída para situações de desocupação cujos contornos são difíceis de delimitar.

As questões que se colocam nesta matéria, que tem expressão nacional e que no Bairro do Lagarteiro apresenta uma gravidade extrema, são de uma elevada complexidade tendo em conta o desenvolvimento registado pelas políticas sociais nos últimos anos nos países da UE, com destaque para as acções de apoio à reinserção profissional e cujos resultados estão longe de ser brilhantes, principalmente em contextos peculiares como são os territórios marcados por forte estigmatização social.

Segundo o inquérito realizado (Junta Freguesia, 2006), temos 17% de desempregados; 16% de reformados; 9% dependentes do Rendimento Mínimo, 5% domésticas e 18% de estudantes, o que totaliza cerca de 65% da população residente (considerando ainda que 15% não responde). Estamos perante uma atitude que reflecte uma espécie de fatalidade («profecia que se auto-cumpre») em termos de percurso de vida por parte dos habitantes com residências de propriedade camarária, intensificando-se nestes espaços um conjunto de estratégias de auto-exclusão.

Desta forma, acentua-se uma certa lógica de inferiorização e de subalternização dos residentes que parecem, assim, assumir a “etiqueta” de “relegados” e de “assistidos”. Por outras palavras, as populações mostram que interiorizaram um sentimento de dependência, de incapacidade de resolução dos seus próprios problemas e de abandono por parte do poder. Por causa destas circunstâncias os moradores adoptam certos estilos de vida. O estilo de vida *instável* corresponde aquele que é característico a familiares com fracos rendimentos económicos ou rendimentos incertos, onde predomina o desemprego, o sub emprego e as profissões indiferenciadas.

Quadro nº 6 - Taxa de desemprego por grupos etários nos bairros sociais do Vale de Campanhã

Grupo etário	Taxa de desemprego
15 – 24	30,8%
25 – 34	24,4%
35 – 44	17,1%
45 e mais anos	19,2%

Fonte: Inquérito à população residente nos bairros sociais do Vale de Campanhã, Porto, 1997

Como refere Ana Paula Marques, professora do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, num artigo editado do jornal Público no passado dia 8 de Junho de 2004, “ser desempregado não é simplesmente estar desocupado ou estar privado de um emprego, é também ser reconhecido como tal, é vivenciar a experiência subjectiva do desemprego. Esta vivência do desemprego distingue-se, por conseguinte, da vivência de outras situações de “não trabalho”.

É também neste tipo de agregados que se encontra a mão-de-obra pouco instruída e a baixa formação profissional e técnica.

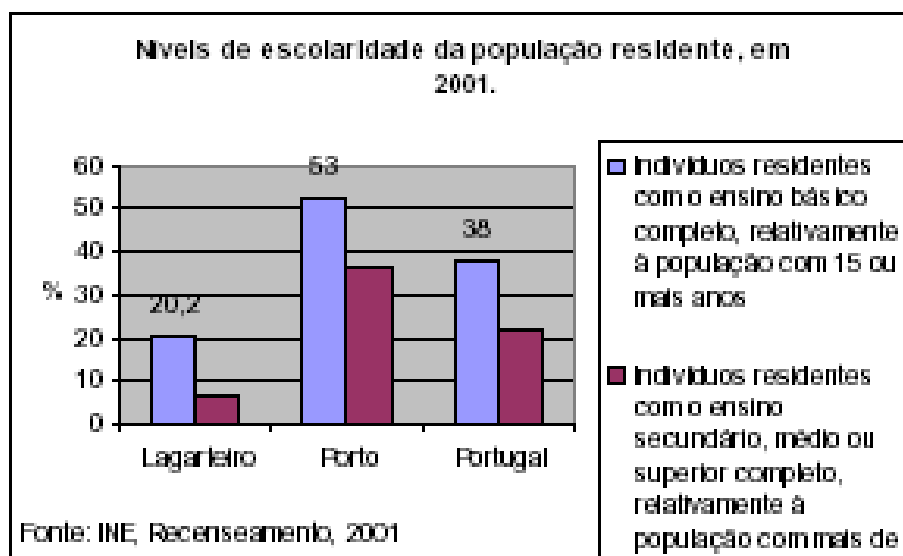
A visão fatalista em relação à escola, observada nos projectos e nas trajectórias dos jovens dos bairros sociais, está normalmente associada à interiorização de uma imagem de incapacidade de fazer frente a um conjunto de restrições de acesso a oportunidades escolares e profissionais. O percurso escolar das crianças residentes no Bairro do Lagarteiro caracteriza-se por não gostarem da turma, sentirem-se rejeitados pelos colegas, não terem bom relacionamento com os professores nem interesse pelas matérias leccionadas. A família considera que eles não são capazes e os próprios alunos interiorizam essa ideia de inferioridade. Crianças e encarregados de educação pensam que trabalhar é mais útil para a família. Não vêem grande futuro nos estudos acham que este esforço não vale a pena e que a escola não é suficientemente atractiva. A escola acaba por ser um local onde as diferenças sociais são reforçadas. A escola é um factor determinante de experiências infelizes e, por isso, um princípio gerador de “sofrimento” (BOURDIEU: 2003).

Para as famílias residentes no Lagarteiro, a escolaridade é muito baixa. O primeiro ciclo do ensino básico obtém 59,2% e 28,2% de agregados não possui qualquer tipo de instrução escolar. Esta tendência é reflectida no inquérito aplicado à população residente nos bairros sociais do Vale de Campanhã, onde se constata que 16% dos respondentes não detêm qualquer grau de escolaridade, situação que tem uma maior incidência no grupo das mulheres; 49% da população possui apenas 4 anos de escolaridade, no grupo etário compreendido entre os 15 e os 39 anos 37% possui apenas o 4º ano de escolaridade e 28% detém 6 anos de escolaridade. Num dos grupos mais jovens da pirâmide entre os 15 e os 19 anos de escolaridade apenas 51% frequentam o

sistema de ensino, o que indicia desde já o abandono precoce do mesmo e uma inserção prematura no mercado informal de emprego.¹³

Como afirma José Machado Pais, muitas vezes o ambiente familiar não valoriza a formação escolar dos filhos (PAIS: 2001). O papel da escola é desvalorizado, a transição para a vida activa é feita muito cedo por isso os jovens continuam a protagonizar nos anos 90 trajectórias escolares que perpetuam os baixos perfis de qualificação escolar (PINTO: 1998).

Gráfico nº11



Os níveis de qualificação escolar são extremamente baixos, com uma população residente que limitou a sua frequência escolar ao ensino básico e principalmente ao seu 1º ciclo, não existindo estudos específicos sobre os níveis de literacia, que certamente forneceriam elementos ainda mais gravosos quanto às condições existentes na população do bairro para enfrentar os desafios da sociedade moderna actual (sociedade do conhecimento) nomeadamente os da empregabilidade e da vida em comunidade. Só por si estes dados indiciam uma clara propensão para a exclusão e para uma marginalização que sendo comum à sociedade portuguesa, é aqui agravada pela concentração espacial e pelos restantes factores negativos que caracterizam a situação sócio-económica do bairro.

¹³ Inquérito à população residente nos Bairros Sociais do Vale de Campanhã realizado pela Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã.

No contexto territorial do Bairro do Lagarteiro “as crianças e jovens constituem importantes recursos laborais para estratégias de sobrevivência. As famílias residentes no bairro vêm-se muitas vezes confrontadas com a necessidade de utilizar o trabalho de todos os elementos do agregado familiar (MENDES: 1999).

Geralmente estas famílias, associadas ao estilo de vida instável, também têm condições de alojamento muito precárias. O espaço é exíguo, verifica-se sobrelotação das casas e por vezes é muito visível os conflitos familiares e de vizinhança.

A Z é exemplo disso. Na sua casa de tipologia 1 coabitam oito pessoas, por isso, os netos às duas da manhã ainda se encontram a brincar na rua. A rua ou o muro é um local mais apetecível. Estas crianças sabem que o ambiente familiar é tenso, caracterizado pelos conflitos pelas agressões pelas ameaças. Por isso, preferem a rua. Há muito poucas condições ou nenhuma para estudar ou descansar. A luta por melhores condições de habitabilidade reflecte-se nos seguintes títulos dos jornais:

“Continua a ocupação de casas no Bairro do Lagarteiro” (jornal Comércio do Porto, 28 de Agosto de 2004);

“Mais uma ocupação no Lagarteiro onde já se teme a policia de choque” (jornal Comércio do Porto, 31 de Agosto de 2004);

“Famílias desalojadas do Lagarteiro manifestam-se junto à Câmara do Porto” (jornal Comércio do Porto, 15 de Setembro de 2004);

“Ó doutor, resolva isto, somos 8 pessoas num tipo 1!” (Jornal Público, 11 de Janeiro de 2006)

A Imagem que os próprios moradores fazem do espaço onde habitam enquanto local de residência pode ser de vergonha e até mesmo de auto-negação do meio envolvente. Estes sentimentos conduzem na maioria das vezes nos moradores do Lagarteiro a um sentimento de diminuição da auto-estima que se reflecte na falta de interesse valorização e conservação da habitação e do bairro.

No estilo de **vida instável** o papel da mulher é fundamental nas tarefas domésticas assim como na educação dos filhos. A sua influência resulta das tarefas domésticas mas sobretudo do rendimento que angaria através do seu trabalho. Em muitas destas famílias do Lagarteiro, e pelo que é possível perceber através do meu trabalho, de Assistente Social, no posto de atendimento do gabinete de acção social da Junta de Freguesia de Campanhã, a figura do pai está muitas vezes associada à perda da autoridade por causa da dependência face ao álcool. Os homens por regra gastam muito tempo na tasca, no café ou na colectividade, mais do que em casa. Para estes homens

muitas vezes em casa só lhes resta a autoridade punitiva. O jogo ilícito e o endividamento caracterizam muito o seu comportamento. Estes homens não ajudam financeiramente a casa, não colaboram nas tarefas domésticas nem têm um bom relacionamento com os restantes elementos do agregado.

Apesar das características apresentadas destas famílias, fortemente condicionadas pela estrutura social onde estão inseridas, também há aspectos positivos que devemos salientar. Desde que exerço funções de Assistente Social na Junta de Freguesia de Campanhã, no Bairro do Lagarteiro tenho conhecimento concreto que em muitas famílias se verificam boas relações de vizinhança, muito afecto pelas crianças e, sobretudo muita solidariedade nas desgraças colectivas e individuais. Como exemplo posso referir a mobilização e o descontentamento dos moradores quando se confrontam com ordens de despejo por não cumprirem com o pagamento do aluguer da sua casa à Câmara Municipal do Porto, a retirada de menores em situação de perigo por decisão do Tribunal de Família e Menores do Porto, a angariação de verbas para comparticipar nas despesas de funerais, principalmente de jovens toxicodependentes ou vítimas de SIDA. Apesar de, segundo a representação dos próprios moradores, e se estar perante um bairro onde abundam as problemáticas económico sociais (droga, pobreza, desemprego) a grande maioria das famílias 92,1% afirmam manter boas ou razoáveis relações de vizinhança.¹⁴

Com este tipo de constrangimentos, com escassas ou nenhuma oportunidades, as condições objectivas e subjectivas de existência favorecem muitas vezes comportamentos ou estilos de vida ilegais. Estar desempregado, ter insuficiência de recursos económicos, estar privado de bens e serviços fundamentais e ter dependência económica profunda, estimula e favorece a origem de determinados comportamentos desviantes. O desvio é construído num quadro de grande precariedade. Não podemos afirmar que existe uma relação directa entre a pobreza e o desvio, mas é verdade que muitas vezes o desvio é constituído num quadro de grande precariedade e pobreza. “A problemática da pobreza, reverte para condições de existência que se, todas elas se traduzem em situações de carência e exclusão, não deixam por isso de ser profundamente marcadas por especificidade de carácter nacional social ou cultural” (ALMEIDA: 1992: 3). A pobreza não é consequência de um efeito sobre os indivíduos, mas é antes um fenómeno construído que está interrelacionado com o modelo de

¹⁴ Estudo Pioneiro Sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil realizado pela Vértice Mais.

desenvolvimento económico. É portanto um problema causado pelas medidas e pelos contextos económico político e social. A pobreza é um fenómeno caracterizado por uma complexidade e relatividade. A pobreza é complexa por envolver inúmeros factores e causas da vida sócio económica e cultural, é relativa porque depende do contexto em que o indivíduo se encontra e como avalia a sua situação.

Pobre é também aquele que não exerce os seus direitos de participação social, cultural, económica, política e profissional, é aquele que está excluído do direito de cidadania.

Um dos conceitos fundamentais à compreensão das relações sociais que se verificam num espaço geo-social (Bairro do Lagarteiro) é o *habitus*, que, na terminologia de Pierre Bourdieu, é entendido como uma matriz de percepção, apreciação e de acção interiorizada que integra a história social dos indivíduos (origem, trajectória social e residencial, posição social, grupo social de pertença, etc...), o *habitus* constrói-se na relação dos indivíduos com a estrutura social (condições objectivas de existência dos indivíduos numa determinada sociedade), é o princípio que dá forma e classifica as condutas dos indivíduos e grupos sociais.

As práticas sociais não podem, portanto, ser percebidas se não pelo meio de uma combinação entre habitus dos sistemas de regras e recursos de códigos de enquadramento conceptuais que presidem a práticas sociais, ou seja, o específico quadro de interacção em que estas ocorrem (BOURDIEU: 2003). Segundo Luís Casanova, Bourdieu apresenta o conceito de habitus do seguinte modo “as estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência característicos de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sobre a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador estruturador das práticas e das representações que podem ser objectivamente reguladas e regular sem ser o produto da obediência às regras, objectivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e colectivamente orquestradas, sem ser o produto da acção organizadora de um regente” (cit. por CASANOVA.: 1995).

O conceito de quadro de interacção define-se como sendo um conjunto estruturado de normas e regras, de limites e percursos, de sequências, preferências e lógicas alternativas, de códigos e repertórios; uma configuração específica que organiza,

enquadra, sistematiza, codifica e regulamenta as práticas sociais que nesses quadros se verificam (idem). À luz dos conceitos de *habitus*, quadros de interacção e de práticas sociais, é possível romper com explicações de ordem natural e individual, na compreensão dos problemas de privação social a que muitos indivíduos e comunidade estão votados. No quadro desta matriz conceptual de um percurso de vida, de uma história social e residencial, que se constrói no quadro de condições objectivas de existência que não dependem da vontade ou natureza dos indivíduos mas sim da estrutura social e como estas condições são subjectivamente apreendidas e vividas por cada um.

Também no Bairro do Lagarteiro o quadro moral ou ético de algumas famílias socialmente desfavorecidas não as impede do desvio social. O que é valorizado é ser-se forte, não ter medo, ser-se aventureiro e corajoso. Muitas destas famílias ao adoptarem um estilo de vida ilegal, obtiveram rendimentos e resolveram parte dos seus problemas.

Neste bairro, este **estilo de vida ilegal** assenta essencialmente em atitudes e práticas sociais relacionadas com o tráfico de drogas. O tráfico representa efectivamente para muitas famílias um estilo de vida e uma forma de diferenciação entre os habitantes. No estudo de caso já referido (sobre as piores formas do trabalho infantil no Bairro do Lagarteiro), 75,5% dos moradores consideram que o principal problema que afecta o bairro é a droga. Para traficar droga no Lagarteiro as condições e oportunidades estão criadas. Obtém-se grandes lucros, fáceis e muito rápidos. Muitas famílias endividadas com expectativas e padrões de consumo muito elevados, de baixos recursos económicos, seguem por aqui para tentar obter alguma afirmação social. O seguinte depoimento, obtido no posto de atendimento do Bairro do Lagarteiro da Junta de Freguesia de Campanhã ajuda a compreender: ***“Dantes levantava-me às seis horas da manhã, apanhava três transportes, trabalhava como uma burra e trazia para casa 70 contos. Percebi que o meu vizinho dorme até ao meio-dia, tem bons carros e já come camarão tigre. Deixei de ser otária!”***.

Pela informação que foi possível apurar sobre o bairro através da aplicação de um inquérito por questionário às famílias¹⁵, o tráfico de droga é condenado pela esmagadora maioria das famílias. Esta responsabilização é diferenciada, mesmo sendo muito pobre não se justifica, não é aceitável, não tem perdão. Quando existe alguma tolerância ou compreensão é para os “filhos do bairro” como lhe chama Miguel Chaves

¹⁵ Estudo Pioneiro sobre as Piores Formas do Trabalho Infantil realizado pela Vértice Mais.

no seu livro “*Casal Ventoso da Gandaia ao Narcotráfico*”. Estes filhos do bairro são os consumidores agarrados, os que precisam de vender droga para obter a sua própria dose. Os denominados “farrapos” ao serviço dos grandes traficantes. Por isso, muitas vezes também com estes toxicodependentes se verifica a chamada solidariedade colectiva do bairro. No Lagarteiro, em momentos de crise, estes filhos do bairro beneficiam da protecção de outros moradores para se esconderem da polícia nas fugas. É a chamada acção colectiva baseada em vínculos de natureza colectiva e sentimental. Outra manifestação de solidariedade para com estes toxicodependentes é o bairro não “*Chibar*”, ou seja, não denunciar ou colaborar com a polícia para qualquer acto de repressão ou penalização sobre eles. Sobre a dimensão deste problema social no bairro não foi possível apurar muita informação. Apesar do nosso estudo não incidir directamente sobre este fenómeno da toxicodependência era importante saber quantos toxicodependentes existem no bairro, tipo de consumos e drogas mais utilizadas, número de óbitos por overdose, assim como perceber se os toxicodependentes são sentidos no bairro como ameaça ou como factor de insegurança e instabilidade. A atitude dos restantes moradores perante esta comunidade de frequentadores dependentes da droga, parece-me oscilar entre a compaixão, discriminação, segregação e culpabilização.

O Bairro do Lagarteiro não é todo igual ou homogéneo. O **estilo de vida estável** também se verifica em muitas famílias. Corresponde este estilo aos agregados onde existem rendimentos económicos provenientes do trabalho que bem geridos vão permitindo satisfazer necessidades básicas de subsistência. O chefe de família é maioritariamente o homem e está muito presente. Tem emprego estável e seguro. Os rendimentos permitem melhorar as habitações. O gosto pela casa existe e origina investimento em comodidade e conforto. Em muitas destas famílias verifica-se que não gostam do bairro mas gostam da casa, como refere Teresa Costa Pinto no seu artigo A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro (PINTO: 1994: 37).

A casa é um bem necessário e fundamental para assegurar o bem-estar e a qualidade de vida das populações. É símbolo de orgulho ou fracasso, é um indicador de reconhecimento social. A casa é o lugar privilegiado onde se afirma e reproduzem as práticas sociais no seio familiar. A casa é o nosso prolongamento e é um elemento estruturante da construção da nossa identidade.

O primeiro plano de satisfação humana passa pela sua satisfação no espaço doméstico. Como afirma A. Teixeira Fernandes “a casa desperta sentimentos de alegria e de tristeza, de felicidade e de dor, assim esta anamenese oferece ao Homem a ilusão do repouso, da estabilidade e da segurança” (1992:72).

No caso concreto do Lagarteiro, e no que diz respeito à satisfação e insatisfação residencial, podemos utilizar a expressão de Maria Angéles, que afirma “os grupos dominados têm de aceitar o lugar que os outros lhe autorgam, quer isto lhes agrade ou não, e usá-los como fosse seu”. Assim, “os edifícios e casa são também retóricos, apresentam mundos dentro dos mundos...”. As formas de habitar desta gente são influenciadas pelos modelos culturais, pela posição dos indivíduos na estrutura social, mas também pela própria estrutura espacial ou contexto territorial em que os agentes sociais se movem” (DURÁN: 1998: 117).

São as famílias com estilo de vida estável que se demarcam de outros moradores através do convívio que estabelecem (geralmente fora do bairro) e das fronteiras que delimitam, frequentemente não param no bairro. Têm poucos amigos no seu espaço de residência e não estão envolvidos a participar em eventos relacionados com o bairro (Rusgas, festas populares, bailes...). Estas famílias geralmente mantêm casamentos estáveis, respeitam muito a privacidade e são pouco conflituosas. As soluções são discutidas e partilhadas no seio de todos os elementos da família, há a maximização da força laboral dentro e fora de casa. Existe nestas famílias a cultura intrínseca do trabalho. As famílias com estilo de vida estável do Bairro do Lagarteiro fazem um grande investimento e um enorme esforço económico para escolarizar os filhos. O desejo de mobilidade social corresponde à aspiração de se ser alguém. Geralmente a mobilidade social das famílias traduz-se em mobilidade geográfica. Saem do bairro e vão lá raramente visitar os familiares. Ao gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de Campanhã, nomeadamente o posto de atendimento do bairro do Lagarteiro, surgem com frequência solicitações das famílias para transferência de bairro principalmente quando a sua situação social se revela melhorada ou quando tomam consciência que a degradação do bairro se pode traduzir em grande perigo e risco principalmente para os seus filhos.

Infelizmente também é possível constatar que no Lagarteiro o que mais se verifica é a reprodução social que deixa a geração seguinte na mesma posição estrutural e social em que se encontrava a geração antecedente. A tendência é para as pessoas viverem de acordo com o estilo de vida do seu agregado de pertença. Como afirma

Ferreira de Almeida, “a convergência de múltiplos factores de exclusão torna não só fácil a fuga, mesmo a longo prazo, à pobreza como cria grandes possibilidades desta se reproduzir geracionalmente, quer dentro da próprio categoria quer estabelecendo fluxos com as categorias dos desempregados, dos jovens de baixas qualificações à procura de primeiro emprego ou dos assalariados de baixos rendimentos” (ALMEIDA: 1992: 77).

Em relação aos desejos futuros e de acordo com o Estudo Pioneiro sobre as piores formas de trabalho infantil, para os indivíduos ou para as suas famílias 26,9% dos residentes no Bairro do Lagarteiro referem que o seu maior desejo futuro é ser feliz ou ter bem-estar, seguindo o desejo de ter saúde com 21,7%, o desejo de ter mais dinheiro com 16,8% é um factor representativo das carências económicas verificadas neste bairro. É importante referir também sobre a mobilidade que 8,3% dos agregados expressam o desejo de sair do bairro, 5,2% referem o desejo de ter um emprego, valor que apresenta alguma incongruência comparado com o número de representantes do agregado (dos menores) que se encontram em situação de inactividade ou desemprego. 4,3% não apresenta qualquer tipo de ambição futura sendo que 2,7% dos inquiridos apresenta um desejo de resolução das problemáticas da toxicodependência ou do crime dos seus familiares.

Considerando que a trajectória escolar e profissional é um bom indicador de mobilidade social, mais uma vez nos socorremos do estudo supracitado para referir que a globalidade dos menores do Bairro do Lagarteiro, os níveis escolares concluídos situam-se ao nível do 1º e 2º do ensino básico ou mesmo nenhum nível.

Quadro nº7 - Distribuição dos menores pelo nível escolar concluído (percentagem)

Nível escolar Concluído	%
Nenhum	34,7%
Básico 1º ciclo	36,4%
Básico 2º ciclo	24,3%
Básico 3º ciclo	3,8%
Secundário	0,8%

Fonte: Estudo encomendado pelo Ministério da Segurança Social sobre as piores formas de trabalho infantil no Bairro do Lagarteiro, produzido pela Empresa Vértice mais em 2002, com o apoio da Junta de Freguesia de Campanhã

Segundo o quadro exposto para a globalidade dos menores do bairro, os níveis escolares concluídos situam-se essencialmente ao nível do primeiro e segundo ciclos do Ensino Básico (ou mesmo nenhum nível).

Quadro nº8 - Distribuição dos menores por habilitações dos responsáveis (encarregados de educação percentagem).

Habilitações literárias	%
Nenhum	28,2%
Básico 1º ciclo	59,2%
Básico 2º ciclo	8,2%
Básico 3º ciclo	3,4%
Secundário	0,6%
Outra situação	0,4%

Fonte: Estudo encomendado pelo Ministério da Segurança Social sobre as piores formas de trabalho infantil no Bairro do Lagarteiro, produzido pela Empresa Vértice mais em 2002, com o apoio da Junta de Freguesia de Campanhã

A análise do quadro nº3 permite-nos verificar que estes responsáveis detêm um nível muito baixo de escolarização que pode, em parte, ser responsável pelos baixos níveis encontrados nos menores quer em termos de ensino concluído quer em termos de perspectivas futuras.

Quadro nº9 - Distribuição dos menores pelos principais sonhos (percentagem)

Principais sonhos	%
Ser futebolista	15,5%
Ser rico	2,9%
Ter uma casa	4,9%
Ser feliz	4,5%
Ser cantor	1,6%
Ter bonecos/brinquedos	2%
Ter um computador	1,6%
Ter uma casa com piscina	1,6%
Acabar os estudos	2%
Ser médico	2%
Ir ao Brasil	2%

Fonte: Estudo encomendado pelo Ministério da Segurança Social sobre as piores formas de trabalho infantil no Bairro do Lagarteiro, produzido pela Empresa Vértice mais em 2002, com o apoio da Junta de Freguesia de Campanhã

Percebe-se pela análise deste quadro que os sonhos destes jovens não se centram muito em profissões que exigem escolarização. São mais valorizados os bens materiais do que o conhecimento e a escola. O sonho de ser futebolista é caricato pela elevada percentagem de respostas.

Perante este cenário quase que podíamos dizer que assistimos a uma reprodução escolar dos mais velhos para os mais novos. É verdade que as gerações actuais têm um nível de instrução mais elevado do que os seus progenitores mas isso não se traduziu em efectiva mobilidade social. Muitos destes jovens continuam a não possuir a escolaridade obrigatória. O abandono escolar precoce, como refere João Ferrão, ainda caracteriza e reflecte as profundas transformações da sociedade portuguesa (2000: 20).

Pierre Bourdieu diz “no sofrimento social, entra em grande parte a miséria da relação com a escola que não faz apenas os destinos sociais, mas também a imagem que as pessoas para si fazem desse destino (o que contribui de certo para explicar aquilo a que se chama passividade dos dominados e a dificuldade que há em mobilizar) ” (1998:54).

Como se pode verificar no quadro que se apresenta, apesar dos importantes investimentos no sistema de ensino realizados nos últimos anos, visível nas despesas públicas consagradas à educação ainda é problemática a percentagem de jovens que em Portugal abandonam a escola sem prosseguirem estudos, nem cursos de formação, assim com a pouca participação dos adultos na educação e na formação (aprendizagem ao longo da vida).

Quadro nº10 – Indicadores sobre educação

	Despesas públicas consagradas à educação (%do PIB 1999)	Jovens que deixaram precocemente a escola (2000%)	Aprendizagem ao longo da vida (2000%)
EU 15	5,0%	20	8
Portugal	5,7%	43	5

FONTE: Eurostat, Comissão Europeia (2002)

Por tudo o que referimos anteriormente podemos afirmar com relativa segurança que os valores, atitudes e práticas culturais dos pobres do Lagarteiro não são independentes das suas condições objectivas e subjectivas de existência.

É a estrutura social, a forma como a sociedade está organizada e o modelo de desenvolvimento económico do país que cria e reproduz a pobreza.

A análise deste fenómeno não pode privilegiar só a dimensão da insuficiência de recursos económicos. As condições de vida precárias são uma variável importante, mas é preciso integrar nesta análise os recursos e o relacionamento social destes desfavorecidos com os grupos e as instituições. Toda esta multidimensionalidade conjugada, caracteriza a sua vulnerabilidade social.

A forma como reagem, como se adaptam, como se movem nas condições precárias de existência, estruturam os seus modos de vida. Por isso, uns têm profissão, rendimentos, relacionamentos valorizantes, outros não. As redes sociais dos amigos, dos locais de frequência, dos padrões de consumo e do envolvimento cívico também são indicadores importantes do estilo de vida. O que valorizam, os gostos que têm, o que pensam sobre determinadas coisas, as aspirações, os interesses e as crenças, os símbolos que utilizam afirmam a identidade que é construída através do modo de viver no Lagarteiro.

Andar sempre alcoolizado, ser agressivo, passar a vida a dar porrada nos outros, ser fanático por futebol, adaptar o seu carro com estilo *tunning*, podem ser ingredientes duma identidade. Os sentimentos de insegurança, pertença, rejeição ou confiança reflectem o modo de viver neste contexto de interacção que condiciona e influencia o modo de estar dos indivíduos.

Viver no Lagarteiro pode ser facilitador para quem se quer iniciar no tráfico de droga, mas concerteza viver neste local se revela um constrangimento e uma dificuldade para quem quer usufruir de uma imagem socialmente valorizada e reconhecida de prestígio. A análise dos modos de vida também nos ajudam a perceber que os pobres não são todos iguais quando têm de enfrentar situações de privação e de carência semelhantes. A sua reacção pode ser diferenciada. Ao debruçarmo-nos sobre os modos de vida deste bairro, facilmente nos apercebermos quando enviesada, injusta, discriminatória e preconceituosa pode ser a imagem que se tem destes moradores. Apesar da imagem do bairro ser fortemente penalizadora ao considerar este espaço marginal, inseguro e perigoso, também é verdade que aqui residem muitas famílias estáveis que apesar de sentirem grandes dificuldades económicas não recusam o

esforço, cumprem regras sociais, são disciplinados no trabalho, fazem sacrifícios, vão sonhando com melhores dias e, revelam alguma aspiração social. Não são famílias passivas que encaram as dificuldades com fatalismo. Esta gente luta contra a dependência, não está agarrada às instituições de assistência, sabe gerir os poucos recursos, tem capacidade de calcular o futuro gerindo sem excessos o presente. É verdade que há grupos de pessoas que são portadoras de disposições e práticas sócio culturais específicas em virtude de partilharem a mesma posição na estrutura social, mas essas práticas não são sempre homogêneas, podem ser sim tendencialmente homogêneas.

Como já referimos anteriormente, as condições de existência precárias condicionam uma experiência de vida de desqualificação. Nestes contextos territoriais desqualificados o que às vezes atenua ou diminui a precariedade são os laços sociais horizontais que se desenvolvem nos modos de sociabilidade primária. Nessa rede adquire-se capital social e afectivo que contaria e às vezes até impede a desintegração social (ALMEIDA: 1992). Os modos de vida da população residente neste bairro também reflectem que o que estrutura as práticas dos indivíduos não é só os seus padrões culturais. A realidade exterior condiciona o pensamento e a forma de ser estar de estar dos indivíduos. Como afirma a psicologia social as condições objectivas de existência condicionam as estruturas da subjectividade.

Os modos de vida da população residente neste bairro também nos permite receber que a apropriação de recursos e bens continua a ser desigual e esta penalização é mais sentida e visível em indivíduos pertencentes a territórios socialmente desvalorizados como o Lagarteiro. Como explica Pierre Bourdieu, mobilidade social só é possível quando as pessoas possuem recursos culturais simbólicos, económicos e políticos. A apropriação destes recursos é desigual (BOURDIEU: 1998). O título escolar mais desvalorizado continua a pertencer às classes dominante. A escola de massas é um engano. A cultura da escola não é a cultura das famílias, muitos alunos do Lagarteiro não conseguem ter sucesso escolar nem carreira académica. A ordem social parece que permite dar tudo a todos. Fica-se com a ideia de que tudo está acessível a todos nomeadamente, o consumo de bens materiais ou simbólicos. Esses bens continuam a ser propriedade real e exclusiva só de alguns. As pessoas ao adquirirem certos produtos da moda pensam que estão a ter práticas de consumo que as aproxima das elites. Com esta atitude querem-se valorizar, confundir com as elites. Esta tentativa

de aproximação existe mas não é suficiente para que estas pessoas só por isto ocupem um lugar mais valorizado e reconhecido na estrutura social.

É por causa do lugar desvalorizado que ocupam na estrutura social que muitas das pessoas que vivem no Lagarteiro estão dependentes da comunidade, e dos apoios da assistência social. Muitas destas famílias estão destituídas de escolaridade, de formação profissional, de habitação digna, de cuidados de saúde, sem médicos de família há mais de três anos. Outras famílias vivem grandes restrições no seu dia a dia para fazer face a todas as despesas de subsistência. Pensam sobre a sua situação que vivem abaixo daquilo que a sociedade em geral acha normal e aceitável. Têm vergonha do seu estatuto social e dada a sua insatisfação e impotência para dar a volta à situação de precariedade acreditam que só com um golpe de sorte ou por intervenção de terceiros podem mudar a sua vida para melhor. No Lagarteiro muitas famílias permanecem na precariedade, outras transitam para outras situações mais confortáveis ou não. A transitoriedade pode estar associada a uma fase boa ou má na família. Neste bairro geralmente é má. Membros do agregado familiar que por motivos externos e conjunturais se vem no desemprego, morte ou abandono de alguém do agregado, doença grave, etc. Perante a diversidade das situações é preciso reagir, lutar, não ficar desanimado, criar novas competências e qualificações, estar atento às alterações do mercado de trabalho, solicitar o apoio da família e protecção social do Estado, rentabilizar contactos. Quando não conseguem superar estas situações de dependência, as famílias iniciam o trajecto da mobilidade social descendente, e engrossam no Lagarteiro o grupo dos novos pobres que em Portugal cada vez tem mais peso, pois segundo dados oficiais em 2004 no nosso país já existiam 200 000 pessoas a passar fome.¹⁶

¹⁶ Em Portugal cerca de 23% das pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza segundo o Eurostat (European Commission, 2003).

CAPÍTULO V

COMO SE CONSTRÓI A DESAFEIÇÃO PELO TRABALHO

5.1.FACTORES E CAUSAS ESTRUTURANTES DA DESAFEIÇÃO

A inserção no mundo do trabalho reveste-se de uma importância particular. Desde o início da industrialização, o trabalho tornou-se o critério e a norma da integração social. Fornece não só os rendimentos que permitem a participação económica na vida mas, também, uma verdadeira identidade social cuja capacidade de definição se tornou mais forte do que qualquer outro tipo de pertença.

Se considerarmos a desafeição pelo trabalho como um sintoma de falta de integração na estrutura social e produtiva, como sinal de exclusão no mercado de trabalho e de acomodação por parte dos indivíduos, então é necessário adoptar uma postura vigilante para que este comportamento não derrape facilmente para trajectos de desvio e marginalidade social.

Como refere Robert Castel (1999) pode assim dar-se início a um processo de “desafiliação social”. Quer isto dizer que perde-se a relação com o domínio do mundo sócio profissional, mas também se perdem relações, laços sociais, redes de estruturação. Caminha-se segundo este autor para o isolamento. O “processo de desafiliação” constrói-se por fases, da passagem de empregos precários, ao desemprego, ao desemprego de longa duração, até à fase de exclusão. Quanto mais se prolonga a situação de desemprego, mais difícil se parece tornar o regresso ao mercado de trabalho (CAPUCHA: 2000: 215-251). A exclusão já significa perda de trabalho, de rendimentos, de laços sociais, de pertença comunitária. Para Sérgio Paugam a perda de emprego pode gerar uma “desqualificação progressiva” que se reflecte na perda de enraizamento e das relações sociais. Estas perdas geram rupturas com os vínculos sociais e consequentemente a ausência de motivação para o trabalho, mediante etapas consecutivas de “fragilização progressiva” (PAUGAM: 2003).

Às diferentes fases e etapas que caracterizam esta desqualificação vão corresponder diferentes tipologias de intervenção, diferentes tipos de beneficiários de acção social e diferentes tipos de experiências vividas por esses beneficiários. Para Sérgio Paugam, as pessoas iniciam este processo de fragilização quando necessitam de ajuda. Primeiramente, necessitam de apoio quando se sentem **frágeis**. Este grupo vive

uma experiência de fragilidade interiorizada ou uma fragilidade negociada. A intervenção social junto destes grupos por parte dos serviços de Acção Social é de carácter pontual. No que diz respeito à motivação pelo trabalho, os que vivenciam uma fragilidade interiorizada revelam um desejo muito forte de emprego, segurança material, de reconhecimento social no mundo profissional. No que diz respeito à dependência em relação aos serviços de acção social este grupo recusa a dependência. Receiam ser assimilados como “casos sociais”, pois a ajuda social é percebida e vivida como um sinal negativo associado ao descrédito. É este grupo também que recusa a intervenção social regular. Os que vivenciam uma “fragilidade interiorizada” sentem-se inferiores e percebem que a sua desqualificação está associada a uma crise de estatuto. Dentro deste grupo aqueles que vivenciam uma “fragilidade negociada” tentam resistir à humilhação, principalmente os que têm idade inferior a 24 anos de idade. No que diz respeito à motivação pelo trabalho, neste grupo a motivação é forte multiplicando-se estes utentes em esforços para aceder a um estatuto social superior. Os utentes com “fragilidade negociada” demonstram forte empenho na conservação da independência quando se relacionam com os serviços de Acção Social. Lutam para não se tornarem dependentes deste serviço embora recorram a ele quando necessitam. No que se refere à relação com os trabalhadores sociais, os utentes de “fragilidade negociada” consideram que uma intervenção pontual da acção social pode ser solução temporária para as suas dificuldades.

Quando as pessoas não conseguem vencer as dificuldades, os constrangimentos e os problemas que afectam o grupo dos frágeis, derrapam para a fase seguinte da desqualificação. A sua situação social agrava-se e passam da fase de “frágeis” para a fase com estatuto de “**assistidos**”. Os assistidos podem vivenciar experiências de “assistência diferida”, “assistência instalada” ou “assistência reivindicada”. A intervenção junto destes grupos por parte da acção social é regular. Este grupo (assistência diferida), nesta fase de vida vive e sente a assistência como uma situação humilhante, contrária aos seus princípios. O confronto sucessivo com o fracasso profissional e o sentimento de desmoralização que experimentam leva-os a aceitar aos poucos a ideia de intervenções sociais regulares. O sentimento de culpabilidade e inferioridade social caracterizam a primeira fase da carreira moral destes assistidos. Para o grupo dos que evidenciam uma assistência diferida a motivação pelo trabalho é forte assim como a sua dependência em relação aos serviços de acção social. As relações com os trabalhadores sociais são muitas vezes de distanciação. Para o grupo dos que

evidenciam uma assistência instalada verificamos atitudes de conformismo com a situação que experimentam assim como a aceitação da ideia de ter de viver dos apoios do serviço de acção social. Neste grupo a motivação pelo trabalho é fraca. A dependência em relação aos serviços de acção social é forte. As relações com os trabalhadores sociais são de apropriação, sedução e às vezes de cooperação. Embora seja justamente nesta fase que se comecem a deteriorar as relações com os trabalhadores sociais que, não constatando melhorias na situação material dos indivíduos nem mudanças nos seus comportamentos, se recusam a continuar a prestar ajudas financeiras.

No grupo dos assistidos como referimos anteriormente também se encontram aqueles que vivenciam e experimentam uma assistência reivindicada. É nesta fase que se verifica a tomada de consciência dos direitos e avaliação constante da situação por receio de vir perder os apoios sociais. Estes factores estão muitas vezes na origem do empenhamento para gerar mudanças na organização das suas vidas. Neste grupo que experimenta a assistência reivindicada a motivação pelo trabalho é nenhuma. A dependência em relação ao serviço social é muito forte, as relações com os trabalhadores sociais caracterizam-se pela reivindicação. Como dissemos anteriormente, a desqualificação é progressiva e constrói-se por fases. Da fase de assistidos caminha-se para o estatuto de **marginalidade**. Esta marginalidade, segundo Paugam, pode ser marginalidade conjurada ou marginalidade organizada. A intervenção junto a estes grupos é muito inconstante. Na fase da marginalidade conjurada inicia-se uma trajectória onde o fracasso, regra geral, começa com a escola. Aí se inicia a interiorização de uma imagem de si próprio fortemente depreciativa e uma identidade negativa muito interiorizada como consequência de um acumular de fracassos e dificuldades até para dispor de um trabalho. Os que vivem na situação de marginalidade conjurada não têm qualquer esperança de saírem da situação em que se encontram, pelo que experimentam sentimentos de serem inúteis à sociedade. Estes acabam por frequentemente passarem a enfrentar problemas de consumo de estupefacientes, ou álcool, geralmente impulsionadores de comportamento desviante, contudo não deixam de manifestar o desejo de saírem da situação em que se encontram. No que diz respeito à motivação pelo trabalho é quase inexistente. Regra geral, o trabalho, quando o executam, é temporário e desqualificado. A realização de pequenos trabalhos ou tarefas representa para estes indivíduos uma mudança de estatuto, um reconhecimento de valor e utilidade social. No que diz respeito à dependência destes utentes em relação aos

serviços de acção social ela é grande. Os que vivenciam a marginalidade conjurada revelam vulnerabilidades mas também grandes potencialidades para iniciar o processo de reinserção social. Dadas as suas condições de vida fortemente desvalorizadas e o confronto frequente com a frustração das suas expectativas acabam por experimentar profundas modificações da personalidade e das suas representações.

A marginalidade organizada constitui a fase mais desqualificante - os que integram o grupo da marginalidade organizada vivem em permanente situação de precariedade e desqualificação profissional. Interiorizam em absoluto a inferioridade social. Verifica-se neste grupo grande acumulação de problemas tais como: doenças, afastamento do mercado de trabalho, falta de habitação, ausência e perda de contactos com os outros, inclusivamente com a família. Conhecem a experiência total da ruptura social. No que diz respeito à motivação pelo trabalho, os que vivem na marginalidade organizada renunciam em definitivo ao trabalho assalariado. O trabalho para eles não é factor de mobilização social. Para este grupo não existe dependência em relação aos serviços de acção social. Sem rendimentos, sem poder, com falta de suporte familiar estes indivíduos correm o risco da “dessocialização”(PAUGAM: 2003).

A fase da marginalidade organizada também corresponde à vivência de pobreza de longa duração. Citando Bruto da Costa Costa: “A pobreza de longa duração vai-se reflectir em características psicológicas, culturais e comportamentais próprias. A pobreza leva à modificação dos *habitus* surgem novos comportamentos, alteram-se os valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta vai dando lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbata-se a capacidade e iniciativa, enfraquece a autoconfiança, muda-se a rede de relações, perde-se a identidade social e eventualmente a pessoal” (1998: 49).

Apresentação e interpretação dos resultados

Compareceram à nossa entrevista colectiva 12 pessoas. Seis homens e seis mulheres cuidadosamente seleccionados para garantir o equilíbrio entre as variáveis de sexo e idade.

A entrevista colectiva realizou-se nas instalações da Escola Básica do Lagarteiro, e foi previamente autorizada pelos participantes a sua gravação e filmagem. Optamos pelo espaço da Escola por ser muito familiar a todos, implantada no “coração” do bairro e não ser um local estigmatizado e estigmatizador. As nossas convocações foram feitas pessoalmente e tiveram no momento da abordagem a preocupação de

explicar muito bem aos sujeitos da amostra o que se pretendia e de que formas as coisas se iam processar. Não houve neste trabalho de terreno nenhuma rejeição ou má reacção ao nosso pedido. No entanto, ao constituir este universo de entrevistados identificamos muitas pessoas que não se disponibilizaram para a entrevista por afirmarem simplesmente que no momento estavam a trabalhar. Constatamos que chamavam trabalho à realização de tarefas pontuais remuneradas, como por exemplo: burnir, lavar passadeiras e tapetes para as vizinhas, distribuir publicidade nas caixas do correio, passar rifas.

O facto de terem conhecimento prévio que a entrevista ia ser filmada incentivou-os para os pormenores das toilettes. Muitos confessaram depois de terminada a entrevista que capricharam na apresentação pois pensaram que ao serem escolhidos para representarem o bairro, mesmo no papel de desempregados, era sua obrigação ficar bem no filme. Os sujeitos da nossa amostra reagiram muito bem ao conto da história. Inicialmente apresentavam uma postura que evidenciava alguma insegurança. Alguns riram, outros bateram palmas, outros fizeram comentários com o colega do lado. Todos respeitaram muito bem o ritmo de apresentação da história sem dirigir comentários desagradáveis ao actor ou aos protagonistas da história. Durante a discussão apesar de existirem alguns comentários por referência directa à história, na generalidade todos os presentes se desprenderam da mesma para falar das suas realidades e do quotidiano do bairro em que residem.

Através das técnicas de análise de discurso e de conteúdo podemos recolher informação crucial patente nos discursos dos sujeitos entrevistados.

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que nos permitem a partir desta entrevista colectiva retirar elementos cruciais dos depoimentos dos sujeitos da amostra. Simplificando, este instrumento ajuda-nos a registar o número de vezes que ocorrem os elementos considerados fundamentais para a nossa categorização, ou seja, a frequência com que é dita e repetida determinada ideia central para a investigação (BARDIN: 1995).

Esta técnica pretende ser uma ferramenta para tratar os dados simbólicos construídos pelo discurso e gestos do ser humano. A análise de conteúdo possibilita revelar o escondido, o submerso, o dissimulado. No caso concreto do nosso estudo, captar a vergonha, o sentimento de fracasso, a rejeição da comunidade envolvente por não trabalhar. Na análise de conteúdo, às vezes, o importante não é aquilo que é dito, mas o que está por trás do discurso. A análise de conteúdo, permite-nos trazer à “tona”,

interpreta, descobrir. Este método parte do pressuposto que um elemento/ideia é tanto mais significativo quanto maior o número de vezes mencionado. A frequência pressupõe que quanto maior for a aparição de uma ideia na unidade de registo, maior a sua importância, maior a sua relação com a população donde parte o discurso.

A entrevista colectiva teve a duração de 96 minutos e permitiu-nos construir seis grupos de resposta, ou seja, seis unidades de registo. A cada unidade de registo foi se fazendo corresponder categorias de análise:

Quadro 11 – *Análise de conteúdo das entrevistas colectivas*

Unidades de registo	Categorias	As frases	Nº de ocorrências
1ª Escolaridade	Consciência de que a fraca escolarização prejudicou a sua carreira laboral; A convicção de que a escolaridade é hoje fundamental para se trabalhar mesmo em empresas de limpeza; A frustração de quem conclui um curso de formação profissional e não consegue emprego; A valorização atribuída aos filhos que atingem a frequência no 12º ano.	“A falta de emprego e de colocação profissional para o pessoal do bairro é mesmo por causa da falta de escolaridade, por nunca terem estudado.” “Agora até para se andar nas empresas de limpeza é preciso ter carta de condução.” “A Samanta como toda a gente sabe estuda, está no 12º ano.”	6
2ª Identidade pessoal esfarrapada	Desanimo; Revolta focalizada (não organizada); Frustração; Tristeza; Conformismo; Incapacidade de projectar o futuro.	“O desânimo da vida é tanto que a gente só pensa em nós.” “Porque às vezes uma cara bonita e um sorriso encobrem muita miséria.” “A gente por mais que lute, que procure ajuda, sei lá! Acho que não temos grandes hipóteses, vamos continuar assim!” “Num ficas ougada por ver tanta gente às compras?” “Eu desde que me conheço sempre lutei, lutei e não tenho nada!” “Havia de se criar uma comissão que acabasse com esta má fama do bairro.” “Claro que a maioria das pessoas do Lagarteiro sentem-se revoltadas.”	11
3ª Precariedade Laboral	Baixos salários; Trabalhos de curta duração; Ausência de direitos; Trabalhos ocasionais com fraco reconhecimento social.	“Neste momento não trabalho porque a esmola é maior do que o ordenado.” “Mais vale ficar em casa do que ir trabalhar.” “Esta política dos baixos salários já vem de governo para governo.” “Não há trabalho, e se há pagam mal e porcamente.” “um euro e setenta e cinco à hora! Ficava-me mais caro o passe.” “A esmola que a Segurança Social dá, que é uma migalha, é superior ao que a gente tira trabalhar.”	12

4^a Contexto territorial	Falta de equipamentos para Infância, juventude e 3^a idade; Problemas de habitação e alojamento; Droga; Falta de limpeza dos espaços públicos; Maus acessos; Fraca participação e envolvimento dos residentes na comunidade (falta de uma Associação de Moradores);	“Neste bairro não há um infantário em condições.” “Neste bairro não há nada em condições para idosos.” “Nem há palavras para explicar este bairro.” “Eu acho que o Lagarteiro é um mundo um bocadinho à parte.” “Nós devíamos estar um bocadinho integrados na sociedade.” “No Vale de Campanhã somos o bairro mais esquecido de todos os bairros.” “Aqui não fazem nada.” “È o único bairro que não tem comissão de moradores.”	15
5^a Estigma territorial	Dificuldade de inserção profissional; Discriminação ao nível do acolhimento nos serviços públicos; Dificuldade de abertura e permeabilização com o meio exterior.	“Mesmo para limpezas, se é do Lagarteiro, a gente não aceita, fiquei assim a olhar...” “Agente por mais que tente ser educadinha apercebem-se com facilidade do nosso tom, do nosso timbre de fala, é logo bairro, e já nos tratam logo de maneira diferente.” “Estou inscrita em várias firmas, preencho a ficha e por ser do Lagarteiro nada.” “Eu quando me perguntam onde é que você vive, digo, rua José de Brito, nunca digo Lagarteiro.” “Até quando vou responder a cursos do que sou da Rua Diogo Macedo, se digo que sou do Lagarteiro discriminam logo mandam logo as pessoas para trás.” “Devíamos ser falados pela positiva e não pela negativa.”	16

6^a Más políticas e descrédito nos políticos	Falta de oportunidades de emprego; Má fiscalização na aplicação do RSI; Mau funcionamento da Segurança Social e do Centro de Emprego; Falta de investimento em equipamentos; Pouca preocupação com a habitação social; Distribuição da riqueza injusta (pensões e salários miseráveis); Desagrado pelos privilégios associados à actividade política.	“A gente podia fazer melhor, mas que oportunidades nos dão para a gente fazer melhor?” “Nós com o salário mínimo nacional não vamos a lado nenhum.” “Já estou inscrita no Centro de Emprego há cinco anos e nunca mais me chamaram.” “Eu acho que há falha do governo. Eu tenho estudos, tenho um curso de artes gráficas e não arranjo emprego.” “È que o governo criou esta medida (RSI) mas não fiscaliza. Tem que fiscalizar.” “Enquanto o governo não mudar estas políticas, estar mais atento a estes bairros problemáticos...” “Agora a gente pega em 50€ vai à mercearia, chega lá, e não traz nada para casa.” “Políticos destes não interessam a ninguém.” “Se o governo não põe mão nisto não sei onde isto vai parar.” “O incorrecto vem de donde? Vem de cima, do governo”	39
--	--	---	-----------

A desafeição e a insatisfação profissional – a falta de capitais escolares para “dar o salto”

Estes moradores perceberam que como esta sociedade está organizada não proporciona nem garante a todas as condições para que os indivíduos se realizem e concretizem os seus desejos. Com baixas aptidões escolares e profissionais acumulam desvantagens geradas pelo próprio sistema que não lhes permite conciliar o interesse individual, a valorização profissional com o interesse geral da sociedade. Geralmente o “fracasso”, a “culpa”, o “falhanço” é sempre imputada ao sujeito e não à estrutura que nega as oportunidades. Com medo de falhar novamente muitos destes moradores não aceitam novos empregos. Muitos não querem experimentar novos fracassos. O trabalho para eles nunca lhes conseguiu devolver rendimento suficiente, satisfação pessoal, reconhecimento. Durante muito tempo, alguns desenvolveram uma actividade que detestaram. Continuar para eles seria demasiado penoso. Como refere Dominique Schnapper, muitos jovens, do trabalho retêm sobretudo os seus constrangimentos, as más condições, a pouca criatividade e a impossibilidade de se realizarem. Esta consciencialização da realidade do mundo do trabalho, grande parte das vezes provocada pela impossibilidade de realização das suas aspirações, no decorrer dos empregos que tiveram, leva-os a contestar o trabalho assalariado, a colocar em causa o trabalho, enquanto valor e a aspirar um outro modo de vida (SCHNAPPER: 1998). Quando o trabalho é sujo, duro, mal remunerado, a prazo, sem possibilidade de carreira, sem segurança e garantias o esforço não compensa nem é solução para os problemas da subsistência e da emancipação social. Este trabalho não é reconhecido e quando se exerce fomenta a desqualificação simbólica e penalizante do trabalho.

Para muitos moradores do Bairro do Lagarteiro a desafeição pelo trabalho é já sintoma de alguma anomia. A tendência para a anomia, como refere Merton, às vezes resulta da pressão que a sociedade faz sobre alguns grupos socialmente vulneráveis (MERTON: 1970). Estão sempre a avaliar, a comparar, a exigir, a desafiar. A sociedade constantemente pede êxito, sucesso, competitividade. Alguns grupos socialmente mais frágeis não aguentam esta pressão e “quebram”. Deixam de cumprir regras, deixam de cumprir normas e leis. A norma aqui é a valorização do trabalho. Sem escolarização e formação qualificante é mais difícil conquistar um emprego que seja fonte de realização pessoal. A escola é hoje um dos principais canais de mobilidade, reconhecimento social e obtenção de auto-estima. Para além da tendencial melhoria das condições e rendimentos do trabalho quem continua na escola e obtém títulos escolares pode “subir

na vida”. O abandono escolar precoce é responsável pela manutenção de múltiplos bloqueamentos de oportunidades. Como tem acentuado Pierre Bourdieu, encontrar-se privado quase na totalidade de capital económico, cultural e simbólico significa perder no interior dos diversos campos sociais nos quais os capitais são simultaneamente recursos de poder e a coisa em jogo. Quem se encontra totalmente desprovido de quaisquer capitais tem fortes probabilidades de perder no “jogo social”, bem como de reproduzir a sua situação intra e inter geracionalmente (BOURDIEU: 1987).

Sem a escolaridade obrigatória é difícil aspirar a uma profissão prestigiante. Mas não é só o acesso à educação que condiciona e favorece o desinvestimento no trabalho. As condições objectivas de existência têm grande influência na formação da consciência. Como referem Cidália Queirós e Marielle Cristine Gross no seu livro “*Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*”, “...sabe-se que a materialidade das condições de existência é o factor determinante da produção cultural. Em termos mais concretos, queremos dizer que os valores, as atitudes e os comportamentos, os saberes que fazem parte das culturas e dos estilos de vida que lhes correspondem são determinados pelo sistema de oportunidades, ou seja, pelas profundas desigualdades que persistem nos campos do trabalho, do habitat, da escola, das relações sociais em geral” (QUEIROZ; GROSS: 2002).

Por todos os condicionalismos já referidos, não trabalhar ou deixar de procurar emprego começa a ser uma atitude interiorizada para muitos moradores do Bairro do Lagarteiro. Esta postura de desafeição começa a fazer parte do seu *habitus*. O *habitus* constrói-se numa dada situação social permitindo aos agentes uma adaptabilidade, ainda que não desejada, às situações e a novas condições (PATRICE: 1998).

Desafeição pelo trabalho, laços sociais e identidade

Hoje, as sociedades pós-industiais confrontam-se com fenómenos de exclusão social que colocam a questão da marginalização de grupos sociais desempregados que não podem ser absorvidos pelo aparelho de produção e cujos laços sociais se enfraqueceram de tal modo que é legítimo perguntar se podem ainda ser considerados como cidadãos com um lugar na sociedade.

Os fenómenos de exclusão que atingem várias categorias sociais: populações que se encontravam integradas anteriormente, é o caso dos trabalhadores que perderam o seu emprego, dos idosos reformados considerados como “inúteis”, das mulheres

isoladas, viúvas ou divorciadas sem qualificação, dos doentes, etc., Todos aqueles que tinham lugar social e o perderam.

No caso concreto de alguns moradores do Bairro do Lagarteiro, muitos destes desafeiçoados por beneficiarem de retaguarda familiar, permanecem ainda num espaço denominado de “espaço de flutuação social”. Segundo Robert Castell esta posição não é de integração mas também não é de total desafiliação. Segundo o mesmo autor, é a precariedade do trabalho que melhor caracteriza esta postura de “flutuação” na estrutura social. A falta de integração profissional e a baixa condição salarial cria desmoronamentos (CASTELL: 1999). O trabalho é condição de integração e a vulnerabilidade que é originada pela falta de integração profissional põe a vida das pessoas em risco e na incerteza. Como afirma Pierre Bourdieu “suspensa por um fio” (2003: 425-427). Démazière também considera que os dispositivos e as políticas de emprego, como pré reforma, RMG, em alternância com o exercício de biscates e a inactividade, podem gerar desencorajamento profissional. A multiplicidade de contractos precários quebra a esperança e empurra as pessoas para a desafeição (DÉMAZIÈRE: 1995).

Sem integração não existe coesão social. Para Gaulejac e Taboada-Leonetti, o processo de integração contempla três dimensões fundamentais: a dimensão económica, a dimensão social e a dimensão simbólica (GAULEJAC; LEONETTI: 1994).

A dimensão económica é a que permite e inserção e a participação social através das actividades de produção e de consumo pela via do trabalho.

A dimensão social contempla as relações e os laços sociais. Os laços sociais horizontais são aqueles que se desenvolvem no seio dos grupos primários, a família, os vizinhos, amigos, agrupamentos voluntários, como associações, clubes ou bandos. Os laços sociais verticais são aqueles que o indivíduo estabelece com o conjunto da colectividade sob forma abstracta ou através das instituições. O modo como as instituições tratam as pessoas e os grupos tem uma influência determinante no seu comportamento, pois cabe às instituições muitas das vezes, segundo os autores supra referidos, educar, curar, ajudar encontrar um alojamento ou um emprego. A forma como as instituições lidam com as pessoas pode gerar, produzir, uma imagem e uma representação negativa nos utentes que os impeça de sair facilmente da sua situação de dependência. Quando as instituições conseguem interiorizar uma má imagem total nos desfavorecidos o seu comportamento começa a traduzir-se em determinadas atitudes. “Já não faço esforço para negar a minha situação de desfavorecimento”. “Já não arranjo

estratégias para mentir ou disfarçar”. “Aceito a minha situação de assistido, miserável fracassado”. “Perdi a esperança de sair desta situação”. “Já não me preocupa a imagem que os outros possam pensar de mim”. A relação das instituições com os sujeitos muitas vezes é a causadora de efeitos de interiorização de uma identidade negativa.

A dimensão simbólica é a que resulta da construção da identidade. A identidade é um processo condicionado pelo contexto, pela vivência, pelas condições objectivas de existência, pela cultura, pela socialização. A identidade constrói-se através das relações sociais, das práticas e atitudes. O que caracteriza a identidade é a criação de símbolos, a interiorização de rituais. Identidade a ideia que se adquire acerca disto ou daquilo, é o que se valoriza, o que se sente a postura que se adopta em função daquilo que pensamos.

As relações são fortemente determinadas e condicionadas pelo lugar, pelas condições objectivas de existência, assim como por toda uma influência cultural que no espaço físico se faz sentir. É no Bairro do Lagarteiro que as pessoas vivenciam e experimentam coisas. É neste espaço que se relacionam. Desta relação surge um significado, uma representação, uma ideia, uma imagem, um sentido que é atribuído. O comportamento social é condicionado por normas, regras, valores e códigos culturais. Como dizia Fernando Pessoa, “o ambiente faz parte de nós próprios”¹⁷. Quando interiorizamos e absorvemos essas normas temos um comportamento normalizado, socialmente aceite e valorizado, estamos integrados porque estamos em conformidade. A influência cultural, condiciona muito os meus valores, os meus pensamentos, os meus desejos, os meus ideais, direitos e deveres. Se os meus valores contrariam esta influência dominante e geral, se a minha conduta não incorpora a tendência generalizada a minha atitude pode ser entendida como afronta e então corremos o risco de ser rejeitados, estigmatizados. A nossa postura é desvalorizada, a minha interacção com os outros passa a ser mais fragilizada. Os laços sociais que estabelecia podem quebrar porque a representação que se construiu a meu respeito é entendida como desviante e prejudicial à sociedade. Às vezes esta rejeição social também é responsável pela construção e interiorização de uma identidade negativa. Quando construímos uma ideia negativa de nós próprios é mais difícil sair da situação de dependência e retomar as redes de sociabilidade. Existem várias estratégias que Gaulejac refere para revalorizar a identidade negativa.

¹⁷ Fernando Pessoa citado por Michel Bonetti no âmbito da conferencia mundial da OIT no dia 4 de Outubro de 2006, no Hotel Altis em Lisboa, texto policopiado.

Os sujeitos expostos a condicionantes de desvalorização simbólica reagem de diferentes formas para contornar a situação, sair dela, ou defender-se da má imagem que lhes é atribuída. A estratégia de defesa traduz-se num conjunto de atitudes que do ponto de vista relacional evita contactos com indivíduos estigmatizados com uma imagem socialmente desvalorizada e uma aceitação pela comunidade muito reduzida. Evitar significa um esforço de protecção para não ser atingido e penalizado pela má fama e pelo descrédito que já os caracteriza. Quanto mais distante dessas pessoas melhor pois ela já são consideradas pela sociedade como “indesejáveis”. É algo que se reflecte na quebra de relações, isolamento, retraimento, enfraquecimento de integração social.

Para evitar o confronto com a imagem desvalorizada os indivíduos mais frágeis tendem também a defenderem-se do estigma. Para tal, como atitude de protecção tendem a manter as aparências, negam, escondem, fingem que está tudo bem. Para tal têm que restringir cada vez mais as suas redes de relacionamento para manter a aparência e disfarçar a sua situação desvalorizada aos seus olhos e aos dos outros. Este esforço é para manter a estima que tem de si próprios e que os outros ainda lhe atribuem. Quanto mais expostos e participativos mais rápido a sua situação de vulnerabilidade é conhecida. Os laços sociais, a participação, a implicação social também saem enfraquecidas com esta estratégia de defesa. A resignação, o isolamento, a passividade social também são dimensões importantes desta estratégia. Em certos casos, a contestação da legitimidade dos sistemas de valores estigmatizante conduz o indivíduo a considerar a sua própria situação como insuportável ou injusta. É, então, o próprio sistema social, produtor de situações estigmatizantes que é questionado. Os indivíduos quando tomam consciência da sua identidade negativa sentem-se humilhados, revoltam-se tornam-se muitas vezes agressivos no seu relacionamento com os outros. Mas nem todos os humilhados conseguem canalizar a sua agressividade para acções susceptíveis de os fazer sair da sua situação. Se a sua imagem estiver muito estigmatizada será muito difícil conceber muitos projectos emancipadores que possam ser bem sucedidos. O estabelecimento de uma relação valorizante reveste-se de uma importância capital no processo de reinserção. A estratégia de saída resulta quando os indivíduos ganham confiança em si próprios, quando percebem que a responsabilidade do seu desfavorecimento não é deles mas do sistema, quando iniciam outros relacionamentos, constroem novos afectos, tudo o que seja possível para que as pessoas olhem para eles de outra forma, de uma maneira mais valorizada. Não se sentir desvalorizada, não ter vergonha de pertencer a determinado grupo, tomar consciência,

organizar-se, por em causa a hierarquia, sugerir outro sistema de valores, são ingredientes fundamentais para a estratégia de saída ter êxito.

A inscrição de um indivíduo nas redes de sociabilidade primária (rede familiar, de amigos, ou associativa), preenche funções essenciais: troca de serviços, de informações, de comunicação, de imagens identificatórias que permitem ao indivíduo representar-se a si próprio no seio do seu grupo e em relação à sociedade global e identificar o seu lugar e o seu papel nesta sociedade. Opostamente, a diminuição das relações sociais é um factor de vulnerabilidade. Significa em primeiro lugar, um enfraquecimento das trocas, menos informações e menos comunicação, menos entreajuda, menos serviços ou apoios em caso de dificuldade. O isolamento e a exterioridade em relação às redes de relações enfraquecem progressivamente o sentimento de pertença a um grupo restrito (família, bairro, profissão etc...) onde o indivíduo pode encontrar referências para situar a sua própria identidade e fontes de segurança e de valorização (GAULEJAC; LÉONETTI: 1994).

A permanente tentativa de salvaguardar uma identidade positiva é comum a todos os depoimentos da entrevista colectiva. Este esforço declarado na boca de quase todos os sujeito da amostra explica-se por várias razões.

Assiste-se hoje a uma crise generalizada de referências identitárias positivas. Associado às grandes transformações políticas, económicas e sociais, diluíram-se ou alteraram-se muitos ideais, valores e princípios que norteavam o sentido de vida e a identidade de muitos cidadãos. José Azevedo refere que “tendo-se perdido os valores transcendentais (revolução, progresso, utopia etc.) que garantiam uma legitimidade à ideologia, o indivíduo é remetido para os limites de si próprio. Nestas condições, em vez de aspirar a um ideal começam a identificar-se com uma imagem. Tendo unicamente a sua imagem como “pele”, o indivíduo fica muito mais propício a sensações de vazio e de falta de sentido” (AZEVEDO: 1992). A crise de identidade para Ricoeur, não é só um efeito de conjuntura económica ou de transformação do mercado de trabalho. Ela resulta também da ausência de projectos colectivos, de “causas” e de referências simbólicas (DUBAR: 2006).

Neste quadro emerge o indivíduo como aquele que, desmunido da segurança dos estereótipos de classe, de sexo, de profissão, tem de buscar e construir o seu próprio papel, a sua identidade.

Para Claude Dubar, é possível associar a crise das identidades à crise da modernidade. A Modernidade que prometeu o progresso, que garantiu pôr a ciência ao

serviço da vida e que jurou consolidar a democracia. Esta Modernidade não trouxe mais participação nem construiu uma sociedade mais inclusiva. Cada vez mais pessoas são confrontadas com a necessidade de mudar de emprego, de casa, de parceiro, de modo de vida. Ora toda esta mudança é geradora de pequenas crises (DUBAR: 2006).

Estas crises, resultantes do aparecimento de um acontecimento imprevisto, como um despedimento, ou o fecho de uma fábrica, uma desqualificação, a pré reforma, um divórcio, perturbam a imagem que as pessoas têm de si próprias. Estas crises tocam com frequência naquilo que existe de mais profundo e íntimo entre o cidadão e o mundo. Pierre Bourdieu na sua obra *“La Misère du Monde”* (1993), e Paul Lazarsfeld no livro *“Chômeurs de Marienthal”* (1932) demonstram de que forma a miséria económica, a vergonha social e os dramas pessoais estão sempre estreitamente interligados e como o sentimento de infelicidade é dificilmente separável da ruptura dos laços comunitários e do seu mundo simbólico. Dubar acrescenta que, dois séculos depois da revolução industrial e da revolução francesa, as sociedades modernas continuam abaladas por crises identitárias e não apenas económicas e sociais. Elas manifestam-se em todos os domínios da vida social, na família, relações amorosas, emprego, relações de trabalho etc (DUBAR: 2006).

As novas condicionantes socioeconómicas, mexeram muito na identidade dos moradores do Lagarteiro, principalmente na dos homens. Perdeu-se a fábrica e o emprego, perdeu-se o papel de “chefe de família” que trazia dinheiro e sustentava o lar, perdeu-se o papel e a identidade de alguém que tinha autoridade porque tinha rendimento. Perdeu-se o convívio na colectividade que fechou por causa do apelo dos Centros Comerciais e dos hipermercados. Esta identidade masculina diluiu-se, agora é a mulher a assegurar outros papéis como, pedir dinheiro emprestado, pedir fiado na mercearia, tratar dos documentos do RSI, marcar atendimento com a Segurança Social, pedir o cabaz de Natal à Junta de Freguesia etc. Por isso, é que durante a entrevista colectiva são as mulheres que falam mais, que se apresentam mais desinibidas, e que tentam influenciar as respostas dos restantes presentes. É uma liderança espontânea de quem já está habituado a este tipo de expedientes.

Não é fácil construir ou definir o conceito de identidade, mas ele é muito importante para nos ajudar a perceber a atitude e o comportamento dos sujeitos em sociedade.

Segundo José Madureira Pinto são ingredientes do conceito de identidade, a cultura, a sub-cultura, o *habitus*, a ideologia, o instinto, a consciência de classe,

condição e posição social, o grupo de pertença e o grupo de referência (PINTO: 1991). Na continuidade do conceito defendido por Durkeim a propósito de identidade social, Dubar refere que se trata de sinónimo de pertença a uma categoria socialmente pertinente. “É tudo aquilo que eles herdam sem o quererem e que modela as suas condutas sem que eles tenham consciência disso” (2006: 13), sendo assim, a definição de identidade pessoal deve ser contextualizada.

No Lagarteiro as principais causas exteriores responsáveis pela construção de uma imagem negativa sobre o bairro e de quem lá habita, são a má qualidade do edificado, a falta de equipamentos sociais, a localização periférica, a grande concentração de famílias em situação de precariedade económica, a má configuração do espaço, as péssimas vias de acesso, a inexistência de serviços fundamentais (não há multibanco), assim como a falta de espaços colectivos de convívio. Tudo isto são factores que reforçam e acentuam a desvantagem de viver neste contexto territorial. Esta má imagem interiorizada nos moradores pode construir uma identidade negativa e degradar as relações sociais existentes na comunidade. Esta degradação relacional já se reflecte no discurso de muitos dos nossos entrevistados. “A ciganada é que veio estragar isto tudo!”. “Para mim e para resolver os problemas com os drogados, o melhor era fechar as entradas dos blocos como fizeram no Bairro do Cerco”. “O melhor num bairro para a gente se dar bem é não passar cartão”. “Mais agentes na rua e uma policia em condições”. “Os ciganos nem têm carta e andam para aí à vontade”. “Pessoas que nunca descontaram um chavo e agora e agora estão a ganhar dinheiro à custa do Estado. Isso não é justo”. “São raparigas novas e com saúde não trabalham é porque não querem”. Como refere Eduardo Victor Rodrigues “A conflitualidade desloca-se, tornando-se intra-grupal: as lutas e o conflito mantêm-se, sendo apenas deslocados e reconfigurados. ‘Deslocados’ das lutas de classes para a luta entre grupos e entre estatutos precários” (2006: 284).

Todos os sujeitos da amostra condenam a droga, os roubos, a prostituição, a malandrice, a preguiça, a má educação transmitida aos filhos, a deficiente gestão dos parques rendimentos dos agregados, passar a vida metida no café, não cuidar da casa. Tudo isto porque pode prejudicar os outros, mas sobretudo porque dá má imagem de quem habita neste bairro. Parece que são todos assim e não são. A etiquetagem do bairro corresponde à etiquetagem dos que nele residem.

O sentimento de pertença também é um dos principais indicadores do conceito de identidade, mas nem sempre pertencer significa identificar-se com algo. No

Lagarteiro muitos dos moradores nos dizem “pertencço a este bairro mas não me identifico com ele”, “pertencço a esta família mas não me identifico com ela.” O processo de fingimento ou negação surge quando as pessoas reagem à imposição de uma má identidade provocada por falsos sentimentos de pertença ou integração social. Mas também é verdade que certas pessoas se sentem plenamente integradas no bairro mesmo sabendo que ele tem uma má imagem. A sua identidade pessoal é construída por esta inserção territorial que funciona como complemento e prolongamento de si. A sua identidade não se pode descolar da identidade colectiva que caracteriza o bairro. Apesar de o bairro ser heterogéneo, há uma cultura comunitária predominante, com regras normas e valores que influenciam os comportamentos, as formas de estar e pensar dos residentes. O bairro é o único porto seguro que têm, onde se podem agarrar e proteger. “Não sou de ninguém, não pertencço a ninguém, mas sou do bairro”. Na construção do conceito de identidade, o percurso das pessoas, o seu trajecto, as suas experiências mais marcantes são fundamentais e devem ser tidas em consideração. O processo de construção de identidade no e pelo trabalho é muito importante principalmente neste estudo. Uma má experiência profissional pode causar sofrimento, desvalorização pessoal, desprestígio, por isso, na entrevista individual directiva foi referido com frequência pelos sujeitos da amostra “pior do que não arranjar emprego é ser-se despedido”. O despedimento ainda agrava mais a sua situação de dependência, o seu sofrimento, o seu sentimento de vergonha e de fracasso. Quem é constantemente despedido constrói uma identidade muito negativa a seu próprio respeito. Com medo de fracassar novamente e acumular mais uma má experiência, estes sujeitos com muita frequência desistem de procurar emprego e vão rejeitando outros. Na entrevista individual directiva um dos nossos entrevistados a propósito deste assunto referiu “já me aconteceu muito isso! Agora tenho muito medo que me digam, não preciso de ti, vai-te embora. Mais vale a gente desistir e ficar como está.”

Françoi Dubet e Didier Lapeyronnie referiam “os fracassos pessoais e a desvalorização de si conduzem os actores a protegerem-se de todas as provas, a permanecerem fechados num “nicho”, a não deixar o bairro, o vão de escada ou o clube do bairro...” (cit. por GUERRA: 2002). Ora, a construção de uma identidade positiva pelo trabalho é fundamental, porque quando queremos analisar as práticas sociais mais diversas, desde os consumos de bens económicos e culturais, aos modos de utilização do tempo de lazer, das práticas e rituais de relação com o sagrado, às formas de

participação política se utiliza como variável independente e única – a profissão (PINTO: 1991).

O fracasso escolar também contribui muito para a construção de uma identidade negativa. Logo nos bancos da escola se começa a ouvir “este menino não tem capacidade”, “este menino não vai conseguir”, “este menino não tem possibilidades de avançar”, “esta criança tem muitas limitações”. Na entrevista colectiva repetidas vezes se ouviu dos sujeitos da amostra “não temos estudos não somos ninguém.” Désiré Matos chegou mesmo a afirmar: Sem estudos é muito difícil arranjar um emprego em condições. A este respeito também José Madureira Pinto refere “nomenclaturas profissionais, grelhas de qualificações e de salários, diplomas escolares e suas designações (títulos), são exemplos de ingredientes que, sob a aparência de meras formas linguísticas, participam activamente nesta espécie de produção social de identidade por via administrativa” (PINTO: 1991). A escola pode funcionar como potente motor de mobilidade social ascendente. Mas que aprendizagem, que saberes, que competências e aptidões adquiriram estes moradores na escola para construírem a seu próprio respeito uma identidade positiva? A sua aprendizagem escolar foi realizada desconsiderando totalmente a sua experiência social e vivência familiar. Todos os nossos entrevistados fazem parte dos que “ficaram pelo caminho”. Mas a escola também pode contribuir para a construção de uma crise identitária, quando ilusoriamente cria falsas expectativas de sucesso e integração profissional. Hoje os diplomas escolares estão desvalorizados e já não são garantia de nada. As oportunidades para as pessoas se realizarem e construírem a seu próprio respeito uma imagem e identidade valorizada já não depende só do percurso académico. Quando se progride nos estudos e não se obtém êxito, o fracasso e a frustração são sentidos de forma mais dolorosa, o que Claude Dubar classifica de “crise identitária aguda” (2006:157).

O Lagarteiro é um lugar de identidade. Tem história, tem pessoas a viver naquele espaço com determinadas características e nesse espaço constroem determinado tipo de relações. A precarização do estilo de vida destes moradores, não tendo acesso a bens e serviços, a equipamentos e a oportunidades que lhes garantam recursos económicos e escolares, reflecte-se na deteriorização da sua identidade.

Para Sérgio Paugam estudar a desqualificação social é estudar a diversidade de estatutos que definem identidades pessoais, ou seja, as identidades pessoais e os sentimentos subjectivos da sua própria situação (PAUGAM: 2003).

O sentimento de inferiorização, de vítimas, de relegados, de assistidos, de dependência total, resulta da identidade negativa que construíram a seu próprio respeito. A desacreditação em si próprio, revela um baixo índice de auto-estima o que geralmente aparece associado à ausência dos direitos fundamentais de cidadania (FERNANDES: 1991). Dito isto, que condições ou oportunidades têm estas pessoas para reconstruírem a sua identidade social? Empurrados que foram para um processo socializador caracterizado pela privação e pela precariedade, em que é que estas pessoas acreditam? Que sentido dão agora à sua vida? De que forma se realizam? O que é que as entusiasma e mobiliza? Que esperança é que têm de mudar a vida? Um elemento da nossa amostra, respondeu assim na entrevista individual directiva “a luta cá no bairro para já é pela sobrevivência pois pelo emprego já não temos esperança de chegar lá. A seguir o que queremos é criar a ideia em quem nos observa que afinal não somos como nos pintam. Gostávamos de ser identificados como pessoas simplesmente normais.”

Para tal é necessário que estes moradores iniciem um processo de reconstrução identitária de que falam os autores Peter Berger e Thomas Luckmann (2002). Trata-se de um caminho doloroso porque exige ruptura com o passado, com as referências e os valores antigos da primeira socialização. Entre o momento do corte e a incorporação de novas referências identitárias, existe um “sem rumo”, “um período de vida morto”, “sem significado”. Para se proceder à nova incorporação de valores, crenças, saberes e significados a ajuda de um parceiro institucional é fundamental. Este auxílio permite mediação entre o velho e novo mundo. A pessoa quando inicia este percurso tem necessidade de dizer que já não é a mesma. Passar de um mundo para o outro, defender novas convicções. Mas isto só vinga se as dificuldades do novo reconhecimento forem vencidas. Para isso é necessário outro meio, outro contexto, outras condições objectivas e subjectivas de existência para esta nova identidade se consolidar e pôr à prova. Esta teoria parte do pressuposto de que as pessoas podem sempre mudar, modificar os seus valores, evoluir, adoptar outro modo de vida, ter outros hábitos e atitudes.

Para que isto venha a acontecer no Bairro do Lagarteiro, é preciso criar espaços de ressocialização onde as pessoas possam adquirir aprendizagens positivas, aptidões, competências que os valorize e lhes permita obterem uma consciência de si próprios mais valorizada. Estes espaços de ressocialização teriam como principal missão incentivar a acção colectiva. A acção colectiva pode ser transformadora da realidade e gerar outra identidade. A participação sempre foi considerada um elemento estruturante da construção da identidade. Participar significa desenvolver capacidades, pertencer a

algo, ter reconhecimento positivo, ser valorizado, estar envolvido. Através da participação as pessoas podem-se apropriar de recursos sociais, culturais, simbólicos. Podem construir novas referências podem adquirir uma aprendizagem experiencial. A participação é uma arma poderosa e eficiente contra o individualismo que hoje cada vez mais destrói os laços e o sentimento de pertença. Como refere Pierre Bourdieu a propósito da criação do movimento dos desempregados em França, “a primeira conquista deste movimento é o próprio movimento, a sua própria existência: arranca os desempregados e, com eles, todos os trabalhadores precários, cujo número aumenta todos os dias à invisibilidade ao isolamento, ao silêncio e, em suma, à inexistência. Reaparecendo em plena luz do dia, os desempregados fazem voltar à existência e a um certo orgulho todos os homens e todas as mulheres que, como a eles, o desemprego remete habitualmente para o esquecimento e para a vergonha” (1998: 122).

Infelizmente nada está a ser feito de estruturante no Lagarteiro que estimule esta gente a organizar-se, a reflectir, a mudar, a lutar para superar os seus problemas, a reinventar-se a si próprio.

É difícil neste bairro tão marcado pela etiquetagem da má reputação reconstruir uma identidade positiva. Não há participação popular nem movimento associativo. Não há grupos organizados para denunciar junto do poder político as precárias condições habitacionais ou para denunciar o sistema de apoio da Segurança Social que se traduz num apoio pontual e meramente assistencialista. A política não lhes desperta qualquer interesse ou entusiasmo. A frustração e a revolta são mais visíveis naqueles que não têm acesso a bens de consumo apelativos. O desconhecimento dos direitos políticos, sociais e culturais é total. A luta por mudar o funcionamento das instituições não faz parte do seu imaginário e a requalificação do espaço é uma promessa que já ninguém acredita ver concretizada.

Principalmente por causa destas razões vai persistir no bairro e nos que nele residem uma imagem negativa desvalorizada. A memória colectiva do Lagarteiro está diluída.

Ouve-se com muita frequência os mais idosos referirem: “Este bairro já não é nada do que era, vieram para cá morar os da Sé por causa dos incêndios, os de Miragaia por causa das cheias, os da VCI (Via de Cintura Interna) por causa das obras, os da Areosa por causa dos barracos e agora os ciganos do S. João de Deus por causa das demolições”. A entrada frequente de novas famílias para o bairro não facilita a construção de laços sociais saudáveis e duradouros entre a comunidade. Outro factor

inibidor que não vai facilitar a construção de uma nova identidade é o facto do Lagarteiro ser muito heterogéneo. As tentativas de fechamento e de distanciamento de muitos moradores não vão permitir criar um espírito unificador e um sentimento de pertença global e solidário face ao bairro. O quadro cultural do Lagarteiro para eles é intolerável. No bairro, nem todos partilham e vivenciam a mesma condição social de pobreza.

Por fim, é importante referir que a construção de uma nova identidade não será fácil de vingar se a imagem negativa já penetrou na consciência social dos habitantes e se estes já se conformaram com ela. Lamentavelmente no universo dos sujeitos da nossa amostra e no decorrer das entrevistas colectiva e individuais focalizadas não detectamos sinais ou vontade de diferenciação individual para sair da situação de precariedade social. Como diz Pierre Bourdieu “parece que estão a fazer o luto de todas as esperanças reconhecidas como irrealizáveis por terem ficado irrealizadas” (1998: 123).

É por causa desta imagem esfarrapada que alguns dos moradores do bairro mentem, fingem e disfarçam. Mentem quando dizem que vão ao Centro de Emprego todas as semanas perguntar se há emprego para eles, fingem quando a roupa que vestem não é comparada mas oferecida pela AMI¹⁸ ou pelo “Coração da Cidade”¹⁹ Disfarçam que são do Bairro do Lagarteiro quando vão ao Centro Comercial e posam o seu telemóvel, de ultima geração, no balcão do café.

Tudo para se protegerem desta má fama que os inferioriza, que os discrimina e que os impede de ter acesso às coisas importantes e aos lugares socialmente valorizados.

É por causa desta identidade negativa e da força que ela tem na organização das práticas sociais destes indivíduos, que ao longo da entrevista colectiva assistimos com muita facilidade e pela interpretação do discurso, ao exercício da transferência, da fuga, da negação e da contradição. Transferem para a responsabilidade do governo, para a Câmara Municipal, para a Junta de Freguesia a falta de equipamentos, as más condições de habitabilidade as precárias acessibilidades, a falta de emprego, a falta de limpeza. Transferem para a comunicação social a má imagem do bairro, transferem para a Segurança Social a má aplicação do RSI, transferem a responsabilidade do insucesso escolar para a escola que não é atractiva. Fogem da responsabilidade de integrar uma Associação de Moradores, fogem da militância partidária, fogem da participação

¹⁸ AMI – Assistência Médica Internacional

¹⁹ AMI e “Coração da Cidade” são duas Instituições Particulares de Solidariedade Social com intervenção social na área metropolitana do Porto.

associativa, dos movimentos de protesto (nenhum elemento do universo da amostra integra as comissões de luta para defesa da manutenção da esquadra da PSP no Lagarteiro, nem o movimento de utentes do Centro de Saúde de Azevedo que reclama a colocação de mais médicos). Negam que não querem trabalhar, negam à Segurança Social que fazem biscates, negam que o carro que conduzem é seu.

Por causa desta má identidade interiorizada, a contradição no discurso dos sujeitos da amostra está latente. Entram em contradição quando dizem que o bairro é muito mau mas mesmo assim quando se lhes pergunta se querem sair para viver noutro lugar respondem categoricamente que não. É contraditório afirmar que a escolaridade é muito importante para abrir novas oportunidades de emprego mas depois não se é receptivo a acções de formação, de escolarização ou de valorização pessoal.

É por causa desta identidade que a Mónica refere três vezes durante a entrevista colectiva que foi à Segurança Social e que lhe perguntaram “A Senhora é que é a D^a Mónica (...)”, a necessidade de ser tratada por “dona” e de se identificar perante o grupo como uma senhora muito respeitada. O prazer e a satisfação de ser “dona Mónica” e isso ser uma coisa muito positiva respeitada e valorizada. É por causa desta identidade pessoal esfarrapada que os nossos entrevistados não saem do bairro, têm medo de ser empreendedores, receiam ir a entrevistas de emprego e fracassarem, medo de perder o RSI, medo até da mais tranquila mudança. É por causa desta identidade que os jovens exigem aos pais sapatilhas de marca. Mas esta identidade fecha-lhes portas de acesso bloqueia-lhes a ambição, impede-os de dar novos passos, imobiliza-os para a mudança.

A sua identidade está carregada de acontecimentos negativos. Quando na entrevista individual lhes pedimos para nos referir três coisas boas existentes no bairro, todos os nossos sujeitos da amostra comentaram que se tratava de uma pergunta difícil e que precisavam de mais tempo para responder. “E coisas boas que tenham ocorrido na sua vida nos últimos três anos?” Todos respondem que tinham memória de coisas boas e que as más foram permanentes e graves. Trata-se de pessoas inseguras, cheias de medos e sem referências positivas de orientação. Um elemento da amostra referiu mesmo que não tinha capacidade para integrar uma simples associação de moradores. Os restantes entrevistados, apesar de reafirmarem a necessidade e urgência desta estrutura associativa para o bairro, também referem que vai ser muito difícil encontrar pessoas com disponibilidade, sérias e competentes. “No bairro só há mamões...”. O descrédito na mudança é grande. A expectativa do bairro vir a incorporar uma nova imagem valorizada é quase inexistente. “Se a policia não resolve quem somos nós para

resolver?” Este sentimento de impotência é transferido para a resposta à pergunta “Conhece alguém de sucesso dentro do bairro?” Também todos dizem, “È difícil de responder a essa pergunta” A mesma dificuldade sentimos quando se perguntou “De que forma se resolvem os principais problemas que afectam o bairro?” A resposta maioritária foi “Não sei! Acho que não somos capazes...desistimos porque temos a certeza de que não vamos conseguir”.

A realização das entrevistas individuais permitiu-nos captar de forma eficaz muita informação que sustenta a tese que esta “identidade esfarrapada” é o principal problema que muitos dos cidadãos que residem no Lagarteiro enfrentam. Em quase todas as respostas o desânimo, a revolta, a tristeza o conformismo e a incapacidade de projectar o futuro estão presentes. “Não temos ajudas de ninguém estamos desanimados.” As pessoas desistem de batalhar porque lá está, lutam, lutam, e as portas não se abrem. “A viver neste bairro nunca hei-de ter sucesso, nem eu nem os meus amigos...”. “Essas pessoas gostavam de ser outra coisa, por isso às vezes põem a máscara”.

Desafeição e precariedade laboral

A precarização do trabalho resulta da introdução de políticas Neoliberais que pretendem desregulamentar o mercado de trabalho através da polivalência e da flexibilidade.

Associado a algumas mudanças e alterações que ocorreram no mundo (declínio dos regimes políticos dos países de leste, construção da União Europeia), o trabalho é hoje organizado para gerar riqueza de forma competitiva. A globalização económica com a sua troca de bens e de capital financeiro, a difusão de novas tecnologias de informação e a deslocalização das empresas, exigem mão-de-obra a custos reduzidos. Os direitos laborais e as regalias conquistadas pelos trabalhadores começam a ser postos em causa. Estes encargos começam a ser demasiado pesados para as empresas sobreviverem no mundo da concorrência. A inovação, a reorganização dos sistemas de produção, a introdução de novos produtos no mercado, impõem competência, rapidez de resposta e capacidade de adaptação à mudança. O que se comercializa hoje tem duração muito curta e cada vez está menos dependente do trabalho humano.

Hoje, a produção de bens processa-se através da informática e da Robótica. È necessário ajustar o volume da produção às necessidades do mercado. A exigência de se produzirem coisas novas para se venderem melhor exige rapidez e pouco desperdício. È

necessário responder com rapidez às encomendas. Mas a flexibilidade não se reflecte só ao nível da organização da produção e do trabalho. Também se verifica hoje a flexibilidade das qualificações. Esta flexibilidade significa exigência. É flexível quem tem capacidade para realizar mais do que uma tarefa de forma eficaz, tarefas que exigem qualificação e tarefas desqualificadas. Os conteúdos funcionais são cada vez mais diversificados para evitar que os trabalhadores nunca estejam parados e sejam assim mais produtivos e rentáveis.

A mobilidade dos trabalhadores (mudança do local de trabalho), face às necessidades das empresas e do mercado, o cumprimento de horários flexíveis para satisfazer pedidos de encomendas, a subordinação dos trabalhadores aos picos de produção, são também características desta flexibilidade. Neste contexto, o salário dos trabalhadores também é flexível. Os acordos de concertação para se fixar o salário partem sempre de pressupostos e critérios objectivos. O salário é estabelecido em função do custo de vida, do grau de qualificação dos trabalhadores, do sector de actividade, do grau de exigência e responsabilidade das tarefas a executar, da inflação e da produtividade (ou seja da riqueza criada para distribuir). Com a introdução da flexibilidade salarial, o salário aumenta se a empresa der lucro. Se o sector estivesse em crise o salário é congelado por razões conjunturais. Infelizmente por causa destas circunstâncias e condicionalismos começamos a assistir à generalização da contratação individual. O salário e as condições de trabalho começam a ser negociadas de forma individual conforme o contexto específico do trabalhador. Para a mesma função e o mesmo tipo de responsabilidade profissional verificamos salários diferentes desrespeitando as regras, as normas e os princípios da concertação social. Sendo assim, existe emprego se o mercado necessitar de produzir mais. A empresa regula o volume da mão-de-obra em função das encomendas. Cria emprego quando precisa, despede quando as necessidades de mercado baixam.

Os contratos a prazo, os recibos verdes, o trabalho temporário começam a vulgarizar-se sempre associados à redução de encargos para as empresas, ao aumento dos seus lucros, e à quebra de regalias e direitos sociais para os trabalhadores. Esta precariedade apresentada como inevitável no mundo de hoje contraria tudo o que anteriormente estava estabelecido em termos laborais. Precariedade significa o fim do emprego para toda a vida, com horário definido, com possibilidade de carreira, geograficamente estável, com formação garantida e segurança. A duração dos contratos e a forma como hoje estão a ser celebrados, o fim do quase pleno emprego, transferem

as pessoas para uma situação extremamente perturbadora que, como já anteriormente foi referido, H. Arendt, chama de “trabalhadores sem trabalho” que ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de “inúteis para o mundo” (1995: 38).

Para reduzir custos e encargos, coexistem na mesma empresa com o auxílio da segmentação do trabalho diferentes condições e estatutos de trabalho. Na mesma empresa verificamos hoje a existência de um núcleo duro, bem formado, com estabilidade e carreira, geralmente bem pago em função da necessidade que representa para a empresa, um núcleo precário, contratado a prazo, e um núcleo externo a quem se subcontrata determinadas funções e tarefas. Infelizmente é esta dinâmica e é esta filosofia que começa a estruturar uma das variáveis dos sistemas de emprego em Portugal.

O fim do modelo de desenvolvimento que alimentou o crescimento económico depois da segunda guerra mundial está em crise por três razões fundamentais:

Em primeiro lugar já não existe um movimento político e sindical tão forte a favor da redução das desigualdades sociais, da elevação dos salários e do aumento da propensão para o consumo, designadamente através da concretização de políticas sociais que defendiam o direito ao emprego.

Em segundo lugar, e como atrás foi referido, os empresários para aumentarem o volume de negócios e de lucro começaram a utilizar estratégias de expansão dos seus mercados utilizando tecnologias que dispensam mão-de-obra e deslocalizando para fora do país as suas empresas.

Em terceiro lugar, o papel regulador do Estado enfraqueceu principalmente na sincronização dos parceiros sociais, na intervenção directa da actividade económica, e na implementação de políticas de redistribuição de riqueza. De acordo com o que está inscrito no Orçamento Geral do Estado para o ano de 2007, no Ministério da Saúde verificam-se reduções nas comparticipações dos medicamentos. O Governo vai reduzir o apoio estatal em quase todos os escalões de comparticipação. Também na área da saúde vão surgir novas taxas moderadoras. Os portugueses que não ficarem isentos deste tipo de pagamento vão pagar dez euros por cada acto cirúrgico sem internamento. Os outros doentes internados pagarão diariamente cinco euros durante o máximo de dez dias. Na Educação também vão existir cortes devido a uma nova gestão dos recursos educativos. Em 2007 este ministério vai dispor de menos 4,2 milhões de euros relativamente ao ano de 2006. No ensino superior as notícias também não são as melhores, em 2007, o corte é de 4,8% sem contar com a acção social em que a

diminuição de verbas corresponde a uma quebra de 19,9%. (Jornal Público, Suplemento Especial orçamento 2007 de 17 Outubro de 2006). No que diz respeito ao PIDDAC para o distrito do Porto, o Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central para o ano de 2007 prevê um investimento nos 15 municípios do distrito portuense com menos 219milhões de euros relativamente à verba recebida em 2006 (Jornal Público, 18 Outubro de 2006).

O aprofundamento da erosão destes três processos vem originando alteração radical dos sistemas de produção e da própria relação salarial. Baixos salários e perda de direitos laborais podem gerar desencorajamento profissional. “Neste momento não trabalho porque a esmola é maior do que o ordenado”.

A desafeição pelo trabalho e o território estigmatizado. A importância do espaço na construção das atitudes

Por tudo o que anteriormente foi referido é necessário reforçar a ideia de que a desafeição pelo trabalho é uma construção social. Muitos factores de natureza objectiva e subjectiva contribuem para esta postura e para este tipo de comportamento. No caso concreto dos moradores do Bairro do Lagarteiro muitos já protagonizam estes modos de vida. É importante então perceber porque razão a estrutura social não teve capacidade de incluir, de inserir, de enquadrar, através de regras, valores, normas, princípios costumes e leis estes indivíduos. É necessário questionar a eficiência do papel da escola, da igreja, da família, da cultura de bairro e do trabalho como fonte eficaz de integração social. Que igualdade de oportunidades tiveram estas pessoas para desenvolver o seu potencial e aceder a um lugar socialmente valorizado na sociedade? Há lugares na estrutura social que nos proporcionam acesso a bens e serviços fundamentais, outros lugares desvalorizados só nos dão privação e exclusão, principalmente quando o nosso capital económico, escolar e simbólico é reduzido.

Muitos moradores do Lagarteiro deixaram de procurar emprego e recusam novas oportunidades de inserção laboral porque desta forma estão a reagir ao contexto e às circunstâncias em que estão inseridos. A imagem que se construiu há cerca do bairro é de “medo”, de “miséria”, de “desorganização”, de “perigo” e de “pobreza”. Para muitos moradores trata-se de um bairro estigmatizado, espaço de destituição ou mesmo de desafiliação (CASTEL: 1999). Como refere Paula Guerra esboçando um eixo hipotético da sua investigação na tese “A Cidade na Encruzilhada do Urbano” “...a relegação de determinadas populações rotuladas de “excluídas” para territórios desqualificados

acentua a sua privação face aos diversos tipos de recursos e poderes (económicos, culturais, políticos, sociais etc.) o que desencadeia atitudes e comportamentos reactivos face aos fenómenos de hetero-estigmatização e de hetero-segregação. Por conseguinte, a vivência num bairro marcado por fenómenos de segregação e de exclusão contribui para produzir e reproduzir processos de marginalização e de carácter cumulativo incidentes nestes territórios e nas populações que aí residem” (GUERRA: 2002: 89). A desafeição pelo trabalho pode ser uma forma de reacção desencadeada pela vivência nestes territórios desqualificados.

A influência do espaço na construção das atitudes é um factor muito importante na análise deste fenómeno. O espaço pode ser factor condicionante na produção da cultura de pobreza. Existem vários factores que contribuem para a segregação espacial dos indivíduos. A qualidade do edificado, a sua localização periférica, a e a concentração de muitas famílias de baixos recursos económicos e escolares, tudo isto, pode favorecer a construção de estilos de vida, a interiorização de valores e de normas. O fraco investimento em áreas habitacionais de cariz social contribui muitas vezes para diminuir ainda mais as reais oportunidades na área escolar e profissional.

Sem acesso a uma formação escolar e profissional qualificante muitos moradores, mergulharam numa certa passividade deixando de lutar por oportunidades de emprego. Nestes contextos habitacionais cheios de constrangimentos, o papel socializador positivo da família fica muitas vezes comprometido. A pouca atenção aos filhos, a falta de equipamentos sócio-educativos e a pouca valorização atribuída à escola são factores que explicam os preocupantes níveis de abandono e insucesso escolar.

No Bairro do Lagarteiro, a desqualificação escolar e profissional conjuga-se com os baixos recursos económicos, a baixa satisfação no trabalho, a insuficiência de recursos económicos, a privação, o endividamento e os conflitos familiares. A qualidade do habitat também deve ser apresentada como forte factor de constrangimento, mas para que os desafeiçoados pelo trabalho mudem de atitude, não bastam só obras de melhoramento das fachadas e dos espaços envolventes.

Qualificar o espaço residencial e inverter a tendência para a acomodação significa implementar iniciativas articuladas em matéria de educação, emprego, formação, serviços de apoio à comunidade e sobretudo envolvimento da população na resolução dos seus próprios problemas. Sendo assim, por tudo o que foi exposto percebemos que a dimensão espacial pode influenciar atitudes sobretudo porque condiciona a construção de valorização ou desvalorização desse mesmo espaço. Os

elementos físicos e externos desse habitat permitem-nos muitas vezes e de forma rápida associar a imagem desse habitat ao valor social de quem lá reside. Viver num ambiente degradado pode exercer influência na construção de uma identidade negativa, pouco valorizada. Às vezes viver em determinado tipo de território é por si só sinal e reflexo da falta de qualidade de quem lá habita. A reacção de moradores a esse tipo de desvalorização não é uniforme mas a desafeição pelo trabalho tem nestes contextos desfavorecidos um grande aliado para crescer e multiplicar-se. Desprovidos de recursos sociais que o espaço residencial condicionou, muitos desses moradores vivem entre a privação e a falta de prestígio social. A falta de trabalho ou o trabalho precário cria uma desmoralização profunda que se traduz em comportamentos caracterizados por “esquemas”, “biscates”, obter rendimento com o menor esforço possível ou simplesmente perder o gosto pelo trabalho.

Más políticas e descrédito nos políticos

Ao longo da entrevista colectiva tivemos a oportunidade de ouvir e observar pelo número de ocorrências verificadas nos depoimentos dos sujeitos da amostra que existe um grande descontentamento e revolta pela actividade dos governantes e pelas suas medidas políticas.

“O mau exemplo vem de cima.”

“O que os políticos dizem a mim já me esqueceu.”

“Eu acho que não há emprego porque a culpa é do governo.”

“Que oportunidade nos dão para a gente ser diferente?”

“Os políticos estão cheios de privilégios e regalias.”

“Os políticos são todos iguais.”

“Estou inscrita no Centro de Emprego e nunca me chamaram.”

“O salário mínimo é humilhante.”

“Estive cinco meses há espera para ser atendida na Segurança Social.”

“Este bairro foi simplesmente esquecido pelos políticos.”

“Vivemos num mundo à parte.”

Estas frases compreendem-se, justificam-se e enquadram-se perfeitamente no contexto territorial do bairro. Transferir a responsabilidade da situação para o Governo pode ser como dissemos anteriormente uma estratégia de desculpabilização individual mas também pode ser sintoma de alguma consciencialização e politização dos sujeitos. Se esta segunda hipótese se verificar, o que quisemos compreender mais

pormenorizadamente nas entrevistas individuais directivas, então existe no bairro algum potencial de mudança que é preciso trabalhar de forma muito próxima e consistente para que realmente se operem transformações positivas na vida destes sujeitos e se passe do conformismo à mobilização. É verdade que estas pessoas têm razões suficientes para demonstrarem este descontentamento. Os políticos prometem e não cumprem. Os salários e as pensões são miseráveis. O dinheiro não chega para os orçamentos familiares. As privações são cada vez mais acentuadas. Os moradores do Lagarteiro estão cansados de promessas. Promessas dos governantes que o país vai mudar, que a economia vai crescer, que o investimento vai aumentar, que o desemprego vai diminuir. Promessas municipais que o bairro vai ter obras, que se vão concretizar desdobramentos habitacionais, que vão ter melhores acessos, construção de equipamentos sociais e que a própria imagem do bairro para o exterior vai ser melhorada com a ajuda de programas de intervenção comunitária. Nada disto se tem concretizado. Os políticos só aparecem no Lagarteiro no âmbito das campanhas eleitorais. Por a ânsia de sucesso ser tão grande em muitos moradores, estes por vezes colam-se à dinâmica do partido vencedor. O que interessa no fim da campanha é dizer que aquela bandeira colocada na varanda, aquele autocolante no frigorífico significou vitória, êxito. É bom para os moradores do Lagarteiro poder de vez em quando afirmar “nós ganhamos!”, “finalmente aconteceu algo nas nossas vidas que fez de nós vencedores!” Este reconhecimento político é táctico, não tem nada de consciente, de voto esclarecido, de militância partidária, ou de formação ideológica. Este êxito eleitoral é um acontecimento com gosto especial. Não dá tanto prazer às famílias do bairro como as vitórias do Futebol Clube do Porto no campeonato de futebol, mas é bom na mesma porque quebra a rotina de desgraça que caracteriza as suas vidas.

Não é por actualmente estar na moda dizer-se que as ideologias morreram que isto se verifica no Lagarteiro: Para André Freire, as ideologias não desapareceram. No seu livro “Esquerda e Direita na Política Europeia” a conclusão é clara. Não só a divisão ideológica não desapareceu como ela motivada por factores como valores socioeconómicos, valores religiosos, nível de cultura, de educação e identidade de classe (FREIRE: 2006). Ora, entre os moradores do Lagarteiro estes conceitos não estão suficientemente interiorizados para influenciar o seu posicionamento político e ideológico. A opção política dos cidadãos também pode ser condicionada pelas propostas e pelo discurso dos dirigentes partidários. No Lagarteiro e no universo dos

nossos entrevistados já ninguém presta atenção ao discurso dos políticos para nele encontrar diferenças substanciais e construir a partir dele a sua decisão de voto.

Com a realização das quatro entrevistas individuais focalizadas foi possível perceber que o interesse pela política entre os nossos entrevistados é muito baixo ou quase nenhum. Todos estão recenseados para não ficarem impedidos de requerer à Junta de Freguesia de Campanhã atestados de insuficiência económica, os conhecidos atestados de pobreza.

Mas quando se lhes pergunta: Acompanha com regularidade e interesse os debates políticos na televisão? A resposta maioritária é não. A dificuldade em distinguir um partido de esquerda ou de direita também é grande. A despolitização destes moradores também se reflecte no embaraço que exibem quando se lhes pergunta que tipo de funções e actividade pode exercer uma associação de moradores neste bairro. Para eles a principal função seria de mediação de conflitos entre os moradores. O aspecto reivindicativo, a defesa de interesses e direitos dos moradores e a gestão de equipamentos de proximidade não constam na resposta a esta pergunta.

Os nossos entrevistados nunca participaram numa Assembleia de Freguesia, nunca assistiram a uma sessão pública do executivo da CMP, não sabem o que é uma Assembleia Municipal. Um dos nossos sujeitos da amostra não conhece o presidente da Junta de Freguesia de Campanhã nem sabe identificar o partido que o elegeu. Estes entrevistados já ouviram falar da luta pela colocação de mais médicos no Centro de Saúde de Azevedo e no protesto contra o encerramento da esquadra da PSP (Polícia de Segurança Pública) no bairro, mas nenhum deles integra estas comissões de luta.

Os hábitos de leitura dos nossos entrevistados são muito baixos. A secção de política dos jornais diários não é lida. Não há hábito de compra e leitura de jornais, diários, semanários e revistas. Este desinteresse pela política também se reflecte no desconhecimento e na incapacidade de distinguirem qual a diferença entre ser simpatizante ou militante de um partido.

Outro sintoma de despolitização profunda é acreditarem que muitos dos graves problemas sociais que afectam o bairro resultam do “mau-olhado” e da inveja entre moradores. O fechamento sobre si, o isolamento social também tem impedido muitos de participarem politicamente. Um dos nossos entrevistados referiu que quando trabalhava era dirigente sindical, integrava a comissão de trabalhadores e era militante de um partido. Na entrevista individual, e a propósito da sua situação de desemprego referiu: “ser-se despedido é a pior coisa que pode acontecer! Vai tudo por água abaixo... Desde

que o momento em que fiquei desempregado nunca mais participei em nada”. Pierre Bourdieu, no livro “*A Miséria do Mundo*”, fala da construção deste sentimento a propósito dos desempregados das grandes fábricas francesas. No capítulo intitulado “*o fim do mundo*” o autor fala do encerramento das grandes superfícies de produção, dos despedimentos em massa, das reformas antecipadas, do “vazio”, do “desnorte” e da falta da motivação que isso provoca nos novos desempregados. Deixa de haver nestes indivíduos actividade política, intervenção sindical. As pessoas ficam mais individualistas, sem entusiasmo para fazer o que quer que seja. Sentem-se tristes e decepcionados, porque já não beneficiam da solidariedade operária, da cultura de entreajuda profissional, dos laços sociais de amizade e protecção gerados no trabalho (BOURDIEU: 2003: 365).

Os nossos entrevistados, não conhecem o termo “liberal” ou “proteccionista”. Não sabem se a direita é mais tolerante ou autoritária. Já ouviram falar no termo “direitos sociais” mas isso não implica que conheçam o significado da palavra “cidadania”.

A crise do militantismo e da representação partidária de que fala Claude Dubar é geral. Alguns dos sintomas e características da desvinculação partidária e do desencanto político que fala o autor são visíveis e muito notórias no conjunto dos sujeitos da nossa amostra (DUBAR: 2006).

É verdade que no Lagarteiro não existe militância partidária para ajudar a concretizar um projecto colectivo. Cada vez mais as pessoas organizam a sua vida para realizar projectos individuais. O egoísmo, o individualismo e o consumismo influenciam as pessoas para uma postura de fechamento sobre si próprias fazendo prevalecer os interesses pessoais e familiares aos interesses colectivos e da comunidade. “Meter-me em política? O que é que eu ganho com isso? Que proveito iria tirar?”.

No bairro também não existem espaços que estimulem a participação e o desenvolvimento de laços horizontais de proximidade. O desemprego terminou com as células de empresa e com a intervenção sindical. As colectividades do espaço residencial estão desactivadas. Muitos moradores que residem no Lagarteiro têm a vida totalmente “escangalhada”. Estão desempregados, dispõem de baixos recursos económicos, estão cheios de dívidas, têm baixa formação escolar e académica, por isso mesmo, não têm disponibilidade mental para apregoar ideias, difundir os programas políticos ou convencer os eleitores. Estes moradores têm medo de ser conotados e de vir a sofrer discriminações. “Não me meto nisso já tenho problemas que chegue”. Aqui a

actividade política é entendida como causadora de problemas e não como “fábrica” de soluções para os mesmos. No Lagarteiro a ideia geral sobre política é que são todos uns mentirosos. A política é para os que “dão espectáculo” para os aparecem na televisão e são vedetas. “Nós não somos vedetas, nunca seremos”, por isso, a política é para os que têm imagem e para os que sabem convencer. Hoje no discurso político não há nada que seduza, que agarre, que incentive à adesão. Há sim espectáculo, palco, exibição de estrelato, e é na mensagem que devem estar incorporados os valores, os princípios e os ideais onde os cidadãos se revêem. Se isto não está patente no discurso político é muito difícil para as pessoas identificarem-se ou reconhecerem-se em determinado partido. No pensamento político e nos programas dos partidos também devem constar as propostas para a solução de determinados problemas que afectam os cidadãos. Do nosso universo de entrevistados ninguém leu os programas dos partidos políticos em que votaram. O descrédito nos políticos é outro dos factores que pode condicionar a atitude dos eleitores. Os que acreditaram, os que tiveram esperança que as coisas iam mudar, hoje estão entupidos de desilusão, deixaram de confiar. Perceberam que actualmente quem tem força é a economia. O poder político pouco decide. Os escândalos que têm envolvido políticos que desempenham cargos públicos também têm contribuído de forma decisiva para aumentar o enfraquecimento da democracia e o descrédito do exercício dos cargos da política. A maioria dos políticos não mantém qualquer tipo de ligação ao eleitorado. Rompem este vínculo no dia seguinte ao das eleições, por isso, também começa a ser posta em causa hoje a capacidade e a idoneidade de representação destes políticos. Para acentuar este divórcio entre cidadãos e política é de referir que por entre os sujeitos da nossa amostra prevalece uma identidade pessoal “esfarrapada” e como diz Claude Dubar, a questão da identidade pessoal não pode ser separada da política. “A identidade pessoal também é inseparável da trajectória profissional, no sentido da actividade na duração de uma vida, das oportunidades de se formar, de progredir, de aceder tanto a actividades qualificantes como a convicções e compromissos políticos, que evoluem durante toda a vida. Então, esta construção identitária é, ao mesmo tempo, um assunto eminentemente privado e um assunto público e, logo, político, no sentido mais forte da palavra. Enquanto cidadão, ou simplesmente ser humano, cada um deve poder encontrar os recursos para construir a sua identidade pessoal, incluindo recursos simbólicos que lhe permitem aceder à cidadania”(2006:139).

As entrevistas individuais acrescentaram...

Já tivemos oportunidade de explicar anteriormente porque razão sentimos necessidade de recorrer à realização de entrevistas individuais focalizadas. Surge agora o momento de resumir o que elas trouxeram de novo e o que acrescentaram em termos de informação e conhecimento respeitante aos modos de vida dos nossos entrevistados.

De forma mais desinibida, livre e até mais verdadeira, as entrevistas individuais focalizadas permitiram aos sujeitos da amostra falar de forma mais aprofundada sobre a vergonha que muitos sentem. Vergonha de ter a luz cortada por falta de pagamento é EDP (Electricidade de Portugal), vergonha do filho ser expulso da Escola Ramalho Ortigão por mau comportamento. Vergonha de não ter água quente canalizada em casa, vergonha por já não ter crédito no padeiro.

As entrevistas individuais permitiram-nos conhecer de perto e com mais consistência alguns dramas pessoais que marcaram a vida destas pessoas. Falaram-nos dos sonhos desfeitos como: adquirir um carro, ter um emprego com direitos, ver os filhos casados com gente de fora do bairro, ter uma casa melhor. A dependência, a privação e o sofrimento foram as palavras que se soltaram de forma mais espontânea. A dependência do RSI (Rendimento Social de Inserção), a impossibilidade de ir almoçar fora ao Domingo como alguns vizinhos fazem, o sofrimento de terem familiares detidos. Os sofrimento de chegar a casa e dizer à família que se foi despedido. A conflitualidade entre familiares e vizinhos, as más experiências profissionais, as histórias traumatizantes do tempo de escola. São dados importantes que só foi possível captar com as entrevistas individuais.

Utilizando esta técnica de recolha de informação descobrimos de forma muito pormenorizada como as pessoas estão conformadas com a sua situação. Ninguém está interessado em reinventar a sua identidade. Reina o desânimo, a frustração o desencanto com a vida. Gasta-se o tempo a ver televisão e a passar rifas. Tem-se imensa dificuldade em identificar coisas positivas no bairro, percebe-se mal o conceito de sucesso. A ideia central em todos os discursos é a má sorte e a pouca esperança na mudança.

Não há motivação para a participação, há sim uma agressividade muito grande na linguagem. A ausência de coisas boas na vida e o sentimento de incapacidade gera alguma revolta. Esta revolta não é organizada nem fruto de nenhuma consciencialização política. Nestas entrevistas percebemos bem como entre estes sujeitos é grande o desconhecimento de direitos. Não há qualquer interesse por política. Os dirigentes políticos são muito criticados por todos. Não há entusiasmo para promover qualquer

reivindicação ou protesto. A possibilidade de se passar do conformismo à mobilização é quase nula. Esta gente está cansada de fracassar e tem medo da mais pequena mudança ou desafio. As entrevistas individuais proporcionaram-nos um discurso mais sincero. Muitos confessaram que não trabalham porque a “esmola” do Estado é mais compensatória do que o salário. Referiram que o endividamento das famílias é inevitável e que mesmo sem trabalho têm de “fazer-se à vida” ou seja, para não se passar fome, no Lagarteiro, quase que vale tudo.

4ª PARTE

CONCLUSÕES

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

Por tudo o que foi mencionado anteriormente é possível chegar às seguintes conclusões gerais:

Mesmo verificando-se profundas alterações nas relações de trabalho, o conflito de interesses entre capital e trabalho mantém-se. Os empregos precários, a exposição permanente ao desemprego, a desvalorização dos títulos académicos, as escassas oportunidades de se construir carreira profissional, tudo isto pode gerar e motivar formas de organização colectiva para inverter e minorar a desqualificação e a frustração destes trabalhadores.

Apesar de existirem várias teorias e autores que “defendem o fim do trabalho”, ele continua a constituir nos dias de hoje um pilar estruturante dos modos de vida. As mudanças que vão ocorrendo na sociedade transformaram o trabalho e a forma de trabalhar, mas mesmo assim a falta de integração profissional corresponde a etapas de fragilização progressiva e ao estilhaçar de todos os laços sociais. É na condição de assalariado que se define a identidade de cada um. A posição na estrutura social depende muito do tipo de emprego. A ausência de participação em qualquer actividade produtiva ou de serviços, pode criar isolamento, exclusão ou até desafiliação social. Do trabalho resulta rendimento mas também um conjunto de sociabilidades, assim como a aquisição de conhecimentos. Quando se perde o emprego, aumenta nas pessoas o sentimento de medo, de preocupação, de incerteza e insegurança. A centralidade do trabalho e a sua qualidade devem ser verdadeiras prioridades duma organização social inclusiva.

Consideramos que os processos de socialização profissional estão cada vez mais enfraquecidos, pois mesmo com qualificação a inserção profissional é difícil, a experiência de trabalho é cada vez mais reduzida, o tempo de trabalho é cada vez menor e não permite criar grandes laços. O trabalho é um bem cada vez mais escasso e difícil de perpetuar.

Apesar do posto de trabalho e da empresa continuarem a ser um forte contexto de socialização, esse efeito integrador vai diminuindo à medida que aumentam os contratos de duração limitada o trabalho temporário e a tempo parcial. Antigamente,

existiam grupos profissionais ou sócio profissionais muito homogêneos que estavam organizados colectivamente, construindo fortes laços e identidades profissionais. Hoje, com a introdução de novos métodos de produção, a vida no trabalho fomenta e permite a interiorização de outros valores, ideais e regras de comportamento. Os lugares de trabalho são geradores e potenciadores de princípios e ideologias. É no trabalho que adquirimos certos comportamentos e experiências, que nos familiarizamos com outras realidades, que nos aproximamos de outras ideias e pensamentos. É no trabalho que descobrimos certas referências.

A centralidade do trabalho vê-se hoje seriamente comprometida quando o trabalho deixa de ser uma forma privilegiada de produzir, quando o trabalho deixa de se assumir como um instrumento de criação de valor de dignificação do Homem. Quando o trabalho deixa de construir um sentimento de pertença e de classe. Quando o trabalho perde a capacidade de organizar para uma luta ou uma causa.

A temporalidade da prática laboral de hoje também constitui uma profunda alteração ocorrida ao mundo do trabalho.

O estabelecimento de uma relação salarial faz com que o tempo se tornasse a medida do trabalho. O assalariamento depende do tempo do trabalho, das horas, dos dias de trabalho. O tempo foi sempre um recurso escasso por isso há que aproveitar ao máximo o tempo. O trabalho de hoje, sustentado nas novas tecnologias pretende acabar com os tempos mortos de produção. Introduce ritmos acelerados de produção para evitar os tempos de trabalho improdutivos. Os modos de produção estão ajustados ao tempo que é preciso, que se gasta para atingir determinado objectivo. A sincronização de tarefas para não existirem perdas de tempo e o controlo severo sobre o trabalhador são características do modo de trabalhar, pois consideram o tempo como um valor de uso e troca nas relações de produção. Aumenta o trabalho a tempo parcial, o trabalho nocturno, por turnos, aos sábados e aos domingos. Há cada vez menos respeito pelo tempo de descanso, pelo tempo de férias, pelo tempo de folgas. Não está a ser considerado o tempo de não trabalho. O tempo da família, dos amigos, do ócio. O tempo de duração dos contratos alterou-se, o tempo de experiência de trabalho é cada vez mais reduzido o tempo de serviço nos empregos é insignificante, o tempo de criar laços e raízes desapareceu. O tempo de ligação à empresa é cada vez mais curto, as pessoas não constroem vínculos, trabalham à peça, por encomenda, pelo tempo das encomendas. O tempo para pensar nos outros é cada vez menor, as pessoas estão mais egoístas. Não há tempo para participar em acções colectivas. Desapareceu o tempo em

que os trabalhadores estavam organizados colectivamente e construíam laços sociais fortes e uma identidade profissional. Hoje vive-se o tempo da expansão dos serviços, onde o tempo de lazer e do consumo corresponde ao tempo de trabalho de muitas pessoas. É o tempo da perda de vínculos e da incerteza. O trabalho de hoje é caracterizado por um tempo descontínuo, desconexo. Hoje trabalha-se com este horário amanhã possivelmente não se trabalhará com horário nenhum.

Com o forte determinismo económico sobre as nossas vidas, não temos tempo para nada, a falta de tempo condiciona as nossas atitudes, os nossos comportamentos. Sem tempo disponível não podemos usufruir, desfrutar, participar, ter projectos, desenvolver capacidades.

Vivemos hoje o tempo do imediatismo e das coisas rápidas. A cultura consumista retira gradualmente do nosso quotidiano a postura do saber esperar. Não espero na fila do banco para levantar dinheiro, uso o cartão multibanco, dinheiro imediato. Não espero a revelação das fotos, utilizo a máquina digital. Não espero chegar a casa para telefonar, utilizo o telemóvel. Não dependo do tempo do carteiro para enviar a carta, utilizo o correio electrónico. Não espero a estreia do filme, faço uma busca à net e copio-o, vejo-o em casa. Tudo parece ser rápido, imediato e ao nosso alcance.

O tempo de duração dos produtos é muito curto. As novas tecnologias de produção demoram menos tempo a produzir, a produção é mais rápida, o tempo de por no mercado é veloz, o tempo de convencer o cliente a comprar é instantâneo. O tempo de recrutamento e de despedimento dos trabalhadores é flexível e obedece a este ritmo. O tempo de decisão é rápido.

Hoje existe uma clara dificuldade em compreender a realidade. Parece que a vida e o sentido temporal que lhe atribuíamos obedecem a outra lógica. É muito desconfortante perceber que já não existe um tempo para estudar, um tempo para trabalhar e um tempo para descansar. O tempo de estudo, de trabalho e da reforma não são lineares e o seu encadeamento deixou de ser natural. O tempo de estudo, o tempo de experiência profissional, o tempo de especialização já não é tão válido. Temos medo do tempo presente e do tempo futuro, não sabemos o que fazer com o tempo quando tropeçamos no desemprego. O tempo de hoje é incerto e não nos permite sonhar ou fazer projectos para o tempo futuro. Viver o tempo presente de forma intensa, viver o imediato porque o amanhã pode não existir.

O tempo imediato é que conta. O que é rápido é que é valorizado. A velocidade e os tempos condicionam os nossos modos de vida. O tempo de espera é fatal. A nova

temporalidade laboral obedece logicamente aos interesses económicos. O económico entranha-se cada vez mais na nossa vida e toma conta dos nossos hábitos. Temos de consumir para nos sentirmos bem, temos de nos cansar rapidamente de certos produtos para sentirmos a necessidade de os substituir (carro, roupa, telemóvel etc...). Temos de nos endividar no consumo e alimentar a ilusão que conseguimos ser igual aos outros e vencer. Certas áreas de forte socialização como a família, a escola, os amigos, as classes, os movimentos sociais, tem perdido força e influência perante a força do económico na construção das nossas atitudes.

O tempo de trabalho ou tempo de trabalho a prazo surge num quadro e num contexto de valores e princípios onde prevalece o mercado, a diminuição da intervenção do Estado, o apelo ao êxito, ao consumo e a submissão à globalização. Com muita frequência se desenvolve a ideia de que isto é inevitável, que o Neoliberalismo é superior, que o interesse económico é que deve comandar todas as dimensões da vida social, que os partidos estão falidos e não têm capacidade de credibilizar a Democracia, que o interesse colectivo não deve ser considerado prioritário.

As profundas alterações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente por consequência da utilização das novas tecnologias, provocaram o aumento da produtividade e dos lucros das empresas, mas estudos e pesquisas continuam a confirmar que o trabalhado não deixou de ser penoso e ver agravada a sua precariedade. A força de trabalho intelectual produzida dentro ou fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital. A produção material e a produção de serviços necessitam permanentemente de inovações desenvolvendo-se por isso cada vez mais a uma produção crescente de conhecimento que se converte em mercadorias e capital. A máquina não pode suprimir o trabalho humano mas começa-se a assistir à transferência do saber intelectual para as máquinas informatizadas. Com a introdução das novas tecnologias houve perda de regalias sociais, agravou-se a insegurança no posto de trabalho, instalou-se a pressão da adaptação permanente e a necessidade dos trabalhadores reterem e manusearem um conjunto de informações alargadas ao mesmo tempo. Aumentou o nível de exigência profissional mas não aumentaram os direitos e a protecção dos trabalhadores. A questão está em saber o caminho que queremos seguir, reservando o futuro a seres humanos perfeitos, sem vícios nem mácula, sem doença nem defeitos, feitos a partir de um qualquer molde. Esse mundo será certamente mais produtivo, mas será também um local assustador, profundamente triste e desinteressante.

Mesmo utilizando computadores e outras tecnologias de produção o trabalho não deixou de ser rotineiro e degradante. Com esta necessidade de readaptação muitos trabalhadores sentem-se rebaixados, humilhados. Depois de muitos anos viram a sua habilidade e a sua perícia manual ser desprezada. As tarefas profissionais associadas às novas tecnologias muitas vezes não permitem ao trabalhador valorizar-se, desenvolver o seu potencial. Nem sempre as novas tecnologias são ferramentas de realização profissional. Não é por causa das novas tecnologias que o homem se sente importante, indispensável e insubstituível. As máquinas muitas vezes apagam características unipessoais, destroem a identidade profissional. A perda de significado pessoal do trabalho implica perda do sentido do que estamos a fazer. Assiste-se em grande parte dos locais de trabalho a um processo de atrofia da sensibilidade humana, com o indivíduo a ser forçado à abdicação da omnilateralidade das suas faculdades ou sujeito à degradação destas, quer porque acabam substituídas por dispositivos mecânicos, quer pela sua superficialidade nas tarefas a executar, nas quais são desnecessárias ou até contraproducentes.

São as condições objectivas e subjectivas de existência que condicionam os modos de vida dos moradores do Bairro do Lagarteiro. As escassas oportunidades para terem acesso aos recursos escolares, sociais e económicos e todos os constrangimentos, associados à má etiquetagem influenciam os seus comportamentos, nomeadamente a atitude de desencorajamento face ao trabalho.

Como foi possível verificar ao longo deste estudo, a atitude de desafeição pelo trabalho de alguns moradores do Bairro do Lagarteiro, é uma atitude construída e resulta de um processo com múltiplos factores.

Os dados obtidos indicam que a baixa escolaridade destes residentes os impossibilitou de aceder a carreiras laborais bem remuneradas e prestigiantes. Confirma-se assim a hipótese teórica de que os mecanismos sociais de exclusão no sistema de ensino e na formação profissional condicionam negativamente os modos de vida dos cidadãos. Quando por falta de habilitações profissionais e escolares o trabalho não é fonte de realização pessoal, a tendência para a desafeição é muito forte e persistente.

Outra das causas apresentadas para justificar atitude de desafeição pelo trabalho destes moradores, foi a interiorização de uma identidade pessoal muito desvalorizada. Confirma-se assim a hipótese teórica dos efeitos e impactos da política segregacionista

de alojamento sobre os processos de empobrecimento das sociabilidades, de estigmatização e da impossibilidade de gerar identidades sociais positivas.

Foi possível confirmar também que a precariedade laboral associada aos baixos salários, aos trabalhos de curta duração, sem direitos e com fraco reconhecimento social também é responsável pela desafeição ao trabalho de muitos dos nossos entrevistados. Confirma-se com esta postura a hipótese teórica sobre o funcionamento do mercado de trabalho e as suas repercussões na criação de vulnerabilidades sociais, nomeadamente na impossibilidade de viver o trabalho como uma oportunidade de desenvolvimento individual e social.

O contexto territorial e o estigma negativo atribuído ao bairro e aos seus moradores também condicionam fortemente a atitude de desafeição pelo trabalho dos nossos entrevistados. O estigma territorial é o causador de grandes dificuldades de inserção profissional e é responsável pela discriminação a que estes sujeitos são submetidos ao nível do acolhimento nos serviços públicos. O Estigma territorial não tem permitido a abertura e a permeabilização destes moradores com o meio exterior. O estigma territorial tem provocado ao longo dos anos na grande maioria dos residentes do bairro uma atitude de acomodação e fechamento. Por insegurança e baixa auto-estima os nossos entrevistados não procuram emprego e têm medo de aceitar novas propostas de colocação.

As relações sociais manifestam-se sempre num espaço e num tempo. O território pode favorecer ou condicionar determinado tipo de comportamento social. A carga simbólica pouco favorável à população pode gerar entre os moradores uma ideia de desvalorização pessoal. Esta representação negativa como dissemos anteriormente, conduz ao conformismo, ao desânimo, à frustração e ao desencorajamento para trabalhar. Associado a esta desvalorização também é importante perceber se o território, a nível interno, permite aos moradores ter acesso aos recursos, aos serviços e aos equipamentos. A nível externo, a má etiquetagem é muito prejudicial para o recrutamento profissional destes moradores. Desta forma, articula-se a dimensão simbólica com as dimensões económicas e sociais e produzem-se mecanismos de bloqueio de recursos, das capacidades e das motivações dos indivíduos para o processo de inserção social.

As más políticas e o descrédito nos políticos demonstram a validade da hipótese teórica sobre o papel das políticas sociais e das instituições de protecção e a acção social na reprodução dos sistemas de dependência.

Do ponto de vista teórico, também foi possível confirmar que o processo de socialização é muito importante na construção das atitudes dos indivíduos. A pouca valorização atribuída ao trabalho por estes desafeiçoados resulta muito do exemplo familiar, da postura de amigos e vizinhos. Os laços sociais que a maioria dos entrevistados estabelece, é com pessoas que já há algum tempo deixaram de se esforçar para obter rendimentos provenientes do trabalho. Pessoas pouco escolarizadas como as do Lagarteiro dificilmente obtêm reconhecimento social através do trabalho. Hoje o poder socializador do trabalho também é mais fraco. Não existe emprego para todos, o trabalho que existe é a prazo, gera pouca implicação do trabalhador. A expansão dos serviços ainda não promoveu uma cultura de classes fortemente integradora e com sentimento de pertença. Hoje no Lagarteiro, sente-se mais integrado uma pessoa que possua um telemóvel de última geração do que quem tem um emprego. O consumo é a chave da integração. Certas áreas de forte socialização como a família, a escola, os amigos, as classes, os movimentos sociais, tem perdido força e influência perante a força do económico na construção das nossas atitudes.

Também foi possível confirmar através da análise e interpretação dos resultados deste estudo, que não tem validade entre o universo dos nossos entrevistados a hipótese teórica que valoriza os aspectos intrínsecos do trabalho (actividade interessante, autonomia, sentido de realização, utilidade social). No Lagarteiro os entrevistados desafeiçoaram do trabalho porque valorizavam muito os aspectos extrínsecos do trabalho como baixo salário, falta de segurança no emprego, impossibilidade de promoção profissional, aspectos associados à satisfação de necessidades básicas. No Lagarteiro os entrevistados não desafeiçoaram do trabalho por valorizarem mais a cultura, a fruição, o conhecimento ou a participação social.

É possível também concluir que os moradores do Lagarteiro, mesmo vivendo em condições de vida semelhantes, reagem de forma diferenciada às dificuldades e ao desfavorecimento.

Verifica-se por várias razões, principalmente porque estas pessoas tiveram processos de socialização e experiências de vida diferenciadas. Algumas dispõem de recursos económicos, sociais, culturais, escolares, mais elevados. Têm uma formação

mais apetrechada que lhes permitiu ter acesso a oportunidades valorizantes. Independentemente das dificuldades que as pessoas enfrentam, o processo de socialização permite construir valores. Há pessoas no Lagarteiro que valorizam mais o ócio que o trabalho. Que constroem a sua identidade mais através do consumo do que do emprego. Há moradores que têm uma estrutura emocional, cultural e económica que lhes permite aguentar o estigma de forma diferenciada. Uns têm necessidade de fugir, outros de reinventar uma realidade comunitária diferente. Nas ciências sociais nem sempre as mesmas causas determinam regularidades, por isso, é normal que num bairro onde existe tanta concentração de famílias socialmente homogéneas, se verifiquem diferentes formas de apropriação do espaço e de estar. Às vezes de fechamento, outras vezes de distanciamento, de integração ou de marginalidade. Como já referimos anteriormente, no Lagarteiro, residem muitas famílias estáveis que apesar de sentirem grandes dificuldades económicas não recusam o esforço, cumprem regras sociais, são disciplinados no trabalho, fazem sacrifícios, vão sonhando com melhores dias e, revelam alguma aspiração social. Não são famílias passivas que encaram as dificuldades com fatalismo. Esta gente luta contra a dependência, não está agarrada às instituições de assistência, sabe gerir os poucos recursos, tem capacidade de calcular o futuro gerindo sem excessos o presente.

Os fracassos e a precariedade social em que estão mergulhados, alguns destes residentes, não podem ser só compreendidos com explicações de ordem natural e individual. A sua situação de vulnerabilidade está inteiramente associada ao modelo de desenvolvimento económico do país.

Este modelo de desenvolvimento económico devia proporcionar a todos a participação nas actividades produtivas, ou seja, garantir a todos emprego e rendimento suficiente para satisfazer as necessidades do consumo, evitar a privação e a dependência. O modelo de desenvolvimento económico que se defende é aquele que deve acautelar a dimensão relacional dos indivíduos. Os mecanismos de inserção e socialização na família, na escola, no grupo de amigos e no emprego são fundamentais para a construção da identidade e para o aperfeiçoamento dos laços sociais que impedem a exclusão. Finalmente era importante que o modelo de desenvolvimento económico valorizasse a dimensão simbólica da interacção social, fomentasse a participação de todos para desenvolver potencialidades e evitar a estigmatização. O que está em causa é a construção de um outro modelo de desenvolvimento económico que

garanta igualdade de oportunidades, que permita às pessoas terem acesso aos recursos e que não lhes negue o exercício de direitos fundamentais.

Também foi possível concluir que os problemas sociais que afectam os moradores do Bairro do Lagarteiro não têm uma origem estritamente conjuntural e territorial, a sua causa é essencialmente estrutural e resulta das profundas transformações sociais que têm ocorrido ultimamente no mundo e em Portugal. A realidade social não é estática, por isso mesmo, assistimos ao declínio da classe operária. Quantas pessoas que vivem no Lagarteiro estão hoje desempregadas porque eram operários? O fenómeno da terciarização da economia com o crescimento dos serviços também é de ordem estrutural. Por ser uma actividade que utiliza as novas tecnologias como o computador, o telemóvel e a internet, muitos dos moradores do Lagarteiro por falta de recursos escolares e profissionais viram estes lugares serem ocupados por gente mais competente. O desaparecimento dos contratos colectivos de trabalho conduziu à flexibilização, à polivalência e à precarização do trabalho. Muitos moradores do Lagarteiro deixaram o trabalho porque se tratava de empregos mal pagos, sem segurança e estabilidade, sem o mínimo de direitos laborais garantidos. O consumo de massas e a globalização exigiram às empresas maior competitividade. Hoje no mundo do emprego só há lugar para os mais capazes. A riqueza provém do conhecimento que se produz. Os moradores do Lagarteiro não dispõem de recursos escolares e científicos para integrarem os quadros técnicos destas empresas globais. Serão sempre desempregados desqualificados e desactualizados face às inovações tecnológicas e aos novos modelos de contratação.

Os moradores do Lagarteiro não podem por isso, ser responsabilizados pela sua condição de desempregados se o desemprego é estrutural e se os contratos que celebram são na esmagadora maioria a termo certo. Não podem ser penalizados por viverem num local socialmente desvalorizado, fruto das políticas segregacionistas de alojamento se não dispõem de recursos económicos para alugar ou adquirir uma casa noutra local da cidade. Os moradores do Lagarteiro não podem ser acusados de endividamento injustificado se os seus salários e prestações sociais são cada vez mais escassos.

Não basta “intervir nas pessoas” é necessário mudar o funcionamento das instituições e seguir outras políticas. Há medida que o Estado se vai retirando do seu papel protector, aumenta a vulnerabilidade e exclusão dos grupos socialmente mais

desfavorecidos. O abrandamento económico não pode ser justificação ou causa explicativa para a ausência de uma política social eficiente.

Hoje as questões da pobreza e da exclusão social já não devem ser encaradas como uma fatalidade ou como coisas de um mau destino. A pobreza é uma questão política que diz respeito aos direitos e à cidadania. As políticas sociais devem assumir um papel protector, criar segurança e estabilidade nos cidadãos, combater riscos e a incerteza. No Lagarteiro é cada vez mais urgente a aplicação de políticas sociais que actuem de forma integrada ao nível da saúde, da educação, do emprego, e da habitação. Muitas famílias correm o risco de serem despejadas pela Câmara Municipal do Porto por falta do pagamento da renda mensal das suas habitações. Muitos moradores já romperam laços familiares importantes por causa da toxicodependência, da prostituição ou da reclusão. A perda de emprego faz parte do universo de todos os nossos entrevistados. A impossibilidade de ter acesso a serviços, bens e equipamentos caracteriza o dia a dia de muitas famílias o que torna a vida comunitária sem solidez.

É urgente responder neste bairro as situações de desigualdade, carência e precariedade social. Uma justa distribuição do rendimento por parte do Estado implica atribuição de prestações sociais de valor mais digno. Há medida que a protecção social do Estado diminuiu, assistimos ao rápido percurso de famílias que se deslocam do estatuto de frágeis para assistidas e do estatuto de assistidas para marginais. Mais grave do que isto é a coexistência de uma política social injusta com práticas institucionais e lógicas organizacionais que actuam e lidam com estas famílias ao nível da caridade e do assistencialismo.

As questões com a erradicação da pobreza em Portugal revestem-se ainda de alguma gravidade pelo facto do fenómeno ainda não ser reconhecido como uma problema social grave. Apesar de existirem alguns estudos compreensivos sobre esta questão não existe vontade política nem uma estratégia nacional integrada e consistente com vista ao seu eficaz combate. Construir uma sociedade subordinada aos interesses da economia e da acumulação do capital jamais permitirá níveis de inclusão e coesão social que respeitam os direitos e a dignidade humana.

Durante este percurso de pesquisa constatou-se com alguma surpresa aspectos que julgo serem merecedores de referência. Surpreendeu-me o apoio da família e as solidariedades de proximidade existentes no bairro para todos aqueles que foram

entrevistados e que vivem uma experiência prolongada de desemprego. Conclui-se desta forma que a situação de desemprego pode motivar sentimentos de pertença nesta comunidade. Foi igualmente surpreendente o facto de muitas das pessoas abordadas para a entrevista considerarem trabalho, actividades tão esporádicas e precárias como passar rifas, distribuir publicidade em caixas do correio, lavar tapetes para as vizinhas. Factor surpresa foi também o facto dos nossos entrevistados revelarem grande preocupação com a escolaridade dos seus filhos. A consciência de que a escolaridade pode ser factor decisivo de mobilidade social ascendente esteve muito presente nos seus discursos. Por fim surpreendeu-nos imenso o peso da questão simbólica na construção das atitudes. A dimensão simbólica na análise dos modos de vida dos pobres reveste-se de uma grande importância.

Para compreender as causas da desafeição pelo trabalho é necessário em primeiro lugar atentar ao que os excluídos pensam de si próprios. Muitos deixam de procurar emprego por terem interiorizado a ideia de que não são capazes ou porque nunca vão conseguir pelo facto de viverem em tal bairro. Qualquer estratégia para alterar a sua atitude ou o seu auto-conceito deve privilegiar a dimensão simbólica. Da dimensão simbólica resultam as ideias, os pensamentos, as opiniões, as identidades. Se essa identidade for desvalorizada, cresce a vergonha social, a humilhação e isso resigna os indivíduos e impede-os de darem passos para a sua inserção social. Uma imagem negativa que o próprio indivíduo tem de si mesmo, reforçada pela imagem negativa que a sociedade projecta sobre si, cria bloqueios de emancipação muito difíceis de ultrapassar. Há luz destes pressupostos teóricos é possível verificar nos sujeitos da amostra uma identidade social totalmente “esfarrapada”, principalmente porque essas pessoas sentem o seu estatuto social muito degradado. Degradado por estarem desempregadas, por serem assistidos na Segurança Social, por viverem num bairro estigmatizado, por serem chefes de família sem salário, por terem filhos toxicodependentes, por terem familiares detidos ou por eles próprios já terem vivenciado a experiência da reclusão. Esta identidade também está “esfarrapada” porque associada à insuficiência de recursos económicos e à severa privação, existe a ideia de incapacidade e fracasso. A fraca escolaridade, as baixas competências profissionais, relacionamentos sociais pouco prestigiantes, falta de poder, falta de participação e mau relacionamento institucional são vulnerabilidades associadas a esta ideia de inferioridade social. Este é o factor que mais peso tem na construção da atitude de desafeição pelo trabalho no Bairro do Lagarteiro.

Depois de chegar a estas conclusões torna-se legítimo apresentar algumas sugestões no sentido de contribuírem para a abertura de um caminho de mudança na vida de alguns moradores do Bairro do Lagarteiro. Sugiro assim que tudo o que lhes for apresentado em termos de inserção profissional seja sempre trabalho digno, justo e com direitos. O mercado social de emprego não tem tido esta ousadia de inclusão.

Apostar na educação social das pessoas, na formação e no incentivo à participação colectiva será a metodologia eficaz para combater a desafeição pelo trabalho e outros problemas que afectam o bairro. A capacitação das pessoas é a estratégia mais eficaz de emancipação social. A implementação de espaços de ressocialização permitirá também superar debilidades básicas existentes entre os moradores e criar dentro desta comunidade uma imagem mais valorizada a seu próprio respeito. A mudança de atitude desta população só será possível quando ela própria tomar consciência de alguns direitos e elevar a sua auto-estima.

É também importante dar mais atenção política ao bairro, ouvir os moradores, estimular a sua organização, apoiar a concretização dos seus desejos e anseios, disponibilizar mais verbas e recursos, não impondo decisões técnicas desligadas da realidade e sem continuidade.

BIBLIOGRAFIA

ABBÉ, Pierre (2000) – Fraternidade. Porto: Editorial Notícias.

ALBARELLO, Luc [et al.] (1997) - Práticas e métodos de investigação em ciências sociais. Lisboa: Edição Gradiva.

ALMEIDA, João Ferreira de [et al.] (1992) - A exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal. Oeiras: Celta Editora.

AMARO, Fausto [e tal.] (2001) - Filhos e netos da pobreza. Lisboa: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso.

ARENDT, A. (1995) - A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitário.

BARDIN, L. (1995) - Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

BARTOLI, Henri (1996) - L'Économie, service dela vie - crise du capitalisme. une politique de civilisation. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2002) - A construção social da realidade. Petrópolis: Editora Vozes.

BOURDIEU, Pierre (2003) - A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre, dir. (2003) - A miséria do mundo. Petrópolis: Editora Vozes.

BOURDIEU, Pierre (1998) - Contrafogos. Oeiras : Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (1998) - La distinción. Critério y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus.

BOURDIEU, Pierre (1989) – O poder simbólico. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre (1987) - Choses dites. Paris : Les Éditions de Minuit.

BURGESS, Robert G. (2001) - A pesquisa de terreno. Oeiras: Celta Editora.

CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS José Machado, coord. (1998) - Jovens Portugueses de hoje. Oeiras: Celta Editora.

CALVEZ (1962) - O pensamento de Karl Marx. Lisboa: Livraria Tavares Martins.

CAPUCHA, Luís (2000) - Portugal 1995-2000, perspectivas de evolução social. Oeiras: Celta Editora.

CAPUCHA, Luís (2005) - Desafios da pobreza. Oeiras: Celta Editora.

CARREIRA, Henrique Medina (1996) - As políticas sociais em Portugal. Lisboa: Edição Gradiva.

CASANOVA, José L. [et al.] (1994) – Visões do Sindicalismo – trabalhadores e dirigentes. Lisboa: Edições Cosmos.

CASTEL, Robert (1991) - De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation, precarité du travail et vulnérabilité relationnelle. Paris: Espirit.

CASTEL, Robert (1999) - As metamorfoses da questão social – uma crónica do salário. Petrópolis: Editora Vozes.

CASTEL, Robert (2003) - L'insécurité sociale. Paris : Seuil.

CASTELLS, Manuel (1999) - A sociedade em rede – A era da informação: sociedade e cultura. Vol I. Brasil: Editora Paz e Terra.

CHAVES, Miguel (1999) - Casal ventoso: da gandaia ao narcotráfico. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CHESNAIS, François (2000) - Tobin or not Tobin? Uma taxa internacional sobre o capital para apoio aos cidadãos. Porto: Campo da Comunicação.

COSTA, Alfredo Bruto da (1998) - Exclusões Sociais. Cadernos Democráticos. nº2. Lisboa: Edição Gradiva.

COSTA, António Firmino da (1984) - Alfama: Entrepasto de mobilidade social. Cadernos de Ciências Sociais. nº. 2. Lisboa: ICS da Universidade de Lisboa.

CRUZ, Manuel Braga (2002) - Teorias Sociológicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CRUZ, Sofia Alexandra (2003) - Entre a casa e a caixa – retrato de trabalhadoras na grande distribuição. Porto: Afrontamento.

DELGADO, J. M; GUTIERREZ, J. (1999) - Métodos e Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales. Madrid: Editorial Síntesis.

DE COSTER, M ; PICHAULT, F. (1994) - Traité de sociologie du travail. Bruxelles : De Beek.

DEMAZIERE, Didier (1995) - La sociologie du chômage. Paris: Éditions La Découvert.

DUBAR, Claude (1997) - A socialização: construção de identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora.

DURKHEIM, Émile (1978) - La Division du Travail Social. Paris: PUF.

FERNANDES, António Teixeira (2006) - Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais. Porto: Afrontamento.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1997) - A Nova Era das Desigualdades. Oeiras: Celta Editora.

FREIRE, André (2006) - Esquerda e direita na política europeia. Lisboa: Editora Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FREIRE, João (2001) - Sociologia do Trabalho. Porto: Afrontamento.

FREIRE, João (1997) – Variações sobre o tema trabalho. Porto: Edições Afrontamento.

FROTA, Teresa Maria (2005) - Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Editora Vozes.

GAULEJAC, De ; LEONETTI, I. Taboada (1994) - La lutte des Places. Insertion et désinsertion. Paris: EPI.

GIDDENS, Anthony (1989) - A Constituição da Sociedade. S. Paulo: Livraria Martins Fontes.

GIDDENS, Anthony (1992) - As consequências da modernidade. Oeiras: Celta.

GOFFMAN, Erving (1988) – Estigma. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

GOFFMAN, Erving (1993) - A apresentação do eu na vida de todos os dias. Lisboa: Relógio d'Água.

GORZ, A. (1991) - Metamorphoses du travail quetê du sens critique de la raison economique. Paris: Glileè.

GRELL, P ; WERY, A. (1993) - Heros Obscures de la Prècarite. Paris: L'Harmattan.

HABERMAS, J. (2000) - O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: D. Quixote.

HABERMAS, J. (1993) - Técnica e ciência como "ideologia". Lisboa: Edições 70.

HALL, Edward T. (1986) – A dimensão oculta. Lisboa: Relógio d'água.

HERPIN, Nicolas (1982) - A Sociologia Americana – Escolas, Problemáticas e Práticas. Porto: Afrontamento.

KOVÁCS, Ilona; CASTILLO, Juan José (1998) - Novos modelos de produção: Trabalho e pessoas. Oeiras: Celta Editora.

LAZARSFELD, Paul [et al.] (1981) - Les chômeurs de marienthal. Paris : Les Éditions De Minuit.

LEFEVBRE, Henri (1981) - La Production de l'Espace. Paris : Anthropos.

LÈVY, Catherine (1993) - Vivre au minimum – enquête dans l'Europe de la précarité. Paris: La Dispute.

MANITA, Celina (1998) - A Auto organização Psicológica e Transgressão. Análise Empírico-Crítica de duas figuras do Comportamento desviante: Criminosos e consumidores de drogas. Porto: FPCE-UP.

MARX, Karl (1971) - Manuscritos Económicos e Filosóficos. Porto: Brasília.

MÉDA, Dominique (1999) - O trabalho: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim do Século Edições, Lda.

MENDES, Maria Manuela (1997) - Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais. “Nós os Ciganos: estratégias identitárias relacionais e de diferenciação intergrupo e face aos “não ciganos”. Estudo de caso de dois grupos de ciganos em Espinho e no Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de dissertação de Mestrado.

MERTON, Robert (1970) - Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou.

MÓNICA, Maria Filomena (1978) - Educação e sociedade no Portugal de Salazar. Lisboa: Editorial Presença.

MORIN, E; PRIGOGINE, I. (1998) – A Sociedade em Busca de Valores. Lisboa: Instituto Piaget.

MOZZICAFREDO, Juan (1997) - Estado-Providência e cidadania em Portugal. Oeiras: Celta.

NUNES, Maria Helena (2004) - Serviço social e regulação social, agência do assistente social. Porto: Editora Estratégias Criativas.

OFFE, C. (1992) - La sociedad del trabajo – problemas estructurales y perspectivas de futuro. Madrid: Alianza Editorial.

PAIS, José Machado (2006) - Nos rastros da solidão. Porto: Âmbar.

PAIS, José Machado (2001) - Ganchos, tachos e biscates. Porto: Âmbar.

PATRICE, Bonnewitz (1998) - Premières leçons sur la sociologie de P. Bourdieu. Paris: PUF.

PAUGAM, Serge (2003) - A desqualificação social - ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora.

PAUGAM, Serge (2001) - Le salaire de la precarité. Paris: PUF.

PERETZ, Henri (2000) - Métodos em sociologia. Lisboa: Temas e Debates.

PERRET, Bernard; ROUSTANG, Guy (1993) - A economia contra a sociedade, afrontar a crise da integração social e cultural. Lisboa: Instituto Piaget.

PINTO, Graça Alves (1998) - O trabalho das crianças: de pequenino é que se torce o pepino (e o destino). Oeiras: Celta Editora.

QUEIROZ, Maria Cidália (2005) - Classes, identidades e transformações sociais. Porto: Campo das Letras.

QUEIROZ, Maria Cidália; GRÖS, Marielle Christine (2002) - Ser jovem num bairro de habitação social. Porto: Campo das Letras.

QUELHAS, Ana Paula Santos (2001) - A refundação do papel do Estado nas políticas sociais. Coimbra: Almedina.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. (1992) - Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

REMY, Jean (1974) - La ville et l'urbanisation. Gembloux : Dumlot.

RICOOEUR, Paul (1985) - Temps et récit. III. Paris : Seuil.

RITZER (1993) - The mcdonaldization of society. Thousand Oaks: Sage.

RODRIGUES, Ferro Eduardo (1995) - Políticas sociais e Estado Providência: o financiamento da Segurança Social. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert Stiftung.

ROSANVALLON, Pierre (1984) - A crise do Estado-Providência. Lisboa: Inquérito.

SANTOS, Boaventura de Sousa, coord. (2001) - Risco social e incerteza - pode o Estado social recuar mais?. Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994) - Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987) - Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento.

SCHNAPP, Dominique (1998) - Contra o fim do trabalho. Lisboa: Terramar.

SENNET, R. (2001) - A corrosão do carácter, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa: Terramar.

SIMMEL, Georg (1986) - Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial.

XIBERRAS, Martine (1993) - As teorias da exclusão – para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget.

Artigos, Revistas

ANTUNES, Luís Paes (2003) – Trabalho. Lisboa: Edições Jornal Público, pp.12.

AZEVEDO, José (1992) - Revista de Sociologia da Faculdade de Letras nº 2, I série, Vol II, pp. 111-119.

CAPUCHA, Luís (2000) - Territórios de Pobreza onde é preciso voltar. Sociedade e Território nº 30, pp. 8-15.

CASANOVA, José L. (1995) – A teoria da prática – uma prática menos teorizada?. Sociologia Problemas e Práticas nº 17, pp. 61 – 73.

CASANOVA, José L. (1995) – Uma avaliação conceptual do *Habitus*. Sociologia Problemas e Práticas nº 18, pp. 45 – 68.

DUBET, F (1999) - Le Travail et ses Sociologies. Sociologie du Travail, pp. 1-19-24.

DURÁN, Maria Anglés (1998) - La Ciudad Compartida. Conocimiento, Afecto y Uso. Madrid: Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España, pp. 117.

ESTANQUE, Elísio (2005) - Revista Crítica de Ciências Sociais nº71, pp. 128.

FERNANDES, António Teixeira (2005) - Para uma Sociedade Inclusiva no exercício da Plena Cidadania: Congresso da Cidadania realizado na cidade Ribeira Grande, 27 de Abril de 2005, pp.2.

FERNANDES, António Teixeira (2000) - Desigualdades e Representações Sociais., Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nºX, pp. 203-234.

FERNANDES, António Teixeira (1992) - Espaço Social e suas representações. Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. II, Série I, pp. 61-99.

FERNANDES, António Teixeira (1991) - Formas e Mecanismos de Exclusão Social. Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº1, Série1, pp. 40.

FERRÃO, João [et al.] (2000) - Abandono escolar precoce: olhares cruzados em tempo de transição. Sociedade e Trabalho, nº10, pp.20.

GOMEZ, José António Caride (1999) - As Cidades e os Rostos da Exclusão. Revista do Curso de Educação Social da Universidade Portucalense, pp. 21.

GRUEL, Le (1985) - Conjurér l' exclusion Rhétorique et identité revendiquée dans des habitat socialement desqualifiés. Revue Française de Sociologie, XXVI.

GUERRA, Paula (2003) - A Cidade na Encruzilhada do Urbano. Revista de Sociologia da Faculdade de Letras nº13, Vol.8. pp. 54-55-89.

KARSENTI, B. (1995) - La Sociologue dans l'espaces dès points de vue. Critique, nº 5797580, pp. 661.

KOVÁCS, Ilona (2005) - Revista Pública, pp. 32.

LEDROUT, Raymond (1980) - Espaces et Societés. Espaces e Sociétés, nº 34/35, pp. 6.

LOPES, João Miguel (2006) - Saberes e Contextos: actas do Encontro de Intervenção Social. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, pp. 200.

LOPES, João Teixeira (2000) - Itinerário Teórico em Torno da Produção dos Fenómenos Simbólicos. Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto nº10, pp.27-78.

MACHADO, Fernando Luís (1985) - As práticas de sociabilidade em Queluz ocidental. Sociedade e Território nº.3, pp.9-99.

MARQUES, Ana Paula (2000) - Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 136-137.

MARQUES, Ana Paula (2000) - Repensar o Mercado do Trabalho: Emprego/Desemprego. Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 148.

MENDES, Maria Manuela (1999) - Algumas reflexões sobre o trajecto escolar e as atitudes face à escola do grupo étnico cigano residente no Bairro S. João de Deus e em Espinho. Saber Educar nº 4, pp. 27-49.

PINTO, Teresa Costa (1994) - A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. Sociedade e Território, nº 201994, pp. 37.

PINTO, José Madureira (1991) - Considerações sobre a produção social de identidade. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 32, pp. 217-230-231.

RAMOS, Alice [et al.] (2000) - Atitudes Sociais dos Portugueses, Trabalho e Cidadania. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.47.

RAMOS, Teresa (2005) - Revista Pública, pp. 44.

RODRIGUES, Eduardo Victor (2006) - Escassos Caminhos, os processos de imobilização social dos beneficiários do RMG em Vila Nova de Gaia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento em Sociologia.

RODRIGUES, Eduardo Victor (1999) - Políticas Sociais e Exclusão em Portugal. Revista Sociologia, problemas e práticas nº31, pp 39-67.

SPOSATI, Aldaiza (1997) - Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania. Serviço Social e Sociedade nº 55, Ano XVIII, pp. 9-37.

VALA, Jorge (2000) - Atitudes Sociais dos Portugueses, Trabalho e Cidadania. Revista ICS, pp.71.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – RECEITA FISCAL POTENCIAL ANUAL NÃO ARRECADADA EM PORTUGAL.....	67
QUADRO 2 – CONCEITOS E VARIÁVEIS.....	89
QUADRO 3 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO BAIRRO DO LAGARTEIRO.....	114
QUADRO 4 – NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO.....	120
QUADRO 5 – NÍVEIS DE JUSTIÇA DAS RENDAS PRATICADAS.....	121
QUADRO 6 – TAXA DE DESEMPREGO POR GRUPOS ETÁRIOS NOS BAIRROS SOCIAIS DO VALE DE CAMPANHÃ.....	134
QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS MENORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE CONCLUÍDO.....	143
QUADRO 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS MENORES POR HABILITAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS.....	144
QUADRO 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS MENORES PELOS PRINCIPAIS SONHOS.....	144
QUADRO 10 – INDICADORES SOBRE EDUCAÇÃO.....	145
QUADRO 11 – ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS COLECTIVAS.....	155

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - O GOSTO E O DESGOSTO DE VIVER NO BAIRRO.....	111
GRÁFICO 2 - O QUE OS RESIDENTES NÃO GOSTAM NO BAIRRO.....	112
GRÁFICO 3/4 – TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS.....	115
GRÁFICO 5 – DIMENSÃO DOS AGREGADOS.....	116
GRÁFICO 6 – ANOS DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO DO LAGARTEIRO.....	117
GRÁFICO 7 – SOBRELOTAÇÃO DOS ALOJAMENTOS.....	118
GRÁFICO 8 – SOBRELOTAÇÃO DOS ALOJAMENTOS EM 2006.....	118
GRÁFICO 9 - NECESSIDADE DE OBRAS NOS ALOJAMENTOS.....	119
GRÁFICO 10 – TAXA DE DESEMPREGO EM 2001.....	133
GRÁFICO 11 – NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001.....	136

ANEXO

I

"A CIGARRA E A FORMIGA"

Conto de: Thomas Bakk

Esta é a história
Da Cigarra e a Formiga
Que me contou um lagarto
Que era o Rei do Lagarteiro.

***No Reino do Lagarteiro
Tem formiga que trabalha
Todo o dia, o ano inteiro.
Mesmo que à pena não valha
Ter patrão e ter emprego
Num trabalho à moda antiga,
Não existe só a cópia.
Trabalhar por conta própria
É trabalho com sossego.
A vida só é mendiga
P'ra quem vive de migalha...
Pois aquele que trabalha
Pode ser como a formiga!***

***Mesmo assim há quem não queira
Trabalhar a vida inteira.
Cigarra trabalhadora
Não existe, não, senhora.
De Segunda à Sexta-feira
Só há farra e bebedeira,
Para no fim de semana
Poder ganhar uma grana
Cantando, sem fazer nada.
Mas a vida é azarada...
Porque bebedeira e farra,
Sem dinheiro na carteira,
É como vive a cigarra!***

Olhem só para este pão!
Foi feito a custa do trabalho
De milhares de formigas
Que carregaram migalhas
De outros pães já desfeitos
Por aqueles que não sabem
Que do pouco se faz muito,
Se quiserem trabalhar.

A história que vou contar
É sobre um reino distante...
O Reino do Lagarteiro
Onde reinava um lagarto

Que nos quis o pão roubar.
É sem pão p'ra toda a gente,
As pessoas atiravam-se
A ele, como animais.
Esses animais eram
As cigarras e as formigas
Da história que vou contar.

As cigarras não queriam
Nem saber de trabalhar.
Passavam a vida a cantar.
Enquanto as formigas não,
Trabalhavam a carregar
Migalhas para fazer
O pão que alimentava
Toda a população.

De cada nove migalhas
Que uma formiga carregava,
O rei lagarto lhe dava
Duas de recompensa.
E à cigarra que não fazia
Coisa nenhuma a não ser
Passar a vida a cantar,
Ele dava a cada uma
Só uma migalha p'ra comer.

As cigarras aparentemente
Viviam contentes
Porque ganhavam uma migalha sem fazer nada.
E as formigas também pareciam satisfeitas
Pois, embora trabalhassem,
Ganhavam duas vezes mais que as cigarras.

Assim, enquanto as formigas trabalhavam,
As cigarras só cantavam:

*"Quem canta, os males espanta,
Diz o dito popular.
Trabalhar não adianta
Porque emprego não há.
Eu cansei de procurar
E já não tenho pachorra
De andar a me humilhar.
Antes que de fome morra,
Canto p'ra quem me socorra
E me queira ajudar."*

"Por favor, uma migalha!"
Pede a cigarra à formiga
E esta diz: *"ó, minha amiga,*
Porque é que não trabalhas?"

Ao que a cigarra responde:
"Eu, trabalhar, aonde?
Se souberes, diz-me lá...
Não terminei a escola,
Por isso é que peço esmola
E passo a vida a cantar!"

"Não terminou a escola porquê?"
Pergunta então a formiga.
E torna a cigarra a dizer:
"Porque a mim ninguém me liga.
O meu pai deu p'ra beber
E na minha mãe bater.
Disse ainda que aprender,
De ninguém enche barriga
E que eu tinha era que ter
Que trabalhar p'ra comer!"

E a formiga:
"Mas não acho que consiga
Trabalho sem estudar.
Estudou até que ano
Pode-me dizer?"

Diz a cigarra:
"Terminei o infantário
E no quarto ano primário
Eu não quis mais nem saber."

"E largou a escola porquê?"
Pergunta à ela a formiga.
"Porque tive que trabalhar,
Senão não tinha almoço,
Nem jantar."
Responde a cigarra.

E torna a formiga a perguntar:
"Mas, ao menos, gostava da escola?"
E a cigarra:
"O que eu gosto mesmo
É de jogar a bola
E de cantar."

"Que a escola é uma seca,
Toda gente está careca

**De saber.
Nunca aprendi a ler,
Detesto biblioteca
E como sou analfabeta,
Que emprego eu hei-de ter?
Trabalhar p'ra senhoreca
E lavar sua cueca
É coisa que eu não quero ser."**

Então diz a formiga:
Se a cigarra tivesse terminado os estudos
E pudesse escolher,
Que profissão queria ter?

E a cigarra:
"Gostava de ser rainha,
P'ra não ter que trabalhar
Porque aquele que trabalha
Tem que viver de migalha
Como antigamente eu tinha."

**"Dantes quando eu trabalhava
Como a formiga trabalha,
O ordenado que ganhava
Não passava de migalha.
Trabalhar p'ra ser escrava,
Prefiro não trabalhar.
Porque p'ra ser maltratada,
Prefiro não fazer nada
E cantar desafinada,
Para os males espantar!"**

"E gosta de viver de esmola
E das migalhas
Que o Rei Lagarto te dá?"
Insiste a formiga.

E diz a cigarra:
"Gostar eu não gosto,
Mas aposto
Que a formiga
Também não gosta de trabalhar!"

Então diz a formiga:
"Pois é, amiga cigarra,
Eu também só tenho a quarta classe,
Mas isto não impediu que eu trabalhasse.
Sou considerada
O piorio do formigueiro
Só porque vivo no Reino do Lagarteiro.

*"Trabalho porque preciso
Umás migalhas ganhar.
E como tenho juízo
Não ando por aí a roubar."*

E a cigarra:

*"Mas eu também nunca roubei.
Quem rouba é o rei,
Esse lagarto duma figa
Que explora a mim e a formiga
Com as migalhas que nos dá.
Então eu pergunto à formiga:
Porque é que trabalhas tanto?
Eu não trabalho e garanto
Que ao menos uma migalha
No fim do mês sempre calha,
Para eu encher a barriga!"*

Ao que responde a formiga:

*"Pois é, amiga cigarra...
Mas por eu trabalhar com garra,
Ganho o dobro das migalhas
Do que tu, que não trabalhas!"*

É quando a cigarra diz:

*"Pois eu prefiro ter sossego
Do que esse teu emprego
E ter que aturar patrão.
Do pedaço desse pão,
Mesmo ganhando a metade
Das migalhas que tu ganhas,
Juntando as minhas com as tuas,
Uma mais duas,
São três...
E eu pergunto na verdade
P'ra quem fica as outras seis
Migalhas que tu apanhas?"*

E diz a formiga então:

*"A cigarra tem razão...
Quer dizer, do rendimento
Que nós as duas ganhamos,
Esse lagarto nojento
Ele fica com o dobro
Das migalhas que levamos?!
Mas se isto, então, é roubo,
Porque é que trabalhamos?"*

"Quem trabalha aqui és tu..."

Diz a cigarra... "Atenção!
Prefiro sentar o Cu
Em casa e não fazer nada,
Do que ser explorada
Por esse lagarto ladrão!"

E diz a formiga:
"Ó, minha Amiga,
Perdão,
Mas esta também não é
Para mim a solução!
Podes achar até
Que isto seja exploração.
Mas resta saber o que faz
O rei Lagarto com as tais
Seis migalhas a mais
Que ele rouba do nosso pão!"

E a cigarra e a formiga
Foram saber então
O que é que o lagarto fazia
Com o pão delas de cada dia.
E sabem o que descobriram?
Que o Rei não era tolo.
O pão não tinha miolo
Porque Sua Excelência
Andava a roubar
Da cabeça a inteligência
De quem não quis estudar.
Porque quem não tem miolo
Só ganhará de consolo
A migalha que sobrar!

Thomas Bakk

Novembro / 2006

ANEXO

II

GUIÃO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS DIRECTIVAS

Com muita frequência é referido na entrevista colectiva que faz falta no Bairro uma comissão de moradores. Que pensa disto?

Está disponível para integrar esta estrutura? Sim/Não/Porquê

Também foi referido que é importante lutar pela colocação de mais médicos no Centro de Saúde.

Faz parte desta comissão de luta? Sim/Não/Porquê

Muitas pessoas afirmaram que era preciso limpar para o exterior a má imagem que o bairro tem. Como se faz isto?

Esta disponível para participar neste processo?

O descontentamento e a revolta contra os políticos e as políticas é muito grande. Porquê tanta revolta? Está recenseada/o? Costuma ir votar? Tem militância em algum partido político? Sim/Não/Porquê

Acompanha com interesse e regularidade os debates políticos na televisão?

Costuma ler jornais?

A secção política é a parte do jornal que mais lhe interessa?

Participa com regularidade em comícios ou em reuniões políticas?

Já participou em alguma Assembleia Municipal?

E reuniões publicas do executivo da Câmara?

Sabe quem é o presidente da junta de freguesia de campanha?

Sabe qual é o partido que o elegeu?

Quais são os partidos de esquerda e de direita que conhece?

Que acha da possibilidade de se criar um movimento de desempregados no Lagarteiro?

Está disponível para fazer parte desse movimento? Se o movimento decidir organizar uma manifestação junto ao centro de emprego do porto, participa?

Comente esta frase: “pior do que não trabalhar é ser-se despedido”

Na entrevista colectiva foi dito o seguinte:

Comente esta frase: “A gente por mais que lute, procure ajuda, não temos grandes hipóteses, vamos continuar assim”.

Que sonhos quer já concretizar no próximo ano de 2007?

Todas as pessoas têm qualidades e defeitos. É capaz de me dizer 3 das suas principais qualidades e 3 dos seus principais defeitos?

Acredita que a sua vida pode melhorar? O que terá de acontecer para isso se verificar?

Como é que ocupa o seu tempo livre?

Das figuras publicas que conhece com qual é que mais se identifica?

Diga-me 3 coisas boas que existam no Bairro do Lagarteiro e 3 que não goste.

Nos últimos 3 anos que memória tem de coisas boas que lhe aconteceram? E coisas más?

Para si, o que é uma pessoa de sucesso?

Conhece alguém com sucesso dentro do Bairro?

Está a fazer alguma coisa para atingir esse sucesso?

Foi dito ao longo a entrevista colectiva que este bairro não presta, não tem condições, foi esquecido por todos, por cá não passou Cristo.

Gostava de ir viver para outro local?

Há pessoas que ao longo da entrevista referiram várias vezes que são muito lutadoras e que nunca desistiram. Essas pessoas nunca conseguiram emprego, como explica isso?

É referido que o RSI necessitava de maior fiscalização, que está a ser mal aplicado pelo governo. Se essas pessoas fossem fiscalizadas provavelmente ficariam sem direito à prestação. Que comentário quer fazer?

Também durante a entrevista colectiva é muito valorizado o papel da formiga, trabalhadora, que não se conforma com as dificuldades. Porque será que as pessoas gostam da formiga e não têm um comportamento semelhante ao dela?

ANEXO

III



FREGUESIA DE CAMPANHÃ
Concelho do Porto

BAIRRO DO LAGARTEIRO

1. BLOCO: _____

2. ENTRADA: _____

3. CASA: _____

4. TIPOLOGIA: _____

5

5.1 DEVOLUTA: SIM _____ NÃO _____

5.2 DEVOLUTA HÁ QUANTO TEMPO? _____

5.3 COM OBRAS: _____ SEM OBRAS: _____

6. CONSTITUIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

N.º	NOME	Idade	Parentesco	Profissão	Salário	Inscrito no alvará CMP
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						

7. EM QUE NOME ESTÁ O ALVARÁ: _____

8. HÁ QUANTO TEMPO VIVE NO BAIRRO? _____

9. ONDE VIVEU ANTERIORMENTE? _____

10. ESCOLHEU VIVER AQUI? SIM _____ NÃO _____

11. TEM FAMILIARES A RESIDIR NO BAIRRO? SIM _____ NÃO _____

12. QUAL O MONTANTE DA RENDA? _____

13. O VALOR É JUSTO? SIM _____ NÃO _____

14. ESTA CASA PRECISA DE OBRAS? SIM _____ NÃO _____

15. QUAIS? INFILTRAÇÕES: _____ HUMIDADE: _____

PINTURA _____ ELECTRICIDADE _____

CANALIZAÇÕES _____ FENDAS _____

PRESIANAS _____ JANELAS _____

PORTAS _____ CAMPAINHAS _____

CAIXA DE CORREIO _____ ESCADAS _____

16. GOSTAVA DE SAIR DESTA CASA? SIM: _____ NÃO _____

17. JÁ PEDIU DESDOBRAMENTO? SIM _____ NÃO _____

18. HÁ QUANTO TEMPO _____ QUAL FOI A RESPOSTA _____

19. JÁ PEDIU TRANSFERENCIA DE CASA? SIM _____ NÃO _____

20. HÁ QUANTO TEMPO _____ QUAL FOI A RESPOSTA _____

21. JÁ PEDIU TRANSFERENCIA DE BAIRRO? SIM _____ NÃO _____

22. HÁ QUANTO TEMPO _____ QUAL FOI A RESPOSTA _____

23. O QUE GOSTA MAIS NO BAIRRO? _____

24. O QUE GOSTA MENOS NO BAIRRO? _____

